



DOCUMENTOS DA

Política Externa Independente

VOLUME 2

Alvaro da Costa Franco, org.



FUNDAÇÃO
ALEXANDRE
DE GUSMÃO

Brasília, 2008



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES



Ministro de Estado Embaixador Celso Amorim
Secretário-Geral Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



Presidente Embaixador Jeronimo Moscardo

**Centro de História e
Documentação Diplomática**

Diretor Embaixador Alvaro da Costa Franco

A Fundação Alexandre de Gusmão, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034/6847
Fax: (61) 3411-9125



DOCUMENTOS DA

Política Externa Independente

VOLUME 2



Impresso no Brasil – 2008

Documentos da política externa independente / Alvaro da Costa Franco (Org.). – Rio de Janeiro : Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

356p.; v.2 ; 14 x 21 cm.

ISBN 978.85.7631.128-7

1. Brasil – Relações exteriores – Fontes. 2. Diplomacia. 3. Hermes Lima, 1902-1978. 4. Evandro Cavalcanti Lins e Silva, 1912-2002. 5. João Augusto de Araújo Castro, 1919-1975. I Centro de História e Documentação Diplomática. II. Fundação Alexandre de Gusmão.

Direitos de publicação reservados à Fundação Alexandre de Gusmão





Sumário

Apresentação ... 13

*A Política Externa Independente (1961-64):
história e diplomacia / PAULO FAGUNDES VIZENTINI ... 17*

Gestão **Hermes Lima**

DOCUMENTO 1

*Palavras do ministro Hermes Lima ao receber o cargo
de ministro das Relações Exteriores ... 35*

DOCUMENTO 2

*Notícia sobre a posse do primeiro-ministro Hermes Lima
no cargo de ministro das Relações Exteriores, publicada
pelo jornal "O Globo" ... 36*

DOCUMENTO 3

*Discurso do presidente João Goulart na cerimônia de diplomação
dos alunos do Instituto Rio Branco, em 22 de outubro de 1962 ... 38*

DOCUMENTO 4

*Nota oficial do presidente do Conselho de Ministros, distribuída
à imprensa, em 24 de outubro de 1962, acerca do voto do Brasil
sobre a questão de Cuba, no Conselho da OEA ... 42*

DOCUMENTO 5

*Entrevistas do ministro Aluysio Regis Bittencourt sobre o
intercâmbio com o Leste Europeu ... 43*



DOCUMENTO 6

Discurso do presidente João Goulart na 51ª Conferência Interparlamentar ... 56

DOCUMENTO 7

Registro da reunião do chanceler Hermes Lima com líderes partidários da Câmara e do Senado ... 59

DOCUMENTO 8

Entrevista coletiva concedida pelo chanceler Hermes Lima à imprensa5 ... 66

DOCUMENTO 9

Discurso do ministro Hermes Lima, na instalação do COLESTE, em 27 de dezembro de 1962 ... 71

DOCUMENTO 10

Resumo das atividades da delegação do Brasil à XVII sessão da Assembléia Geral da ONU ... 75

DOCUMENTO 11

Trecho do relatório preparado pelo ministro Miguel Álvaro Osório de Almeida, sobre os trabalhos da segunda comissão, item 36 da agenda, da XVII sessão da Assembléia Geral da ONU: Conferência Internacional de Comércio e Desenvolvimento ... 89

DOCUMENTO 12

Instruções à delegação do Brasil à primeira reunião da comissão preparatória da Conferência sobre Comércio e Desenvolvimento ... 92

DOCUMENTO 13

Conclusões do conselheiro Antonio Houaiss sobre os trabalhos da quarta comissão da XVII Assembléia Geral da ONU ... 99

DOCUMENTO 14

Entrevista coletiva do embaixador Jayme Azevedo Rodrigues, secretário-geral adjunto para Assuntos Econômicos ... 105

DOCUMENTO 15

Declaração conjunta dos presidentes da Bolívia, Brasil, Chile, Equador e México sobre desnuclearização da América Latina. Mensagens trocadas entre os presidentes João Goulart, do Brasil, e Adolfo López Mateos, do México ... 109



DOCUMENTO 16

Entrevista concedida pelo embaixador João Augusto de Araújo Castro ao "Jornal do Brasil", em 2 de junho de 1963 ... 118

DOCUMENTO 17

Nota do governo brasileiro sobre a suspensão dos testes nucleares, de 12 de junho de 1963 ... 128

Gestão Evandro Lins e Silva

DOCUMENTO 18

Discurso de posse do ministro de Estado das Relações Exteriores, Evandro Cavalcanti Lins e Silva ... 133

DOCUMENTO 19

Discurso do chanceler Evandro Lins e Silva no almoço que ofereceu aos diretores de jornais brasileiros, no Palácio Itamaraty, em 11 de julho de 1963 ... 138

DOCUMENTO 20

Discurso do chanceler Evandro Lins e Silva, na posse do secretário-geral de Política Exterior, embaixador João Augusto de Araújo Castro, em 12 de julho de 1963 ... 142

DOCUMENTO 21

Discurso do embaixador João Augusto de Araújo Castro, na cerimônia de posse no cargo de secretário-geral de Política Exterior, em 12 de julho de 1963 ... 144

DOCUMENTO 22

Discurso do chanceler Evandro Lins e Silva, no encerramento da VI Conferência Brasileira de Comércio Exterior, realizada em Belo Horizonte, no dia 20 de julho de 1963 ... 149

DOCUMENTO 23

Declaração do representante do Brasil no Conselho de Segurança, sobre a situação dos territórios sob dominação portuguesa ... 155

DOCUMENTO 24

Entrevista concedida pelo embaixador João Augusto de Araújo Castro ao "Correio da Manhã", sobre o Tratado Parcial de Proscrição das Experiências Nucleares, em 26 de julho de 1963 ... 161



DOCUMENTO 25

Declaração do presidente João Goulart sobre a assinatura, por parte do Brasil, do tratado que proíbe as experiências nucleares ... 164

DOCUMENTO 26

Entrevista concedida pelo secretário-geral do Itamaraty, João Augusto de Araújo Castro, ao "Jornal do Brasil", em 3 de agosto de 1963 ... 166

DOCUMENTO 27

Entrevista concedida pelo chanceler Evandro Lins e Silva à revista "Manchete", em 10 de agosto de 1963 ... 168

Gestão Araújo Castro

DOCUMENTO 28

Discurso de posse do embaixador João Augusto de Araújo Castro no cargo de ministro das Relações Exteriores ... 175

DOCUMENTO 29

Trecho do relatório, preparado pelo secretário Eduardo Moreira Hosanah, sobre o Pacto Multilateral de Não-Agressão, no âmbito da Conferência do Comitê das Dezoito Potências sobre Desarmamento ... 181

DOCUMENTO 30

Entrevista concedida pelo chanceler João Augusto de Araújo Castro ao "Diário de Notícias", em 2 de setembro de 1963 ... 183

DOCUMENTO 31

Discurso do chanceler João Augusto de Araújo Castro, na solenidade de posse do secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Aguinaldo Boulitreau Fragoso, em 11 de setembro de 1963 ... 186

DOCUMENTO 32

Discurso do embaixador João Augusto de Araújo Castro na abertura da XVIII sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 17 de setembro de 1963 ... 188



DOCUMENTO 33

Entrevista concedida pelo secretário-geral Boulitreau Fragoso ao "Jornal do Brasil", em 20 de outubro 1963 ... 212

DOCUMENTO 34

Discurso do chanceler João Augusto de Araújo Castro na inauguração das sessões de nível técnico da II Reunião Anual Ordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social, em 30 de outubro de 1963 ... 220

DOCUMENTO 35

Discurso do presidente João Goulart na inauguração das sessões em nível ministerial da II Reunião do Conselho Interamericano Econômico e Social ... 226

DOCUMENTO 36

Projetos de explicação de voto brasileiro sobre a questão dos territórios portugueses ... 232

DOCUMENTO 37

Instruções sobre a posição brasileira na XVIII Assembleia Geral da ONU, a respeito dos territórios portugueses ... 234

DOCUMENTO 38

Esclarecimentos sobre a posição do Brasil na II Reunião do Conselho Interamericano Econômico e Social ... 235

DOCUMENTO 39

Declaração de voto do representante do Brasil, embaixador Ilmar Penna Marinho, no Conselho da OEA, sobre a queixa da Venezuela contra Cuba, em 3 de dezembro de 1963 ... 239

DOCUMENTO 40

Entrevista concedida pelo chanceler João Augusto de Araújo Castro ao "Jornal do Brasil", em 29 de dezembro de 1963 ... 240

DOCUMENTO 41

Discurso pronunciado pelo chanceler João Augusto de Araújo Castro, em 31 de dezembro de 1963 ... 248

DOCUMENTO 42

Entrevista concedida pelo chanceler João Augusto de Araújo Castro ao "Diário de Notícias", em 5 de janeiro de 1964 ... 250



DOCUMENTO 43

Nota sobre proposta brasileira no Conselho de Segurança da ONU, a respeito de incidentes ocorridos na zona do canal do Panamá, distribuída à imprensa em 11 de janeiro de 1964 ... 254

DOCUMENTO 44

Discurso do presidente João Goulart sobre a regulamentação da Lei de Remessa de Lucros, em 20 de janeiro de 1964 ... 255

DOCUMENTO 45

Discurso do ministro João Augusto de Araújo Castro, por ocasião da homenagem que lhe foi prestada pelo Instituto Brasileiro-Judaico de Cultura e Divulgação, em 24 de janeiro de 1964 ... 263

DOCUMENTO 46

Entrevista concedida pelo chanceler João Augusto de Araújo Castro à revista "Manchete" ... 268

DOCUMENTO 47

Entrevista concedida pelo embaixador Jayme Azevedo Rodrigues, secretário-geral adjunto para Assuntos Econômicos do Itamaraty, ao "Jornal do Brasil" ... 277

DOCUMENTO 48

Discurso do chanceler João Augusto de Araújo Castro na sessão de instalação da Comissão Interministerial Preparatória da Conferência Internacional de Comércio e Desenvolvimento, em 19 de fevereiro de 1964 ... 282

DOCUMENTO 49

Resumo noticioso, distribuído à imprensa, acerca dos objetivos e resultados da reunião da Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana, realizada em Alta Gracia, de 24 de fevereiro a 6 de março de 1964 ... 295

DOCUMENTO 50

Instruções para a delegação do Brasil à Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (CNUCD) ... 298

DOCUMENTO 51

Artigo do ministro João Augusto de Araújo Castro, publicado no "Jornal do Brasil", em 15 de março ... 322



DOCUMENTO 52

Trecho da mensagem do presidente da República ao Congresso Nacional, na abertura da sessão legislativa de 1964, em 15 de março ... 327





Apresentação

Cobre este segundo volume dos *Documentos da Política Externa Independente* o período de 24 de setembro de 1962 a 31 de março de 1964, da posse de Hermes Lima como ministro das Relações Exteriores à queda do presidente João Goulart; um ano e seis meses de grande efervescência política no Brasil e de mudanças no panorama internacional em virtude da transição da Guerra Fria para período da coexistência entre as duas superpotências.

A instabilidade interna explica a rápida sucessão de três ministros neste ano e meio, com gestões curtas (nove meses para Hermes Lima, dois para Evandro Lins e sete para Araújo Castro). Hermes Lima, que no início de sua gestão era também primeiro-ministro, continuou na pasta sob o regime presidencial, restaurado depois do plebiscito de 6 de janeiro de 1963. A 12 de julho do mesmo ano foi sucedido por Evandro Cavalcanti Lins e Silva, que exerceria as funções por não mais de dois meses. Substituiu-o, a 22 de agosto, João Augusto de Araújo Castro, que, desde 12 de julho, exercia as funções de secretário-geral do Itamaraty.

A bipolaridade característica do período da Guerra Fria abria espaço para a política exterior dos países que não se queriam jungidos a um ou outro dos blocos militares e que se julgavam capazes de contribuir para a paz e para uma nova concepção da sociedade internacional. É neste espaço, ampliado pelo degelo nas relações americano-soviéticas, que o Brasil procurava agir, guardando o máximo possível de sua liberdade de movimento e não integrando, por isso mesmo, o bloco não-alinhado em formação.

Definir uma política a partir de uma reavivada consciência dos interesses nacionais, buscar aproximação com os países que, partilhando a mesma problemática, tinham conosco evidentes afinidades, e, identifica-



dos os objetivos estratégicos comuns, delinear as táticas mais adequadas aos diversos cenários internacionais em que éramos chamados a atuar: eis o plano genérico em que procurava agir nossa diplomacia. O clima interno não era propício a uma política exterior madura e equilibrada. Grupos radicais de esquerda e de direita secretavam declarações panfletárias, a que algumas entrevistas e declarações ministeriais procuravam responder. As curtas gestões dos três ministros, reflexo da instabilidade política interna, o freqüente apelo de altas instâncias da República a uma retórica radical, a pluralidade do discurso do governo, muitas vezes contraditória em suas diversas expressões, desenhavam um quadro que muito afetava a credibilidade de nossa política exterior. O profissionalismo dos funcionários do Itamaraty, em seus diversos níveis, a alta competência de homens como Carlos Alfredo Bernardes ou João Augusto de Araújo Castro, que exerceram a secretaria-geral e, no caso do último, a própria chefia do Itamaraty no período, asseguraram o equilíbrio, maturidade e qualidade da formulação da política externa brasileira neste ano e meio de turbulências internas. Outros funcionários, quadros de notável qualidade, pela inteligência, competência e inventividade, também foram importantes na formulação e execução desta política. É por isso que, entre os documentos ora publicados, incluímos, além dos textos de responsabilidade dos titulares da pasta, alguns da lavra destes altos quadros auxiliares, que deram valiosas contribuições à formulação da PEI. Refiro-me, entre outros, a nomes como Jaime Azevedo Rodrigues, Miguel Osório de Almeida, Antonio Houaiss, que, exercendo ou não cargos de chefia, tiveram grande influência na formulação da política exterior deste período. Procuramos selecionar documentos que bem representassem seu ideário, suas áreas de atuação e seu aporte à PEI.

A superação das dificuldades geradas pelo clima interno, num contexto internacional de grande complexidade, veio comprovar a alta qualidade dos quadros profissionais do Itamaraty. A agenda internacional, com itens como o desarmamento, a descolonização, as questões do desenvolvimento econômico, a situação de Cuba no hemisfério ocidental, trazia à baila a discussão de temas em que o Brasil tinha uma contribuição a oferecer, original, porque pautada pelo interesse nacional e pelos traços fundamen-



tais de nossa formação e de nossa cultura. Foi neste contexto que o Brasil, fiel a nossas tradições de não-intervenção e respeito à autodeterminação dos povos, assumiu uma posição independente na questão de Cuba na OEA, promoveu a desnuclearização da América Latina, propugnou pela política de progressiva redução dos testes nucleares, continuou a apoiar – ainda que com os matizes introduzidos pelas relações com Portugal – o processo de descolonização e assumiu, na América Latina, um papel de nítida influência e, mesmo, liderança na condução das negociações que levaram à convocação da Conferência de Comércio e Desenvolvimento, a qual se acharia em plenos trabalhos em 31 de março de 1964.

A postura do Brasil foi magnificamente delineada no discurso pronunciado pelo ministro Araújo Castro na abertura da XVIII sessão da Assembleia Geral da ONU, em 19 de setembro de 1963, oração que constitui a melhor síntese do que foi e do que poderia ter sido a Política Externa Independente.

Os documentos ora publicados foram coligidos, preponderantemente, entre as circulares que, dirigidas aos postos no exterior, compendiam, por assim dizer, os fatos e posturas mais relevantes de nossa política externa: discursos, entrevistas à imprensa, que revelam a face pública da atividade diplomática, e instruções, que vão ao âmago do processo decisório. Foram pesquisados nos arquivos do Itamaraty, no Rio de Janeiro, com a colaboração do arquivo de Brasília. Recorremos também ao Arquivo Nacional e, para os textos da imprensa, à Biblioteca Nacional. Não encontramos entre os papéis deixados pelos ministros Hermes Lima e Evandro Lins, que procuramos prospector, documentos relevantes para nosso tema. Segundo nos foi informado, os três ministros, responsáveis pela pasta no período, não deixaram arquivos particulares que nos revelassem documentos pertinentes à nossa pesquisa.

Cabe ainda ressaltar que a seleção dos documentos foi condicionada pelas imposições editoriais e pelo fato de que os arquivos do Itamaraty relativos ao período se encontram em Brasília, longe, portanto da sede do CHDD. Os estudiosos poderão, certamente, identificar algumas lacunas, mas pensamos que o material publicado contém o essencial para o conhecimento de uma fase importante de nossa política externa.



Privilegiamos os temas multilaterais, mais significativos e de maior repercussão internacional, em detrimento das questões bilaterais. Além de declarações e entrevistas à imprensa e pronunciamentos de caráter geral, do chefe de Estado, do ministro do Exterior ou do secretário-geral, incluímos alguns textos da autoria de funcionários, como os já citados, porque reveladores do processo decisório do ministério e de como se estruturava o pensamento político da chancelaria. Embora recentemente publicado (in *O Brasil nas Nações Unidas*, Luiz Felipe de Seixas Corrêa, organizador, FUNAG, Brasília, 2007), julgamos que o texto do discurso do ministro Araújo Castro na abertura do debate geral da XVIII Assembléia Geral da ONU, em setembro de 1963, um dos mais importantes documentos sobre a Política Externa Independente, não poderia faltar a este volume.

A maior parte dos documentos foi transcrita na sua íntegra; nas poucas exceções, as linhas pontilhadas indicam os trechos não transcritos. A ortografia foi atualizada.

A pesquisa foi realizada no arquivo do Itamaraty, no Rio de Janeiro e Brasília; no CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, e na Biblioteca Nacional. Contou com a colaboração de Tiago Coelho Fernandes, que supervisionou a transcrição, feita por Rael Fizon Eugênio dos Santos, Roberta Cristina da Silva Cruz, ambos da UFF, e Dayane da Silva Nascimento, da UERJ, todos estudantes de história, estagiários no CHDD.

À guisa de introdução, publicamos o estudo do professor Paulo Gilberto Fagundes Vizontini, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, grande conhecedor do tema, cuja colaboração muito agradecemos. Permite a contextualização dos documentos e nos dá uma interessante visão do que foi a PEI. É, de certa forma, o primeiro trabalho interpretativo estimulado pelo presente livro, ao qual – assim esperamos – outros sucederão.

Alvaro da Costa Franco



A Política Externa Independente (1961-64): história e diplomacia

Paulo Fagundes Vizentini*

A política externa nacionalista e independente do Brasil deve objetivar o interesse nacional do desenvolvimento. Política externa para o desenvolvimento significa que (...) nossa ação diplomática deve ser motivada principalmente pela preocupação de assegurar os meios e recursos de ordem externa necessários à expansão da economia brasileira, com vistas a contribuir para a crescente emancipação política e social da comunidade nacional.

A política externa para o desenvolvimento, nacionalista e independente, identifica de imediato a posição internacional do Brasil como a de um dos protagonistas de maior responsabilidade no contexto do conflito Norte-Sul, que opõe as nações ricas às nações pobres.

(Editorial da revista *Política Externa Independente*, número 3, 1965.)

A Política Externa Independente, que identificou o discurso diplomático brasileiro de janeiro de 1961 a março de 1964, tem sido considerada por muitos como uma experiência perdida entre dois períodos de alinhamento com os Estados Unidos. Outros a consideram uma mera manobra tática, tanto em termos de política interna como externa. Não poucos vêem nela um exercício de voluntarismo inconsequente, que teria contribuído para o desencadeamento do golpe de 1964, enquanto alguns a consideram uma

* Professor titular de História das Relações Internacionais da UFRGS (paulovi@ufrgs.br).
As opiniões expressas neste ensaio são de responsabilidade exclusiva do autor.



tentativa corajosa de buscar autonomia internacional, com base nas necessidades do desenvolvimento industrial do Brasil. Provavelmente, todos têm razão, de uma ou de outra maneira. Mas, talvez, seja necessário acrescentar que ela marcou o ponto de inflexão em nossa história diplomática, com o início de uma nova fase da política externa brasileira: a *mundial e multilateral*.¹ Depois de um longo período, que se iniciou na colônia e se estendeu até o fim do século XIX e foi marcado pela inserção voltada para a Europa e a construção do espaço nacional, houve uma segunda fase, definida pela lógica hemisférica e pela aliança com os Estados Unidos.

Os anos 1950 haviam sido marcados por uma crescente politização e polarização da política externa, com o antagonismo entre as correntes do *americanismo* (“entreguismo”) e do neutralismo (“nacionalismo”), segundo José Humberto de Brito Cruz.² A primeira posição seria expressa pelo general Golbery do Couto e Silva e pela Escola Superior de Guerra (ESG), enquanto a segunda era inspirada por Hélio Jaguaribe e pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Com base nas tensões e na experiência acumuladas nesse período, mas especialmente devido à lógica inerente ao processo de industrialização, os limites foram rompidos e o Brasil buscou explorar a relação com outras regiões do planeta e, por meio dessa, renegociar a cooperação com Washington.³ A Operação Pan-Americana (1958), iniciativa do governo Kubitschek, embora focada ainda no âmbito hemisférico e convergente com os EUA, demonstrou uma nova postura em termos de protagonismo e de esfera de atuação, a multilateral. Assim, a OPA prenunciava uma mudança de postura diplomática.

O crescimento econômico acelerado ocorrido no governo JK trouxera algumas consequências indesejáveis e, em 1961, a crise econômica atingia níveis preocupantes. A depreciação dos preços dos produtos primários

¹ N.A. – SILVA, José Luiz Werneck da. *As duas faces da moeda: a política externa do Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Univerta, 1990.

² N.A. – CRUZ, José Humberto de Brito. Aspectos da evolução da diplomacia brasileira no período da Política Externa Independente. *Cadernos do IPRI*, Brasília: FUNAG, n. 2, p. 65-78, 1989. “Ensaio da História Diplomática do Brasil (1930-1986)”.

³ N.A. - VIZENTINI, Paulo. *Relações Exteriores do Brasil (1946-1964). O nacionalismo e a Política Externa Independente*. Petrópolis: Vozes, 2004.



exportados pelo Brasil era expressiva, enquanto os EUA já não absorviam um grande volume de exportações brasileiras. Tratava-se do declínio da complementaridade entre as duas economias. A inflação, a dívida externa, as pressões do FMI e a falta de investimentos internacionais completavam o quadro. Acentuara-se o déficit provocado por uma saída de capitais superior ao seu ingresso. No plano sócio-político, a realidade nacional apresentava uma nova faceta. A eleição de Jânio Quadros contou com o dobro de sufrágios em relação à de 1945, evidenciando quantitativamente uma mudança que era, em essência, qualitativa. A urbanização e a industrialização haviam alterado o perfil da sociedade brasileira, dando, assim, novo sentido à atuação política e à prática dos dispositivos da Constituição de 1946, uma e outra sob pressão de segmentos populares e das classes médias. Essa situação refletiu-se na política exterior brasileira, que, cada vez mais, passou a ser objeto de disputas ideológicas e galgou posição importante no debate político nacional.

O contexto mundial, por seu turno, apresentava transformações significativas, no início dos anos 60. A Comunidade Econômica Européia e o Japão haviam completado sua recuperação econômica e se voltado à competição econômica, em algumas áreas, com os EUA, rearticulando certa clivagem entre os países desenvolvidos. O processo de descolonização – ao estender o sistema westfaliano ao conjunto do planeta, com a emergência de dezenas de novos Estados independentes – mudava significativamente a face do sistema mundial. A atuação política desses países alterava sensível e progressivamente o equilíbrio da ONU e encontrava expressão e continuidade no nascente Movimento dos Países Não-Alinhados. Pode-se afirmar que, só então, o Terceiro Mundo materializava-se como realidade influente nas relações internacionais, tendendo a esboçar uma terceira posição. O campo socialista, sob hegemonia soviética, consolidava-se no plano econômico e diplomático, tornando-se uma nova alternativa dentro do sistema mundial, enquanto a Revolução Cubana produzia um forte impacto na América Latina e obrigava a política norte-americana a uma importante mudança de perspectiva.





É nesse contexto interno e externo que conservadores, como o presidente Jânio Quadros e seu chanceler Afonso Arinos, formalizaram a diplomacia caracterizada como *uma política externa independente* (PEI), melhor definida e aprofundada pelo chanceler San Tiago Dantas (quando passa à maiúscula). O impacto que a personalidade de Jânio Quadros exerceu não pode ser minimizado. Durante a campanha e depois de eleito, ele sinalizou claramente a emergência de uma nova linha diplomática, indo a Havana e Moscou, com vistas a produzir impacto na imprensa. Seu adversário, nacionalista e “de esquerda”, não teve coragem para tanto. Era necessário romper com certas posturas diplomáticas, que estavam se tornando anacrônicas e disfuncionais.

Os princípios da PEI podem ser aglutinados em cinco postulados básicos:

- a) a defesa da paz, da coexistência pacífica e do desarmamento geral;
- b) o apoio aos princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos, dentro da estrita obediência ao direito internacional;
- c) o suporte à emancipação dos territórios ainda não autônomos, sob qualquer designação jurídica;
- d) autonomia na formulação de projetos de desenvolvimento econômico e na implementação de ajuda internacional;
- e) a ampliação dos mercados externos para a produção brasileira, através de facilidades alfandegárias em relação à América Latina e da intensificação do comércio com todos os países, inclusive os da comunidade socialista.⁴

Taticamente, a PEI retomava certas linhas básicas da Operação Pan-Americana, agora numa conjuntura mais favorável. Buscava, também, alcançar uma posição de maior autonomia diplomática, ampliando sua atuação do subsistema regional para o sistema mundial, através da exploração das possibilidades oferecidas pelo novo contexto internacional. A par des-

⁴ N.A. – SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. *Política Externa Independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962. p. 6.



ses aspectos, a Política Externa Independente empregou o nacionalismo como forma ideológica de integração dos esforços para promover a industrialização brasileira, que, paralelamente, tanto carregava apoio interno durante os momentos de crise, quanto articulava forças políticas visando a resistir às pressões dos EUA, que contribuíam para a obstrução do desenvolvimento nacional. Nesse sentido, a postura de converter a política externa num instrumento para a concretização de um projeto nacional de desenvolvimento, já esboçada pelos governos dos anos 50, amadurece.

Além disso, a situação de crise aguda fez com que as vacilações anteriores fossem deixadas de lado. Finalmente, há que salientar a influência da concepção nacionalista de De Gaulle nessa política, a qual considerava indispensável a auto-afirmação dentro da aliança ocidental, criticando a subordinação ao Estado hegemônico na luta contra o adversário comum. Quadros apresentava a PEI não como uma terceira, mas, sim, como uma “quarta posição” nas relações internacionais, já que a tinha não como neutralista ou não-alinhada, apesar do seu evidente parentesco com estas duas atitudes. Em seu modo de ver, ela se caracterizava, pragmaticamente, pela defesa da independência em relação aos blocos, pelo estabelecimento de relações econômicas com todos os Estados, mantendo, entretanto, os princípios democráticos e cristãos. Ou seja, como *quase neutralismo*.

Apesar de seu curto governo (sete meses), Jânio Quadros revolucionou as relações exteriores do Brasil. A heterodoxia diplomática contrapunha-se, entretanto, à ortodoxia político-econômica interna, a qual visava a conquistar a confiança da comunidade financeira internacional. O programa de austeridade recebeu aplausos do FMI, o que permitiu um melhor tratamento para a dívida externa e um relativo sucesso no plano econômico externo, mas que se revelou apenas um alívio temporário. O Itamaraty passou por uma ampla reestruturação, ampliando-se sua capacidade de ação e criando-se setores especializados em assuntos africanos e leste-europeus.

Os poucos meses de governo Quadros foram bastante movimentados no campo da política exterior. No tocante às relações com o campo socialista, iniciaram-se as providências para o reatamento diplomático com a URSS e foi enviada a missão João Dantas à Europa Oriental, para tratar



do estreitamento de vínculos comerciais, particularmente com a República Democrática Alemã. À República Popular da China, dirigiu-se uma missão oficial, encabeçada pelo vice-presidente João Goulart. A inclusão, na agenda da ONU, da questão sobre o ingresso da República Popular da China naquela organização recebeu apoio brasileiro. Além disso, o presidente condecorou o cosmonauta Iuri Gagarin e os integrantes da Missão de Boa-Vontade da União Soviética. A oposição a essa política foi ferrenha por parte dos grupos conservadores, mas Jânio não pareceu se intimidar.

Com relação ao Terceiro Mundo, Quadros apoiou explicitamente o processo de descolonização, particularmente da África portuguesa. A firmeza do presidente frente a Lisboa evidenciou-se, por exemplo, quando contrariou Salazar no incidente do navio português *Santa Maria*. O apoio à descolonização da África lusitana possuía objetivos materiais bem definidos, pois a manutenção de vínculos entre as colônias (concorrentes da produção primária brasileira) e suas metrópoles dificultava as exportações nacionais, além do que as jovens nações constituíam um mercado alternativo (troca de produtos industriais pouco sofisticados por petróleo). Quadros considerava que o Brasil, por sua dupla origem européia e africana e pelo fato de não haver sido uma potência colonial, poderia servir de ponte para África. No mundo afro-asiático, foram criadas várias embaixadas e consulados. Foram enviados, também, observadores diplomáticos à Conferência Neutralista do Cairo e à Conferência dos Não-Alinhados, em Belgrado. Essa postura terceiro-mundista representava uma alteração sem precedentes dentro da política exterior brasileira.

No tocante ao subsistema regional, as tensões não foram menos graves. A Revolução Cubana adquirira tal repercussão continental que levou os EUA a alterar sua política latino-americana, transitando do descaso dos anos 50, em relação aos pedidos de ajuda ao desenvolvimento, à implantação de um vasto programa de auxílio externo, de nítido conteúdo reformista – a Aliança para o Progresso, que esvaziou o que restava da Operação Pan-Americana. Tal aliança era, claramente, uma resposta da administração democrata de Kennedy ao desafio representado por Havana. O Brasil a considerava insuficiente, mas necessária, pois a ALPRO era afinada à ideologia da Política Externa Independente em seu chamado reformista. Afinal, segundo o discurso oficial, esta buscava “o interesse do



Brasil, visto como um país que aspira ao desenvolvimento e à emancipação econômica e à conciliação histórica entre o regime democrático representativo e uma reforma social capaz de suprimir a opressão da classe trabalhadora pela classe proprietária”.⁵ Apesar dessa alteração na conduta de Washington, a diplomacia brasileira acabou defendendo a não-intervenção e a autodeterminação em relação a Cuba.

Em abril de 1961, fracassava o desembarque contra-revolucionário apoiado pela CIA na Baía dos Porcos. O Brasil preocupava-se sobremaneira com os rumos dos acontecimentos e aproveitava a situação para implementar uma aproximação com a Argentina. Alguns dias depois do fracasso da Playa Girón, foi assinado o Tratado de Uruguaiana, prevendo consultas mútuas no campo das relações exteriores, o intercâmbio de informações e a aproximação econômica Brasil-Argentina, esta aberta aos demais países latino-americanos. Logo em seguida, Quadros condecorou o ministro da Economia, “Che” Guevara, quando este retornava de Punta del Este, onde fora lançada a Aliança para o Progresso. Tratava-se da afirmação da autonomia brasileira face aos EUA, embora de forma teatral.

Obviamente, a linha de Quadros na política exterior despertou ferverna oposição. Premido por contradições crescentes, o presidente renunciou, na esperança de receber poderes excepcionais; mas, o golpe de Estado falhou e teve início uma crise política que teria seu desfecho somente em 1964. Os militares e os setores conservadores negaram-se a permitir o regresso do vice-presidente João Goulart, que se encontrava na China. Foi preciso que o Movimento pela Legalidade, deflagrado a partir do sul pelo governador Leonel Brizola – com suporte do III Exército, contando com apoio da esquerda e de amplos segmentos populares – garantisse a posse de Goulart, embora com poderes limitados pela adoção do parlamentarismo, que vigorou até janeiro de 1963. O governo Goulart teria, permanentemente, um caráter improvisado, gastando boa parte de seu esforço na tentativa de ocupar o espaço institucional que lhe era devido, para enfrentar a crise que se agravava perigosamente.



⁵ N.A. – SAN TIAGO DANTAS, op. cit., p. 5.





Durante o gabinete Tancredo Neves, San Tiago Dantas ocupou o Ministério das Relações Exteriores, levando a PEI ao seu auge e concretizando algumas providências iniciadas no governo Quadros, como, por exemplo, o reatamento com a URSS. A animosidade americana para com o governo brasileiro e sua diplomacia intensificou-se com a posse de Goulart e agravou-se, em janeiro de 1962, durante a Reunião dos Chanceleres Americanos em Punta del Este. Nela, o Brasil defendeu a negociação de um acordo de obrigações negativas com Havana, para evitar a adesão da ilha ao campo soviético, bem como a possibilidade de intervenção americana. Cuba foi expulsa da OEA, com a abstenção do Brasil e de outros países. Além disso, a encampação de empresas estrangeiras, promovida por Brizola e outros governadores, e a aprovação da lei limitando a remessa de lucros ao exterior levaram Brasília à rota de colisão com Washington. O FMI interrompeu seus empréstimos ao Brasil, obrigando Goulart a retomar o caminho latino-americano esboçado por Quadros em Uruguiana. Um dos resultados dessa política, além de maior acercamento à Argentina, foi a viagem presidencial ao México.

A escalada do antagonismo Brasil-EUA aprofundava-se, com atitudes como a condenação implícita do Brasil à política nuclear americana e o voto contra as explosões atômicas na atmosfera, ambas assumidas durante a Conferência sobre Desarmamento em Genebra. Embora o fato, em si, não fosse decisivo, a conjuntura regional e o estado das relações bilaterais conferiam-lhe certa gravidade. Mais sério fora, sem dúvida, a questão da remessa de lucros e as encampações promovidas por Leonel Brizola (e outros governadores), cuja audácia irritava profundamente o governo americano. Uma última possibilidade de acordo deu-se com a ida de San Tiago Dantas a Washington, então na qualidade de ministro da Fazenda. O regime parlamentarista e a instabilidade político-social levaram o governo a promover várias reformas ministeriais. Em julho de 62, Dantas foi substituído por Afonso Arinos na chancelaria, que, em setembro, passou a ser ocupada por Hermes Lima. Em junho de 63, Evandro Cavalcanti Lins e Silva tornava-se titular do cargo e, em agosto, Araújo Castro, permanecendo este até a derrubada do governo, em 64. O presidencialismo, por seu turno, fora



restabelecido em decorrência da emenda constitucional baseada no plebiscito de janeiro de 1963.

As concessões feitas por Dantas aos americanos visavam à liberação de recursos para o Brasil. Descontente com o que qualificou de “negociata”, quanto às encampações, Brizola ocupou uma cadeia de rádio, denunciando os acordos que iam ser assinados por Goulart. As profundas repercussões políticas levaram à queda de San Tiago Dantas, a qual eliminou a possibilidade de qualquer acordo com Washington. Signo dessa atitude foi a renúncia de Roberto Campos, embaixador nos EUA. Estes fatos coroaram um processo de inviabilização da PEI, iniciado com a Crise dos Mísseis de outubro de 1962, quando a argumentação até então defendida pela diplomacia brasileira perdeu sua sustentação material.

A partir desse momento, a ingerência americana na política interna brasileira, concretamente na preparação da derrubada do governo João Goulart, passou a ser decisiva. Todavia, não se pode afirmar que a PEI executada por Goulart não tenha procurado acordos com Kennedy, com quem tinha boas relações e, até, adotado certa postura conservadora. Ele acatou a negação de vistos de entrada a personalidades mundiais que desejavam participar do Congresso Internacional da Solidariedade a Cuba, em abril de 1963, e demonstrou certa frieza para com os movimentos de libertação da África portuguesa, que buscavam a solidariedade do Brasil.

A CIA intensificou o apoio a setores conservadores, que articulavam a formação de grupos paramilitares, e a entidades como o IPES e o IBAD, além de infiltrar agentes no nordeste brasileiro, temendo as Ligas Camponezas. Afinaram-se os contatos conspiratórios entre os norte-americanos e os civis e militares, assim como com os governos estaduais anti-Goulart, concedendo a estes últimos recursos da Aliança para o Progresso, sem que satisfações fossem dadas ao governo central. Os EUA, pouco antes humilhados em Cuba, reagiam tentando evitar o que consideravam uma revolução (ou uma desintegração) em marcha no Brasil e enfrentando o nacionalismo populista em todo o continente. Paralelamente, a Casa Branca ampliava seu grau de envolvimento no Vietnã, embora numa ação de outra natureza. O assassinato de Kennedy, em novembro de 1963, também fez parte – muito provavelmente – dessa ampla reação.



Preparava-se o golpe de Estado, com o apoio americano, enquanto o país mergulhava na bancarrota econômico-financeira e na radicalização política. Este quadro levou o governo a uma quase imobilidade e falta de reação quanto às investidas de Lacerda, ao contrabando de armas vindas do exterior, à ação de propaganda ideológica dos institutos, ao adestramento das polícias estaduais pelos EUA – através do Ponto IV, um programa de assistência técnica criado por Truman – e à atuação aberta da embaixada americana (que obtivera uma quota exagerada para a entrada de cidadãos americanos), dentre tantos outros incidentes. O próprio Estado nacional e a burocracia federal pareciam desconectar-se, com São Paulo, Minas Gerais, Guanabara e outros estados atuando à revelia do governo central no estabelecimento de contatos internacionais.

O marechal Castelo Branco pressionava o governo a renovar o Acordo Militar com os EUA, vigente desde 1952 e que Goulart protelava. Ele foi revalidado em 30 de janeiro de 1964. Os fatos se precipitaram, culminando com a deposição de Goulart, em 2 de abril. A mudança operada na política externa do país, a partir de então alinhada com Washington, evidencia a aversão americana à Política Externa Independente. Mas, essa situação caracterizou apenas os primeiros governos militares, pois a linha relativamente autônoma da diplomacia voltada para o âmbito mundial da PEI, retornaria à cena com o Pragmatismo Responsável, na primeira metade dos anos 70, embora de forma menos politizada.⁶



A Política Externa Independente é interpretada de forma diferente pelos diversos estudiosos. Para fins acadêmicos, essas interpretações podem ser agrupadas em três abordagens: diplomática, econômica e social. A abordagem diplomática é constituída por três teses: uma considera a PEI

⁶ N.A. – FONSECA JR., Gelson. Mundos diversos, argumentos afins: notas sobre aspectos doutrinários da política externa independente e do pragmatismo responsável. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (Org). *Sessenta anos de Política Externa Independente*. São Paulo: Cultura, 1996. v. 1. p. 329.



como uma resposta da política externa brasileira às aceleradas transformações internacionais, em particular o surgimento de novos atores, ou a modificação do caráter de alguns, cujas necessidades e anseios estavam fora dos centros dominantes; outra tese, derivada da anterior, vê a PEI como uma política conscientemente utilizada para questionar o *status quo* e negociar uma nova forma de inserção internacional para o país, ou, dito mais claramente, renegociar a forma de subordinação; a terceira tese centra a atenção nas relações Brasil-EUA e sua crescente deterioração, entendendo a PEI como uma forma de reação nacionalista à hegemonia norte-americana.

A abordagem econômica, por sua vez, também se desdobra em três teses. A primeira delas considera a PEI como uma reação à deterioração dos termos do comércio exterior, devida sobretudo à queda continua dos preços das matérias-primas, daí a busca constante de novos mercados. A segunda tese é, de certa forma, um aprofundamento e ampliação da anterior, e entende a PEI como instrumento diplomático do *interesse nacional*, isto é, como elemento do processo de desenvolvimento industrial brasileiro. A terceira tese considera a PEI uma política de país capitalista dependente que esboça já traços de um “subimperialismo”, o qual reage à potência dominante, mas procura garantir sua própria área de influência.

Finalmente, a abordagem sociológica é expressa por uma tese que interpreta a PEI primordialmente como resultado das transformações internas da sociedade brasileira, tais como o surgimento de novos segmentos sociais, em função da acelerada urbanização e industrialização do país, e dos efeitos políticos daí decorrentes.

Na perspectiva deste ensaio, os diferentes enfoques acima apresentados não são excludentes entre si. Bem ao contrário. Considera-se que abarcam distintos aspectos de uma mesma realidade histórica, produzidos pela observação a partir de ângulos e interesses teóricos específicos. Nesse sentido, trata-se de segmentos de uma mesma totalidade, a qual não constitui, entretanto, mera soma ou simples interação entre diferentes fatores igualmente importantes. Existe um enfoque que, em última instância, confere razão de ser aos demais e constitui o fio condutor do processo histórico.



A partir desses elementos teóricos e dessa realidade histórica, considera-se que a Política Externa Independente constituiu um *projeto coerente, articulado e sistemático, visando a transformar a atuação internacional do Brasil*. Até então, a diplomacia brasileira havia sido basicamente o reflexo da posição que o país ocupava no cenário mundial. Assim, a “política externa para o desenvolvimento”, que Vargas ensaiou nos anos 30, era ainda parte de uma conjuntura específica, que se alterou a partir da guerra. Durante os anos 50, entretanto, devido ao processo de industrialização brasileiro e à progressiva alteração do contexto internacional, e sobretudo a partir da passagem dos anos 50 e 60, a política externa procurou tornar-se um *instrumento indispensável para a realização de projetos nacionais*, no caso, a industrialização e o desenvolvimento de um capitalismo moderno. Este constitui o elemento dinâmico da PEI, dentro do qual os demais fatores devem ser entendidos. É este o plano que confere sentido ao nacionalismo que marcou o período. Sem dúvida, a emergência e a concretização deste projeto foram marcadas por tensões e até contradições, visíveis em todos os governos entre 1951 e 1964, e especialmente no seu fracasso.

Tendo em consideração este elemento primordial, torna-se mais objetiva a aglutinação dos múltiplos fatores que interagiram na formulação daquela linha para as relações exteriores do Brasil. A postura diplomática que atingiu o seu ponto culminante na Política Externa Independente decorreu, em larga medida, de alguns fenômenos internos da sociedade brasileira. Esses foram tanto de natureza econômico-social como político-ideológica. Quanto ao primeiro aspecto, é fundamental a relação existente entre a política exterior executada pelo Brasil e as necessidades, tanto táticas quanto estratégicas, de seu projeto de desenvolvimento industrial substitutivo de importações. Pode-se salientar que a própria implementação do desenvolvimento industrial nacional entrava em choque, em muitos pontos, com os interesses da potência hegemônica. A esse marco mais geral, pode-se acrescentar que estes choques ampliavam-se e explicitavam-se com intensidade nos momentos de crise econômica, especialmente quando do estrangulamento do setor externo. Neste contexto, a diplomacia brasileira reagiu de forma ousada, colocando em prática muitos elementos de sua retórica nacionalista.



Ao lado dos aspectos materiais, ligados à tentativa de uma nação periférica de barganhar a reformulação de sua relação de dependência, deve-se considerar os fatores político-sociais internos. Os anos 50 constituíram a década da emergência dos setores populares e segmentos médios no quadro de um regime democrático-liberal e de uma sociedade em acelerada urbanização. Esta base social ampliada, à qual se acrescentou uma articulada burguesia nativa (ligada, sobretudo, à produção de bens de consumo populares), daria razão de ser ao nacionalismo, que, a partir de 1951, constituiu uma espécie de ideologia oficial do populismo brasileiro. O nacionalismo agregava ao Estado maior legitimidade, como representação dos interesses coletivos, coroando certos interesses convergentes entre o operariado e este setor da burguesia brasileira.

A Política Externa Independente também estava vinculada aos fenômenos externos, numa época de grandes transformações no sistema internacional. A orientação diplomática da PEI respondia à atitude dos EUA com relação à América Latina, percebida como de “descaso” até a Revolução Cubana. Esse fenômeno caracterizava-se pela ausência de investimentos públicos norte-americanos para a área de infra-estrutura. O “descaso” transformava-se em forte pressão política e econômica quando as nações latino-americanas tomavam qualquer atitude visando a modificar, ainda que parcialmente, as relações de dependência, para lograr o desenvolvimento nacional.

Igualmente importante foi a adaptação da política exterior brasileira às transformações do sistema internacional em fins dos anos 50 e início dos 60, tais como: a recuperação econômica da Europa Ocidental e Japão, como alternativas comerciais e de financiamento do desenvolvimento; a descolonização, particularmente da África, que, ao tornar-se independente, perdia vantagens tarifárias como concorrente brasileira e tornava-se um mercado alternativo de produtos industriais; a consolidação do campo socialista, em especial a emergência da URSS à condição de potência mundial, constituindo elemento de barganha brasileira com os EUA e mercado potencial; o surgimento do Movimento dos Países Não-Alinhados, decorrente da emergência do Terceiro Mundo no cenário mundial, movimento cujas posturas no campo político e econômico interessavam à diplomacia



brasileira; e a Revolução Cubana, cujo impacto na América Latina iria redefinir a estratégia americana. O novo contexto internacional repercutiu no Brasil, permitindo ao país transitar de uma diplomacia voltada primordialmente ao subsistema regional, para o âmbito de uma diplomacia realmente mundial.

José Humberto de Brito Cruz também introduz um elemento importante na análise da PEI – sua divisão em três fases bem demarcadas:

Na primeira, dominada pela personalidade enigmática de Jânio Quadros – cujas simpatias por De Gaulle, Nasser e Tito são bem conhecidas –, a diplomacia brasileira opera num quadro conceitual que é, no essencial, o mesmo do neutralismo, distinguindo-se deste apenas por motivos concernentes à estratégia de obtenção, para o Brasil, de uma posição de liderança no Terceiro Mundo. Numa segunda fase (agosto de 1961 – outubro de 1962), verifica-se uma certa continuidade da linha anterior, mas a polarização ideológica no plano interno tende a relegar a PEI para um plano secundário da vida nacional. À medida que evolui a crise interna, a diplomacia independente torna-se um peso para o governo parlamentarista, que se via, ainda, na contingência de ter que abrandar o tom no relacionamento com os EUA, a fim de aplacar a gritaria conservadora interna. Na fase final (1963–1964), sob a influência de Araújo Castro, a PEI revigora-se e, valendo-se de um cenário internacional propício, abandona definitivamente toda afinidade com o neutralismo, encontrando na questão do desenvolvimento um veio diplomático que já se revelava riquíssimo quando a experiência foi interrompida pelo golpe militar – o que não impediu, diga-se de passagem, que o mesmo veio fosse retomado, posteriormente, pelos próprios governos militares.⁷

O fracasso da Política Externa Independente está associado à queda do populismo no Brasil. Desde a segunda metade de seu governo, João Goulart não conseguia mais controlar a situação interna e foi empurrado

⁷ N.A. – CRUZ, op. cit. p. 75.



pelos setores esquerdistas para uma radicalização, o que acirrou perigosamente as contradições do regime. O agravamento dos confrontos sociais e políticos, além de paralisar a economia e levar os EUA a uma reação sem precedentes, ameaçou as próprias bases capitalistas do projeto populista, deixando o governo sem alternativas, o que explica sua paralisia nos momentos finais. Sem um mínimo de consenso interno, a política exterior passou a atuar no vazio e às palavras não correspondiam os atos.

Tanto no plano interno como externo, a PEI esteve no cerne do contexto que levou à reação conservadora e seu fracasso tem de ser relativizado. Tratava-se de uma experiência inédita, que tirava a diplomacia brasileira de suas modestas perspectivas regionais e reativas, arrojando-a a uma dimensão internacional e a uma postura ativa. Essa mudança estava associada às necessidades do desenvolvimento econômico, mas sofreu um retrocesso durante os primeiros anos do regime militar, o qual adotou uma orientação ideológica de segurança nacional e alinhamento com os EUA. Entretanto, a Política Externa Independente revelou-se muito mais precoce, do que equivocada, pois alguns de seus postulados foram retomados pela diplomacia dos militares, ao final da primeira metade dos anos 70, com o chamado Pragmatismo Responsável (embora já tivesse sido encaminhada nos governos Costa e Silva e Médici). Nessa ocasião, o Brasil voltou a buscar maior margem de manobra no plano internacional, retornando a uma política exterior realmente de dimensões mundiais e destinada à consecução de objetivos econômicos internos, embora usando uma linguagem menos ideológica.

Porto Alegre, 14 de julho de 2008.





GESTÃO

Hermes Lima





DOCUMENTO 1

Palavras do ministro Hermes Lima ao receber o cargo de ministro das Relações Exteriores

Palácio Itamaraty, 24 de setembro de 1962.

O mundo atual é um mundo intranquilo, cheio de problemas tanto na ordem interna dos países como na ordem internacional. A posição do Brasil sempre foi voltada para o bom entendimento entre os povos e é exatamente essa política tradicional, mantida em função das próprias circunstâncias e da própria evolução do mundo, que, hoje, o Itamaraty, honrando sua tradição, oferece ao mundo.

Tal contribuição é, como sempre, valiosa aos problemas da paz e do entendimento entre os povos. Não importa que essa paz e esse entendimento estejam difíceis, pois o que importa é não descurar de uma política de lucidez, solidariedade humana e continental, no sentido de oferecer ao povo do mundo inteiro e ao povo da América a paz e a tranquilidade de que tanto necessitam. (JB)





DOCUMENTO 2

Notícia sobre a posse do primeiro-ministro Hermes Lima no cargo de ministro das Relações Exteriores, publicada pelo jornal *O Globo* Em 25 de setembro de 1962.

O primeiro-ministro Hermes Lima, ao assumir ontem, cumulativamente, a função de chanceler, disse que a posição do Brasil sempre foi voltada para o bom entendimento entre os povos e, conseqüentemente, para a paz, e que é exatamente essa política o que o Itamaraty oferece ao mundo.

Frisou o chefe do governo que, embora essa paz e esse entendimento estejam difíceis, o que importa é não descurar de uma política de lucidez, solidariedade humana e continental, no sentido de oferecer ao povo do mundo inteiro e ao povo da América a paz e a tranqüilidade de que tanto necessitam.

A cerimônia

O pronunciamento do sr. Hermes Lima foi feito na rápida oração com que recebeu o cargo de chanceler, que lhe transmitiu o embaixador Carlos Alfredo Bernardes, subsecretário de Estado. A cerimônia foi das mais rápidas já realizadas no MRE e reuniu a Casa de Rio Branco, ministros de Estado e autoridades federais e estaduais, além dos funcionários do Itamaraty.

Renovação constante

Ao entregar o cargo de ministro das Relações Exteriores, o embaixador Alfredo Bernardes, que continuará como subsecretário, salientou que o primeiro-ministro recebia um Itamaraty empenhado em constante processo de renovação das linhas mestras de nossa política externa, para sincronizá-las com os grandes e profundos acontecimentos que marcam a atual conjuntura internacional.

Disse o diplomata que está o Itamaraty empenhado na obra que lhe compete, de auscultar as grandes correntes econômicas, políticas e sociais hodiernas e traduzi-las em termos de interesse nacional.



Primeiros contatos

O sr. Hermes de Lima passou a tarde de ontem tomando contato com a rotina administrativa do Itamaraty. Recebeu vários chefes de departamento e divisão, a fim de inteirar-se dos problemas em andamento no MRE. À noite, participou de uma reunião da COCAP, órgão dinamizador da parte brasileira da Aliança para o Progresso, durante a qual começou o estudo das teses e da posição brasileira à reunião do CIES, mês que vem, no México.





DOCUMENTO 3

Discurso do presidente João Goulart na cerimônia de diplomação dos alunos do Instituto Rio Branco, em 22 de outubro de 1962

Circular n. 4.461, de 29 de outubro de 1962.

É para mim motivo de particular satisfação presidir esta solenidade, não só pelo ensejo de dirigir a palavra à mais nova turma de diplomandos do Instituto Rio Branco, como também para exprimir a importância que empresto à formação de diplomatas capazes de arcar com a árdua tarefa que, nos dias de hoje, recai sobre a diplomacia brasileira.

Na conduta das relações internacionais, cabe ao diplomata ser intérprete fiel de seu país perante o mundo, projetar as aspirações mais profundas de seu povo e assumir a defesa, no exterior, dos interesses fundamentais da nação.

Essas responsabilidades se acentuam e se revestem de um significado especial, no momento em que o Brasil assume, de modo definitivo, o papel que lhe cabe no cenário internacional. De uma posição em que se colocava muitas vezes como espectador perante os acontecimentos extracontinentais, o Brasil passa hoje a uma ação consciente e meditada, aceitando a responsabilidade de participar de decisões que afetam toda a humanidade. Essa tomada de posição nada tem de prematura ou acidental, mas reflete o processo irresistível do amadurecimento político do povo brasileiro.

Não poderia ser outra a política exterior de um país da grandeza territorial do Brasil, com setenta milhões de habitantes, que tem a certeza de ver coroado de êxito o seu esforço pelo desenvolvimento econômico e o progresso social. Essa política é condicionada pela avaliação objetiva das potencialidades nacionais, pela compreensão da realidade internacional, pela fidelidade aos princípios democráticos e cristãos em que se inspirou a nossa formação e pelo respeito aos compromissos e normas internacionais, entre as quais sobressaem as de segurança coletiva e as que protegem o direito de autodeterminação dos povos.



Emergimos para as responsabilidades da vida internacional numa fase crítica da história da humanidade, mas não nos devem amedrontar as dificuldades que certamente encontraremos; antes, devemos entendê-las como um incentivo para a clareza e definição de nossas atitudes. Encontramos o mundo conturbado pelo entrechoque de ideologias e forças, que geram tensões perigosas para a preservação da paz. Encontramos, igualmente, o mundo marcado pela distância cada vez maior entre nações ricas e pobres, entre grandes impérios industriais e países subdesenvolvidos, que lutam por superar o atraso de suas estruturas sociais e políticas.

Em função desses pólos divergentes, o compromisso fundamental de nossa política externa é o de salvaguardar os interesses do povo brasileiro e de pugnar incansavelmente por aquelas reivindicações que conduzem do regime democrático representativo com as *[sic]* imposições do desenvolvimento econômico e da justiça social.

Será, assim, fator essencial da política externa brasileira o alargamento de nossas relações comerciais com todas as áreas do mundo, com o incremento de nossas exportações, contrapartida da imperiosa necessidade de expansão de nossa capacidade de importar.

Por outro lado, como nação adulta, estaremos cumprindo um dever indeclinável ao participar ativamente das grandes decisões da política internacional contemporânea. Já aí, o compromisso do Brasil não é unicamente com seu povo, mas com toda a humanidade. Ainda recentemente tivemos acrescidas nossas responsabilidades com a honrosa escolha do nosso país para integrar, primeiro, a Comissão de Desarmamento e, agora, o Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A consagradora votação com que o Brasil foi eleito para o Conselho de Segurança testemunha que o sentido de nossa política internacional não divide, mas aproxima os povos; não agrava as tensões, porém, antes contribui para as atenuar e eliminar.

Na Comissão do Desarmamento, logo demos prova do nosso propósito de colaborar para o desarmamento geral e completo, formulando uma proposta de suspensão imediata das experiências nucleares, cujos termos realistas tivemos a satisfação de ver aceitos pelos representantes de todos os países interessantes, no correr dos debates da presente Assembléia Geral.



No Conselho de Segurança, havemos de dar novas demonstrações dessa convicção pacifista, que é um traço da civilização brasileira, da confiança que sempre depositamos nas soluções jurídicas para resolver ou atenuar as divergências entre os povos.

A linha fundamental da política exterior do Brasil está, hoje, como sempre esteve, na defesa intransigente do processo de soluções pacíficas para os problemas mundiais. Ao adotarmos tal diretriz, preconizada ainda há pouco pelo Papa João XXIII, com a autoridade que lhe confere o título de chefe da Igreja Católica, estamos respeitando e exprimindo o espírito cristão do povo brasileiro.

Que não haja, portanto, qualquer dúvida sobre nossas intenções: o Brasil não aceita recurso à violência como forma de solução dos conflitos internacionais. Se, por tradição histórica e formação cultural, o Brasil nunca encarou a guerra como complemento válido da negociação diplomática, não seria hoje – quando o poderio militar das grandes potências faz perigar a própria continuidade da civilização – que iríamos abdicar de nossos princípios pacifistas, favorecendo o uso da força como instrumento de ação internacional.

Para nós, a paz é um imperativo histórico cujas consequências inelutáveis são a aceitação da coexistência entre diferentes regimes políticos e sociais e a competição entre sistemas econômicos diversos. Dessa coexistência e dessa competição sairão triunfantes, estamos certos, os princípios da democracia representativa e da justiça social.

Surge aqui, então, em toda sua amplitude, a responsabilidade que recai sobre o diplomata contemporâneo. Forçado a atuar num universo marcado pela diversidade de estruturas econômicas e políticas, dele se exige o domínio de um vasto instrumental técnico, que abrange desde o direito internacional até a economia, aliado à habilidade negociadora e a uma inesgotável paciência.

Desses homens, cuja tarefa é a substituição da guerra pela negociação e o entendimento, depende, em alto grau, o bem-estar de todos os povos.

É, assim, da compreensão do papel do diplomata no mundo moderno – e, muito especialmente, das responsabilidades que pesam sobre o diplomata brasileiro – que derivo meu apreço à obra do Instituto Rio Branco.



Ministrando a jovens brasileiros uma formação sólida e eficiente, o Instituto Rio Branco vem produzindo uma geração de profissionais altamente qualificados, merecedores do reconhecimento que já lhes dispensam os meios diplomáticos internacionais.

Em cada um de vós, que hoje recebeis vossos diplomas, estou certo, não faltará a consciência dos anseios do nosso povo e a vontade firme de defender, perante o mundo, os interesses de nossa pátria. É por isso que vos saúdo, na certeza de que honrareis as responsabilidades sobre vós investidas pelo Brasil.





DOCUMENTO 4

Nota oficial do presidente do Conselho de Ministros, distribuída à imprensa, em 24 de outubro de 1962, acerca do voto do Brasil sobre a questão de Cuba, no Conselho da OEA

Circular n. 4.455, da mesma data.

O representante do Brasil no Conselho da Organização dos Estados Americanos votou favoravelmente ao projeto de resolução que prevê medidas acauteladoras da segurança interamericana, em face da denúncia da presença, em Cuba, de material de guerra de natureza ofensiva. Não deu, porém, o seu assentimento ao dispositivo do projeto de resolução que autoriza o emprego de força armada para medidas que impliquem intervenção no território cubano. Ao emitir seu voto, o embaixador Penna Marinho fez a seguinte declaração:

O bloqueio ou emprego de força armada a que se refere o artigo 3º do Tratado do Rio de Janeiro é entendido pela delegação brasileira como aquelas medidas tendentes a impedir que novos carregamentos de armas cheguem a Cuba. Esta interpretação e este voto são coerentes com a Resolução 8 de Punta del Este, aprovada pelo Brasil na parte em que se refere a impedir o envio de armas a Cuba. Bloqueio ou emprego de força armada não podem ser confundidos, nos termos do artigo 8º do Tratado do Rio, com bloqueio total dos navios que demandam Cuba ou com a invasão deste país.

Desse modo, quis o nosso representante na OEA tornar claro que o governo brasileiro não empresta seu apoio a medidas de força que violem a integridade territorial de um país independente e ponham em perigo a paz mundial. O governo brasileiro, mantendo seu inalterável propósito de trabalhar pelo entendimento entre os povos, mesmo em face da grave situação que agora se apresenta, confia em que as Nações Unidas encaminhem o problema de Cuba de modo a assegurar a manutenção da paz.

★



DOCUMENTO 5

Entrevistas do ministro Aluysio Regis Bittencourt sobre o intercâmbio com o Leste Europeu

Circular¹ n. 4.458, de 26 de outubro de 1962.

Entrevista coletiva, em 11 de outubro de 1962.

Comércio com os países socialistas

O ministro Aluysio Regis Bittencourt, secretário-geral adjunto para os Assuntos da Europa Oriental e da Ásia, prestou declarações, na tarde de hoje, sobre a política comercial com os países do Leste Europeu, tendo anunciado a possibilidade do atual nível do nosso comércio com aqueles países passar de 150 milhões de dólares para 300 milhões de dólares, nos dois sentidos. Disse que a ampliação do nosso comércio com os países socialistas é uma questão de soberania e de conveniência comercial e não, como muitos interpretam, uma questão de simpatia.

O ministro Regis Bittencourt anunciou a resolução do Conselho de Ministros, que aprovou exposição de motivos do ministro do Exterior criando o “Grupo de Coordenação”, com representantes de órgãos governamentais e associações de classe, para as competentes medidas que incrementam o intercâmbio do Brasil com os países socialistas.

Ampliação da área de vendas

Sobre a necessidade de ampliar o Brasil sua área de vendas, o ministro Regis Bittencourt declarou:

– O Brasil está-se ressentindo de dificuldades nos seus mercados exteriores, como consequência do impacto das sensíveis flutuações das relações de trocas, decorrentes da deterioração dos nossos preços externos, com reflexos naturais sobre o balanço de pagamentos.

¹ N.E. – Encaminhada às missões diplomáticas do Brasil em Moscou, Praga, Varsóvia, Bucareste, Budapeste, Belgrado, Washington (CIWA) e delegação permanente em Genebra (CEICO).



– A gravidade da evolução dos preços no nosso intercâmbio pode apreciar-se melhor pela ilustração de alguns dados simples. Tomando-se por exemplo apenas três dos nossos mais importantes produtos de exportação – café, cacau e algodão, que foram 68% do total –, observa-se que suas vendas, em 1960, representaram 373 milhões de dólares menos que se tivessem sido feitas aos preços vigentes em 1955; e 852 milhões menos em relação aos de 1954.

– Mesmo considerando-se como base o ano de 1955, que se caracterizou por um drástico reajustamento, para baixo, nas cotações do café, verifica-se que, pelas importações brasileiras em 1960, foi preciso pagar preços bem mais elevados do que seis anos antes.

– Assim, o aumento em relação às manufaturas e máquinas importadas foi de 51%, enquanto que os três produtos de exportação referidos viam reduzidos seus preços de 38%. Obtivemos alguma vantagem, é certo, em contrapartida, no caso da importação de produtos primários: por exemplo, os alimentos, sobretudo os cereais, baixaram de 27,3%; os adubos, de cerca de 20%; o petróleo bruto e o carvão, de cerca de 10%.

– Sabidas são, também, as condições dos nossos pagamentos externos, em que se acumulam, desproporcionalmente, prestações a vencer nos anos imediatos.

Aumento do intercâmbio

Perguntado sobre as possibilidades de aumento do intercâmbio do Brasil com os países comunistas, disse:

– Ao que tudo indica, as trocas podem ser substancialmente incrementadas. Em primeiro lugar, observa-se, nos países socialistas, desde algum tempo, uma tendência ao aumento dos níveis de consumo, que se poderá traduzir em um crescimento da importação de produtos brasileiros como o café, o cacau e, até mesmo, de certos tipo de manufaturas – importações até há pouco tidas como suntuárias. No que diz respeito ao café, as cifras parecem confirmar o argumento. Assim é que sua participação percentual, sobre o total das nossas exportações para a área, passou de 16% em 1953 para 45% em 1961.



Dificuldades

Analisando as dificuldades de nosso comércio exterior, alinhou entre elas o crescimento do Brasil “por saltos”, dizendo:

– A principal dificuldade, que nos parece, aliás, muito lisonjeira, é de natureza estrutural. O Brasil tem crescido por saltos, particularmente a sua indústria pesada e nas linhas de máquinas e equipamentos. Curiosamente, temos seguido, de modo espontâneo, uma forma de crescimento que apresenta resultados comuns com o modelo deliberadamente escolhido pelos países socialistas: produzir as máquinas que produzem máquinas, pelo que podemos, hoje, atingir um grau de auto-suficiência muito elevado nas nossas necessidades, neste particular.

– Os países socialistas tendem a concentrar suas ofertas no setor relativo a máquinas e equipamentos. Naturalmente, muita coisa não interessa ao mercado brasileiro. Estamos, porém, procurando corrigir essas deficiências e temos obtido um importante aumento de matérias-primas e produtos semi-elaborados. Nossa orientação é a de procurar conseguir ainda maior oferta destes tipos de bens.

– Existem outras dificuldades. As economias socialistas são centralmente planejadas, enquanto que na nossa economia, devido a uma série de circunstâncias, nem o setor público tem condições de coordenar bem as suas compras, em função de uma política de comércio internacional, nem o setor privado tem tranquilidade para pensar em planos de maior duração, porque depende de circunstâncias incontroláveis e do próprio governo, como no caso de avais, licenças, empréstimos em cruzeiros em bancos oficiais, etc.

Solução para as dificuldades

Em seguida, o entrevistado aponta o meio de vencer as dificuldades do intercâmbio entre os países socialistas:

– A solução implica um esforço de programação e a formulação e execução adequadas das medidas organizadas e convergentes para o mesmo objetivo.



– Podemos exemplificar com o problema de coordenação da ação dos diversos órgãos formuladores ou executores de aspectos parciais da política econômica do país.

– São evidentes a boa-vontade, o patriotismo e a dedicação que neles se encontram. Mas a existência de várias cadeias decisórias, que têm de ser seguidas uma a uma, geram problemas inevitáveis de saber-se a quem compete o quê e o acúmulo de papéis constituem, por vezes, obstáculos bastante difíceis. Por este motivo, deliberou o Conselho de Ministros criar, no Itamaraty, um grupo de coordenação com representantes dos principais órgãos oficiais interessados e das associações de classe.

– Note-se que a programação do comércio exterior não quer dizer que o governo pretenda chamar a si a execução das importações e exportações. Ao contrário, na política adotada, pretende-se dar ênfase às atividades do setor privado. O governo não quer forçar negócios difíceis ou sem interesse, mas, ao contrário, dar oportunidades para que o setor privado aproveite as possibilidades atualmente abertas.

Áreas tradicionais

Falando sobre a necessidade de o Brasil aumentar sua área de intercâmbio comercial, sem substituição das áreas tradicionais e sem prejuízo dos pontos de vista da democracia, o sr. Regis Bittencourt finalizou a entrevista em termos enfáticos:

– A dinamização das nossas relações econômicas com os países socialistas não constitui panacéia. De modo algum este intercâmbio tem carácter substitutivo das nossas correntes tradicionais de comércio, nem se fará em prejuízo destas.

– O bloco socialista, embora constitua, no momento, a área de grande crescimento econômico continuado do mundo e, incluída a China, compreenda mais de um terço da população e da produção de todo o globo, não alcança senão 12 por cento do comércio internacional total, ou seja, 15 bilhões de dólares, em 125 bilhões.

– A proporção de 12 por cento, acima indicada, poderá permitir-nos dobrar o atual nível de nossas trocas, isto é, passar de 150 para mais de 300



milhões de dólares, nas duas direções. Nem mesmo esta cifra representa um teto.

– Queremos expandir negócios normais e achamos perfeitamente razoável que uma importante parte do mundo, como a formada pelos países socialistas, pense a mesma coisa. As diferenças ideológicas e de concepção de vida não têm por que impedir um ajustamento objetivo do interesse de ambas as partes. A Itália – país eminentemente católico – é o maior importador de petróleo da União Soviética. As duas Alemanhas negociam amplamente. Trinta por cento do comércio da União Soviética é realizado com o Ocidente. Logo, relações comerciais devem ser feitas em termos de soberania e não de simpatia ideológica. (*Estado*)

Entrevista a O Semanário

Ampliando as suas recentes declarações à imprensa, o ministro Aluysio Regis Bittencourt, secretário-geral adjunto para Assuntos da Europa Oriental e Ásia, expôs para *O Semanário* toda a questão das relações comerciais do Brasil com o campo socialista.

Ato de soberania

Declarou inicialmente o ministro Regis Bittencourt:

– Comércio com o Leste não é questão de simpatia, é ato de soberania. Se a Alemanha Ocidental, a França, a Inglaterra e os Estados Unidos mantêm relações normais com os países socialistas, não há razão por que o Brasil não possa defender, também, os seus interesses. Estamos nos ressentindo de dificuldades decorrentes da deterioração dos nossos preços externos, nossos mercados externos, como consequência do impacto das sensíveis flutuações das relações de trocas, com reflexos naturais sobre o balanço de pagamentos.

Ilustrando, com alguns dados simples, a gravidade da evolução dos preços no nosso intercâmbio, esclareceu o ministro Bittencourt:



– Tomando-se por exemplo apenas três dos nossos mais importantes produtos de exportação – café, cacau e algodão, que formam 68% do total –, observa-se que suas vendas, em 1960, representaram 373 milhões de dólares a menos, em relação aos preços vigentes em 1955, e 852 milhões a menos, em relação aos de 1954. Mesmo considerando-se como base o ano de 1955, que se caracterizou por um drástico reajustamento, para baixo, nas cotações do café, verifica-se que, pelas importações brasileiras em 1960, foi preciso pagar preços bem mais elevados do que seis anos antes.

Preços caem

Prosseguindo, disse o ministro Bittencourt:

– Assim, o aumento em relação às manufaturas e máquinas importadas foi de 51%, enquanto que os três produtos de exportação referidos viam reduzidos seus preços em 38%. Obtivemos algumas vantagens, é certo, em contrapartida, no caso da importação de produtos primários: por exemplo, os alimentos, sobretudo os cereais, baixaram de 27,3%; os adubos, de cerca de 20%; o petróleo bruto e o carvão, de cerca de 10%. Sabidas são, também, as condições dos nossos pagamentos externos, em que se acumulam, desproporcionalmente, prestações a vencer nos anos imediatos. Na presente conjuntura brasileira, representaria, sem dúvida, um luxo – com que escassamente poderíamos arcar – a desatenção da oportunidade de ampliarmos a área das nossas vendas, que visa, justamente, a aliviar a pressão de nossas compras nas moedas em que avultam aquelas obrigações. Este, em síntese, o primeiro e mais essencial dos elementos racionais que nos obriga a considerar, com a necessária objetividade, as possibilidades que nos estão abertas no mundo socialista.

Fato irrespondível

Demonstrando de maneira objetiva o incremento das nossas trocas com o campo socialista, acentuou o ministro Bittencourt:

– Entre 1953 e 1961, o valor da totalidade do comércio exterior brasileiro decresceu, segundo uma taxa negativa de 1,4% ao ano. Em contraste,



o comércio com o Leste Europeu, no mesmo período, aumentou cumulativamente de 11,1% por ano. Nesse intervalo, a participação percentual dos países socialistas no comércio global brasileiro passou de 1,95% (1953-1954) para 5,75% (1960-1961).

O secretário-geral adjunto para Assuntos da Europa e Europa Oriental e da Ásia considera que as trocas com o Leste Europeu podem ser substancialmente aumentadas:

– Em primeiro lugar – declarou –, observa-se nos países socialistas uma tendência ao aumento dos níveis de consumo, que se poderia traduzir em um crescimento da importação de produtos brasileiros como o café, o cacau e, até mesmo, de certos tipos de manufaturas – importações até há pouco tidas comountuárias. Já em 1961, a Iugoslávia nos comprou meio milhão de dólares em tecidos de algodão. A União Soviética está interessada em adquirir calçados. No que diz respeito ao café, as cifras parecem confirmar o argumento. Assim é que sua participação percentual, sobre o total das nossas exportações para aquela área, passou de 16%, em 1953, para 45%, em 1961. Em meados deste ano, a Hungria pôde reduzir de 50% os preços do café no varejo, graças às importações recebidas do Brasil.

Lista de ofertas

Disse, ainda, o ministro Bittencourt:

– Dispomos de extensas listas de ofertas, que vão desde matérias-primas a fábricas completas ou linhas de equipamentos industriais.

– Ainda recentemente, a República Democrática Alemã propôs-nos um acordo comercial a longo prazo, no qual se previa a elevação do valor total das trocas para 250 milhões de dólares nos dois sentidos, sendo que o café representaria 80% da lista brasileira, com 100 milhões de dólares. Temos, com a Polônia, ofertas em pendente de 261 milhões de dólares. Vale a pena lembrar, também, os resultados dos entendimentos concluídos pela missão João Dantas, que, apesar de não incluírem a União Soviética, previam a triplicação das trocas do Brasil com aquela área, logo no primeiro ano de sua execução.



Brasil é devedor

Desmentindo categoricamente as afirmações de alguns jornais, segundo as quais o Leste Europeu nos deve milhões de dólares, declarou:

– Ao argumento de que tais países fazem uso indevido do crédito técnico, operando permanentemente com saldos devedores e, portanto, transferindo para o Brasil o encargo do financiamento das exportações de produtos da área, particularmente de equipamento e máquinas, o exame da realidade mostra que a objeção não é válida. Primeiro, o Brasil não é credor líquido, mas, sim, devedor, pois os créditos a curto prazo de que dispõe são bem inferiores ao montante das obrigações totais. Segundo, a existência do intercâmbio: em regimes de planificação rigorosa, é fácil às autoridades efetuarem, prontamente, as compras estipuladas nas listas dos convênios, o que provoca um rápido escoamento de produtos brasileiros, enquanto se acumulam saldos a curto prazo a favor do Brasil.

Segundo o ministro Bittencourt, o mesmo não sucede, de nossa parte, por falta de um planejamento mínimo de compras, sobretudo por parte dos órgãos governamentais; por causa do processamento lento; pela ausência de estímulos adequados para compensar a falta de tradição dos países socialistas no mercado brasileiro; e dada a falta de financiamento, em cruzeiros, para as importações da área, especialmente no caso de importações financiadas.

Comércio com a URSS

– O saldo a curto prazo está sujeito, naturalmente, a variações, de acordo com o ritmo sazonal das exportações – acrescentou. A posição das contas Brasil-URSS, no entanto, já se modificou este ano, de maneira sensível. A princípio, éramos credores, porque, por diversos motivos, não efetuávamos nossas importações de modo tão pronto. Mas, com a recente aquisição de 100 mil toneladas de trigo soviético, a situação se modificou, ao produzir-se o equilíbrio nas contas em nível de 70 milhões de dólares. Já agora, face à aquisição de 600 mil toneladas de petróleo soviético, a nossa



posição será devedora, até que outras importações de produtos brasileiros pela União Soviética se venham a efetuar. Em termos gerais, podemos afirmar que o comércio Brasil-URSS se vem desenvolvendo de modo auspicioso. Em 1958, era nulo; em 1960-1961, atingia, em média, nos dois sentidos, 31 milhões de dólares; até o fim do ano, andar­á próximo dos 80 milhões.

Acordos bilaterais

É sabido que os países socialistas operam no comércio exterior, sobretudo de forma bilateral. A este respeito, disse o ministro Bittencourt:

– Não obstante certas tentativas brasileiras, no sentido do estabelecimento de uma área de multilateralidade restrita, o comércio com o Leste Europeu tem mostrado a necessidade da manutenção desse regime, porque este é o sistema em que estão elas habituadas [*sic*] a comerciar. Parece, portanto, pouco provável que venham a destinar contingentes de moedas conversíveis para comprar importantes e sistemáticas quantidades de café e cacau, produtos que podem obter de outras fontes, na África e na Ásia, por exemplo, onde há países dispostos a realizar operações *barter* ou a celebrar ajustes bilaterais.

Prosseguindo, declarou:

– O comércio multilateral pode ser preferível, em princípio, pela sua maior simplicidade e flexibilidade. Mas, passar do intercâmbio bilateral para o regime da multilateralidade, mesmo restrita, equivaleria a introduzir uma zona não planificada dentro de um sistema de planificação bastante rígido, o que não seria viável por motivos de orientação da política econômica desses países. Afinal, que significa comércio bilateral? Significa que os países que nos comprem só pagam com os próprios produtos. Ora, não apenas os países socialistas, mas outros que também não dispõem de moedas fortes, preferem o sistema bilateral, só saindo dele em circunstâncias excepcionais e apenas para uma parte pequena do seu intercâmbio. Trata-se, portanto, de uma troca: um nível alto de exportações e importações em



regime de equilíbrio bilateral, ou um baixo nível de transações em ouro ou dólares. Somos obrigados a preferir a primeira hipótese. As vantagens e desvantagens desse modo de comerciar são as mesmas, portanto, quer se trate da área socialista, quer de outra qualquer. Vale lembrar que o Brasil mantém acordos bilaterais com outras nações, como a Grécia, Dinamarca, Islândia, Portugal, Israel, Turquia e Bolívia.

Dificuldades

Dificuldades existem, evidentemente, no incremento das nossas relações comerciais com o Leste, mas nenhuma delas é insuperável. Declarou, a propósito, o ilustre diplomata:

– A principal dificuldade, que nos parece, aliás, muito lisonjeira, é de natureza estrutural. O Brasil tem crescido por saltos, particularmente a sua indústria pesada e nas linhas de máquinas e equipamentos. Curiosamente, temos seguido, de modo espontâneo, uma forma de crescimento que apresenta resultados comuns com o modelo deliberadamente escolhido pelos países socialistas: produzir as máquinas que produzem máquinas, pelo que podemos, hoje, atingir um grau de auto-suficiência muito elevado nas nossas necessidades, neste particular. Os países socialistas tendem a concentrar suas ofertas no setor relativo a máquinas e equipamentos. Naturalmente, muita coisa não interessa ao mercado brasileiro. Estamos, porém, procurando corrigir essas deficiências e temos obtido um importante aumento de matérias-primas e produtos semi-elaborados. Nossa orientação é de procurar conseguir ainda maior oferta destes tipos de bens. Existem outras dificuldades. As economias socialistas são centralmente planificadas, enquanto que na nossa economia, devido a uma série de circunstâncias, nem o setor público tem condições de coordenar bem as suas compras, em função de uma política de comércio internacional, nem o setor privado tem tranqüilidade para pensar em planos de maior duração, porque depende de circunstâncias incontornáveis e do próprio governo, como no caso de avais, licenças, empréstimos em cruzeiros em bancos oficiais, etc. Existem, além disso, dificuldades objetivas: mau conhecimento recíproco, insuficiente desenvolvimento da rede comercial privada, etc.



Acrescentou, então, o ministro Bittencourt:

– O que aconteceu, por todas essas razões, é que os países socialistas executam normalmente as suas compras, de acordo com as listas combinadas, ao passo que nós freqüentemente nos atrasamos, com operações em fase de decisão durante meses.

Grupo de coordenação

Para superar essas dificuldades, deliberou o Conselho de Ministros criar, no Itamaraty, um grupo de coordenação, com representantes dos principais órgãos oficiais interessados e das associações de classe. O ministro de Minas e Energia pediu para fazer parte desse grupo. Disse o ministro Bittencourt:

– O governo não quer forçar negócios difíceis ou sem interesse, mas, ao contrário, dar oportunidade para que o setor privado aproveite as possibilidades atualmente abertas. Aliás, devo reconhecer que é extremo o interesse manifestado por importantes grupos privados para ampliar as nossas relações comerciais com o Leste. A Federação Central dos Citricultores de São Paulo está encontrando sérias dificuldades para colocar os nossos produtos nos países ocidentais; o mercado está praticamente fechado. Pois bem, em 1961, conseguimos vender 217 mil caixas de laranjas à União Soviética, ocupando, assim, o quinto lugar no mercado soviético de importação. Este ano, poderíamos ter vendido 500 mil caixas àquele país, se tivéssemos tomado as necessárias providências. Os citricultores paulistas, com o apoio da Secretaria de Agricultura do Estado, estão preocupados e querem aumentar as suas exportações para a área socialista. Estamos examinando o seu pedido com o maior interesse e a melhor boa-vontade.

Feiras internacionais

Falando sobre a importância das feiras e exposições para o incremento do comércio internacional, informou o ministro Bittencourt que, por ocasião de sua recente exposição industrial em São Paulo, a Alemanha Oriental vendeu todo o equipamento exposto, num total de 7,5 milhões de dólares. A União Soviética, por sua vez, na Exposição de São Cristóvão, fez negócios no valor de 3,5 milhões de dólares.



Confirmou a chegada, “provavelmente” antes do fim do ano, de uma missão bancária da China Popular, mas declarou desconhecer quaisquer negociações em torno de uma exposição daquele país no Rio de Janeiro e em São Paulo. Podemos informar, no entanto, que representantes de Pequim já estudaram o assunto com as autoridades brasileiras, tendo pleiteado uma área de 5.000m², no Rio de Janeiro, que foi aceita, em princípio.

– As exposições-feiras da URSS e da Alemanha Oriental no Brasil – acentuou o ministro Bittencourt – são a prova do interesse desses países em comerciar conosco. Em 1963, estão programadas exposições da Hungria e da Tchecoslováquia, gesto que tencionamos reciprocamente com a nossa presença em conhecidos certames do Leste Europeu, como Poznan, na Polônia; Brno, na Tchecoslováquia; Leipzig, na República Democrática Alemã; Zagreb, na Iugoslávia; e Budapeste, na Hungria.

Desmentindo notícias tendenciosas, o ministro Aluysio Regis Bittencourt afirmou que os representantes da Alemanha Oriental foram “corretíssimos” durante a organização e o funcionamento de sua exposição industrial em São Paulo, tendo o próprio ministro do Comércio Exterior, Julius Balkow, mantido conversações cordiais e frutíferas sobre relações comerciais com as nossas autoridades.

Perspectivas boas

Terminando as suas declarações a *O Semanário*, afirmou o secretário-geral adjunto para Assuntos da Europa Oriental e da Ásia:

– É absolutamente injustificável que não possamos ampliar as nossas relações comerciais com o Leste Europeu. Os estoques de café estão subindo de mês a mês, faltam-nos divisas fortes e enfrentamos dificuldades que não são poucas. A dinamização das nossas relações econômicas com os países socialistas não constitui panacéia. De modo algum este intercâmbio tem caráter substitutivo das nossas correntes tradicionais de comércio, nem se fará em prejuízo destas. Podemos dobrar o atual nível de nossas



trocas, até dezembro de 1963, passando de 150 milhões para 300 milhões de dólares nas duas direções. Nem mesmo esta cifra representa um teto.

E acrescentou:

– Queremos expandir negócios normais e achamos perfeitamente razoável que uma importante parte do mundo, como a formada pelos países socialistas, pense a mesma coisa. As diferenças ideológicas e de concepção de vida não têm por que impedir um ajustamento objetivo dos nossos interesses mútuos. O Brasil é uma nação independente e soberana, que tem o direito de comerciar com quem quer que seja.

★



DOCUMENTO 6

Discurso do presidente João Goulart na 51ª Conferência Interparlamentar Circular² n. 4.459, de 26 de outubro de 1962.

Ao inaugurar a 51ª Conferência Interparlamentar, desejo dar boas-vindas, em nome do povo brasileiro e em meu nome pessoal, aos senhores congressistas. Sentimo-nos honrados por hospedar Vossas Excelências e por ser Brasília a sede de tão importante reunião que congrega parlamentares de 46 nações, com a finalidade de debater problemas da mais alta significação para as relações internacionais e para o desenvolvimento entre os povos do mundo. Na agenda dos trabalhos da conferência encontram-se temas que constituem objeto das grandes preocupações atuais de toda a humanidade. Dos estudos e debates aqui travados, certamente surgirão medidas e providências tendentes a reduzir a tensão internacional e o Brasil formula votos para que elas se concretizem, pois tudo quanto se relaciona com a preservação da paz universal e com a melhoria das relações entre os povos encontra apoio e o aplauso do governo e da opinião pública do meu país. Reúne-se esta conferência numa hora cuja gravidade histórica não podia ser prevista no instante em que ela foi convocada. Nenhum de nós ignora que a capacidade destruidora das armas estratégicas modernas comprometeria não só o futuro biológico da espécie, mas a própria sobrevivência das categorias morais e das instituições políticas que os parlamentares aqui reunidos representam. Creio não exagerar dizendo que os próprios fatos colocaram, assim, diante desta conferência e acima de todos os itens de sua agenda, o encargo do exame sereno da situação com que nos defrontamos, para chamar os povos e, sobretudo, os seus dirigentes ao dever da coexistência, que é condição essencial e imperativa da preservação da paz.

Nas circunstâncias atuais do mundo, compete, não apenas aos governantes, mas a todos os cidadãos, concentrar seus esforços, sem

² N.E. – Encaminhada às missões diplomáticas do Brasil em Moscou, Praga, Varsóvia, Bucareste, Budapeste e Belgrado.



desfalecimentos, para evitar a catástrofe de uma guerra que, com o emprego das [armas] nucleares, não apresentaria nem vencidos nem vencedores. Desta assembléia participam parlamentares de nações que adotam formas de governo e regimes políticos diversos, fato que demonstra a possibilidade de coexistência entre representantes de sistemas de governos diversos e de ideologias opostas. Se isso acontece entre pessoas, é lícito esperar que o mesmo suceda entre as nações, não obstante se orientarem por diferentes filosofias de vida.

A política externa exprime, de modo muito sensível, os sentimentos, as forças e os valores que orientam e definem a política interna. Se prevalecerem, no plano interno, propósitos de entendimento; se nele predominar o anseio de conciliação entre as liberdades públicas e a justiça social; se a política interna se inspirar no respeito à liberdade de opinião e à ordem jurídica em que se ampara e dignifica a pessoa humana, então a política externa, inspirada por propósitos semelhantes, poderá consolidar a paz, que é a condição indispensável à sobrevivência de todos os povos. Seja-me permitido dizer que a contribuição que o Brasil vem procurando emprestar ao entendimento entre os Estados e à paz universal traduz, acima de tudo, os ideais que norteiam nossa vida nacional. Entre esses ideais, desejo destacar a fidelidade à forma de governo democrático-representativa; a convicção de que poderemos processar o desenvolvimento do país e alcançar as reformas sociais, com pleno respeito às liberdades individuais; o valor que emprestamos ao fato de ser a nossa uma sociedade multirracial, sem conflitos nem tensões daí decorrentes; nossa tradição internacional de defesa dos meios jurídicos e repulsa à violência para a solução das divergências entre os Estados. Considero, no mais alto relevo, o ponto do temário desta conferência que diz respeito ao comércio internacional como fator de progresso econômico e social das nações subdesenvolvidas. A política exterior do Brasil tem procurado dar ênfase à ampliação do mercado externo e à intensificação das relações comerciais com todos os países. É chegado, agora, o momento de reconhecermos que a queda permanente dos preços dos produtos primários – fixados pelos países consumidores – e a elevação paralela dos preços dos equipamentos e manufaturas geram um processo de empobrecimento contínuo das economias mais débeis, em proveito das



economias mais fortes, anulando em larga escala os benefícios da cooperação financeira internacional. Em assembléias, como estas, podem germinar sugestões capazes de corrigir esse processo ao longo do qual se estão, cada vez mais, distanciando os países industrializados dos que ainda se encontram em desenvolvimento. Não tenho dúvidas em afirmar que o sentimento coletivo brasileiro louva a iniciativa desta conferência, no sentido de fixar princípios e procedimentos para apreciar a aplicação da declaração das nações sobre a outorga da independência aos países e aos povos coloniais. A marcha do colonialismo deve ser definitivamente apagada da civilização, do mesmo modo que os anseios dos países não desenvolvidos se voltam para a emancipação econômica através do seu próprio esforço e da cooperação internacional. Devo aqui recordar que a Organização das Nações Unidas, que hoje celebra o seu 17º aniversário, consagrou à década do desenvolvimento os anos que medeiam entre 1960 e 1970. Façamos votos pela prosperidade dessa organização, voltada para a defesa da paz. A ela renovamos nossa fidelidade e nossa confiança.

Ao concluir, desejo augurar aos senhores parlamentares uma estada feliz em nossa pátria e pleno sucesso nas grandes linhas que comandam o promissor temário desta ilustre reunião.

★



DOCUMENTO 7

Registro da reunião do chanceler Hermes Lima com líderes partidários da Câmara e do Senado³

Brasília, 29 de outubro de 1962.

Ministro Hermes Lima – Eu lhes pedi o favor de virem até aqui porque imaginei que, em face da Conferência Interparlamentar que se está realizando em Brasília, em face de ser esta semana muito sacrificada por feriados, nós não teríamos oportunidade de nos encontrar em Brasília e, sendo assim, tentei falar com o maior número possível de líderes para convidá-los para este encontro, para esta conversa – que o governo tem o dever de ter com a Câmara, através de seus líderes – para que, deste primeiro contato, alguma coisa possa ser conhecida da nossa posição em face da crise que se estabeleceu.

Recordam-se os eminentes representantes que, antes dessa crise, houve uma reunião de chanceleres, em Washington. Essa reunião tratou da situação que se estava caracterizando na América, uma certa entrada mais intensiva de elementos soviéticos em Cuba. Nessa reunião, que terminou com o comunicado de todos conhecido, não se falou, não houve comunicação, da parte do governo americano, de que houvesse armamento ofensivo em Cuba; ao contrário, o que se afirmou nessa reunião foi que o armamento que estava em Cuba era armamento de natureza defensiva. Isto nos foi comunicado por nota do governo americano e o subsecretário de Estado Ball, no Congresso americano, declarou isto: que o armamento era defensivo, e chegou a dar as características do armamento. Durante o período da reunião de chanceleres, nada se articulou a respeito da instalação de bases de teleguiados e com possibilidade de possuir armamento nuclear em Cuba; ao contrário, o que até então o governo americano afirmou é que esse armamento era defensivo, comunicado por nota do governo americano. Passados 10 ou 12 dias, em uma terça-feira, dia 22 do corrente, o presidente Kennedy faz uma comunicação pelo rádio à nação americana dizendo que ele, desde o sábado anterior, estava de posse de

³ N.E. – CPDOC, Fundação Getúlio Vargas.



fotografias que denunciavam, sem dúvida alguma, a construção de bases em Cuba e bases que deviam receber, pela sua própria estrutura e pela sua própria forma, foguetes. Essas bases estavam em construção, conforme os serviços fotográficos da aviação americana mostrava, e que ele tinha tomado, momentos antes, por iniciativa própria, como chefe de Estado da nação americana, a resolução de estabelecer um bloqueio de todos os navios que demandassem Cuba, para evitar, como medida de primeira urgência, que esses navios pudessem continuar a transferência de armas que poderiam ser nucleares. O presidente tomou essa resolução com sua autoridade de presidente dos Estados Unidos da América, tomou por sua própria autoridade, sem comunicar a ninguém. Essa comunicação foi feita depois que a resolução do presidente Kennedy havia sido tomada. O secretário de Estado convidou os embaixadores de toda a América e das nações amigas e deu a eles conhecimento da resolução do presidente de estabelecer bloqueio. A convocação particular dos embaixadores latino-americanos foi no sentido de que a Organização dos Estados Americanos se reunisse imediatamente no dia seguinte, quarta-feira, e que ela se transformasse em reunião de consulta, para tomar as medidas apropriadas que estão previstas no Tratado do Rio de Janeiro. Então, no dia 23, reuniu-se o Conselho da Organização dos Estados Americanos, decidindo aceitar o pedido de convocação dos Estados Unidos da América de acordo com o Tratado do Rio de Janeiro nos seus artigos 6º e 8º. Instalado o conselho, o governo dos Estados Unidos propôs um projeto de resolução, já de todos conhecido e que pode ser dividido em duas partes, em dois artigos. O primeiro artigo estabeleceu a necessidade do bloqueio de Cuba para que nenhum armamento pudesse ser transferido para o território cubano; no segundo artigo, se estabeleceu que o emprego pleno de forças armadas poderia ser aplicado, desde que circunstâncias assim o determinassem e que exigências provassem necessários. Exatamente em face desse projeto americano – estávamos aqui estudando o projeto americano –, demos instruções ao nosso embaixador na OEA para que ele votasse, sem dúvida, pelo bloqueio imediatamente, pois que a transferência de armas nucleares para o território de um país americano é uma infração prevista do Tratado do Rio de Janeiro. Ora, havendo essa denúncia de que se estava construindo bases e que material



de alto poder ofensivo se estava transferindo para Cuba, não poderíamos deixar de dar o nosso voto para que se estabelecesse um bloqueio. No segundo item – o que previa o pleno emprego da força, se as circunstâncias o permitissem –, nós fizemos uma ponderação, que nos parece essencial: que essas medidas que pudessem ser necessárias para a destruição das bases, medidas que envolveram o Brasil, essas medidas deviam ser tomadas depois de duas condições – (1) depois de uma comprovação da existência dessas bases e (2) depois de ser enviado a Cuba um observador para constatar se havia ou não essas bases. Isso foi muito corretamente expresso na carta que o nosso embaixador da OEA, Penna Marinho, e o nosso embaixador junto ao governo americano, Roberto de Oliveira Campos, teve [*sic*] com o subsecretário Martin, que é o encarregado dos Assuntos da América Latina. (*Lê o telegrama.*)

Sob a pressão mundial, a instalação de teleguiados acaba de ser suspensa; o desmonte dessas instalações acaba de ser ordenado. A nossa posição era de não deixar, nunca, que mecanismos internacionais entrassem a funcionar no processo da crise, a fim de levá-los ao desfecho pacífico que se pronunciava.

Uma pergunta – Quer dizer que o embaixador do Brasil na OEA votou correto?

Ministro Hermes Lima – Votou correto. Nos abstivemos no parágrafo 2º e votamos a resolução como um todo para não anular o nosso voto a favor do bloqueio. Essa é a primeira razão. A segunda razão eram as próprias circunstâncias em que a crise se estava desenvolvendo. Portanto, da nossa parte, não houve dubiedade, timidez; não houve especulação. O que houve da nossa parte foi a certeza, que nós tínhamos, de que não era possível, no processo dessa crise, fechar as portas às negociações internacionais; e não nos queríamos qualificar, numa emergência, como um país que apenas acompanha os acontecimentos, mas, sim, como um país que, sendo militarmente fraco, tem condições políticas para dar uma palavra e uma contribuição ao desenvolvimento pacífico e para qualificar a nossa posição em face da extrema gravidade da crise e em face das próprias alegações



americanas de que eles não poderiam tolerar as bases no território de Cuba, conforme nós sempre estivemos de acordo.

Hoje, a natureza dos armamentos nucleares determina que as nações fortes é que devem ser pacientes e cuidadosas, não as nações fracas. Antes do armamento nuclear, a nação fraca devia ter cuidados extremos; hoje, pela natureza desses armamentos, com a destruição de que são capazes de fazer, antes e acima de tudo, no solo das nações mais fortes, elas têm de ser cuidadosas e pacientes e isso se demonstra pela marcha da crise. Os Estados Unidos não foram imediatamente às ultimas conseqüências, eles tiveram o cuidado que um estadista teria de ter, cuidado de permitir conversações e contatos, de modo a evitar a guerra nuclear de que eles sairiam vitoriosos, mas que, como disse o presidente Kennedy: “com um gosto de cinza na boca”.

A nota do governo brasileiro confirma o nosso voto na OEA. Não houve dúvida alguma a respeito disso. Transcrevemos nessa nota a declaração que o nosso representante fez ao votar. A crise se processava e nós não ficamos inertes. Iniciamos uma gestão junto ao governo de Havana, no sentido de mostrar-lhes que eles não tinham outra saída: ou mostravam que não tinham bases instaladas, ou, pelo Tratado do Rio de Janeiro, a presença de bases nos obrigava a desmontar essas bases. Em consultas telegráficas, em consultas telefônicas – insistentemente, com o nosso embaixador em Havana –, fizemos sentir ao governo de Havana que a nossa opinião era no sentido de que esse governo tivesse sentido ser necessária uma inspeção, feita por observadores (até escolhidos por eles), ou então, desmontar as bases. Essas gestões, junto ao governo de Havana, foram gestões que tiveram uma certa repercussão. Acredito, pela informação que temos, que o Brasil, que as nossas gestões, não se limitaram ao governo de Havana, se desenvolveram no fórum das Nações Unidas, pois tomamos a iniciativa de apresentar um projeto de desnuclearização da África e América Latina. Esse projeto deve ser apresentado hoje. É um projeto importante, por um motivo especial: é um projeto que prevê a inspeção internacional nessas áreas. Embora esta inspeção seja localizada na América Latina e África, o fato de ela poder ser aceita por todas as nações é um passo extraordinário para que essa inspeção possa ser alargada, em todas



as áreas, inclusive a África e a América, pois, sem isso, não se pode fazer o desarmamento. Adianto que o governo americano aprovou o projeto de desnuclearização, achou muito boa a idéia e [ela] está ganhando terreno; o apoio que está recebendo é cada vez maior e resulta em uma saída, embora parcial, para o problema do desarmamento na base da inspeção, o que é de importância fundamental. Nas gestões junto ao governo americano, tivemos o cuidado de mantê-los informados de todos os nossos passos e informados previamente da posição que iríamos assumir na votação da OEA. O embaixador americano foi muito amável, telefonou ele mesmo para o seu governo, transmitiu nossas sugestões, que lhe pareciam razoáveis. O governo americano tomou a iniciativa de acrescentar no seu próprio projeto, parágrafo 4º, no fim, referências à inspeção por parte das Nações Unidas.

Ministro Helio Cabal – A proposta brasileira, quando da apresentação do projeto de resolução americano na Organização dos Estados Americanos, não foi no sentido de se dividir o conteúdo da nota em duas partes?

Ministro Hermes Lima – Foi. A divisão foi feita apenas na votação.

Ministro Helio Cabal – No voto estava incluído o bombardeio?

Ministro Hermes Lima – Tudo o que fosse necessário para desmantelar as bases. O bombardeio era a medida de que o governo americano sempre cogitou.

Ministro Hermes Lima – Vão me desculpar. Volto já. Deixo em meu lugar o embaixador Carlos Alfredo Bernardes.

Embaixador Carlos A. Bernardes – O Brasil era a favor do bloqueio para impedir o envio de armas, mas contra o emprego de força armada antes que se configurasse a existência patente de armas de agressão. Queríamos confirmar primeiro, para depois tomarmos uma atitude. Aplicaríamos todos os meios antes de chegarmos à ação militar.



O Brasil votou com um voto passivo na primeira parte e um voto de abstenção na segunda parte. A divisão, na votação, foi perfeita e foi aceita. No voto de abstenção, três países o acompanharam: México, Chile e Uruguai.

Ministro Hermes Lima – As gestões não estão terminadas. O problema – com a aceitação, por parte da União Soviética, de desviar a rota dos navios que vinham em direção a Cuba e, agora, com o desmantelamento das bases – compreende aí um período de grandes negociações. A impressão que temos é que o uso da força está afastado. Temos que chegar a uma conclusão, de como chegar a uma solução final do problema criado pelo regime político de Cuba no seio da Organização dos Estados Americanos e no continente. Esse é o momento em que um país como o Brasil, com possibilidade de conversações e acesso aos três países envolvidos no problema, pode ser de grande utilidade. Conservamos os nossos embaixadores em Moscou, Washington e Cuba extremamente ativos para encontrar a formulação que deverá pôr fim ao problema.

Como vêem, a nossa posição foi uma posição firme, de fidelidade aos nossos compromissos; de fidelidade, também, com os compromissos que nós temos com a paz. O Brasil não teve uma atitude passiva, mas uma atitude que pôde representar uma contribuição à possibilidade de estabelecimento de contatos, de negociações para que a crise pudesse ser resolvida. O problema era essencialmente americano-soviético, mas, em todo caso, a posição dos países – de um lado e de outro – poderia levar um pouco de prudência, no sentido de que pudesse haver um entendimento. Os Estados Unidos tomaram uma atitude decidida e radical, mas não exerceram imediatamente os atos que daí poderiam decorrer; os Estados Unidos também souberam esperar que contatos se estabelecessem até que a pressão internacional, a que nós nos referimos, se estabelecesse de tal modo que o contato entre os dois partidos chegasse a um acordo. A natureza da guerra nuclear fez com que os povos, que estão de posse do domínio dessas armas, tenham necessidade de ser pacientes, cuidadosos. Não seria agradável para o presidente Kennedy sair vitorioso numa guerra dessas.

Tenho que lhes comunicar o seguinte, mas peço reserva: ontem, segui para Havana um emissário do governo brasileiro, pois, em face dessa



situação, um país que tem condições para dialogar com Cuba, no sentido de restabelecer o processo da incorporação de Cuba no sistema pan-americano, é o Brasil. O secretário-geral das Nações Unidas, convidado a ir a Cuba, mostrou preferências para viajar a Cuba num avião brasileiro e pusemos um avião à disposição dele. Isso significa que, realmente, a nossa situação nos permite, hoje, em face do rumo que os acontecimentos estão tomando, exercer, realmente, o papel de manter contatos entre Cuba e as demais nações americanas. Nesse sentido, a nossa posição é reconhecida por todos e utilizada, posso lhes assegurar, pelos maiores interessados na solução da crise. Acredito, portanto, que a política internacional do Brasil nesse caso se orientou pelo melhor, pois a nossa posição é a seguinte: não [às] armas nucleares em Cuba; inspeção em toda a América Latina, para assegurar que não existem armas nucleares e que Cuba, naturalmente, não se estabeleceu com bases no continente; defender para Cuba o direito de ter o seu regime, fazer a sua experiência política a salvo de invasão do seu território, seja por nações americanas ou por exércitos de asilados formados no solo de nações americanas. Desde que Cuba ofereça essas garantias, o problema de Cuba é um problema cubano. Achamos conveniente essa inspeção a que me referi nos países americanos. Cuba não perde nada com isso; só tinha a perder com a sua incorporação ao sistema ofensivo soviético: perderia, aí, tudo. Mas, se ela se desincorpora do sistema ofensivo soviético e se mantém dentro da sua linha política normal, é um país que vive a sua vida – a que tem direito, como tem direito à sua integridade física e política – e, nesse sentido, o Brasil está disposto a proporcionar a Cuba todos os bons ofícios.

Eu lhes queria dar essas informações porque elas correspondem, realmente, aos fatos. Nós não tivemos, na nossa posição, outro cuidado senão o de ser fiel aos compromissos internacionais e de defender a paz para o mundo.

Estou pronto a dar qualquer informação.⁴



⁴ N.E. – Segue-se diálogo com alguns deputados, que não aduz informações relevantes.



DOCUMENTO 8

Entrevista coletiva concedida pelo chanceler Hermes Lima à imprensa⁵
Palácio Itamaraty, 30 de outubro de 1962.

Ministro Hermes Lima – Tenho muito prazer em estar aqui com os senhores e estou às ordens para qualquer indagação e informação.

Senhor Primeiro-Ministro, para todos, a grande pergunta que está no ar é esta: qual o real objetivo da missão do governo brasileiro em Havana? Os jornais fizeram várias suposições e gostaríamos de ouvi-lo a respeito do assunto.

O general Albino Silva foi à Havana para levar ao governo de Cuba a reafirmação dos nossos pontos de vista, que ali já haviam sido expostos pelo embaixador Bastian Pinto. Entendemos que, com as novas perspectivas e a solução pacífica da crise, seria oportuno que ali, junto ao governo de Havana, tivéssemos, ao lado do embaixador Bastian Pinto, cuja atuação quero louvar e agradecer, um emissário especial, um representante do governo na reafirmação da linha das nossas sugestões, com as quais julgamos estar contribuindo para o processamento de negociações e contatos indispensáveis.

Senhor Ministro, essa missão poderia ter alguma coisa a ver com a neutralização de Cuba?

Pelo menos, é o caminho para uma posição que assegure a normalização das relações entre Cuba e os demais países do hemisfério. É exatamente o processo dessa normalização que é necessário estabelecer.

Senhor Ministro, o senhor poderia enumerar as sugestões feitas ao governo de Havana?

As nossas sugestões ao governo de Havana foram no sentido de ficar constatada ou não a existência de bases; ou então, o desmantelamento dessas bases, como condição fundamental para a superação da crise.

⁵ N.E. – CPDOC, Fundação Getúlio Vargas.



Senhor Ministro, quais são as conseqüências dessas sugestões que o governo brasileiro fará a Fidel Castro?

Não posso prever as conseqüências. Espero que sejam todas elas em benefício da manutenção da paz e da normalização entre as relações dos Estados americanos.

Senhor Ministro, foi dito que uma das missões era a de estimular o governo cubano a restabelecer a democracia representativa.

De modo nenhum. Isto seria intromissão nos negócios internos de Cuba.

.....
Senhor Ministro, o senhor tem notícias recentes de como se processam as 'démarches' em Cuba?

Tenho notícias [de] que o general Albino Silva já se encontrou com o primeiro-ministro Fidel Castro, que teve mesmo a delicadeza de ir falar com ele na embaixada do Brasil.

Senhor Ministro, o senhor poderia precisar o que o governo brasileiro entende por normalizar as relações de Cuba com os vizinhos americanos?

As relações de Cuba com os países americanos são relações interrompidas, com quase todos eles. Normalizar é o progressivo restabelecimento de relações, pois o restabelecimento dessas relações, nos parece, representa uma garantia, não só para Cuba, como, também, para todos os outros países.

As gestões que nós, desde o início da crise, estávamos fazendo em Havana, mereceram atenção especial do governo de Havana; informamos ao embaixador dos Estados Unidos que essas gestões estavam sendo feitas e que eram necessárias, visto que eram uma contribuição à manutenção da paz. Eu desejaria chamar atenção dos senhores para o seguinte fato, que é um ponto importante: com a natureza dos armamentos nucleares, hoje em dia, os estados que são obrigados a ter paciência e cuidado são os estados fortes, os estados que possuem esses armamentos nucleares, de modo que – ao contrário do que sucedia em tempos passados, em que a paciência e



cuidado se exigiam dos estados pequenos e fracos, pelas conseqüências da própria guerra – os estados fortes são obrigados a ter o máximo de cuidado e atenção nas *démarches* internacionais. E foi por isso que ocorreu exatamente o que o governo brasileiro sentiu: que, antes de se desencadear a guerra nuclear, antes disso, era necessário um esforço supremo, a que ele deu sua contribuição, por modesta que tenha sido, para que o mecanismo dos órgãos internacionais pudesse estabelecer contatos, conversações, a fim de que um possível acordo fosse concluído; e foi exatamente o que sucedeu. Mesmo os Estados Unidos, com sua superioridade nuclear, tiveram prudência e cuidado, o que prova, realmente, a alta capacidade política e o quilate de estadista do presidente Kennedy; também o mesmo se pode dizer do primeiro-ministro Krushev.

Uma missão como essa do general Albino, ele foi incumbido de levar essas negociações até o fim, para o êxito ou fracasso?

Ele foi com o fim de reafirmar as nossas gestões, colher as impressões e terá que voltar o mais rapidamente possível.

Ministro, o senhor falou em superioridade nuclear dos Estados Unidos: essa superioridade é em relação à Cuba, à Rússia ou aos dois?

Ao mundo inteiro.

Senhor Ministro, a Rádio Nacional divulgou notícia segundo a qual se soube que a Índia teria pedido apoio do Brasil. O senhor pode nos dizer alguma coisa?

Não tenho conhecimento disso.

Senhor Ministro, Cuba, abrindo as portas à missão brasileira, está iniciando um processo de mediação?

Nós não nos propusemos a um papel de mediador. Nós não nos oferecemos, mas estamos tomando a iniciativa dessas *démarches* por nossa conta exclusiva, pois achamos que a situação internacional chegou a tal ponto, que não deveríamos deixar de tomar todas as providências para evitar a guerra. As iniciativas foram nossas, tivemos de tomá-las porque julgamos a



situação tão crítica que um país que tem, ao lado dos seus compromissos internacionais, compromissos para a defesa da manutenção da paz, como o Brasil, não podia faltar à iniciativa de tudo que fosse ao seu alcance para a manutenção da paz.

Senhor Ministro, é certo que Fidel Castro falou pelo telefone com o presidente da República?

Os senhores precisam fixar bem o seguinte: o Brasil não se propôs oficialmente como mediador, ele tomou a iniciativa por sua conta e risco.

Noticiou-se hoje que Vossa Excelência e o embaixador Penna Marinho irão ao Senado para prestar informações sobre as medidas que o Brasil tomou na OEA. Nessa pergunta que farei em seguida, pergunto: o deputado Leonel Brizola, na televisão, disse que o embaixador Ilmar Penna Marinho teria decidido sem a orientação do governo brasileiro; Vossa Excelência disse que não; e nós, da imprensa, temos tido dificuldade em esclarecer aos leitores – nesta divergência de informações – tudo que o governador Brizola teria dito, pois como este tem parentesco com o presidente da República...

Não vejo porque essa dificuldade, visto que o ministro do Exterior sou eu.

O embaixador Penna Marinho foi recebido pelo senhor, queremos saber quando retorna ao seu posto.

Na próxima sexta-feira.

Por que motivo foi chamado o general Albino Silva para chefiar essa missão, eminentemente militar?

Por algumas razões: porque é o chefe da Casa Militar do presidente da República; e, também, porque se trata de uma figura das nossas forças armadas; e, ainda, porque é um dos oficiais-generais mais competentes e de maior lucidez que possuímos.

Senhor Ministro, o ministro Krushev, domingo, [deu] a entender, na mensagem que enviou ao presidente Kennedy, que pedia garantias para que



Cuba não fosse invadida. Nas conversações havidas do governo dos Estados Unidos com o brasileiro, houve compromisso semelhante?

Não passamos nota alguma nesse sentido, mas para nós bastou o que o presidente Kennedy declarou no seu discurso: que os Estados Unidos não invadiriam Cuba.

Ministro, o senhor pode nos dizer alguma coisa sobre a visita do presidente Kennedy?

Foi adiada para janeiro.

★



DOCUMENTO 9

Discurso do ministro Hermes Lima, na instalação do COLESTE, em 27 de dezembro de 1962

Circular n. 4.529, de 2 de janeiro de 1963.

Estamos hoje reunidos aqui para instalar o Grupo de Coordenação do Comércio com os Países Socialistas do Leste Europeu, criado pelo decreto n. 1.880, de 14 do corrente.

A idéia de um órgão dinamizador do intercâmbio comercial com a área socialista não é nova. Baseia-se no reconhecimento de dois fatos:

- 1) que o mundo socialista, por ser a área que apresenta a maior taxa de crescimento econômico contínuo, oferece um mercado de alta potencialidade, capaz não só de consumir quantidades crescentes de produtos primários tradicionais da nossa pauta de exportação, mas também de absorver bens industriais fabricados no Brasil; e
- 2) que, em virtude de diferenças estruturais, as relações comerciais com os países de economia centralmente planificada oferecem dificuldades operacionais que demandam coordenação rápida e estreita dos órgãos governamentais interessados no problema e desses com os setores da produção.

O COLESTE, tal como previsto no decreto 1.880, visa a promover essa coordenação. Sua organização e estrutura foram objeto, ao longo do ano de 1962, de estudos minuciosos e sua criação foi finalmente autorizada pelo Conselho de Ministros, na sessão de 27 de setembro de 1962.

É bom que se recordem, a propósito, as circunstâncias em que se deu essa autorização, pois a própria vida do grupo e a maior ou menor eficácia de seus trabalhos dependerá do conhecimento desses antecedentes e do que eles significam para a nossa política comercial com a área socialista.

Naquela sessão de 27 de setembro, tive a honra de fazer ao conselho, na qualidade de ministro das Relações Exteriores, detalhada exposição sobre as possibilidades, vantagens e problemas do nosso comércio com os



países socialistas. Mostrei, então, ao conselho, que alguns dos fatores de grave perturbação da nossa economia – tais como: dificuldades no balanço de pagamentos, custo despropositadamente oneroso da acumulação de estoques de café e, acima de tudo, o desastroso impacto das flutuações nas relações de troca – poderiam ser, em parte, anulados por um esforço de expansão do nosso comércio com a área socialista. Deixei bem claro então e o repito agora, que esse esforço não se destinava a substituir ou deslocar áreas de comércio tradicional brasileiro e que era acessório e paralelo às providências que deviam e devem ser tomadas, globalmente, para eliminar definitivamente aqueles graves problemas.

Em apoio da minha argumentação, citei cifras. Baste que relembre aqui, atualizando-as, alguns dados sobre a deterioração dos termos do intercâmbio com as áreas tradicionais, para que se tenha idéia da gravidade da situação. De acordo com estudos internacionais recentes e compilações feitas no Brasil por órgãos oficiais, no período 1953-1961, as perdas de divisas resultantes da queda dos preços de nossos produtos de exportação se eleva a mais de 2 bilhões de dólares. O mais grave, porém, é que a deterioração é progressiva, tendendo a acentuar-se nos últimos três anos daquele período: se tomarmos por base o ano de 1953, verifica-se que, em 1954, tivemos um aumento relativo da ordem de 230 milhões de dólares na nossa receita de exportação. Daí por diante, tivemos perdas anuais superiores a 100 milhões, em 1955, 1956 e 1957; a 200 milhões, em 1958; e, por fim, maiores de 500 milhões, por ano, em 1959, 1960 e 1961.

Diante desse quadro sombrio, mostrei que, no meu entender, o Brasil estava perfeitamente justificado, na defesa dos seus melhores interesses e para salvaguarda do seu ritmo dinâmico de desenvolvimento, a procurar abrir ou expandir novos mercados, sem prejuízo daquelas medidas de ordem geral destinadas a estabilizar os preços de nossos produtos no mercado internacional e a possibilitar o aumento de nossas exportações.

Compreendeu perfeitamente o Conselho de Ministros a seriedade do problema e as verdadeiras proporções do equacionamento que se procurava dar ao comércio com a área socialista. Assim, ao autorizar a criação do grupo que ora instalamos, não só reconheceu a conveniência e necessidade de



ser mantido e ampliado esse comércio, como, indo mais além, fixou diretrizes de governo para consecução desses objetivos.

Nessas condições, a missão do grupo se define e se aclara: não se trata mais de discutir conveniências ou analisar teorias; cumpre-lhe, nos termos do decreto 1.880, velar pela execução daquela diretriz, apontando soluções, removendo entraves, criando condições, enfim, para a maior penetração dos produtos brasileiros naquela área.

Essa missão será cumprida sobre bases friamente técnicas e em obediência, exclusivamente, aos superiores interesses nacionais. A expansão do intercâmbio com a área socialista é objetivo de política comercial. Assim sendo, não tem e nem poderia ter qualquer motivação de natureza política ou ideológica. Não envolve simpatias, preferências ou inclinações. É ato de soberania fundado em razões de ordem econômica e comercial e somente como tal deve ser entendida.

Por outro lado, a intensificação desse intercâmbio não deve ser encarada como uma simples relação de trocas estipuladas pelo governo. Somos movidos, nesse caso, pela necessidade de incrementar, dentro de um critério geral, as nossas exportações – que vêm diminuindo sensivelmente de valor, como é sabido – a fim de podermos importar desses mercados as matérias-primas, os alimentos, os produtos químicos, os bens de capital que nos permitam atender às imperiosas necessidades do desenvolvimento econômico do país.

Não se pense que, com essa política, pretende o governo chamar a si a execução das nossas importações da área e das exportações para a mesma [área]. Ao contrário, o que se almeja é justamente fazer com que não só o setor público da economia brasileira, como o setor privado – e, principalmente, este – possam aproveitar melhor as possibilidades atualmente existentes.

Por todas essas razões, é inadmissível que se procure, através de juízos infundados e indiscriminados, subordinar um legítimo e claro interesse nacional a contingências ou problemas de conflito ideológico entre blocos e facções.

O governo confia em que o Grupo de Coordenação do Comércio com os Países Socialistas da Europa Oriental, integrado por órgãos da mais alta



responsabilidade e de respeitável tradição de bons serviços ao povo brasileiro, cumprirá plenamente com sua importante missão, apresentando, a curto prazo, resultados positivos e de alta significação para a economia do país.





DOCUMENTO 10

Resumo das atividades da delegação do Brasil à XVII sessão da Assembléia Geral da ONU

Circular n. 4.548, de 8 de janeiro de 1963.

I. Eleição do Brasil para o Conselho de Segurança

A Assembléia Geral elegeu o Brasil, em primeiro escrutínio e por 91 votos – o maior número de votos dado a qualquer dos candidatos –, para servir por dois anos como membro não permanente do Conselho de Segurança. A candidatura do Brasil, apoiada unanimemente pelo grupo latino-americano, recebeu o apoio de todos os membros permanentes do Conselho de Segurança: Estados Unidos, França, Reino Unido, União Soviética e China. A eleição do Brasil representou uma reafirmação de confiança da comunidade internacional na ação que o nosso país vem desempenhando nas Nações Unidas e ressaltou a importância da contribuição brasileira à solução dos problemas mundiais, principalmente os relativos ao desarmamento, à descolonização e à política de desenvolvimento econômico das áreas menos desenvolvidas.

2. Graças à eleição do Brasil, a América Latina manteve o mesmo número de representantes no Conselho de Segurança.

II. Eleição de U Thant para secretário-geral

3. Durante a visita oficial que U Thant fez ao Brasil, em agosto de 1962, o senador Afonso Arinos de Melo Franco comunicou-lhe a decisão do governo brasileiro de apoiar a sua eleição para o cargo de secretário-geral. Abrindo o debate geral da XVII sessão da Assembléia Geral, o senador Afonso Arinos revelou essa decisão, sendo, assim, o Brasil o primeiro país a apoiá-lo oficialmente.

4. A Assembléia Geral, tomando conhecimento de recomendação favorável do Conselho de Segurança, elegeu U Thant por unanimidade como secretário-geral efetivo.



III. Desnuclearização da América Latina

5. Abrindo os debates da XVII sessão da Assembléia Geral, o senador Afonso Arinos declarou o seguinte:

O Brasil é também favorável, em princípio, ao estabelecimento de zonas desnuclearizadas no planeta, desde que as propostas que visem a esse fim não se enquadrem no processo polêmico da Guerra Fria, da qual continuaremos afastados. A América Latina poderia ser uma dessas zonas desnuclearizadas.

6. Aquela asserção indicava claramente que o Brasil considerava necessária a desnuclearização da América Latina, mas que ainda não havia tomado nenhuma decisão quanto à oportunidade de propô-la à Assembléia Geral. A deflagração da crise provocada pela introdução de armas nucleares no território de Cuba pela União Soviética mostrou, de maneira concreta, o tremendo perigo de alargamento das zonas nuclearizadas.

7. Julgou a delegação do Brasil que um projeto de resolução a respeito da desnuclearização da América Latina poderia não só contribuir para diminuir a tensão internacional e para a causa do desarmamento como oferecer uma solução para a crise cubana. Assim, a delegação do Brasil apresentou um projeto de resolução pelo qual a Assembléia Geral recomendaria aos países da América Latina que negociassem, pelos meios e métodos que julgassem mais apropriados, acordos em virtude dos quais os países dessa região:

- a) conviriam em não fabricar, receber, armazenar nem testar armas nucleares e instrumentos de lançamento das mesmas;
- b) concordariam em desfazer-se, imediatamente, de toda arma nuclear e de todo veículo de lançamento nuclear que se encontrasse em seu território;
- c) estabeleceriam as medidas de verificação sob as quais se poderia chegar a acordo para se assegurar que as referidas disposições fossem efetivamente cumpridas.



Além disso, o projeto encarecia a todos os Estados-membros que emprestassem sua colaboração a respeito das disposições acordadas e que, de conformidade com as mesmas, considerassem o território da América Latina como zona desnuclearizada e que a respeitassem como tal. O projeto, por último, solicitava ao secretário-geral que, a pedido dos Estados da América Latina, os ajudassem a pôr em prática os acordos acima mencionados.

8. Durante os debates, o projeto brasileiro, já então co-patrocinado pela Bolívia, pelo Equador, recebeu apoio maciço. Cinquenta e quatro delegações a ele se referiram e a maioria delas lhe deram o seu apoio entusiástico. Entre as delegações que apoiaram o projeto brasileiro figuravam países de todas as regiões do mundo pertencentes a todos os blocos, alinhados ou não-alinhados, comprometidos ou não-comprometidos. Nenhuma objeção foi apresentada ao projeto brasileiro na primeira comissão. O projeto recebeu apoio da grande maioria de países latino-americanos, o que não constitui surpresa, pois fora concebido à luz das mais profundas tradições jurídicas e políticas do continente. O presidente Alessandri, do Chile, interpretando aquelas tradições, exprimiu, perante a Assembléia Geral, a esperança de vê-lo aprovado em breve.

9. A iniciativa do Brasil obteve, ainda, repercussão excepcional e favorável na imprensa mundial, especialmente na imprensa norte-americana.

10. Ao contrário do que se esperava, contudo, as negociações entre as potências interessadas – relativas à inspeção *in loco*, em território cubano, sobre a existência de armas nucleares – se prolongaram além do término dos trabalhos da sessão da Assembléia Geral. No dia 18 de dezembro, o delegado do Uruguai, depois de elogiar a iniciativa do Brasil e declarar que, uma vez posto em votação o projeto, o seu país o apoiaria, propôs – tendo em vista precisamente o fato da não-solução final da crise cubana e realçando o valor permanente da nossa iniciativa – que a primeira comissão adiasse para a próxima sessão da Assembléia Geral a votação sobre o mesmo. A comissão assim o decidiu. Depois de tomada a decisão, o delegado do Brasil, conforme consta em ata, deixou bem claro que o governo brasileiro não retirava o projeto, mas apenas acedia ao desejo da comissão num ponto meramente processual: a época para a sua votação.



IV. Supressão dos ensaios nucleares e termonucleares

11. Em plenário, o senador Afonso Arinos, chefe da delegação do Brasil, solicitou prioridade absoluta para a discussão do problema da suspensão dos ensaios nucleares e termonucleares.

12. Na comissão política, a delegação do Brasil solicitou à Assembléia Geral o endosso do *memorandum* conjunto das oito nações chamadas “não-alinhadas” de Genebra como base de negociações entre as potências nucleares, com vistas à eliminação das dificuldades que ainda prevalecem no campo do controle, detecção e identificação das experiências subterrâneas. Sugeriu, ainda, o Brasil que as potências nucleares examinassem a possibilidade de ampliação da área de acordo já alcançada.

13. Procurando concretizar o seu ponto de vista, a delegação do Brasil elaborou esboço de projeto de resolução sobre o assunto e o submeteu aos demais membros do Grupo dos Oito de Genebra (Birmânia, Etiópia, Índia, México, Nigéria, República Árabe Unida e Suécia). Pelo referido projeto, a delegação do Brasil recomendava que o Comitê das Dezoito Nações para o Desarmamento desse absoluta prioridade à questão de um acordo internacional obrigatório sobre a cessação dos testes nucleares; endossava o *memorandum* conjunto dos oito países chamados “não-alinhados” do referido comitê como base de negociação entre as partes interessadas; urgia as potências interessadas a que, com base naquele *memorandum*, realizassem negociações com espírito de compromisso, concessão e entendimento mútuo, levando em conta os interesses da humanidade; solicitava ao Comitê das Dezoito Nações para o Desarmamento que procurasse chegar a um acordo sobre a cessação de todos os testes nucleares até 1º de janeiro de 1963. As oito delegações endossaram a proposta brasileira como base preliminar para discussão, estabelecendo um subcomitê de quatro países (Brasil, Birmânia, República Árabe Unida e Suécia), com a finalidade de elaborar um texto revisto.

14. Foram intensas as negociações realizadas no Grupo dos Oito e, para preservar a unidade do mesmo, a delegação do Brasil elaborou novo texto, que continha todos os pontos essenciais do primitivo projeto brasileiro com o acréscimo do seguinte parágrafo: “Pede que os referidos testes cessem imediatamente e, em nenhum caso, depois de 1º de janeiro de 1963”.



15. Aberto à assinatura das demais delegações, o projeto brasileiro foi copatrocinado por 37 países, de todos os blocos e regiões do mundo, inclusive pela Bolívia e Venezuela.

16. Com modificações em pontos não essenciais, o projeto de resolução originariamente submetido pelo Brasil foi aprovado pela comissão política por 81 votos a favor, nenhum contra e 25 abstenções. Abstiveram-se todos os países membros da OTAN (exceto o Canadá, Dinamarca e Noruega) e todos os países membros do Pacto de Varsóvia. Todos os países latino-americanos – exceto Cuba – votaram a favor.

17. Com o voto favorável do Brasil, aprovou-se, igualmente, projeto anglo-norte-americano sobre a suspensão dos testes. Os soviéticos votaram contra.

V. Questão do desarmamento

18. A primeira comissão não tomou decisão de substância sobre o desarmamento geral e completo e limitou-se a aprovar, unanimemente (somente a França se absteve), projeto de resolução processual patrocinado por 34 países, entre os quais o Brasil, solicitando ao comitê de desarmamento que se voltasse a reunir e retomasse imediatamente o estudo da questão.

19. A delegação do Brasil, no debate, salientou que a recente crise internacional veio provar que o desarmamento é o assunto mais urgente e importante dentre todos que ocupavam a atenção da Assembléia Geral; a questão do desarmamento tornou-se fato demasiadamente sério e vital para que concordemos em aceitá-lo como um simples exercício da Guerra Fria, tendo transposto mesmo os limites da política, para tornar-se problema humano; deplorou o escasso progresso realizado pelo Comitê dos Dezoito, especialmente no que se refere à gradual eliminação dos veículos e armas nucleares; declarou, entretanto, que não se deviam medir os progressos no campo do desarmamento pela extensão dos textos acordados e que se podia notar que existia hoje uma melhor compreensão do ponto de vista recíproco e que prevalece um espírito mais objetivo quanto à maneira de abordar o problema; sustentou que prioridade deve ser acordada aos esforços para a cessação de testes nucleares, às medidas que proibam a disseminação de armas atômicas e àquelas destinadas a evitar uma guerra por acidente. O



Brasil sugeriu, ainda, fosse tentado preliminarmente um acordo sobre alguns princípios básicos, uma ampliação da Declaração Zorin-Stevenson. Apoiou sugestão formulada pela Suécia, Canadá e Reino Unido para que se constituísse em Genebra um corpo encarregado de estudar as questões de natureza técnica relativas ao controle, sem interferência das negociações de caráter político que se processariam paralelamente.

VI. Admissão de novos países

20. Durante a sua XVII sessão, a Assembléia Geral aprovou, por unanimidade, o ingresso de seis novos países nas Nações Unidas: Argélia, Burundi, Jamaica, Trinidad e Tobago, Ruanda e Uganda. A delegação do Brasil saudou cada um dos novos Estados. Viu o Brasil com especial agrado o ingresso, nas Nações Unidas, de Jamaica e de Trinidad e Tobago.

VII. A questão da representação da China

21. A Assembléia Geral rejeitou – por 42 votos a favor, 56 contra e 12 abstenções – o projeto de resolução soviético que decidia pela expulsão da República da China e admitia, na organização, a República Popular da China. O Brasil – com a maioria dos países do ocidente e dos latino-americanos – votou contra o projeto soviético. Votaram a favor o Reino Unido, a Índia, os países escandinavos, o bloco soviético, Cuba e vários neutralistas.

VIII. Assuntos coloniais

22. O Brasil, fiel à sua posição anticolonialista, participou ativamente da discussão e do encaminhamento da solução dos problemas coloniais.

23. A delegação do Brasil patrocinou, sozinha, os dois projetos de resolução sobre territórios sob tutela, aprovado o primeiro por maciça maioria, com abstenção dos socialistas, dispondo sobre o relatório do Conselho de Tutela; aprovado o segundo por unanimidade, dispondo sobre a difusão de informação das Nações Unidas e do sistema internacional de tutela nesses territórios. Acompanhou a grande maioria no voto de projetos de resolução dispondo sobre a evolução para a autodeterminação – e, assim, para a independência, se suas populações o desejarem – dos territórios de Quênia;



da Rodésia do Sul; da Rodésia do Norte; da Bechuanalândia, Basutolândia e Suazilândia; e de Zanzibar. A delegação do Brasil votou com a maioria, a favor da resolução que reitera o direito à autodeterminação e independência do território sob mandato sul-africano do sudoeste da África (96 a favor; nenhum contra; uma abstenção – Portugal), ao ensejo de cuja discussão se aprovou também, com o voto do Brasil, resolução que defere ao secretário-geral o levantamento de dados sobre o complexo econômico-financeiro que controla a mineração da África meridional e cujas conseqüências políticas serão examinadas na próxima XVIII sessão da Assembléia Geral. O Brasil co-patrocinou projeto de resolução, aprovado por imensa maioria, dispondo sobre a luta contra a discriminação racial em territórios dependentes.

24. Com relação aos territórios sob administração portuguesa, a posição do Brasil se manteve inalterada na substância, a saber, de que tais territórios – de acordo com a Carta das Nações Unidas e as recomendações da Assembléia Geral – são “não autônomos” e titulados à autodeterminação, como eventual passo prévio à independência. Na votação dos projetos de resolução a respeito, entretanto, a delegação do Brasil se absteve, já que, como no ano passado, não podia solidarizar-se com a condenação de Portugal e a recomendação de sanções àquele país, sufragadas pela maioria dos países latino-americanos e afro-asiáticos.

25. Teve especial relevo a discussão sobre o mandato do comitê especial destinado a implementar a Declaração de Outorga de Independência aos Países e Povos Coloniais, a cujo respeito o chefe da delegação do Brasil, senador Afonso Arinos de Melo Franco, proferiu uma definição da posição anticolonial do Brasil particularmente compreensiva e fundamentada. O referido comitê especial, por força da resolução aprovada, passou a ser composto de 24 Estados-membros, em lugar dos seus primitivos 17.

26. Salvo as abstenções nas questões atinentes aos territórios sob administração portuguesa, o Brasil esteve sempre, nas votações, ao lado da grande maioria afro-asiática e latino-americana.

IX. Conferência Internacional de Comércio

27. Na XVII sessão da Assembléia Geral, os países-membros da ONU estavam divididos em três correntes a respeito da Conferência Internacional



do Comércio: os países industrializados do Ocidente desejavam simplesmente manter, sem alterações, a resolução 917 (XXXIV), do ECOSOC; os países subdesenvolvidos, em sua grande maioria, desejam modificar essa resolução, de modo a (a) aumentar a composição do comitê preparatório, (b) precisar os termos de referência e (c) fixar data de convocação da conferência; finalmente, os países socialistas desejam levantar a idéia da criação de uma organização internacional de comércio e mencionar a necessidade de incrementar o comércio de todos os países, inclusive do bloco socialista, e não apenas dos países subdesenvolvidos.

28. A delegação do Brasil, desde o princípio, estava convencida de que a Conferência Internacional de Comércio não poderia limitar-se a aspectos superficiais, mas precisava atingir as causas profundas do desequilíbrio do comércio internacional, precisando, para isso, estudar a conveniência da criação de um organismo mais sensível às necessidades e aspirações dos países-membros da ONU.

29. A delegação do Brasil apresentou um *memorandum*, que foi publicado e circulado como documento oficial da assembléia, o qual analisava a estrutura existente do comércio mundial, mostrava a posição desfavorecida dos países subdesenvolvidos nessa estrutura, criticava o GATT, como organismo voltado quase exclusivamente para os interesses dos países industrializados, e advogava a criação de uma organização internacional de comércio, com a finalidade de consolidar, num órgão único, os diversos programas e atividades existentes no campo do comércio internacional e de permitir a consideração dos problemas do comércio numa perspectiva favorável aos interesses dos países subdesenvolvidos. Em seguida, juntamente com Iraque, o Líbano e a Birmânia, o Brasil apresentou uma emenda ao projeto de resolução dos países subdesenvolvidos, consubstanciando as idéias contidas no *memorandum*. Houve oposição à emenda. Depois de várias negociações, o Brasil modificou a redação da sua emenda, num esforço de conciliação. Com a aprovação dessa emenda e do projeto dos países subdesenvolvidos, o comitê preparatório ficava instruído a reexaminar a eficácia dos organismos internacionais existentes em relação aos problemas de comércio dos países subdesenvolvidos, a estudar os problemas de comércio dos países subdesenvolvidos, a estudar a conveniência de iniciativas



institucionais tendentes a aumentar a composição dos países-membros e a melhorar a situação dos países subdesenvolvidos. Ficava, assim, consagrada – de maneira implícita, mas inequívoca – a idéia de que a conferência deveria examinar a necessidade de criação de uma organização internacional de comércio. O projeto foi aprovado por 73 votos a favor, 10 contra e 23 abstenções. Votaram a favor os países subdesenvolvidos, inclusive todos os latino-americanos, e os soviéticos. Votaram contra os Estados Unidos e as grandes potências ocidentais européias.

X. *Assuntos econômicos*

30. O projeto de resolução sobre inflação e desenvolvimento econômico, apresentado pelo Brasil, teve igualmente grande interesse. Tal projeto, que havia sido preparado na XVI Assembléia Geral, mas não pôde ser discutido nessa oportunidade por falta de tempo, assinalava que havia diferenças estruturais entre o processo inflacionário dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos e que, por conseguinte, os corretivos aplicáveis no primeiro caso não eram necessariamente aplicáveis no segundo, e pedia ao secretário-geral para preparar um estudo ilustrando essas diferenças e recomendando medidas antiinflacionárias adequadas ao contexto dos países subdesenvolvidos. O projeto, depois de negociações prolongadas, foi aprovado por unanimidade.

31. No item sobre as conseqüências econômicas e sociais do desarmamento, a delegação do Brasil declarou-se favorável ao projeto soviético de Declaração sobre a Conversão para Fins Pacíficos dos Recursos Liberados pelo Desarmamento e, também, ao projeto norte-americano em que se tomava nota do relatório sobre as conseqüências econômicas e sociais do desarmamento, preparado por um grupo de peritos. A delegação do Brasil assinalou o desperdício representado pela corrida armamentista, analisou os orçamentos militares astronômicos das duas grandes superpotências, comparando-os com as necessidades de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, e indicou que o projeto de declaração soviético e o projeto norte-americano não eram incompatíveis e podiam ser amalgamados com proveito para ambos; o ponto de vista brasileiro foi aceito e a assembléia aprovou um projeto de declaração conjunta soviético-norte-americana.



32. Outro tópico importante discutido pela segunda comissão dizia respeito à soberania permanente sobre recursos naturais. A segunda comissão tinha diante de si um projeto de resolução recomendado pela comissão *ad hoc*, encarregada de examinar o assunto, e que dispunha sobre os direitos soberanos dos Estados sobre suas riquezas naturais e sobre as desapropriações por interesse público. Os países exportadores de capital apresentaram emendas, procurando reforçar a proteção concedida ao investidor estrangeiro, enquanto os países socialistas e o bloco asiático procuravam, pelo contrário, reduzir ao mínimo essa proteção. A delegação do Brasil ficou equidistante dessas duas posições extremas e votou contra todas as emendas tendentes a destruir o equilíbrio entre os interesses dos países importadores e os dos países exportadores de capital.

XI. O parecer da Corte Internacional de Justiça e o custeio das operações de paz e segurança

33. Um dos assuntos mais graves e difíceis da sessão foi a consideração do parecer consultivo pelo qual a Corte Internacional de Justiça reputou obrigatórias, para todos os membros, as despesas resultantes das operações no Congo e em Suez. A extrema gravidade da questão decorria da situação financeira particularmente séria das Nações Unidas, provocada pela recusa dos países soviéticos e de alguns países ocidentais de contribuir para o pagamento daquelas despesas. Em consequência, ressurgia o problema do critério do rateio das despesas – entre os Estados-membros – das futuras operações de paz e de segurança.

34. A delegação do Brasil – assim como a maioria dos países ocidentais e contra a opinião do bloco soviético – sustentou a validade do parecer da Corte Internacional de Justiça. Com nove outras delegações – Estados Unidos da América, Reino Unido, Libéria, Paquistão, Camarões, Suécia, Dinamarca, Japão e Canadá –, o Brasil apresentou projeto pelo qual a assembleia aceitava a opinião da corte. A Assembleia Geral aprovou o projeto por 74 votos a favor, 15 contra (socialistas, Cuba, França, África do Sul e outros) e 17 abstenções (Bélgica, Espanha e Iugoslávia, entre outros).

35. Quanto ao rateio das despesas, o Brasil mostrou a necessidade de se adotar fórmula mais equitativa para a distribuição dos gastos decorrentes



das futuras operações de paz e segurança entre os membros da organização. Juntamente com as delegações da Argentina, Chile e México, o Brasil elaborou, a este propósito, projeto de resolução prevendo a adoção de um método especial de pagamento, à luz de critérios também especiais, entre os quais figura, em primeiro lugar, o da responsabilidade financeira especial dos membros permanentes do Conselho de Segurança. Esse projeto foi co-patrocinado por todas as nações latino-americanas, menos Cuba. A ele se opôs outro projeto, apresentado por nove países (os mesmos que co-patrocinam o projeto sobre o parecer da corte, menos o Brasil). Depois de longas negociações, fundiram-se os dois projetos num texto comum, ao qual se incorporaram as reivindicações fundamentais brasileiras e latino-americanas. A assembléia o aprovou por 71 votos a favor (países ocidentais, latino-americanos e vários afro-asiáticos), 14 contra (socialistas, Cuba, França e África do Sul) e 12 abstenções (Bélgica, Iugoslávia e vários países árabes).

XII. Assuntos orçamentários e de pessoal

36. O Brasil, no debate sobre a proposta orçamentária para 1963, levantou vários pontos – como os relativos à descentralização e ao fortalecimento das comissões econômicas regionais – que foram apoiados expressamente em intervenções de outras delegações.

37. Sendo os problemas técnicos da organização de importância vital para o desenvolvimento econômico e social das nações menos desenvolvidas, a delegação brasileira propugnou por que, ao capítulo V do orçamento – que cobre as dotações destinadas a esses programas –, não fossem aplicadas normas restritivas que impedissem a sua expansão razoável no futuro. Havendo os Estados Unidos apresentado projeto em que esse aspecto não era contemplado de forma satisfatória ao ponto de vista brasileiro, a delegação do Brasil apresentou-lhe emendas, que restauravam as nossas reivindicações nessa matéria. A delegação do Brasil e a dos Estados Unidos chegaram a uma fórmula de conciliação sobre o projeto, que passou a incorporar de forma substancial as emendas brasileiras. Assim emendado, foi o projeto aprovado sem oposição. Os países socialistas se abstiveram.

38. A assembléia examinou a questão da distribuição geográfica do pes-



soal do Secretariado das Nações Unidas, tema que há anos vem suscitando controvérsias de grande porte, agravadas pela introdução da tese chamada *troika*, sustentada pela União Soviética. As delegações do Iraque e do Brasil redigiram projeto cujos dispositivos, refletindo as recomendações do secretário-geral das Nações Unidas, se destinavam a permitir um máximo de acordo e impedir a repetição do impasse verificado em 1961. O Brasil se manifestou contra a tese soviética e exprimiu sua fidelidade à Carta de São Francisco, que prevê o estabelecimento de um secretariado internacional e imparcial. O projeto co-patrocinado pelo Brasil foi aprovado – 84 votos a favor, 10 contra (socialistas e Cuba) e duas abstenções.

XIII. Questões jurídicas

39. No exame e na solução dos problemas jurídicos – objeto das discussões da sexta comissão – o Brasil exerceu influência construtiva. No caso, por exemplo, do item quanto ao exame dos princípios de direito internacional, as relações amistosas e de cooperação entre os Estados, a delegação do Brasil teve papel saliente na incorporação de idéias, algumas das quais lançadas por ela, do maior interesse para o futuro das relações internacionais e do desenvolvimento progressivo do direito internacional, tais como: a necessidade de que o direito internacional se adapte constantemente às mudanças rápidas que a sociedade internacional contemporânea sofre, graças ao progresso científico e tecnológico; a ênfase dada aos problemas decorrentes da divisão do mundo em nações ricas e pobres, desenvolvidas e subdesenvolvidas, condicionantes e condicionadas; o reconhecimento da solidariedade entre os Estados, não bastando que os povos vivam lado a lado, em paz, mas fazendo-se mister que se auxiliem mutuamente; o ensino e difusão do direito internacional voltados essencialmente para as obras fecundas da paz.

40. A Assembléia Geral aprovou o relatório da Comissão de Direito Internacional e endossou o plano de prioridade de matérias a serem codificadas, sugerido por um comitê a que presidira o membro brasileiro daquela comissão, embaixador Gilberto Amado.

41. A Assembléia Geral aprovou, ainda, a publicação de um Anuário Jurídico das Nações Unidas.



XIV. Questões sociais

42. No exame do relatório do Conselho Econômico e Social, perante a terceira comissão, a delegação do Brasil analisou as atividades do FISI, apresentando – ao projeto de resolução submetido àquela comissão – emenda no sentido do alinhamento das diretrizes do FISI às necessidades econômicas da Década do Desenvolvimento das Nações Unidas. Incorporou-se a emenda brasileira ao projeto de resolução, que foi aprovado por unanimidade.

43. No exame do item “Manifestações de preconceito racial e de intolerância nacional e religiosa”, a delegação do Brasil co-patrocinou, com diversos países africanos, projeto de resolução – aprovado por unanimidade – solicitando à Comissão dos Direitos do Homem a preparação de uma convenção sobre a eliminação da discriminação racial.

44. A delegação do Brasil propôs a inserção, no artigo 4 do projeto de declaração sobre o direito do asilo, de recomendação expressa para que os Estados que concedem asilo impeçam os asilados de exercer atividades tendentes ao emprego de violência ou força contra os Estados de origem.

XV. O Brasil condena a discriminação racial na África do Sul

45. A delegação do Brasil, a exemplo dos anos anteriores, condenou enfaticamente a política de discriminação racial praticada na África do Sul e, em sua intervenção, procurou demonstrar que as raízes do *apartheid* são, no fundo, econômicas. O projeto de resolução continha, em sua parte resolutiva, dispositivos que previam a aplicação de sanções à África do Sul – rompimento de relações diplomáticas, fechamento de portos e aeroportos a navios e aeronaves sul-africanos – e terminava por recomendar ao Conselho de Segurança a aplicação de várias medidas, inclusive a expulsão das Nações Unidas, se o governo daquele país persistisse em não obedecer às recomendações da Assembleia Geral.

46. As sanções e ameaça de expulsão previstas no projeto motivaram a abstenção do Brasil, a qual não significou nenhuma hesitação na condenação mais vigorosa da política de discriminação racial. A delegação brasileira acredita que o fato de ser extremamente difícil assegurar a implementação das sanções propostas terminaria por enfraquecer as Nações Unidas, prejudicando assim a luta contra a discriminação racial.



XVI. Radiações ionizantes

47. A propósito do relatório do comitê científico sobre os efeitos das radiações ionizantes – de que o Brasil faz parte –, o Canadá apresentou projeto de resolução em que se limitava a agradecer o trabalho do comitê, chamar a atenção sobre os efeitos genéticos e somáticos das radiações e pedir a continuação dos estudos.

48. A delegação do Brasil apresentou emenda ao projeto canadense, com o objetivo de recomendar aos Estados maior disseminação de informações sobre as verdadeiras conseqüências das precipitações radioativas. O Canadá incorporou a emenda brasileira ao projeto, o qual foi aprovado por grande maioria.

XVII. Participação do Brasil no grupo de trabalho de 21 países

49. Em virtude da aprovação do projeto de resolução a que se refere o capítulo XI, relativo ao parecer da Corte Internacional de Justiça e ao custo das operações de paz e segurança, ficou garantida a participação do Brasil num grupo de trabalho, composto de 21 países, que preparará um estudo sobre os métodos especiais de financiamento daquelas operações.

XVIII. Eleição de delegados brasileiros

50. A terceira comissão elegeu, por unanimidade, o delegado do Brasil, professor Lineu de Albuquerque Melo, para seu vice-presidente.

51. A quinta comissão elegeu – por 70 votos, num total de 73 votantes – o delegado do Brasil, senhor David Silveira da Mota, para o Comitê de Contribuições das Nações Unidas, órgão técnico que elabora a escala de contribuições do orçamento da organização.





DOCUMENTO 11

Trecho do relatório preparado pelo ministro Miguel Álvaro Osório de Almeida, sobre os trabalhos da segunda comissão, item 36 da agenda, da XVII sessão da Assembléia Geral da ONU: Conferência Internacional de Comércio e Desenvolvimento

Ofício confidencial n. 149, de 22 de janeiro de 1963.

.....

Como indicado na introdução deste relatório, o Brasil foi o Estado-membro da ONU que mais completamente respondeu ao questionário do secretário-geral da ONU sobre a conveniência de um conclave internacional de comércio.

A delegação do Brasil à Assembléia Geral, entretanto, procurou de certa forma interpretar as instruções, extremamente positivas em favor da conferência, completando-se com dados econômicos disponíveis. O resultado desse trabalho, em parte utilizado no discurso do representante brasileiro no debate geral do comitê II (anexo n.1) e em parte consubstanciado num *memorandum*, que se pretendia distribuir aos Estados-membros da ONU para abrir-lhes os olhos sobre o problema, revelou o seguinte:

A) O Brasil, depois de um decênio de desenvolvimento acelerado, atingiu um estágio em que terá de aumentar muito rapidamente as suas exportações. De 1953 a 1962, inclusive, o desenvolvimento do produto real brasileiro foi da ordem dos 55%, enquanto o comércio internacional (eliminadas variações anuais) não aumentou um centavo.

B) As necessidades de incremento anual do valor das exportações – se mantida uma política de investimentos suficientes para o emprego dos incrementos previsíveis de mão-de-obra – são, no mínimo, da ordem dos 6 a 7% ao ano nos próximos 10 anos (sem contar as necessidades de amortizações das dívidas acumuladas até hoje).

C) Será impossível (ou extraordinariamente difícil) obterem-se incrementos de exportações dessa magnitude, que levarão as exportações brasileiras para os 2,8 bilhões de dólares em 1970 (virtual duplicação das mesmas),



nos mercados que se poderiam chamar de convencionais, do Brasil. Será impossível obterem-se aumentos desse tipo exclusivamente com a exportação de produtos primários, pois o impacto quantitativo do Brasil nos mercados de produtos primários em que temos vantagens comparativas é excessivo. De fato, em qualquer desses produtos (café, cacau, algodão e açúcar), o esforço de um aumento de exportações reduzirá o valor das exportações, em vez de aumentá-lo. A maioria dos demais produtos primários é de tal natureza que as magnitudes significativas para o balanço de pagamentos brasileiros trarão rapidamente retornos econômicos decrescentes (as possíveis exceções podendo ser carnes e minério de ferro, onde poderíamos provavelmente aumentar substancialmente exportações antes de chegarmos à dissolução dos mercados, porém, igualmente incapazes, na conjuntura atual dos mercados convencionais, de obterem para o Brasil os incrementos de comércio desejáveis).

D) Será necessário alterar-se o sistema institucional que preside às trocas econômicas internacionais, de tal maneira que se possa:

- i) penetrar com maior liberdade nos mercados “convencionais” com produtos primários, eliminando-se subsídios dos mesmos à produção interna (não econômica) e eliminando-se sistemas preferenciais discriminatórios contra os produtos brasileiros;
- ii) penetrar nos mercados “convencionais” com produtos semi-industrializados e industrializados, reduzindo-se as restrições atualmente aplicadas à gama desses produtos que podem ser produzidos no Brasil (e em países subdesenvolvidos em geral). Eliminar todos os eufemismos através dos quais os países desenvolvidos obtêm, dentro do GATT, proteção contra os produtos industriais dos países subdesenvolvidos (o mais recente dos quais é a doutrina “gatiana” do *market-disruption*);
- iii) penetrar no sistema comercial dos países do COMECON, cuja elasticidade-renda de demanda de exportações é extraordinariamente alta e cuja velocidade de crescimento econômico é bem mais alta que a dos “mercados convencionais” do Brasil.

Diante dessas conclusões, era necessário expandir de certa forma o



escopo da Conferência Internacional de Comércio, convocada pelo ECOSOC na Resolução 917 (XXXIV). Em vez da discussão sobre “produtos de base”, era necessário pensar em produtos industriais e em mercados não-convencionais (COMECON).

Esse objetivo mais amplo iria necessariamente colidir com os interesses dos países desenvolvidos do Ocidente e coincidir com o dos países do COMECON. Havia, portanto, desde logo, adversários e aliados, claramente delineados, numa inversão de certa forma perversa dos alinhamentos tradicionais do Brasil. Daí a necessidade de consultar a Secretaria de Estado, o que foi feito mediante a submissão do documento substantivo (*memorandum* sobre a posição brasileira que se pretendia submeter à Assembléia Geral e que recebeu, eventualmente, o n. A/C.2/214 – anexo n. 2).

Obtida a aprovação da Secretaria de Estado para esse documento, passaram os objetivos específicos da delegação brasileira a ser os seguintes:

- i) obter uma conferência ampla, que discutisse, além de produtos de base, os problemas de comércio com o COMECON e das proteções internas dos grandes agrupamentos econômicos de países desenvolvidos;
- ii) estabelecer a possibilidade da criação de novo organismo internacional de comércio que, seja integrando os existentes, sob nova cúpula, seja substituindo-os, facilite o tipo de expansão comercial indispensável ao desenvolvimento econômico brasileiro;
- iii) como corolário dos dois objetivos acima, procurar impedir a convocação excessivamente apressada de uma conferência que, dentro do escopo amplificado, terá de tomar algum tempo para a sua preparação adequada; na melhor das hipóteses, será necessário um ano de preparação intensiva para a conferência, o que a coloca na primeira parte de 1964.

.....

Nova York, janeiro de 1963.

★



DOCUMENTO 12

Instruções à delegação do Brasil à primeira reunião da comissão preparatória da Conferência sobre Comércio e Desenvolvimento
Despacho n. 8, de 23 de janeiro de 1963.

CONFIDENCIAL

A delegação do Brasil à primeira reunião da comissão preparatória da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento terá presente, no tocante à orientação geral que inspirará o tratamento tópico dos problemas de formulação de agenda para a conferência mundial, as instruções a esse respeito mandadas à delegação do Brasil à XVII sessão da Assembléia Geral da ONU; o *memorandum* dessa delegação sobre o item 36 da agenda (questão da convocação de uma conferência internacional sobre problemas de comércio); a declaração do representante do Brasil sobre esse item, na comissão econômica e social da mesma assembléia.

2. O governo brasileiro deseja que, sem prejuízo das especulações de caráter teórico ou doutrinário sobre problemas de comércio e desenvolvimento econômico – sobretudo no que possam contribuir para firmar e afirmar o “caso” dos países em desenvolvimento, suas reivindicações e seus objetivos ao insistirem pela convocação da conferência –, os trabalhos da comissão preparatória tenham, nesta primeira reunião, o mais agudo sentido prático. Sob esse ângulo, a reunião preparatória será bem ou mal sucedida (e terá, ou não, contribuído para a realização da conferência internacional) na medida em que possa adotar um programa de trabalho para os países participantes, para o Secretariado das Nações Unidas e para os organismos especializados e regionais da ONU, que, num ou noutro caráter, acorrerão à reunião.

3. Nessa programação de trabalhos preparatórios, que decantarão a pauta final da conferência, a delegação não perderá de vista que o interesse maior do Brasil está em permanente e indissolivelmente relacionar “comércio internacional” com desenvolvimento econômico, estabelecer a



dependência em que se encontra o “crescimento econômico” das “receitas cambiais de exportação” nos países que tentam desenvolver-se a partir de baixas rendas *per capita*. Toda ênfase deverá ser posta nesta relação genérica, em que o “comércio” deixa de ser configurado como um fim em si mesmo, como um objetivo a perseguir per se, para revestir o aspecto de “meio”, de “instrumento” para a aceleração do processo de desenvolvimento.

4. Antecedentes recentes indicam que esta tomada de posição no problema global de comércio e desenvolvimento e esta conceituação da conferência que se está a preparar constituirão o primeiro divisor de águas entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento, integrantes da comissão preparatória. A delegação do Brasil evitará, sempre que possível, o debate especulativo sobre o conteúdo filosófico, econômico e doutrinário das divergências que motivem as atitudes em presença e procurará, programaticamente, como se propusesse o rol concatenado dos problemas a estudar, preparar uma agenda de trabalho que leve, por força de consequência lógica, à fixação da atenção, com ênfase dominante, nas dificuldades características dos países subdesenvolvidos, na impossibilidade de solucioná-las, ou minorá-las, a curto prazo dentro da atual teoria e prática das relações internacionais de troca e com recurso aos organismos e instituições internacionais que ora se ocupam da política econômica, comercial e financeira. A reforma ou reorganização institucional – cuja menção se deverá evitar agora, como tática, pois estimularia fortes resistências e fricções –, decorrerá naturalmente, da paulatina e amadurecida constatação de que, reconceituados em termos de “comércio para o desenvolvimento”, os problemas qualitativos que respondem pela deterioração a longo prazo das relações de troca dos subdesenvolvidos exigem uma nova qualificação das motivações que devem inspirar o intercâmbio internacional e, por via de consequência, a reforma do presente *framework* institucional.

5. Para encaminhar a programação dos trabalhos preparatórios, a delegação do Brasil insistirá para que os países subdesenvolvidos (de preferência por grupos regionais, para permitir a assistência e o comprometimento técnico dos organismos respectivos) definam suas necessidades de comércio em função de seus objetivos mínimos de desenvolvimento econômico, nos imediatos períodos de 5 e 10 anos (65/69 – 70/74).



6. O secretariado técnico da comissão preparatória, em conjugação com os organismos regionais e técnicos da ONU, deveria suprir os países subdesenvolvidos com os elementos que expressem as tendências dinâmicas dos mercados internacionais e que incluam:

1º projeções a médio e longo prazos da demanda internacional de todos os países do mundo subdesenvolvido em:

- a) produtos de base (por produtos);
- b) bens manufaturados de consumo (por setores principais);
- c) bens de produção (por setores principais).

2º agrupamentos significativos das projeções acima, tais como:

- a) áreas geoeconômicas;
- b) zonas monetárias;
- c) tipos de organização político-econômica (países com virtual liberdade de comércio, países de livre empreendimento e grau significativo de controle de comércio, países não socialistas com total controle de comércio, países socialistas).

7. Levantado o mapa dinâmico do comércio internacional e projetados seus fluxos, principiará a surgir com mais objetividade e clareza a noção dos tipos de “braços executivos” necessários à organização internacional do comércio (entendida, neste estágio, como não implicando necessariamente organismos novos e sim como conceituação antientrópica). Com efeito, os países subdesenvolvidos (e o Brasil muito especialmente), além dos problemas tradicionais, estarão confrontados com problemas inteiramente novos, para os quais há pouca ou nenhuma experiência. Teremos de encontrar fórmulas concretas de penetração nos mercados convencionais, reduzindo-lhes os subsídios internos e as preferências, bem como eliminando o conceito de reciprocidade de facilidades tarifárias entre países em diferentes estágios de desenvolvimento econômico. Teremos, igualmente de encontrar fórmulas operativas para eliminar a marginalização do nosso comércio com países socialistas, o que é a consequência automática do processo de planejamento a longo prazo nos mesmos. Assim, em vez de nos



reservarmos apenas àquela fração de comércio (exportação e importação) decorrente dos erros verificados entre o sistema de planejamento socialista e sua adimplementação – pelo que somos chamados a suprir pequenos déficits e a comprar pequenos excedentes eventuais –, temos de criar um fórum em que penetremos, legitimamente, no processo do planejamento desses países, responsabilizando-nos por suprimentos a longos prazos e recebendo frações da produção de artigos (finais, intermediários ou matérias-primas) programados para os nossos mercados.

8. Identificam-se, desde logo, grandes grupos de problemas institucionais, ou seja, o estímulo e supervisão de:

- a) comércio entre países subdesenvolvidos e países industrializados do Ocidente;
- b) comércio entre países subdesenvolvidos e países socialistas;
- c) comércio entre países subdesenvolvidos;
- d) comércio entre países industrializados do Ocidente e países socialistas.

9. A natureza desses quatro grupos de correntes de trocas é tal, que poderá vir a exigir um certo grau de especialização institucional. O GATT, até hoje, só conseguiu especializar-se e apresentar alguns sucessos num quinto grupo, que, por não constituir problema, não foi incluído a tempo. Trata-se, obviamente, do comércio entre os países desenvolvidos do Ocidente. Assim sendo, na hipótese de se evoluir, eventualmente, para um organismo mundial de comércio, o GATT poderia ser integrado no mesmo como um dos seus departamentos ou “braços executivos”. O problema mais difícil seria, evidentemente, o do comércio entre países subdesenvolvidos e o bloco socialista. Esse problema apresentará facetas diversas, interligadas com os demais, tais como a possibilidade de triangulação dentro da área e de triangulação da área com os demais agrupamentos, de tal forma que se aumente ao máximo o valor marginal de cada unidade de divisa obtida pela exportação dos países subdesenvolvidos.

10. Obtida a visão dos fluxos e das triangulações necessárias – e das naturezas dos estímulos e da supervisão operacional necessária –, ter-se-á



de encontrar a formulação jurídica que corresponda a esta estrutura e objetivos, sacramentando-os. Na medida do possível, dever-se-á adotar princípios gerais, válidos para todos. Será possível evitar que, num sistema eclético como o que se visualiza, seja necessária a formulação – sob uma cúpula relativamente vaga de princípios gerais – de princípios e regras específicas para os fluxos de comércio entre os diferentes agrupamentos indicados acima nas letras a, b, c, d.

11. Ordem dos trabalhos e atribuições dos mesmos a diferentes entidades, nacionais e internacionais. Parece evidente que, na linha de montagem final, o trabalho econométrico deverá preceder o trabalho jurídico-institucional. Só a visão clara das magnitudes e dinâmicas das correntes de comércio, da sua distribuição no espaço e evolução no tempo, permitirão a noção adequada da instrumentação necessária. Não será, evidentemente, indispensável marcar passo relativamente à pesquisa histórico-institucional que deverá enriquecer e complementar o trabalho já delineado, exibindo claramente os defeitos, qualidades, fracassos e sucessos das tentativas anteriores de se equacionar o problema mundial de comércio.

12. Assim, como inicialmente recomendado, dever-se-ão iniciar, simultaneamente, quatro trabalhos:

- a) levantamento das necessidades de exportação e importação até 1980, com especial ênfase em 1965 e 1970;
- b) levantamento do mapa dinâmico do comércio mundial, com ênfase em períodos equivalentes aos indicados em a, acima;
- c) pesquisa histórico-institucional dos esforços de organização mundial de comércio, incluindo os últimos passos dados pelo GATT para supervisionar o comércio entre países subdesenvolvidos e desenvolvidos;
- d) levantamento de todos os organismos, mundiais ou regionais, universais ou específicos, que direta ou indiretamente – quer como único objetivo, quer como objetivo incidental – controlam, supervisionam, estimulam (ou desestimulam) e pesquisam o comércio internacional.



13. Desses trabalhos iniciais, o primeiro só pode ser realizado no próprio país interessado. No caso brasileiro, o Plano Trienal já faz estimativas (que parecem pouco ambiciosas) e o STAP já tem estudos sobre o assunto. Não será difícil completá-los, como uma satisfatória primeira aproximação.

14. A adimplementação da letra b deverá ser atribuída à ONU, que tem, para realizá-la, documentação, técnica e equipamento que nenhum país subdesenvolvido poderia reunir. O Brasil poderá oferecer, a título de ilustração, um trabalho já feito pelo STAP, que representa exatamente o que se deseja como estrutura final, mas que foi realizado como primeira aproximação, usando-se de metodologia estritamente simplificada (projeções lineares de fluxos monetários globais baseados em séries muitas vezes interpoladas).

15. Os trabalhos c e d acima podem ser atacados simultaneamente pela ONU e pelos países interessados. De fato, é pouco provável que a ONU possa realizar esse trabalho (uma análise crítica de evolução e de estrutura das instituições que lidam com comércio internacional) de forma adequada. É igualmente pouco provável que o Brasil possa reunir, em tempo hábil e sem omissões possivelmente graves, toda a documentação pertinente. Estima-se, assim, que o ataque simultâneo desses trabalhos pelo órgão mundial e pelos países interessados seja o caminho certo para os resultados desejados. A secretaria técnica da conferência, recém-criada, poderá encarregar-se dessa tarefa, que deverá ser feita de forma exaustiva.

16. O trabalho de programação propriamente dito – que justaporá, ao quadro mundial, a progressão brasileira – terá de aguardar, evidentemente, a terminação de a e b acima; porém, pode ser ensaiado, do ponto de vista metodológico, com os dados disponíveis, de maneira que fornecerá algumas indicações de tendências antes mesmo de tornados disponíveis os pré-requisitos mencionados.

17. O trabalho jurídico-institucional será a evolução lógica da pesquisa em c e d acima, adquirindo os seus contornos definitivos quando justapostos ao trabalho econométrico. Convém destacar que, nessa fase final, o tipo de competência necessária envolverá um trabalho cuja natureza e metodologia são característicos de “pesquisa operacional”.

18. Problemas correlatos. O estímulo e supervisão do comércio interna-



cional envolverão, necessariamente, um período interino, que poderá ser relativamente longo, em que as medidas tomadas no campo puramente comercial serão insuficientes para suprir os países subdesenvolvidos com os níveis mínimos de comércio que necessitam. Durante esse período, será necessário encontrar compensação para certas tendências nocivas do comércio, a principal das quais é a tendência para deterioração das relações de troca dos exportadores de produtos primários, bem como a tendência para flutuações excessivas de preços e quantidades desses produtos.

19. A verdade é que, sobre o assunto, já existem inúmeros estudos e análises, muitos dos quais realizados com participação brasileira. O problema é, hoje, de natureza política, dependendo da aceitação, por parte de países industrializados, da responsabilidade solidária na disciplina do mercado e estabilização dos preços dos produtos primários, que constituem suas principais fontes de receitas cambiais, e responsabilidade pela compensação da deterioração das relações de troca, o que parece não estarem ainda psicologicamente preparados para fazer.

20. No interregno, o Brasil continuará a favorecer a política de estabilização de “produto por produto”, como o faz com o café, seguro de que estará contribuindo, por esta maneira, para melhorar a posição dos produtos primários no comércio internacional.





DOCUMENTO 13

Conclusões do conselheiro Antonio Houaiss sobre os trabalhos da quarta comissão da XVII Assembléia Geral da ONU
Ofício confidencial n. 168, de 25 de janeiro de 1963.

O estado atual da descolonização

Hoje é ponto pacífico que a descolonização política é, essencialmente, a finalidade por atingir, no mundo inteiro, em matéria de territórios a quaisquer títulos dependentes. Isso, no contexto das Nações Unidas, deriva da predominância eleitoral quantitativa e, sob certos aspectos, qualitativa, dos Estados-membros.

Do ponto de vista numérico, a XVII sessão marcou o ingresso, nas Nações Unidas, da República de Ruanda, do Reino de Burundi, da Jamaica, de Trinidad e Tobago, da Argélia e de Uganda, perfazendo o total de 110 Estados-membros. Na realidade, esse ingresso foi apenas a sacramentação de um estado de coisas consumado antes. Por isso, é possível perguntar se, neste ano, a descolonização não marcou um compasso de espera, sobretudo se se atende a que o acordo intervindo entre a República da Indonésia e os Países Baixos, quanto à Nova Guiné Ocidental ou Iriã Ocidental, ainda não significa um termo final, no sentido da descolonização, dos problemas desse território.

Desde pelo menos a VIII sessão (1953), e em movimento cumulativo crescente, até a XV sessão (1960) – ano da África nas Nações Unidas –, a descolonização teve passos ponderáveis a cada ano, em consonância com movimento que vinha já do fragor da última grande guerra, em que as populações dos territórios dependentes desempenharam relevantíssimo papel – ainda hoje não posto de manifesto na historiografia habitual *europocentrista* ou *ocidentalocentrista* –, adquirindo, destarte, uma vocação de independência nacional que, a ser sofrada, poria em risco muito cedo a precária paz do mundo. No quadro das Nações Unidas, no ano de 1960, quando foi aprovada a Resolução 1.514, com a Declaração de Outorga de Independência aos Países e Povos Coloniais, a organização entrou a declinar



na sua consagração de independências, pois a liquidação do colonialismo, enquanto verbalmente estipulada como imediata na resolução em causa, esbarrava com dificuldades já de antes pressentidas por certos observadores, mas ainda não “oficialmente” confessadas nos debates da organização.

As razões para o declínio da descolonização podem ser capituladas nas seguintes ordens de fatos:

1) Nos territórios de exploração pura e simples, caracterizados por mínima fração de populações colonizadoras – geralmente funcionários, prepostos, contingentes militares, trasladados das metrópoles a título transitório –, a oposição à descolonização seria acompanhada de operações de resistência e de terrorismo nacionalista ou tribalista, que transformariam a ocupação colonial em operação onerosa, sem perspectivas positivas para o colonizador; destarte, quando possível, a integração dessas áreas, politicamente tornadas independentes, em complexos econômicos e políticos mais altos, era o passo mais rendoso e eficaz, de parte a parte – e por isso se consumou não só com relativa rapidez, mas também relativa prioridade – só tendo retardamentos de natureza “técnica”: preparação de quadros, consulta aos partidos políticos nacionais, assistência na emergência de elementos dirigentes nativos, instalação da máquina do estado. Note-se que esses territórios, no que se refere ao continente negro, se localizam em maioria na África equatorial, não considerados os da África setentrional, cujo processo de descolonização, culminado na guerra da Argélia, teve características diferenciais, cujas raízes remontam necessariamente às conseqüências da I Guerra Mundial. É ainda com relação a esses tipos de territórios – equatoriais com contingentes mínimos de colonizadores – que a presente XVII sessão apresentou saldo mais positivo, pois é certo que há razões múltiplas para se crer numa descolonização pacífica a breve prazo de Zanzibar, Quênia, Nissa e, até onde a África do Sul não reagir *manu militari*, a Bechuanalândia e Suazilândia.

2) Nos territórios de povoamento, marcados pela instalação em caráter permanente de frações colonizadoras entre 8 a 15% de brancos ou descendentes a eles identificados, geralmente chamados europeus, o sistema de exploração colonial se baseia em complexos econômicos mais desenvolvi-



dos ou muito desenvolvidos, sobretudo na indústria da mineração, com essa fração a usufruir *in loco* de um padrão relativamente alto de vida e vinculada com os detentores do poder econômico e financeiro das metrópoles, não raro articulados em cartéis supranacionais. Nesta XVII sessão, a denúncia desse mecanismo de oposição à descolonização se fez quase lugar-comum por parte de um bom número de delegações do grupo afro-asiático e do grupo socialista, sob o nome de *Unholy Alliance* (Aliança Ímpia). Estão nessa categoria os territórios genericamente denominados do *copper belt*, cuja riqueza, em verdade, se funda não apenas no cobre, senão que numa variada gama de minérios de alto valor para a tecnologia avançada do mundo contemporâneo. O complexo incluiria a província de Catanga, as Rodésias e Niassalândia; articular-se-ia com a mineração diamantífera do sudeste africano, com a economia da África do Sul e com a mão-de-obra, ademais da local nativa, dos territórios portugueses de Moçambique e Angola – incluindo-se nesse cinturão, porque encraves geográficos nele, a Bechuanalândia, a Basutolândia e a Suazilândia. Depoimento de um peticionário, o reverendo Michael Scott, sobre esse particular, logrou ser objeto de decisão da quarta comissão, no sentido de ser circulado como documento da mesma, em conexão com a questão da Rodésia do Sul (A/C.4/564, de outubro de 1962), merecendo citação a seguinte passagem do mesmo, extratada após considerações em torno da montagem do aparato de guerra que diz estar em curso na África meridional:

Por trás de tudo isso (do aparato militar), há a mais poderosa organização industrial da África, as indústrias miníferas do ouro, do diamante, do cobre, com sua rede de sociedades mineradoras e indústrias associadas, cujos conselhos de administração são solidários, e que se denomina “Aliança Ímpia” – sociedades tais como a Anglo American Corporation, Tanganyika Concessions, a De Beers, a União Mineira e as sociedades de minas de ouro da África do Sul, com sua organização diretora, o Gold Producers Committee. Essas sociedades constituem um dos monopólios mais poderosos do mundo e nenhuma legislação antitruste comparável à que existe nos Estados Unidos da América limita sua atividade.



3) Para fazer face à pressão anticolonial, as potências colonialistas racionalizam as respectivas posições da seguinte maneira:

- a) O Reino Unido alega dificuldades constitucionais intramuros, com relação à Federação das Rodésias e Niassalândia, ao fundar-se no fato de que os territórios em causa já gozam de efetivo estatuto autônomo e de que seu direito de veto sobre as decisões autônomas nunca foi exercido – impedimento com que consagra o fato de que a autonomia em causa foi conferida através de audiência tão-somente de uma minoria aí instalada, em época em que a descolonização era ainda embrionária no mundo; ademais, o Reino Unido faz ver que quaisquer resoluções das Nações Unidas que incidam especificamente sobre um só território são ilegais, dentro da Carta.
- b) Os sul-africanos alegam que a situação do sudoeste africano está juridicamente fora da competência das Nações Unidas, pois o mandato a ela deferido estaria defunto com a *defunção* do mandante, a Sociedade das Nações; essa alegação, já terminada a XVII sessão, acaba de sofrer desmentido quase irremediável, com a decisão recém-tomada pela Corte Internacional de Justiça sobre as objeções preliminares concernentes com a competência da corte e sua jurisdição compulsória sobre o diferendo (ver ofício n. 137, de 19 de janeiro de 1963).
- c) Os portugueses mantêm-se irredutíveis em que suas províncias ultramarinas são partes integrantes do território nacional português, bem como que os africanos desses territórios são portugueses de muito boa cepa, Estado multirracial que é, gerador de Brasis, sendo, assim, a Carta explícita em que a matéria escapa à competência das Nações Unidas, conforme seu artigo 2, parágrafo 7.
- d) Além desses, mas com matizações essencialmente na base do dispositivo da Carta acima citado, estão as posições da França e dos Países Baixos – sobretudo no que concerne a territórios americanos – e a Espanha.



Do relatório que aqui se encerra, depreende-se claramente a posição anticolonial do Brasil, coerente até o ponto em que se defronta com os seguintes tropeços:

- a) a situação dos territórios portugueses, em que nos mantivemos inalterados no conceito básico de que são não autônomos, com direito à autodeterminação, daí, à independência, se for essa a decisão livre de suas populações;
- b) a aceitação de resoluções fortes contra as autoridades administradoras, com a condição de que não se use de palavras diretas – cuja fórmula pode ser sintetizada em “*deploras*, mas não *condemns*”;
- c) o receio da palavra *sanctions* ou da expressão *including sanctions*, mesmo quando, pela lógica de fatos, aceitemos que uma questão seja deferida ao Conselho de Segurança, em cuja ação aqueles conceitos não estão apenas implícitos como instrumentos, senão que claramente enunciados nas partes próprias da Carta;
- d) passividade ante a existência de territórios não autônomos no continente americano, passividade que é justificada porque os latino-americanos mais interessados, vale dizer, aqueles que têm reivindicações territoriais contra autoridades administradoras europeias (Guatemala, México, Argentina e, de certo modo e por ora, a Venezuela), estão também passivos. Sobre este particular, importa que a Secretaria de Estado, desde já, volte suas atenções para projeto que estaria sendo elaborado no sentido de uma declaração de cessação de existência de territórios não autônomos dentro do continente americano. Trata-se do projeto que o chanceler Fellman Velarde teria tornado público na Bolívia, conforme CT – 161, de 20 de novembro de 1962, da embaixada em La Paz à Secretaria de Estado.

Não é difícil, destarte, compreender como, na organização internacional, a posição anticolonial do Brasil tem sido elemento positivo para o respeito com que suas iniciativas são tomadas; como, também, as brechas



parciais de sua posição parecem por vezes excessivamente sentimentais, quando não ilógicas; como – na medida em que os fatores de nossa política interna o permitissem – capitalizaríamos mais respeito ainda, se prosseguíssemos sem essas brechas, visto como os interesses maiores do Brasil parecem ser mais bem atendidos com uma posição claramente e conseqüentemente anticolonial, inclusive no jogo inevitável, no mundo de hoje, de expansão de nossos mercados, nossa cultura e de nosso desenvolvimento nacional. No quadro das Nações Unidas – até onde pode ser ele apreciado em si mesmo – os efeitos disso seriam, seguramente, enormes.

Nova York,
em 25 de janeiro de 1963.

★



DOCUMENTO 14

Entrevista coletiva do embaixador Jayme Azevedo Rodrigues, secretário-geral adjunto para Assuntos Econômicos
Circular n. 4.577, de 31 de janeiro de 1963.

Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

I

A primeira grande tentativa de coordenação das relações internacionais de comércio foi realizada em Havana, no período 1947-1948, na Conferência do Comércio e Emprego. A preocupação principal das potências ocidentais foi, então, de restabelecer as correntes tradicionais de troca, profundamente perturbadas pelo conflito mundial e de propiciar a expansão futura do comércio, mediante o abaixamento generalizado das altas tarifas que haviam predominado nos últimos tempos. Da Carta de Havana, que criava a Organização Internacional do Comércio, somente foi implementada, uma parte – o Acordo Geral de Tarifas e Comércio, conhecido como GATT.

Sobre esta estrutura parcial desenvolveram-se, nos últimos quinze anos, as relações internacionais de comércio, caracterizadas por uma deterioração constante e progressiva das condições dos países subdesenvolvidos, que contrastava com o progresso acelerado das áreas industrializadas. Assim é que, de 1950 a 1960, as exportações totais dos países desenvolvidos passaram de 37,2 bilhões de dólares para 85,4 bilhões, enquanto as exportações dos países subdesenvolvidos cresceram apenas de 19,1 bilhões de dólares para 27,3 bilhões.

Este agravamento dos problemas de comércio exterior dos países exportadores de bens primários, contudo, foi acompanhado por um processo de amadurecimento da compreensão de suas necessidades de intercâmbio como função do desenvolvimento econômico. Reunidos no Cairo, em julho de 1962 – estando o Brasil representado na figura do embaixador Octavio A. Dias Carneiro –, os países subdesenvolvidos formularam uma declara-



ção, na qual se alinhavam todos aqueles fatores que, no campo do comércio internacional, constituíam obstáculos a seus esforços de desenvolvimento econômico, concluindo por recomendar a realização de uma conferência que tratasse da matéria sob esse novo prisma.

Na recente Assembléia Geral das Nações Unidas, já agora sob a orientação do ministro Miguel Osório de Almeida, a delegação do Brasil atuou de modo decisivo no sentido de que fosse aprovada a Resolução n. 1.785, pela qual se convocava a Conferência Internacional sobre Comércio e Desenvolvimento.

No intuito de assegurar a preparação cuidadosa da conferência, essa resolução previa a realização, ao longo de 1963, de pelo menos três reuniões preliminares, a cargo de uma comissão composta de 30 membros. É justamente a primeira dessas reuniões que se inicia hoje em Nova York, na sede das Nações Unidas, onde estamos representados por uma delegação chefiada pelo embaixador Sérgio Armando Frazão e integrada pelo ministro Miguel Osório de Almeida, contando com a assessoria dos secretários Sérgio Paulo Rouanet, Mario Augusto dos Santos, Mauro Mendes de Azeredo e Carlos Átila Álvares da Silva.

Esse, portanto, o primeiro grande passo para a concretização dos objetivos que, há tantos anos, vêm sendo perseguidos pelas nações subdesenvolvidas em todos os foros internacionais. A bem dizer, a Conferência Internacional de Comércio e Desenvolvimento tem início hoje. Esta primeira reunião da comissão preparatória se reveste de grande importância para o êxito da própria conferência, uma vez que fixará a agenda do conclave e, em função dela, as necessidades de documentação e assessoramento técnico passíveis de serem atendidas pelas Nações Unidas.

Ambos os itens são, de fato, fundamentais: quanto à agenda, será necessário assegurar que ela abranja toda a problemática de comércio internacional dos países subdesenvolvidos, de modo a que não possa subsistir qualquer dúvida quanto à competência futura da conferência para abordar tais problemas e procurar, para eles, soluções obrigatórias de caráter multilateral. Qualquer lacuna ou omissão, nesse estágio, seria praticamente fatal, pois que a reestruturação desejada pelos países em desenvolvimento tem sua própria validade fundamentada no tratamento global de seus



requisitos de comércio exterior em termos de desenvolvimento econômico. Quanto à fixação das necessidades de documentação e assessoramento técnico, sua importância decorre da própria complexidade dos assuntos a serem debatidos, uma vez que seria impossível chegar ao estágio de decisões políticas efetivas sem um elaborado tratamento econométrico dos problemas.

II

A partir de 1954, a atual estrutura do comércio internacional tem-se revelado cada vez menos capaz de agir como elemento propulsor do desenvolvimento econômico, podendo-se apontar a deterioração das relações de troca dos países subdesenvolvidos como principal responsável pela diminuição de suas receitas de exportação. Para os países do grupo subdesenvolvido em geral, essa deterioração, nos últimos oito anos, foi da ordem de 20% (excluídas suas exportações de produtos manufaturados e importações de produtos primários) e se deveu, em grande parte, à tendência declinante dos preços de seus produtos de exportação. No caso do Brasil, a perda de poder aquisitivo das exportações para os Estados Unidos apenas, no período 1955/61, eleva-se a US\$ 1.486 milhões.

Além dessa queda de preços, os produtos brasileiros defrontam-se com sistemas preferenciais discriminatórios, no caso dos produtos primários, e com restrições aplicadas pelos países desenvolvidos, nos termos do GATT, aos produtos industrializados e semimanufaturados dos países subdesenvolvidos. Essa situação desfavorável tem impedido que nossas receitas de exportação acompanhem sequer o crescimento da população, quando sabemos que um incremento de importações *per capita* é um dos requisitos para o desenvolvimento econômico sustentado.

Com vistas a eliminar essas distorções e a aumentar o valor das exportações, o Brasil preconiza não só uma política de negociação de acordos multilaterais, produto por produto, (tal como demonstrado por nossa atuação em prol do Convênio Internacional do Café), mas também a revisão do sistema institucional que preside às trocas econômicas internacionais (orientação consubstanciada em nosso apoio à Conferência Internacional de Comércio e Desenvolvimento). Em termos esquemáticos, são os seguintes nossos objetivos:



- 1) a eliminação dos sistemas preferenciais discriminatórios contra produtos brasileiros e dos subsídios à produção interna de bens primários, por parte dos países que formam os mercados “convencionais”;
- 2) a eliminação de artifícios que impliquem restrições aos produtos industriais ou semimanufaturados brasileiros nos mercados “convencionais”;
- 3) a penetração no sistema comercial dos países socialistas (COMECON), que crescem a uma taxa mais alta que a dos mercados “convencionais” e apresentam elasticidade-renda de demanda de exportações extraordinariamente elevada, podendo, portanto, constituir mercado em crescente expansão para nossos produtos.

Entendemos, por outro lado, que a consecução desses objetivos exige uma alteração profunda da estrutura institucional do comércio internacional, ensejando a criação de um novo organismo que, seja integrando os já existentes sob nova cúpula, seja substituindo-os, facilite o tipo de expansão comercial indispensável ao desenvolvimento econômico brasileiro.

Certo é que, a persistirem as tendências registradas nos últimos anos – e nada indica o contrário – os países ricos ficarão cada vez mais ricos e os países pobres cada vez mais pobres. Projetadas tais tendências para o período de uma geração, o resultado seria uma renda *per capita* de 251 dólares para os países subdesenvolvidos em geral e 3.630 para os países desenvolvidos, ou seja, para um incremento de 131 dólares na renda dos países subdesenvolvidos, 2.130 seriam adicionados à renda das nações industrializadas.

Essas conclusões são tão significativas que dispensam qualquer comentário. O que se impõe – e esse é o sentido da Conferência Internacional de Comércio e Desenvolvimento – é a ação consciente dos povos subdesenvolvidos para que o comércio exterior deixe de ser um fator de empobrecimento e se transforme, efetivamente, em instrumento de sua emancipação econômica.





DOCUMENTO 15

Declaração conjunta dos presidentes da Bolívia, Brasil, Chile, Equador e México sobre desnuclearização da América Latina. Mensagens trocadas entre os presidentes João Goulart, do Brasil, e Adolfo López Mateos, do México

Circular n. 4.675, de 30 de maio de 1963.

México adere à proposta brasileira sobre desnuclearização da América Latina: troca de mensagens entre os presidentes López Mateos e João Goulart.

A delegação do Brasil apresentou à XVII Assembléia Geral das Nações Unidas, em 29 de outubro de 1962, o seguinte projeto de resolução sobre a desnuclearização da América Latina (esse projeto recebeu posteriormente a assinatura da Bolívia, Chile e Equador):

À Assembléia Geral,

Tendo em conta a necessidade vital de poupar as gerações presentes e futuras do flagelo de uma guerra nuclear;

Profundamente preocupada com os atuais desenvolvimentos da conjuntura internacional que promovem a expansão de armas nucleares a novas regiões geográficas;

Acreditando que se deveria adotar uma ação urgente para impedir uma maior disseminação de armas nucleares;

Recordando suas Resoluções 1.380 (XIV), de 20 de novembro de 1959; 1.576 (XV), de 20 de dezembro de 1960; 1.664 (XVI) e 1.665 (XVI), de 4 de dezembro de 1961;

Recordando a Resolução 1.652 (XVI), de 24 de novembro de 1961, que reconheceu a necessidade de impedir que a África seja envolvida na corrida armamentista e que considerou o continente africano como uma zona desnuclearizada;

Considerando que os perigos e ameaças inerentes à presente crise mundial tornam imperativo que todos os Estados-membros da área latino-americana considerem entre si a elaboração de acordos que



tornem a América Latina zona desnuclearizada, impedindo, assim, a maior disseminação de armas nucleares;

Reconhecendo a necessidade de impedir que os países da África e da América Latina sejam envolvidos na corrida armamentista nuclear, que coloca em perigo a paz mundial e causa profunda ansiedade a todos os povos e nações;

- 1) Recomenda que os países da América Latina, pelos meios e canais que forem considerados mais convenientes, negociem acordos pelos quais os países da área resolveriam:
 - a) concordar em não fabricar, receber, armazenar ou experimentar armas nucleares e engenhos transportadores;
 - b) concordar em desfazer-se imediatamente de quaisquer armas atômicas ou engenhos transportadores que se possam encontrar agora em seu território;
 - c) concordar em adotar medidas para verificação desses acordos de modo a garantir que eles estarão realmente sendo respeitados.
- 2) Concita todos os Estados a cooperar plenamente com os acordos que se concluírem e, na conformidade dos mesmos, considerarem e respeitarem o território da América Latina como uma zona desnuclearizada.
- 3) Solicita ao secretário-geral que, a pedido daqueles Estados, preste sua assistência no sentido de lograr e executar os acordos mencionados no parágrafo 1.

No dia 21 de março de 1963, o senhor Adolfo López Mateos, presidente da República do México, dirigiu a seguinte mensagem ao presidente João Goulart:

Senhor Presidente,

Animado pelas relações de fraternidade que afortunadamente ligam nossos dois povos e com elevada fé nos dotes de estadista que me apraz reconhecer em Vossa Excelência, dirijo-me agora ao governante e amigo para tratar de um tema ligado ao bem-estar desta região do globo que nos tocou habitar. Refiro-me à matéria em que coube à



diplomacia brasileira desempenhar papel de relevo: a desnuclearização da América Latina.

Permita-me, Senhor Presidente, antes de apreciar diretamente o assunto, referir-me a três antecedentes que, sem dúvida, servirão para delinear com maior clareza as possibilidades de ação que, estou firmemente convencido, se oferecem no momento para conseguir progresso importante em matéria tão transcendental.

Quando o México teve pela primeira vez a oportunidade de fazer sua voz ouvida na Comissão de Desarmamento das Dezoito Potências, pedi ao secretário de Relações Exteriores expressar os seguintes conceitos:

“A nosso juízo, a desnuclearização podia, pode e deve fazer-se, enquanto não se consegue um acordo mundial, mediante decisões espontâneas dos Estados.

É por isso que o governo do México resolveu não ter, nem admitir no âmbito do território nacional, armas nucleares de qualquer espécie, nem os meios que poderiam ser utilizados para transportá-las. É claro que não temos possibilidades técnicas ou econômicas para isso, porém, ainda que as tivéssemos, nossa atitude seria a mesma. Igualmente temos acompanhado com nossa opinião e nosso voto, resoluções que têm sido apresentadas com o objetivo de evitar a difusão de armas nucleares.”

Levou-me a ditar tais instruções ao chefe da delegação mexicana não apenas a identidade entre o seu conteúdo e a vocação pacifista do povo do México, mas ainda a firme convicção que tenho de que estamos vivendo horas dramáticas, horas que exigem de todos e de cada um de nós – e, de maneira mais especial, aqueles que recebemos um mandato de interpretar a voz dos nossos povos – uma conduta decidida e constante em favor da preservação da própria vida.

Foi, pois, com singular prazer que notei – e passo com isso a referir-me ao segundo dos antecedentes a que aludi antes – que a delegação do Brasil à XVIII [sic] sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas tomou a feliz e oportuna iniciativa de apresentar um projeto de resolução, a cujo patrocínio vieram unir-se as delegações da Bolívia,



Chile e Equador, destinado a satisfazer o anseio tão caro ao homem latino-americano, qual seja o da desnuclearização da nossa região. Reconhecendo, a um tempo só, o mérito e a importância do aludido projeto, determinei na oportunidade que fossem expedidas instruções à delegação do México para que lhe desse todo o apoio possível. Infelizmente, surgiram elementos de índole meramente circunstancial – e Vossa Excelência as conhece tão bem quanto eu –, que aconselharam as delegações patrocinadoras transferir a discussão do dito documento, cujos altos objetivos foram reconhecidos por todos.

Pessoalmente – e com isso termino esta exposição preambular – considere conveniente dar novo alento aos esforços até aqui realizados e manifestei publicamente que o governo do México está disposto a firmar o compromisso – se um grupo importante de repúblicas latino-americanas, ou todas elas, o aceitarem de comum acordo, seja por meio de declarações unilaterais, seja por meio de convênio multilateral específico – de não adquirir sob nenhum título, nem permitir por nenhum motivo, que em território nacional armazenem-se e transportem-se armamentos nucleares ou instalem-se bases de lançamento. Chego, assim, Senhor Presidente, ao problema que agora se apresenta aos governantes latino-americanos: a seleção dos meios adequados para obter a aspiração que, à luz do exposto, não vacilo em qualificar de comum a Vossa Excelência e a mim.

Após meditar detidamente, creio oportuno chamar a atenção dos ilustres governantes dos Estados patrocinadores do projeto de resolução já referido para a necessidade de não ficarem interrompidas as medidas iniciadas para a desnuclearização da América Latina. A isso, animou-me a convicção de que é a estes quatro países, associado ao meu, que incumbe, de maneira mais direta, retomar a iniciativa.

Dirijo-me a Vossa Excelência, Senhor Presidente, ao estadista que tantas provas de maturidade política tem dado frente ao seu povo, com a segurança de que a experiência que tão singularmente o distingue, resultará de especial valia na tarefa de seleção que nos defronta. Um método, que a meu juízo apresenta possibilidades de êxito nesta empresa, seria o de os presidentes do Brasil, Bolívia, Chile, Equador



e México fazerem conjuntamente uma declaração pela qual anunciaríamos nossa disposição de firmar um acordo multilateral com os demais países da América Latina, no qual se estabeleça o compromisso de não fabricar, receber, armazenar ou ensaiar armas nucleares ou artefatos de lançamento nuclear. Tal declaração destacaria o anseio do resto das nações latino-americanas no sentido de chegar-se a constituir, para nossos povos, uma espécie de carta de alforria contra a ameaça nuclear. Não creio pecar por excessivo otimismo se manifesto a Vossa Excelência que um tal documento viria a ter efeitos muito salutaros nos esforços que tanto a Assembléia Geral das Nações Unidas quanto a Comissão de Desarmamento vêm realizando para afastar, para sempre, o espectro da guerra nuclear.

As gerações que nos precederam lograram para nossa América títulos especiais de que podemos, justamente, orgulhar-nos. Entre estes não é o menor o de constituirmos um grupo de Estados que pela primeira vez empreendeu com êxito esta grande aventura de convivência pacífica que é a colaboração multilateral através de organismos internacionais. Se nossa geração logra, por sua vez, a desnuclearização da América Latina, como primeiro passo para o desarmamento do globo e ulteriormente um desarmamento universal e completo, poderá descansar na certeza de que não lhe será adverso o julgamento da História. É certo que são muitas as dificuldades a vencer, mas quero crer, e para isso me apoio na experiência do nosso passado como nações amantes da paz, que não são menores nem nossa vontade nem nossa habilidade para superá-las. Uma forma muito concreta de iniciar esta superação poderia consistir, na minha opinião, em firmarmos com a possível presteza a declaração que me permito sugerir nesta carta. Na convicção de que Vossa Excelência emprestará a esta causa a valiosa colaboração de sua experiência e saber, envio-lhe, Senhor Presidente, minhas saudações mais cordiais e a expressão dos votos que formulo pelo seu bem-estar e ventura pessoais.

Adolfo López Mateos

Em 8 de abril de 1963, o presidente João Goulart respondeu a Sua Excelência o presidente Adolfo López Mateos nos seguintes termos:





Grande e bom amigo,

Desejo inicialmente manifestar a satisfação com que recebi a carta na qual Vossa Excelência propõe que assinemos, conjuntamente com nossos caros amigos os presidentes Paz Estensoro, da Bolívia, Jorge Alessandri, do Chile e Carlos Arosemena, do Equador, uma declaração que anuncie a comum intenção de nossos países de firmarem um acordo multilateral latino-americano pelo qual os países do continente se comprometeriam a não fabricar, receber, armazenar nem testar armas nucleares ou veículos de lançamento destas armas.

A política de paz preconizada pelo Brasil, política que visa a afastar do horizonte dos destinos humanos a perspectiva terrível de um holocausto termonuclear, vem sendo seguida de maneira consistente quer nos seio da Assembléia Geral das Nações Unidas e de suas comissões, quer no seio da Conferência dos Dezoito Países em Genebra. A proposta de desnuclearização da América Latina que o Brasil formulou, com o co-patrocínio da Bolívia, do Chile e do Equador durante a XVII sessão da Assembléia Geral, representa um passo da mais alta significação na implementação da política de paz que o meu país preconiza. Só esta política poderá garantir o sucesso, a longo prazo, dos esforços gigantescos de todo o continente latino-americano em busca do desenvolvimento econômico e social dos povos que o habitam.

A sugestão que Vossa Excelência me dirigiu em tão boa hora constitui uma contribuição decisiva para a vitória da idéia brasileira. Os governos e os povos do mundo inteiro conhecem e admiram o entusiasmo com que o México há anos se vem dedicando ao sucesso das aspirações comuns que irmanam numa só família os povos da América Latina. A atuação da delegação mexicana à Conferência do Comitê dos Dezoito Países sobre o Desarmamento demonstra de forma cabal a fidelidade do seu país aos princípios fundamentais que representam a herança espiritual do comitê.

É, pois, com alegria, que recebo a sugestão de Vossa Excelência. Tenho a esperança de que nossos países possam sem demora manifestar, juntamente com a Bolívia, o Chile e o Equador, a comum intenção



de trabalhar no sentido da desnuclearização da América Latina. Anima-me, por fim, a certeza de que os países latino-americanos exprimirão seu apoio à declaração comum proposta por Vossa Excelência, por reconhecerem nela uma contribuição vital para a melhoria das relações internacionais. Representa a mesma uma feliz e transcendental iniciativa de seu nobre e grande país em favor da paz e da segurança internacional.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta estima e sincera amizade.

João Goulart

Declaração conjunta, de 30 de abril de 1963, dos presidentes do Brasil, Bolívia, Chile, Equador e México.

Os presidentes das repúblicas da Bolívia, Brasil, Chile, Equador e México;

Profundamente preocupados com o atual desenvolvimento da situação internacional, que favorece a difusão das armas nucleares;

Considerando que, devido à sua invariável tradição pacifista, os Estados latino-americanos devem juntar seus esforços a fim de converter a América Latina numa zona desnuclearizada, com o que contribuirão para diminuir os perigos que ameaçam a paz do mundo;

Desejosos de preservar seus países das trágicas conseqüências que acarretaria uma guerra nuclear e alentados pela esperança de que a conclusão de um acordo regional latino-americano possa contribuir para a adoção de um instrumento de caráter contratual no âmbito mundial;

Em nome de seus povos e de seus governos, resolveram:

1) Anunciar, desde já, que os governos estão dispostos a assinar um acordo multilateral latino-americano, pelo qual os países se comprometeriam a não fabricar, receber, armazenar nem testar armas nucleares ou instrumentos de lançamento nuclear.



- 2) Dar a conhecer a presente declaração aos chefes de Estado das demais repúblicas latino-americanas, fazendo votos para que seus governos adiram a ela da maneira que considerem adequada.
- 3) Cooperar entre si e com as demais repúblicas latino-americanas que aderirem à presente declaração, a fim de que a América Latina seja reconhecida, o mais cedo possível, como uma zona desnuclearizada.

Texto da mensagem de 30 de abril, dirigida pelo presidente João Goulart aos chefes de Estado das repúblicas latino-americanas:

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, no intuito de prestarem uma contribuição positiva à causa da segurança mundial e da paz interamericana, os presidentes da República da Bolívia, Chile, Equador, México e Brasil estão formulando a seguinte declaração conjunta:

Os presidentes das repúblicas da Bolívia, Brasil, Chile, Equador e México;

Profundamente preocupados com o atual desenvolvimento da situação internacional, que favorece a difusão das armas nucleares;

Considerando que, devido à sua invariável tradição pacifista, os Estados latino-americanos devem juntar seus esforços a fim de converter a América Latina numa zona desnuclearizada, com o que contribuirão para diminuir os perigos que ameaçam a paz do mundo;

Desejosos de preservar seus países das trágicas conseqüências que acarretaria uma guerra nuclear e alentados pela esperança de que a conclusão de um acordo regional latino-americano possa contribuir para a adoção de um instrumento de caráter contratual no âmbito mundial;

Em nome de seus povos e de seus governos, resolveram:

- 1) Anunciar, desde já, que os governos estão dispostos a assinar um acordo multilateral latino-americano, pelo qual os países se comprometeriam a não fabricar, receber, armazenar nem testar armas nucleares ou instrumentos de lançamento nuclear.



- 2) Dar a conhecer a presente declaração aos chefes de Estado das demais repúblicas latino-americanas, fazendo votos para que seus governos adiram a ela da maneira que considerem adequada.
- 3) Cooperar entre si e com as demais repúblicas latino-americanas que aderirem à presente declaração, a fim de que a América Latina seja reconhecida, o mais cedo possível, como uma zona desnuclearizada.

Ao dar conhecimento da presente declaração, apelo a Vossa Excelência no sentido da colaboração de seu governo neste esforço, que deverá ser comum a todas as repúblicas latino-americanas para que possa produzir os resultados colimados. Consideramos a tendência para a disseminação de armas nucleares como um dos traços mais inquietantes e ameaçadores da latente crise internacional. Anima-me, assim, a convicção de que a valiosa contribuição de seu país representará fator decisivo para que a América Latina venha a tomar uma posição de vanguarda nesta grande causa da paz e do desarmamento mundial.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta estima e sincera amizade.

a) João Goulart

★



DOCUMENTO 16

Entrevista concedida pelo embaixador João Augusto de Araújo Castro ao *Jornal do Brasil*, em 2 de junho de 1963
Circular n. 4.700, de 3 de junho de 1963.

O secretário-geral adjunto para Organismos Internacionais do Itamaraty, embaixador João Augusto de Araújo Castro, declarou ao *Jornal do Brasil* que “poucos países detêm as mesmas perspectivas do Brasil no que toca às possibilidades de expansão e irradiação diplomática”. Acrescentou que:

– Sem problemas políticos externos, sem reivindicações territoriais, sem condições limitativas de sua soberania, o Brasil está em condições ideais para, na Organização das Nações Unidas, continuar a luta em torno dos seus três grandes temas fundamentais: desarmamento, desenvolvimento e descolonização.

Analisando, com exclusividade para o *Jornal do Brasil*, a ação brasileira nos organismos internacionais, como a ONU, sobre os quais recai grande parte da responsabilidade pela preservação da paz mundial, disse o embaixador Araújo Castro que é um dos que formam, no Ministério das Relações Exteriores, para levar o Itamaraty bem para o centro da vida brasileira, a fim de que a execução da nossa diplomacia represente efetivamente o Brasil, com os seus anseios e pretensões, suas dúvidas e apreensões.

Trinômio “D”

Sobre os motivos por que o Brasil assenta sua batalha, no plano internacional, em direção ao “trinômio D” – *Desarmamento, Desenvolvimento e Descolonização* – diz o embaixador Araújo Castro que:

– A luta pelo desarmamento e pela imediata cessação de todas as experiências nucleares é a própria luta pela paz e pela sobrevivência da humanidade e, em sentido mais restrito e mais direto, a luta pela igualdade



de jurídica dos Estados, que ficariam a salvo de agressões e violações de direitos por vizinhos – e não necessariamente vizinhos – mais fortes e mais poderosos.

– A luta pelo desenvolvimento econômico e pela rápida liquidação do sistema colonial corresponde à própria luta pela emancipação econômica e pela emancipação política. No fundo, trata-se de uma afirmação, no seio da ONU, de um movimento do mundo não armado, não nuclear e não desenvolvido, que possui reivindicações e procura os meios políticos e diplomáticos para transformá-las em realidade.

Equívoco brasileiro

– Aqui no Brasil – prossegue o embaixador – comete-se com frequência o equívoco de ver a ONU como palco, por excelência, da luta entre o Ocidente e o Oriente. Esse equívoco constitui, simplesmente, o resultado de transposição para o campo das relações internacionais de antinomias internas, que infelizmente tendem a polarizar-se.

Acentuou que, na realidade, o que ocorreu na ONU é algo muito diferente.

– É evidente que se processou ali uma articulação parlamentar na forma de blocos de direita, de centro e esquerda, como acontece em qualquer congresso – adiantou.

Pequenas potências

O que se poderia chamar de “articulação parlamentar” de um possível grupo de esquerda não inclui o bloco socialista. O grupo seria preponderantemente integrado pelas nações subdesenvolvidas da Ásia, África e América Latina.

Estas nações têm um elenco de reivindicações (desarmamento, descolonização, desenvolvimento econômico, direitos humanos, luta contra discriminação, etc.) e sabem que não as realizarão com facilidade, dada a atual estrutura de poder político e econômico internacional.



Por conseguinte elas buscam, pela ação conjunta dentro da ONU, uma modificação substancial da mencionada estrutura, que permita a realização de suas aspirações nacionais. A realização de uma conferência internacional de comércio, como a que a ONU convocou para o próximo ano, para cuja realização o Brasil lutou seriamente, é apenas um exemplo. O Brasil deseja a transformação da estrutura do comércio internacional, como um dos fatores propulsores do desenvolvimento econômico.

Nem tudo é Leste e Oeste

Destaca o embaixador Araújo Castro que se tornaram freqüentes na ONU os casos em que formam, de um lado, o bloco ocidental e o bloco socialista, e, de outro, o bloco de nações subdesenvolvidas. A articulação parlamentar dentro da ONU se faz, presentemente, não dentro do contexto da Guerra Fria, mas dentro do contexto mais grave e mais complexo de uma oposição entre os hemisférios norte e sul, nascida das disparidades de poder político e econômico entre as duas áreas. O que acontece é que os interesses do mundo não armado, não nuclear e não desenvolvido muitas vezes se contrapõem aos interesses das grandes potências ocidentais ou socialistas. Nem tudo é Leste e Oeste na ONU.

Os países latino-americanos, por exemplo, que tendem a seguir o Ocidente nas grandes questões da paz e segurança, tendem a distanciar-se dele nas questões econômicas, sociais e coloniais, já que nesses assuntos seus interesses não podem ser os mesmos das grandes nações industrializadas.

O voto do Brasil

– Como já procurei acentuar, recentemente, o importante não é determinar se, numa questão particular, o Brasil votou com o Leste, com o Oeste, com os neutros ou com os não-alinhados. O importante é precisar se o Brasil votou de acordo com seus compromissos, suas tradições e seus interesses. Na ONU não subsiste uma dualidade Leste-Oeste, mas uma multiplicidade de correntes e subcorrentes, blocos e sub-blocos. Tudo isso contribui para o fenômeno da crescente parlamentarização das Nações Unidas.

Frisa o diplomata que:



– Uma grande parte da controvérsia existente sobre a política exterior brasileira deriva de uma certa confusão em torno dos conceitos de neutralismo e não-alinhamento e de uma falsa noção sobre a atual distribuição de forças na Assembléia Geral da ONU.

ONU ainda é forte

Para o embaixador Araújo Castro, a crise de outubro, que teve imenso impacto na Guerra Fria, e a iminência de uma guerra nuclear, naquela oportunidade admitida pela humanidade, vieram provar [*que*]:

- 1º a ONU ainda é o instrumento mais seguro para a manutenção da paz e da segurança internacional;
- 2º foi através dos canais diplomáticos da ONU que se estabeleceram os contatos diretos que permitiram evitar a eclosão do conflito;
- 3º a pressão diplomática dos pequenos países, não armados e não desenvolvidos, foi extremamente importante para a manutenção de um clima favorável às negociações; as pequenas potências contribuíram decisivamente para salvar a paz.

Brasil entre os 70 ou 80

Deve-se acentuar que os debates na Assembléia Geral da ONU e no Conselho de Segurança não esgotam o conteúdo diplomático das Nações Unidas. Entre setembro e dezembro de cada ano, Nova York se torna o centro diplomático do mundo, com a presença de 70 ou 80 ministros das relações exteriores, que comparecem na qualidade de chefes das delegações dos seus respectivos países. Essa é uma oportunidade ideal para o estabelecimento de contatos bilaterais, que, dentro da ONU, se processam de maneira informal, sem protocolos, banquetes, condecorações e outorgas de títulos que caracterizam as viagens de chanceleres de um a outro país.

Destaca o embaixador Araújo Castro que, para o Brasil, a Assembléia Geral da ONU tem proporcionado oportunidade de um contato com as jovens nações africanas, nas quais o Brasil ainda não está presente, dada a impossibilidade, por motivos administrativos e financeiros, de representações diplomáticas diretas com a generalidade desses países.



– É por todos estes motivos que o Itamaraty já iniciou o preparo da participação brasileira na próxima Assembléia Geral, a instalar-se em setembro. Vemos na assembléia uma oportunidade não apenas para exprimir nossos pontos de vista em face dos grandes problemas mundiais, mas também e cada vez mais como um foro para o tratamento de questões bilaterais e multilaterais.

No Conselho de Segurança

A participação do Brasil no Conselho de Segurança é, a seguir, explicada pelo embaixador Araújo Castro. Lembra ele que o Brasil é o único que recebeu, até hoje, um quarto mandato para o Conselho de Segurança e já nestes últimos dois meses agiu dinamicamente em dois problemas sérios: a queixa do Senegal contra a violação de seu território por forças sediadas na Guiné Portuguesa e a queixa do Haiti contra a República Dominicana.

No *affaire* Haiti-República Dominicana, o Brasil sustentou tese que permitiu bem caracterizar a OEA como organização regional da ONU: defendeu o ministro Geraldo de Carvalho Silos a competência da ONU para conhecer de quaisquer controvérsias internacionais, ainda quando afetem as relações entre dois Estados americanos. Manteve-se o Brasil, dessa forma, fiel às obrigações contraídas tanto na Carta da ONU como na OEA.

O Brasil no bloco de cá

Na ONU, o Brasil pertence apenas a um bloco: o bloco latino-americano. Esse bloco tem decrescido de importância numérica relativa. Éramos vinte num conjunto de 47 nações quando a ONU foi criada, em 1945; hoje, o total se eleva a 111 (o Kuwait foi o último país a ser admitido). De mais de um terço da totalidade de membros, os países latino-americanos passaram a ser menos de 1/5 e pouco mais de 1/6. Isso cria evidentemente um problema de representação dos países latino-americanos nos conselhos, comitês e órgãos das Nações Unidas, dada a necessidade de atendimento das reivindicações de representação dos novos Estados.

Destaca o embaixador Araújo Castro que:



– É, assim, extremamente significativo que, ao ser eleito em novembro último, para o Conselho de Segurança da ONU, haja o Brasil recebido 91 votos, à frente da Noruega e do Marrocos (eleito em segundo escrutínio).

Reclamos do Brasil

O apoio do bloco latino-americano a projetos de iniciativa brasileira (suspensão de testes nucleares, desarmamento, financiamento das operações de paz na ONU, etc.) demonstra que, mesmo no tratamento das grandes questões internacionais, o Brasil não perde sua fisionomia de país latino-americano.

O que o Brasil tem reclamado, – e isso desde os dias do lançamento da Operação Pan-Americana, é a necessidade de uma voz mais forte e atuante da América Latina no encaminhamento dos problemas mundiais.

“O problema dos problemas”: Genebra

Lembra o embaixador Araújo Castro que o Brasil integra a comissão do desarmamento desde março de 1962, cumprindo mandato que lhe foi outorgado pela ONU. É uma conferência que, em Genebra, procura uma solução para o “problema dos problemas”, que é o do desarmamento geral e completo.

O desarmamento é um problema central porque é, basicamente, uma questão de poder e as grandes potências se mostram naturalmente infensas a abandonar seus grandes arsenais de armamentos nesta fase em que, infelizmente, as relações internacionais ainda se regulam, em grande parte, pela “política de poder”.

Cem vezes mais difícil

Por mais grave que seja qualquer problema internacional, como Cuba, Berlim, Laos, por exemplo, qualquer deles será cem vezes mais fácil de solucionar do que o do desarmamento.

O que o Brasil tem procurado frisar, em Genebra e em Nova York, é que o conceito de segurança nacional deve ceder terreno gradual e progressivamente ao conceito de segurança internacional. Paradoxalmente, são hoje as grandes potências as que se sentem mais vulneráveis e mais



ameaçadas em sua segurança e sua própria vida. O poder não trouxe a segurança e nenhuma potência poderá, hoje, considerar-se segura, por maior número de mísseis que possua e por maior número de testes nucleares que haja realizado. O problema do desarmamento deixa, assim, de ser um problema político para transformar-se num problema humano, de sobrevivência.

Condenação

O Brasil, compreendendo a natureza das dificuldades que ainda nos separam do objetivo final do desarmamento geral e completo, vem-se batendo pela rápida adoção de medidas que pelo menos aliviem a tensão e afastem o perigo da guerra imediata. Outras iniciativas brasileiras:

- 1º pedido de prioridade para a interdição das experiências nucleares;
- 2º apresentação à Assembléia Geral da ONU, em outubro de 1962, de projeto de resolução – aprovado por 81 votos a favor e que teve a co-autoria de 36 países – pelo qual se condenou, pela primeira vez, as experiências nucleares, estabelecendo-se a data de 1º de janeiro último para cessação das explosões atômicas.

Desnuclearização da América Latina

Esclarece o senhor Araújo Castro que o Brasil também tem reclamado medidas tendentes a evitar a disseminação de armas nucleares e nesse contexto se situa a iniciativa para a desnuclearização da América Latina, mediante um acordo multilateral entre todas as repúblicas latino-americanas. O Brasil não pediu, como se tem erroneamente afirmado, que a Assembléia Geral declarasse a América Latina uma zona desnuclearizada. O Brasil pediu à assembléia que recomendasse às repúblicas latino-americanas que estudassem a conveniência de assumir, em um ato internacional, o compromisso de não fabricar, armazenar ou experimentar armas nucleares. Nos termos do projeto brasileiro e da declaração conjunta de 29 de abril, firmada pelos presidentes do Brasil, Bolívia, Chile, Equador e México, a desnuclearização da América Latina viria, não como imposição da ONU, mas de um “ato de soberania” das repúblicas do continente.



O Brasil tem a intenção de submeter o projeto ao voto da próxima Assembléia Geral da ONU.

Brasil não recuará

Na questão das experiências nucleares, o Brasil tem sustentado que a área de acordo entre as grandes potências é muito maior do que qualquer dos lados desejaria ou ousaria admitir. E o Brasil tem sistematicamente protestado contra a realização de quaisquer experiências nucleares, partam de onde partirem. O Brasil tem, ainda, reclamado medidas que evitem a guerra por acidente, erro de cálculo ou falha no sistema de comunicações.

Fez questão o embaixador Araújo Castro de reafirmar o desmentido que fez ao *Jornal do Brasil*, no domingo passado, insistindo em que o Brasil cumprirá até o fim, esgotando todos os recursos possíveis, o mandato que lhe foi outorgado pelos 111 países membros da ONU, na luta pelo desarmamento.

Ajuda recebida

– Muita gente se pergunta – diz o embaixador – se o Brasil recebe algum benefício concreto de sua participação nos organismos internacionais. Independentemente do fato, já por si importante, de que não mais se conceberia um isolamento diplomático do Brasil, deve ser dito que estamos recebendo significativa ajuda internacional para a solução de alguns dos nossos problemas. Referir-me-ei aos programas de assistência técnica e do fundo especial.

– A assistência técnica é proporcionada pela ONU por meio do Programa Ampliado de Assistência Técnica e do Fundo Especial de Desenvolvimento. Pelo programa ampliado, o Brasil receberá, entre 1963–1964, cooperação técnica num valor total de US\$ 1,089.879, a ser prestada através da FAO, Agência Internacional de Energia Atômica, Junta de Assistência Técnica, Organização Internacional do Trabalho, UNESCO e Organização Mundial de Saúde.

Projetos financiados

– Quanto ao fundo especial, o Brasil pediu e obteve financiamento para os seguintes projetos:



- 1º levantamento do potencial hidrelétrico da região Centro-Sul;
- 2º estabelecimento de um centro de pesquisa e tecnologia de alimentos tropicais;
- 3º recuperação econômica da Baixada Sul-Rio-Grandense.

– Incluindo-se o projeto de estabelecimento do Instituto de Física Pura e Aplicada da Universidade de Brasília, o total da cooperação do fundo especial montará a US\$ 5,7 milhões.

– Nossas contribuições ao programa ampliado e ao fundo especial, em 1962, somaram US\$ 103 mil, pagos em cruzeiros, e em 1963 deveremos entrar com US\$ 195.555. Mais de 18 milhões de dólares já recebeu o Brasil da ONU, até 1962, em matéria de assistência técnica, registrando-se, ainda, uma ajuda de 9 milhões de dólares partida do FISI, nos 12 anos de assistência prestada ao Brasil.

Itamaraty no Brasil de hoje

Concluindo sua entrevista, o embaixador Araújo Castro diz que, apesar dos progressos realizados na última reforma do serviço diplomático brasileiro e não obstante o espírito renovador que anima todos os setores da casa, o Itamaraty ainda não está aparelhado para defender na plenitude os interesses do país, que cresceu muito além de nossas expectativas.

– Minha conclusão – destaca – não é, entretanto, pessimista. Não foi o Itamaraty que piorou. Foi o Brasil que cresceu, despertou para a vida internacional.

– Quando nossa política internacional se processava discretamente, no silêncio de nossa chancelaria, o Itamaraty era tido como infalível, mas essa infalibilidade não era senão um reflexo da apatia e desinteresse com que a opinião pública encarava os problemas de nossa política externa, que era apenas um assunto para vagas conferências, à margem dos cisnes, na hora do crepúsculo.

A última palavra do embaixador Araújo Castro é de confiança no Congresso. Tendo exposto, na Comissão de Relações Exteriores da Câmara



ra, há dias, aspectos de sua especialidade, da política externa brasileira, diz o diplomata que voltou convencido de que o Congresso deseja prestar ao Itamaraty toda a ajuda e assistência de que necessita para atualizar-se e reaparelhar-se.

★



DOCUMENTO 17

Nota do governo brasileiro sobre a suspensão dos testes nucleares, de 12 de junho de 1963

Circular n. 4.716, de 20 de junho de 1963.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Rio de Janeiro

Suspensão dos testes nucleares. Conversações de Moscou. Desnuclearização da África. Nota do governo brasileiro.

Às missões diplomáticas e
delegações junto a organismos internacionais

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as missões diplomáticas e delegações junto a organismos internacionais e tem a honra de remeter-lhes, em anexo, cópia da nota do governo brasileiro de 12 de junho passado.

2. A nota em apreço exprime a satisfação com que o governo brasileiro recebeu a notícia de que as potências nucleares realizarão, em breve, em Moscou, conversações sobre um tratado de suspensão das experiências nucleares. Reafirma, outrossim, o apoio do Brasil à idéia de desnuclearização da África, idéia consagrada recentemente, na Conferência de Adis-Abeba.

Rio de Janeiro,
em 20 de junho de 1963.

Exteriores

[*Anexo único*]



Nota do governo brasileiro, de 12/6/1963

O governo brasileiro, que tem sistematicamente protestado contra a realização de quaisquer experiências nucleares, em quaisquer circunstâncias, acolhe, com entusiasmo e esperança, a idéia de uma próxima reunião de representantes das potências nucleares, com vistas à conclusão de um entendimento para a cessação definitiva de tais experiências.

Consciente das dificuldades que se antepõem à celebração de um tratado de desarmamento geral e completo, o governo brasileiro vem insistindo, em Genebra e em Nova York, na necessidade de uma imediata “cessação de fogo” nuclear e na adoção de medidas tendentes a evitar a disseminação de armas nucleares, mediante o estabelecimento progressivo de áreas desnuclearizadas. É dentro desse contexto que se situam a iniciativa brasileira tendente à condenação de tais experiências (Resolução n. 1.762, da XVII Assembléia Geral) e o projeto brasileiro sobre a desnuclearização da América Latina.

O governo brasileiro não pode deixar de apoiar calorosamente a presente iniciativa das potências nucleares, assim como apóia o recente pronunciamento de 30 chefes de Estados africanos sobre a desnuclearização da África e a proposta ontem apresentada em Genebra pelas delegações da Etiópia, Nigéria e República Árabe Unida, na qual se oferecem novas bases de negociação sobre as experiências nucleares.

O governo brasileiro tem externado repetidas vezes a opinião de que são mínimas e quase sem sentido as divergências que ainda separam os dois lados nesta questão da cessação de experiências e dirige um apelo às potências nucleares para que entabulem e conduzam suas próximas negociações tendo em vista os interesses vitais da humanidade e não apenas os seus chamados interesses de segurança.

O governo brasileiro está convencido de que o conceito de segurança está hoje indissolúvelmente ligado ao conceito de paz e considera a realização de experiências nucleares, em flagrante violação de reiteradas manifestações da Assembléia Geral da ONU, como contrária aos interesses da paz e da segurança mundial.

★





GESTÃO

Evandro Lins e Silva





DOCUMENTO 18

**Discurso de posse do ministro de Estado das Relações Exteriores,
Evandro Cavalcanti Lins e Silva**
Palácio Itamaraty, 20 de junho de 1963.

Senhor Ministro Hermes Lima,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Confesso que entre as aspirações que poderia normalmente alimentar, no curso de minha carreira, feliz como ela possa ter sido, de advogado e de professor de Direito, não figurava a de ocupar, um dia, a cadeira de Rio Branco.

A própria vida pública, entendida como o exercício de cargos administrativos ou políticos, essa mesma, não se situava no campo natural das minhas cogitações.

Não que a julgasse menos digna de meus interesses. Não. Sou dos que entendem que a função pública, com todos os seus ônus e sacrifícios, é a maior honra a que pode aspirar o cidadão: servir ao interesse coletivo. Apenas, desvinculado das atividades político-partidárias e sem jamais ter ocupado qualquer cargo público, era justo que limitasse os meus alvos ao mundo dos deveres da minha atividade profissional: a defesa da liberdade individual e o magistério.

Isto, no entanto, não significava o meu alheamento dos problemas nacionais. A minha antiga atividade só formalmente era privada. Na realidade, pela sua própria motivação social e pelos seus fins últimos, ela se liga à vida e à evolução da sociedade. E se a essas circunstâncias acrescentar uma preocupação constante pela problemática política brasileira, nascida, quem



sabe, de uma tendência de meu espírito, terei explicado como, embora afastado dos encargos formais da vida administrativa, sou um homem, no fundo e em essência, de natureza aberta ao trato da coisa pública.

Senti-me, assim, à vontade ao aceitar a convocação que me fez o senhor presidente da República para exercer, há quase dois anos, primeiro o cargo de procurador-geral da República e depois o de chefe de sua Casa Civil.

A nação e a opinião pública são testemunhas do zelo e devotamento com que, embora sem brilho, procurei me desincumbir dessas duas tarefas.

Conduz-me, agora, a confiança do senhor presidente da República à chefia do Itamaraty. Por desvanecedora que seja a honra – que outra, mais alta, existirá? – ela não tolda, por nenhum momento, no entanto, a consciência clara do vulto das responsabilidades que acarreta. É com esse sentimento que as assumo, comprometendo-me, neste instante, a empregar todas as forças de que possa dispor para atender a confiança do presidente João Goulart e à expectativa normal do país na defesa dos seus interesses.

Pela voz e pela ação dos brasileiros eminentes que me antecederam nesta casa, desde os albores da nacionalidade, o Brasil tem defendido, segundo os estágios da sua história e as etapas da sua evolução social e política, os princípios da sua política externa. Há, assim, para quem assume a chefia da diplomacia brasileira um fundo de quadro lógico, historicamente norteador da sua atuação.

A política externa, por imposição mesmo da natureza dinâmica dos interesses sociais e econômicos do povo brasileiro, há que refletir as mutações e as fases da evolução desses interesses. Por força dessa correlação, os princípios são inovados ou ampliados, de modo a traduzirem as novas realidades.

Nos últimos anos, a política externa do país procurou refletir a participação do Brasil na luta pela implantação dos seguintes princípios:

- direito de cada povo à independência e ao desenvolvimento;
- direito de cada povo de manter relações com os demais povos da terra, sem discriminações de qualquer natureza;
- autodeterminação dos Estados e não-intervenção;



- reconhecimento das comunidades e das organizações jurídicas internacionais, como imposição de interdependência técnica, econômica e cultural;
- defesa intransigente da paz, desarmamento e proibição das armas atômicas.

Esses princípios estão hoje vitoriosos e configuram uma etapa definitiva e irreversível do processo histórico brasileiro. E, antes de uma inspiração ou um modelo de comportamento internacional, representam uma tomada interna de consciência por parte da comunidade brasileira, no tocante à sua própria identidade, a seus interesses e a seus fins, como agrupamento nacional consciente que não abdica de comandar o seu próprio destino.

Esses princípios estão hoje consagrados universalmente na mensagem do Papa João XXIII, em clara definição, onde são reconhecidos como anseios inelutáveis da civilização cristã. O Sumo Pontífice iluminou o tema na encíclica *Pacem in Terris*, verdadeiro catecismo de política externa contemporânea, com estas palavras de infinita sabedoria:

(...) as relações mútuas entre as comunidades políticas se devem reger pelo critério da liberdade. Isto quer dizer que nenhuma nação tem o direito de exercer qualquer opressão injusta sobre outras, nem de interferir indevidamente nos seus negócios. Todas, pelo contrário, devem contribuir para desenvolver, nas outras, o senso de responsabilidade, o espírito de iniciativa e o empenho em tornar-se protagonistas do próprio desenvolvimento em todos os campos.

Para atingir a esse estágio de consciência, o povo brasileiro lutou muito e as divergências internas debilitaram, de algum modo, o vigor e a unidade da política externa. Agora, a política externa precisa ser fortalecida pela unidade interna na fixação dos objetivos que atendam aos legítimos interesses nacionais. Não se trata de posição hostil a qualquer comunidade nem de repúdio aos compromissos que assumimos livremente, visando aos nossos próprios interesses, nem tampouco o afastamento do Brasil da convivência cordial e fraterna com as áreas a que nos ligam afinidades históricas.



Para que os princípios defendidos pelo Brasil não se transformem em novas fórmulas verbais, urge extrair deles todo um roteiro de ação, que nos devemos impor para a consecução vigorosa e acelerada dos objetivos e interesses nacionais.

Recebi instruções do presidente João Goulart no sentido de projetar a política internacional como a face externa do nosso esforço interno para o desenvolvimento econômico e social do país e da sua segurança.

A par da nossa cooperação para o estabelecimento de condições que assegurem a solução pacífica das divergências entre os povos – eis que o dilema trágico é coexistir ou não existir –, vamos mobilizar o serviço diplomático brasileiro para uma ofensiva simultânea, em todas as frentes onde o interesse nacional deva ser defendido.

O Brasil tem necessidades prementes no âmbito do seu comércio internacional e dos seus compromissos financeiros.

Como acentuou o eminente senhor presidente da República, na mensagem enviada este ano ao Congresso Nacional, “os preços dos nossos produtos de exportação vêm declinando por todo um decênio”. Hoje, não há mais dúvida de que os países exportadores de produtos primários, como o Brasil, em suas relações com os países plenamente industrializados, sofrem uma contínua deterioração em seus valores de troca. Os organismos internacionais reconhecem esse processo e, para corrigi-lo, vêm realizando reuniões que simplesmente adiam a solução para as próximas reuniões.

Procuraremos criar as condições para a ampliação das nossas vendas em todos os mercados. Lutaremos, com empenho especial, para que todos compreendam que só mediante o aumento de nossas vendas, inclusive de produtos manufaturados, é que podemos aumentar a nossa capacidade de pagamento. Daremos ênfase particular ao desenvolvimento do mercado comum latino-americano, através da ALALC, dentro da orientação traçada pelo senhor presidente da República na sua recente visita ao Chile e ao Uruguai e das subseqüentes medidas tomadas para a sua dinamização. E, dentro dessa orientação, entraremos por uma revisão das condições do comércio internacional, de forma a garantir preços compensadores e estáveis dos produtos primários e a igualdade que deve existir, para os países



em processo de desenvolvimento, relativamente aos países industrializados, no tocante à sua participação no comércio internacional.

Fixar as necessidades reais e os objetivos do nosso comércio internacional e de nossas obrigações financeiras e unir o país no esforço e no empenho de solucioná-las, em curto prazo, pode ser a síntese de uma nova política externa.

Senhor Ministro, entre as honras da minha investidura nas funções de ministro das Relações Exteriores, distingo uma, particularmente: receber o cargo das mãos de Vossa Excelência. Jurista eminente, mestre da mocidade e, já agora, ministro do Supremo Tribunal Federal, Vossa Excelência emprestou a esta casa os fulgores de sua inteligência e a segurança de sua experiência.

Meus Senhores, a eficiência da execução de uma política externa, por alta que seja a sua inspiração e corretos e adequados os seus desígnios, repousa finalmente na capacidade dos agentes que vão transformar essa política em atos e providências práticas.

Sei – e, comigo, a opinião do país – que o serviço diplomático brasileiro compreende o mais qualificado e competente corpo de funcionários civis do Estado. É a eles que me dirijo, finalmente, onde quer que estejam, para dizer-lhes do meu apreço pelo seu devotamento à causa dos interesses brasileiros, da certeza de que poderei contar com a sua indispensável cooperação na tarefa a que se propõe o presidente João Goulart de orientar a política externa no rumo dos objetivos nacionais, o que vale dizer de identificação com a sua política interna, concebida no ideal de justiça e progresso social e econômico do povo brasileiro, e cujo sentido definitivo, no plano externo, pode ser resumido nestas palavras: nem subordinação, nem isolamento; mas, sim, independência e cooperação, no interesse do país e da paz entre os povos.





DOCUMENTO 19

Discurso do chanceler Evandro Lins e Silva no almoço que ofereceu aos diretores de jornais brasileiros, no Palácio Itamaraty, em 11 de julho de 1963

Circular n. 4.754, de 18 de julho de 1963.

Desejo agradecer a presença dos senhores jornalistas hoje no Itamaraty, para esta conversa franca e informal sobre problemas ligados à política externa, num momento em que o governo se revela sumamente interessado em dinamizar e revitalizar a ação diplomática do Brasil. Tomei a iniciativa de promover esta reunião, com a idéia de ouvir opiniões e conhecer pontos de vista, a fim de estabelecer as bases de um contato permanente entre o Itamaraty e a imprensa brasileira.

Num regime democrático como o nosso, a política externa não pode mais ser formulada e executada no silêncio e na placidez dos gabinetes de trabalho, longe da vida nacional e à margem da realidade brasileira. A política externa do Brasil há de refletir todos os anseios e reivindicações de nosso povo e, por isso mesmo, torna-se imperativo que o Itamaraty caminhe para o centro da vida nacional, a fim de buscar a inspiração e experiência que o guiarão em seus esforços e em seus trabalhos.

Os princípios que norteiam a política externa brasileira acham-se contidos na última mensagem do presidente João Goulart ao Congresso Nacional e estão condensados em meu discurso de posse no cargo de ministro das Relações Exteriores. Esses princípios, que derivam de nossa condição de povo livre, ligam-se à melhor tradição diplomática do Brasil, consciente de seus direitos e deveres na comunidade das nações.

Não se trata agora de reformular uma política, mas de dar-lhe uma realidade prática e tangível através da mobilização de todos os nossos recursos pessoais e materiais. É por este esforço nacional de irradiação diplomática e de desenvolvimento econômico que eu peço – e estou seguro de obter – a colaboração da imprensa brasileira. Sei que nenhuma imprensa livre abdica de seu direito de criticar e de discordar e, em minha gestão à frente do Ministério das Relações Exteriores, não desejo senão beneficiar-



me de suas críticas e sugestões. O único apoio que peço é para os assuntos que se refiram à defesa dos interesses brasileiros no campo internacional.

Há um mundo de coisas a fazer e nosso primeiro esforço está sendo o de dar um balanço em nossas realizações e em nossas perspectivas de ação imediata, seja na próxima Assembléia Geral das Nações Unidas, quando seremos chamados a externar nossos pontos de vista sobre os grandes problemas mundiais (paz, desarmamento, segurança coletiva, luta contra o subdesenvolvimento, discriminação racial, problemas coloniais); seja na reunião de ministros, em Montevideu, sobre os problemas da Associação Latino-Americana de Livre Comércio; seja na próxima reunião de Londres das partes contratantes do Acordo Internacional do Café, quando teremos de defender a situação de nosso principal produto de exportação e quando os membros daquele acordo procederão ao estabelecimento de uma organização mundial do café, prevista naquele instrumento legal.

A estreita correlação existente entre os problemas de comércio internacional e os problemas de superação do subdesenvolvimento leva ao firme propósito de, prosseguindo na orientação traçada pelo senhor presidente da República, realizar um esforço continuado e tenaz para promover a expansão de nosso comércio exterior.

Os principais objetivos visados por esta política externa, para o desenvolvimento econômico, já são conhecidos dos senhores: diversificação da nossa pauta de exportações; conquista de novos mercados; reconhecimento, pelos organismos internacionais, de que o comércio deve ser encarado como um meio de fornecer recursos para o desenvolvimento econômico; adoção de corretivos às atuais distorções decorrentes da deterioração de nossas relações de trocas; e superação dos obstáculos levantados à colocação de nossos produtos no mercado industrializado. Essas reivindicações, nós as defenderemos unidos aos demais países em desenvolvimento no plenário das reuniões internacionais e na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, em 1964.

Nesse sentido, não podemos deixar de dar ênfase toda especial às relações interamericanas, mediante um esforço de reativação de órgãos e entidades existentes, de maneira a transformar o pan-americanismo num movimento dinâmico de desenvolvimento e progresso social. O fortaleci-



mento da ALALC, nos termos propostos pelos presidentes João Goulart e Alessandri, terá, assim, de ser considerado como um dos objetivos imediatos de nossa ação diplomática.

Teremos, igualmente, de alongar o raio de ação da diplomacia brasileira, de maneira a estarmos presentes nos países africanos e asiáticos que emergem do colonialismo e, nas Nações Unidas, têm formado ao nosso lado no encaminhamento de questões relativas ao desarmamento, ao desenvolvimento e à descolonização.

Estou convicto de que, para alcançarmos esses objetivos, teremos de pensar em novos métodos e normas de ação, de manter o espírito aberto a idéias e sugestões e, sobretudo, de procurar melhor coordenar e racionalizar uma ação convergente dos vários órgãos do governo. Prende-se a essa preocupação a idéia, que ora consideramos, de propor ao senhor presidente da República a criação de um conselho de coordenação de comércio exterior com a participação dos ministros da Fazenda e da Indústria e Comércio, para entrosar com o Itamaraty todos os órgãos da administração pública relacionados com o comércio externo do país. Será essa a única forma de conjugar atividades dispersas para uma melhor racionalização dos nossos esforços no sentido de executar uma verdadeira política de comércio exterior.

Como vêem os senhores, é grande e árdua a tarefa que temos diante de nós, mas, com o otimismo e confiança adquiridos em meus primeiros contatos com a casa de Rio Branco, ousou considerá-la perfeitamente factível e dentro de nossas possibilidades de realização.

É para esta obra de interesse nacional que eu convoco o apoio e a compreensão de todos, a fim de que a ação internacional do país não venha a sofrer e desgastar-se no atrito das paixões pessoais. Podemos honestamente discordar em muita coisa, mas não podemos, sem grave risco, permitir que nossas discordâncias venham comprometer um esforço sério em favor do desenvolvimento do país, que está, em grande parte, condicionado a uma eficiente ação da diplomacia no campo das relações econômicas internacionais.

Creio não cair num otimismo fácil quando afirmo esperar que, na defesa dos interesses internacionais do Brasil, não prevalecerão alguns dos



aspectos negativos que, ao lado de aspectos verdadeiramente positivos, caracterizam a vida política brasileira. A política externa de um país constitui, em essência, um projeto de longo prazo. Ela só proporciona resultados se a chancelaria é capaz de preservar, neste longo prazo, a coerência e a consistência das suas linhas fundamentais.

Erguendo minha taça, formulo votos pela prosperidade da imprensa brasileira, certo de que ela saberá manter suas tradições de independência, na defesa dos superiores interesses nacionais.





DOCUMENTO 20

Discurso do chanceler Evandro Lins e Silva, na posse do secretário-geral de Política Exterior, embaixador João Augusto de Araújo Castro, em 12 de julho de 1963

Circular n. 4.756, de 19 de julho de 1963.

Ao formalizar o ato de posse de Vossa Excelência na alta função de secretário-geral, quero declarar-lhe e, por seu intermédio, a toda a casa, que minha escolha se pautou, em primeiro lugar, pela identificação de funcionário que aliasse, à condição de uma experiência total da função diplomática, uma perfeita identificação com as novas realidades da sociedade política brasileira. Em segundo lugar, e em uma casa composta de funcionários tão excepcionalmente dotados e devotados, a escolha foi-me naturalmente sugerida pela experiência comum de ação no exterior, ocasião em que me foi dado verificar de sua capacidade de ação, de seu equilíbrio de análise e de conceito, bem como de sua cultura. Creio, assim, haver instituído através dessa escolha um vínculo que, sobre dar-me, pessoalmente, a segurança de cumprimento exato, eficiente e rápido do programa que me tracei nesta casa, por determinação do senhor presidente da República, se reveste, automaticamente, daquelas condições de aceitabilidade institucional, tão imprescindível à ingente tarefa do exercício da autoridade.

Devo ainda declarar, a Vossa Excelência e a esta casa, que o paradigma desta escolha, que reputo indispensavelmente pessoal, me foi fornecido pelo secretário-geral que ora lhe cede o lugar, embaixador Henrique Rodrigues Valle, cuja alta qualificação e cuja dedicada e eficiente cooperação venho verificando e apreciando, desde que assumi o cargo de ministro de Estado das Relações Exteriores. E é devido, sobretudo, à eficiente colaboração do embaixador Henrique Rodrigues Valle, que hoje me sinto à vontade para poder ajuizar do vulto dos problemas que nos assoberbam e, bem assim, dos meios de que dispomos para a boa execução da política externa brasileira. Não pretendo abrir mão de concurso tão valioso. Espero e conto com a cooperação do embaixador Henrique



Rodrigues Valle para a ingente tarefa que nos espera, no sentido de revitalizar a Associação Latino-Americana de Livre Comércio.

Concito-o, pois, a emprestar-nos seu concurso no próximo conclave de ministros das Relações Exteriores dos países membros da associação, cuja significação e cujos objetivos derivam da conclamação continental do presidente João Goulart. Tudo terá e deverá ser feito no sentido de que os anseios nacionais e continentais encontrem expressão política e prática no âmbito daquele organismo latino-americano.

Senhor Embaixador Araújo Castro: ao entregar-lhe a Secretaria-Geral, confio nos seus altos méritos para a projeção da política internacional do Brasil no sentido de que lhes falei aqui, ao tomar posse, isto é, como a face externa do nosso esforço interno, visando ao desenvolvimento econômico e social do Brasil e de seu povo.

Muito espero da ação de Vossa Excelência, Senhor Secretário-Geral, a fim de que venha a Secretaria-Geral de Política Exterior, por todos os seus órgãos e escalões, a refletir, na constância de seus trabalhos, aquela atitude segundo a qual o mais importante e o que deve merecer primazia de tratamento, é o interesse nacional, em função de seus objetivos.

Nesse sentido, o processo de consulta permanente e diária, de que venho e pretendo continuar participando nos concílios desta casa, deve ser estendido, como norma preliminar de trabalho, de modo a abranger contatos mais autênticos e mais sistematizados com instituições públicas e privadas do país, para que a conceituação da política externa brasileira se revista da autenticidade característica de uma sociedade política organizada na base da democracia representativa, como é o Brasil.

Desejo, pois, a Vossa Excelência e a todos os seus colaboradores da Secretaria-Geral de Política Exterior todo o êxito na tarefa comum que estamos empreendendo. O país está a exigir de todos nós, mais do que nunca, uma cooperação sem limites e sem reservas. Que a tarefa lhe seja propícia.

★



DOCUMENTO 21

Discurso do embaixador João Augusto de Araújo Castro, na cerimônia de posse no cargo de secretário-geral de Política Exterior, em 12 de julho de 1963

Circular n. 4.756, de 19 de julho de 1963.

Desejo, em primeiro lugar, exprimir a Vossa Excelência, Senhor Ministro, meu profundo reconhecimento por seu gesto de confiança, ao formular ao senhor presidente da República a indicação de meu nome para ocupar o cargo de secretário-geral de Política Exterior do Itamaraty. É com humildade, com imenso sentido de responsabilidade, mas também com entusiasmo e otimismo, que acolho este novo encargo do governo.

Minha responsabilidade é tanto maior quanto é certo que recebo o cargo das mãos de meu querido amigo e velho companheiro, embaixador Henrique Rodrigues Valle, cuja alta competência e inextinguíveis qualidades pessoais e intelectuais o impuseram ao respeito e à admiração de todos os seus colegas, que nesta casa sempre o procuraram e sempre o procuram em busca de uma sugestão, de um conselho, de uma palavra de orientação e, até mesmo, de um pouco de bom humor.

Senhor Ministro, interpreto minha designação como um mandato para, sob a permanente orientação de Vossa Excelência, coordenar a reativação e dinamização da política externa do Brasil, definida por Vossa Excelência, em seu discurso de posse, em torno de cinco princípios fundamentais. Cabe agora ao Itamaraty, como agente e instrumento da política externa do governo, dar a esses princípios aplicação prática, através de uma ação diplomática coerente e articulada, flexível em seus métodos, mas extremamente firme e rígida em seus objetivos. Diplomacia não é um fim em si mesmo, mas um conjunto de meios e de técnicas para a consecução de determinados fins. Definidos os objetivos, será agora nosso dever mobilizar o nosso aparelhamento diplomático, no Brasil e no exterior, de maneira a transformá-los em realidade. Como no passado, o Itamaraty cumprirá a missão que lhe é cometida pelo governo.

A opinião pública brasileira ainda não está familiarizada com os es-



forços realizados pelo Brasil, em Nova York e em Genebra, no âmbito da Conferência das Dezoito Nações sobre o Desarmamento e na Assembléia Geral das Nações Unidas, no que se refere ao trabalho pela paz e pela segurança mundial, pela suspensão imediata das experiências e pela não-disseminação de armas nucleares. Pouca gente sabe, no Brasil, que se originaram em nossa delegação os dois principais projetos submetidos à comissão política da XVII Assembléia Geral da ONU. Refiro-me ao projeto brasileiro, finalmente adotado pela Assembléia Geral, com vistas à suspensão dos testes e ao projeto, que recebeu a co-autoria de Bolívia, Chile, Equador e México, quanto à desnuclearização da América Latina. Partiu igualmente do Brasil a idéia, ora objeto de discussão entre as potências nucleares, de conclusão de um tratado parcial preliminar sobre as experiências na atmosfera, no espaço cósmico e nos oceanos.

Por outro lado, a delegação do Brasil assumiu uma posição de liderança nos trabalhos da segunda comissão da Assembléia Geral da ONU, com vistas à convocação da Conferência de Comércio e Desenvolvimento e, posteriormente, à criação de uma organização internacional do comércio. Torna-se, assim, indispensável não apenas perseverar nesses esforços, como encetar um trabalho de divulgação e de elucidação em torno dos objetivos da política externa brasileira, de maneira a desfazer equívocos e mal entendidos, julgamentos apressados ou errôneas interpretações.

Sem dispor de meios militares, políticos ou econômicos de pressão para impor seus pontos de vista na comunidade das nações, o Brasil desfruta, entretanto, de uma posição possivelmente única no que toca às suas possibilidades de irradiação diplomática. Sem reivindicações territoriais, sem condições restritivas ou limitativas de sua soberania, com sua expansão demográfica e econômica e com sua vocação universal, o Brasil tem condições – e é imperioso tenha a maturidade política – para dar uma contribuição sua, original e positiva, no encaminhamento dos grandes problemas mundiais. Temos pontes naturais para todos os povos e todos os continentes. O que não tínhamos, até há pouco, era o gosto e a inclinação de utilizá-las.

Para a consecução de nossos objetivos e com a cooperação dos senhores secretários-gerais adjuntos, todos velhos amigos e companheiros e



homens da mais alta competência profissional, tenho o propósito de dar corpo e vida à Comissão de Planejamento Político, com vistas a assegurarmos uma ação harmônica e conjugada da Secretaria de Estado e das nossas missões ao exterior. A idéia do planejamento diplomático é uma idéia relativamente nova, mas já irrecusável e irreversível. A criação, ora proposta por Vossa Excelência, ao senhor presidente da República, da função de secretário-geral adjunto para Planejamento Político contribuirá para que se obtenham melhores rendimentos na proposição dos rumos de ação a tomar e dos métodos a utilizar, dentro das grandes linhas traçadas pelo governo. O Brasil é hoje um país demasiado grande e seus interesses demasiado complexos para que possamos continuar acreditando em nossa capacidade de improvisação. Com o processo de aceleração da história, temos cada dia um mundo inteiramente novo, que se revela na leitura do jornal da manhã, mas é indispensável que enfrentemos essa inelutável fragmentação dos acontecimentos políticos com uma unidade de ação e uma unidade de comando e, sobretudo, com uma noção perfeitamente clara e de onde se situa o interesse nacional. Por outro lado, a fim de que possamos atingir os objetivos indicados pela Comissão de Planejamento Político, teremos de confiar à Comissão de Coordenação, também criada pela última reforma, a tarefa de examinar os meios e recursos para o reaparelhamento do Itamaraty, o qual, não obstante os progressos realizados e não obstante o espírito renovador que anima todos os setores da casa, ainda não está capacitado – tenhamos a coragem e a honestidade de confessar – para defender, em sua plenitude, os interesses de um país que, felizmente, cresceu muito além de nossa expectativa e de nosso poder de previsão.

Senhor Ministro, estes últimos dias, de trabalho árduo e de serões prolongados, em que Vossa Excelência procedeu pessoalmente a um balanço no que se está fazendo e do que se necessita fazer no Itamaraty e em que nos transmitiu suas ordens e diretrizes, dão a todos os funcionários da casa um sentimento de otimismo e um grande sentido de responsabilidade. Peço-lhe depositar inteira confiança em nossa dedicação e em nossa disciplina. A tradição não consiste, para nós, na conservação de métodos obsoletos de trabalho, nem no apego a fórmulas e praxes que não mais se ajustam à realidade do mundo em que vivemos. A tradição do



Itamaraty é uma tradição de renovação e esta casa, que Vossa Excelência hoje dirige com tão alto espírito público e com tão acentuado espírito democrático, não deseja senão colocar-se à vanguarda do esforço nacional de desenvolvimento.

Senhor Ministro, desejo agora dirigir uma palavra aos funcionários mais jovens, que ainda se iniciam na carreira diplomática. Quero dizer que deles espero a contribuição de imaginação e de inconformismo, sem a qual será impossível a renovação de nossos métodos e a atualização de nossas idéias. A eles peço que não me poupem em suas críticas, assim como o embaixador Valle e eu, há vinte e poucos anos, não poupávamos os nossos chefes de então. Fomos injustos naquela época, como hoje injustos serão os senhores, mas sei que nenhum organismo permanece vivo sem a incessante renovação de todas as suas partes. O Brasil é uma experiência inteiramente nova na história da humanidade e essa experiência não pode processar-se à base da rotina, da timidez ou de preconceitos.

Senhor Ministro, para terminar, repito aqui o que disse ao assumir, em novembro de 1961, o cargo de secretário-geral adjunto para Organismos Internacionais. Trago bem poucas qualidades para este cargo. Mas trago uma imensa vontade de servir e de auxiliar Vossa Excelência em sua grande tarefa. Nisso vai uma confissão, mas também uma promessa. E é essa a promessa que ora faço a Vossa Excelência e a todos os bons amigos e colegas que me cercam nesta sala.

[Anexo]

Biografia do senhor secretário-geral de Política Exterior:
embaixador João Augusto de Araújo Castro

Nascido no Rio de Janeiro, em 27 de agosto de 1919, João Augusto de Araújo Castro bacharelou-se em direito pela Faculdade de Direito de Niterói, em 1941. Diplomado em língua inglesa pela Universidade de Cambridge, em 1940.



Em 1940, ingressou na carreira diplomática, por concurso, como terceiro secretário. Removido, serviu, a partir de 1943, em Porto Rico, Miami e Nova York. Promovido a segundo secretário, foi designado, em 1951, para integrar a delegação do Brasil junto à ONU. Dois anos depois, promovido por merecimento a primeiro secretário, foi removido para Roma. Conselheiro em 1957, ministro de 2ª classe por merecimento em 1958, foi removido para Tóquio em 1959. De regresso à Secretaria de Estado foi designado para o cargo de secretário-geral adjunto para Organismos Internacionais e promovido a ministro de 1ª classe.

Exerceu, entre outras, as seguintes comissões:

Secretário da delegação do Brasil à IV Assembléia Geral da ONU, em Nova York, setembro de 1949; assessor da delegação do Brasil à V sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, em Nova York, em setembro de 1950; secretário da delegação do Brasil à IV Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, em Washington, em março de 1951; assessor da delegação do Brasil à VI sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, em Paris, em novembro de 1951; assessor da delegação do Brasil à VII sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, em Nova York, outubro de 1952; delegado à VII sessão da Conferência da ONU para a Alimentação e Agricultura (FAO), em Roma, novembro de 1953; chefe do Departamento Político e Cultural do MRE, de 5/7/58 a 11/7/1959; delegado suplente do Brasil à XIII sessão da Assembléia Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, realizada em Tóquio, de 28/10/1959 a 16/11/1959; observador do governo brasileiro na Conferência do Cairo, junho de 1961; delegado e, posteriormente, chefe da delegação do Brasil à Conferência do Desarmamento, Genebra, julho de 1962; delegado do Brasil à XVII sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, setembro de 1962.

★



DOCUMENTO 22

Discurso do chanceler Evandro Lins e Silva, no encerramento da VI Conferência Brasileira de Comércio Exterior, realizada em Belo Horizonte, no dia 20 de julho de 1963

Circular n. 4.761, de 29 de julho de 1963.

Foi com grande satisfação que recebi de Sua Excelência o senhor presidente da República a incumbência de encerrar, em seu nome, os trabalhos da VI Conferência Brasileira de Comércio Exterior. Estou certo de que não poderia encontrar melhor foro – aqui, onde representantes dos setores público e privado se reúnem com o propósito de alargar as fronteiras econômicas do país – para reafirmar a importância que o governo atribui aos problemas econômicos no quadro de nossas relações exteriores.

Como estudiosos dos múltiplos aspectos do comércio exterior brasileiro, não vos escapa, por certo, a dinâmica do problema com que nos deparamos.

O desenvolvimento do país traz consigo o aumento das pressões da economia nacional sobre o setor externo, seja para garantir o alargamento da capacidade de importar bens de produção e matérias-primas de uso industrial, seja para suplementar a formação interna de capital, através da transferência de poupanças externas.

A capacidade de importar, porém, bem como a capacidade de endividamento externo dependem, em última análise, de nossa capacidade de exportar: e esta, a seu turno, está fundamentalmente ligada ao comportamento dos mercados internacionais de produtos primários.

Nessa ordem de idéias, não podemos deixar de ter vivo em nosso espírito o fato de que, embora não mais a principal força propulsora do desenvolvimento do país – que já se apóia em fatores de ordem interna –, está o setor externo de nossa economia chamado a desempenhar papel de capital importância na aceleração do ritmo de crescimento da nação. No entanto, é na atual conjuntura que vamos encontrar, como exportadores de bens primários que somos, uma estrutura de comércio internacional claramente insatisfatória.



Não caberia aqui, diante de técnicos, relacionar as causas da instabilidade dos preços internacionais dos produtos de base ou da deterioração de nossas relações de intercâmbio – para só mencionar dois de nossos muitos problemas de comércio exterior – e, muito menos, analisar-lhes os efeitos negativos sobre a economia nacional.

Devo ressaltar, porém, que a consciência aguda de todos esses problemas é que dará substância a uma política externa voltada para a superação do subdesenvolvimento, permitindo que a ação diplomática se exerça, efetiva e prioritariamente, com vistas à emancipação econômica e social do povo brasileiro.

Exemplo dessa filosofia encontra-se em nossa atitude para com a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, ora em fase de preparação.

Tal como a entende o Brasil, caberá à conferência colocar as normas e instituições reguladoras do comércio internacional em termos que contribuam especificamente para acelerar o desenvolvimento econômico dos países menos desenvolvidos.

A entrada em vigor, no fim da década dos 40, do Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio deu origem a um organismo que visava à eliminação geral de tarifas e de outros obstáculos ao comércio e à não-discriminação em matéria de relações comerciais internacionais.

Esses objetivos, formulados principalmente sob a influência dos países altamente industrializados da Europa ocidental e da América do Norte, resultaram na expansão das relações comerciais entre as economias de estrutura industrial semelhante. Não havia a preocupação de reconhecer a situação especial dos países cuja renda nacional estava em níveis muito baixos. Foi assim que, no decorrer dos últimos quinze anos, o desenvolvimento do comércio internacional se processou sob a égide do GATT. Durante esse período, o volume do comércio entre os países altamente industrializados cresceu a uma taxa anual muito superior àquela do comércio entre os países menos desenvolvidos e o resto do mundo. Daí vir o governo brasileiro insistindo na necessidade de rever as bases institucionais do comércio internacional, a fim de que sejam formulados princípios reguladores capazes de permitir a aceleração do crescimento do comércio internacional dos países menos desenvolvidos.



O problema econômico crítico do mundo contemporâneo é o desenvolvimento; e a escassez de capital para promover esse desenvolvimento coloca os países menos desenvolvidos em posição de acentuada dependência em suas relações econômicas internacionais.

Uma vez que a transferência internacional de capitais não se tem realizado em escala adequada às necessidade do desenvolvimento, o comércio internacional constitui instrumento de fundamental importância na aquisição de equipamentos e matérias-primas industriais indispensáveis ao desenvolvimento econômico acelerado. Para obtenção desses recursos, os países menos desenvolvidos precisam não somente encontrar preços compensadores para suas exportações, mas, também, criar normas de negociação que levem a concessões tarifárias de parte dos países industrializados, sem necessidade de contrapartida, o que, aliás, já foi reconhecido pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em resolução de 1961.

Torna-se indispensável, pois, dar aplicação efetiva ao princípio de que as instituições de comércio internacional devem servir de instrumentos do desenvolvimento dos países menos desenvolvidos. A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento deverá levar-nos a esse resultado.

Paralelamente às medidas de cooperação internacional, urge criar internamente instituições capazes de coordenar todos os elementos governamentais e privados, a fim de promover a expansão das exportações brasileiras em ritmo adequado. Existe atualmente grande número de agências governamentais com atribuições nesse setor, mas muito há que fazer ainda em busca de uma articulação capaz de aumentar o rendimento comum.

São conhecidos da nação os propósitos do presidente João Goulart, consagrados em sua Mensagem ao Congresso Nacional, relativamente à dinamização do comércio exterior do país.

O robustecimento do intercâmbio comercial existe, a conquista de novos mercados e a diversificação progressiva de nossa pauta de exportações são corolários indispensáveis da política ali definida. Pronunciamentos mais recentes de Sua Excelência, inclusive durante sua visita ao Chile e ao Uruguai, ratificam tais propósitos e nos indicam com clareza o rumo a seguir.



Em meu discurso de posse no Itamaraty, segui as diretrizes enunciadas pelo senhor presidente da República, para fixar princípios fundamentais, que pretendo observar com relação à política exterior para o desenvolvimento econômico do Brasil. Deles decorre, entre outras, a idéia do estabelecimento de um conselho de coordenação de comércio exterior, cuja finalidade precípua é evitar o fracionamento de responsabilidade governamental e as deliberações contraditórias, assegurando a harmonização das medidas tendentes a propiciar a expansão comercial do país.

O governo está vitalmente interessado em incrementar o volume das exportações brasileiras. Existe estreita correlação entre o nível de nosso comércio exterior e a nossa capacidade para levar a bom termo importantes objetivos de política internacional. Pretendo, conseqüentemente, aparelhar nossas missões diplomáticas, repartições consulares e os serviços de propaganda e expansão comercial, para executar com êxito todo um programa de expansão comercial compatível com os legítimos interesses nacionais.

Para atingir, o mais rapidamente possível, esses objetivos, confia o governo na colaboração esclarecida e patriótica das classes produtoras. E, por isso, julga do mais alto interesse nacional as diretrizes e conclusões dos debates aqui realizados.

Desejo assinalar, por outro lado, que já dispomos de um instrumento – o Tratado de Montevideu – que poderá tornar-se, em futuro próximo, eficaz propulsor do comércio interlatino-americano.

A ALALC – Associação Latino-Americana de Livre Comércio – entrou em pleno funcionamento em janeiro do ano passado e as partes contratantes já se outorgaram, mutuamente, mais de 7.500 concessões de ordem tarifária. Essas vantagens recíprocas incluem patrioticamente todos os itens do comércio internacional intrazonal, limitado quase que exclusivamente a produtos primários, mas se estendem também a um número considerável de manufaturas. Em apenas duas conferências negociadoras, a ALALC conseguiu avançar satisfatoriamente no terreno das concessões tarifárias.

A esse avanço, entretanto, não tem correspondido um aumento proporcional no fluxo do comércio internacional. É absolutamente indispensável que os países membros da ALALC se detenham a examinar, com urgência, as medidas complementares que se devam tomar, a fim de que



as preferências obtidas através das concessões tarifárias produzam os resultados esperados.

O comércio entre os países membros da ALALC representa, hoje em dia, apenas 10%, no máximo, do intercâmbio global de cada um deles. Por isso, estamos empenhados em promover a gradual substituição das importações de terceiros países por produtos originários da zona. Esta substituição já se tem conseguido em numerosos casos, mas atinge, sobretudo, o setor de produtos agrícolas e matérias-primas industriais.

No campo das manufaturas, não obstante o grande número de concessões já negociadas, as transações se vêm processando em ritmo mais lento. É que neste setor se torna imprescindível a criação de uma mentalidade voltada para os problemas de exportação. Não bastam, no caso, os favores obtidos através da ALALC; o indispensável é promover a concorrência efetiva com mercados tradicionalmente em mãos dos países mais industrializados.

Grande parte da tarefa a cumprir, na promoção das oportunidades criadas pela ALALC, incumbe ao setor privado.

No que toca à atitude governamental, as preocupações do presidente João Goulart levaram-no a propor, juntamente com o presidente Alessandri, a criação de um órgão de consulta permanente, integrado por ministros de Estado e capaz de conseguir, para as dificuldades que enfrentamos, soluções rápidas, que só podem ser tomadas em alto nível político. A partir da próxima reunião de chanceleres da ALALC, empenhar-se-á o Brasil no sentido da criação, em cada um dos países membros, das condições necessárias para que o programa de liberação do intercâmbio possa prosseguir em termos mais dinâmicos e mais ajustados aos objetivos regionais de integração econômica.

É preciso iniciar um programa gradual de harmonização dos instrumentos de política comercial de nossos países, capaz de permitir que a liberação comercial se processe sem criar condições anômalas de concorrência entre as partes. Além disso, e complementarmente, devemos cuidar da coordenação dos programas de desenvolvimento econômico, a fim de evitar a inadequação, por excesso ou falta, das unidades industriais a serem criadas em função de mercados ampliados pela existência da ALALC.



Esses dois temas, harmonização de políticas e coordenação de atividades, no campo do desenvolvimento econômico, devem constituir a tônica da ação conjugada de todos os países membros, a fim de dar à ALALC o impulso indispensável à mais rápida consecução do seu objetivo maior de integração continental.

Enquanto buscam os governos cumprir as tarefas que se propuseram, em prol da dinamização e do fortalecimento político da ALALC, incumbe ao setor privado prestar à associação, em ritmo cada vez mais intenso, aquela colaboração sem a qual não conseguiremos aumentar os níveis do comércio, não atingiremos a complementação regional de nossas economias e não alcançaremos a nossa meta final de integração latino-americana.

Felizmente, no Brasil, ela não nos tem faltado. Nos múltiplos setores em que se desdobra a ação do governo na execução dos programas da ALALC, as classes produtoras têm com ele trabalhado, lado a lado, com fé, com entusiasmo, imbuídas de elevado espírito de entendimento para com os demais países latino-americanos.

Acreditamos, portanto, que, no futuro, ao maior esforço que empreende agora o governo, a fim de acelerar o processo de formação da zona de livre comércio, corresponderá, de parte do setor privado, uma compreensão ainda mais ampla dos problemas da ALALC, fruto do reconhecimento do papel preponderante que há de representar a integração econômica no desenvolvimento da América Latina.

Meus Senhores, esta VI Conferência Brasileira de Comércio Exterior constitui um exemplo significativo. O esforço sério, a ponderação objetiva, a análise percuente dos problemas, a mobilização de inteligências e recursos para enfrentar desafios – a que não devemos e não queremos esquivar-nos – mostram de sobejo que o povo brasileiro já fez a sua opção. A luta pelo desenvolvimento não admite recuos nem esmorecimentos. Devemos levá-la adiante, cada vez mais conscientes de que dela depende a grandeza do país e a melhoria das condições de vida do povo brasileiro.





DOCUMENTO 23

Declaração do representante do Brasil no Conselho de Segurança, sobre a situação dos territórios sob dominação portuguesa
Circular n. 4.784, de 12 de agosto de 1963.

Senhor Presidente,

A delegação do Brasil não pode esconder o alto senso de responsabilidade com que, como membro do Conselho de Segurança, vai agora expor o ponto de vista de seu governo quanto ao pedido de trinta e dois Estados-membros africanos, para que este conselho examine “a situação dos territórios sob dominação portuguesa”.

2. A situação deve ser examinada à luz da Carta das Nações Unidas, das decisões da Assembléia Geral e das obrigações delas decorrentes. Os princípios da Carta estão claramente definidos no seu capítulo XI. As resoluções pertinentes são a de n. 1.514 (XV), Declaração de Outorga de Independência aos Países e Povos Coloniais; a de n. 1.541 (XV), relativa aos princípios que devem guiar os Estados-membros na determinação de se existe *[sic]* obrigação de transmitir informação e à qual se refere o artigo 73 da Carta; a de n. 1.542 (XV), que relaciona povos e territórios dependentes sob administração portuguesa; a de n. 1.654 (XVI), que trata da situação relativa à implementação da Declaração de Outorga de Independência aos Países e Povos Coloniais.

3. Ninguém tem dúvida de que a Carta de São Francisco, no seu capítulo XI, pôs ponto final à “legalidade” do colonialismo. Ao assinar a Carta, ou ao ingressar nesta organização, os Estados-membros solenemente se comprometeram a cumprir seus princípios constitucionais com as decisões decorrentes e a pôr em prática uns e outras. Entre as obrigações constitucionais figuram, em primeiro plano, a de preparar os povos das antigas colônias para a autodeterminação e a independência. A Carta das Nações Unidas legaliza, assim, a evolução anticolonialista, transformando processos revolucionários – que fatalmente levariam à tensão internacional e à guerra – numa operação política pacífica e progressiva de descolonização.



Graças à sabedoria da Carta e dos Estados-membros, cerca de um terço da humanidade alcançou a independência, beneficiando-se desse processo pacífico e progressivo.

4. A Resolução 1.514 constitui o desenvolvimento lógico da letra e do espírito do capítulo XI da Carta, e já se revelou instrumento poderoso e eficaz para a implementação de seus princípios. Dela destacamos, em conexão com o presente caso, particularmente os parágrafos 2º e 4º da parte operativa.

5. Aprovando a Resolução 1.541, a Assembléia Geral dirimiu para sempre a dúvida – levantada, é certo, por poucos membros – sobre o conceito de colônia à luz da Carta. Caracterizou inequivocamente como colônia “um território geograficamente separado e sob o ponto de vista étnico, ou cultural, ou ambos, distinto do país que o administra” (princípio IV). No caso específico dos territórios sob administração portuguesa, a Assembléia Geral foi ainda além da caracterização estabelecida na Resolução 1.541, pois que, aprovando a Resolução 1.542, relacionou os territórios dependentes que colocam Portugal sob as obrigações do capítulo XI da Carta.

6. Na opinião da delegação do Brasil, a Carta e as resoluções acima citadas constituem os instrumentos legais à luz dos quais este conselho deve agora examinar o pedido dos Estados africanos.

7. Preliminarmente, desejaria ressaltar três pontos. O primeiro é o pleno direito que assiste àqueles Estados de apresentar o pedido ao Conselho de Segurança. Em segundo lugar, não há dúvida quanto à competência do conselho para dele se ocupar. Em terceiro lugar, quero frisar – e este ponto parece fundamental – que, pela primeira vez, o Conselho de Segurança é chamado a examinar a situação do conjunto dos territórios não autônomos sob administração portuguesa, em virtude do não-cumprimento, pelo governo português, das obrigações decorrentes da Carta e das resoluções a que me referi acima.

8. O Conselho de Segurança, não tendo levado a efeito “ação preventiva ou coercitiva” contra Portugal, no que se refere ao conjunto dos territórios sob sua administração, não se encontra em posição de recomendar à Assembléia Geral a medida de que é objeto o artigo 5 da Carta. Por outro lado, a expulsão do Estado-membro que “houver violado persistentemente



os princípios” da Carta, contemplada no artigo 6, constitui, obviamente, fase posterior à medida preconizada no artigo 5, esta relativa à suspensão do “exercício dos direitos e privilégios de membro”. Os autores da Carta tiveram a intenção sábia de graduar o processo contra qualquer Estado-membro faltoso, aplicando medidas coerentes e progressivas. Exclui-se, também, no presente caso, a aplicação do artigo 6º.

9. O não-cumprimento, por Portugal, dos princípios da Carta e das resoluções da Assembléia Geral está criando, entretanto, uma situação que se configura no capítulo VI da Carta, particularmente no seu artigo 33. As operações militares e de guerrilha, levadas a efeito por angolenses contra forças militares e autoridades portuguesas em Angola, bem como as que ora estão em curso na Guiné portuguesa, as tensões políticas delas decorrentes e o transbordamento de suas conseqüências em territórios de outros Estados africanos, de um lado, e, de outro, o acirramento da hostilidade de países africanos diante da inflexibilidade da posição portuguesa, não obstante as disposições da Carta e as resoluções pertinentes da Assembléia Geral, estão efetivamente contribuindo para a formação de um estado de tensão capaz de colocar em perigo a manutenção da paz e da segurança internacional. É dever do Conselho de Segurança agir, com firmeza e rapidez, mas com cautela e sabedoria política, no sentido de pôr termo a essa situação, através dos remédios legais que lhe oferece o capítulo VI da Carta de São Francisco. E, entre esses remédios, se encontram negociação, inquérito, mediação, conciliação.

10. A delegação do Brasil, baseada na larga experiência histórica de suas relações com Portugal, tem motivos para esperar que o governo português não permita que a situação se agrave e que aceitará, portanto, o diálogo com as Nações Unidas, tomando as providências que o levarão ao cumprimento de suas obrigações e, conseqüentemente, ao preparo de suas colônias para a autodeterminação e a independência. Somente no caso de isso não ocorrer, contra todas as nossas esperanças, seríamos levados a considerar a aplicação de outras disposições da Carta.

11. Aliás, neste ensejo, cabe-me reiterar declaração feita pelo senhor Afonso Arinos de Melo Franco, como chefe da delegação do Brasil à XVI sessão da Assembléia Geral, quando da discussão da questão de Angola.



Eis suas palavras:

O Brasil julga que tem o dever de lançar um apelo a Portugal para que aceite a marcha natural da história e, com sua vasta experiência e sabedoria política reconhecidas, encontre a inspiração que transformará Angola em um núcleo criador de idéias e de sentimentos, e não em um foco de ódio e ressentimento. O Brasil exorta Portugal a assumir a direção do movimento pela liberdade de Angola e sua transformação em país independente, tão amigo de Portugal como o é o Brasil.

12. Da análise dos preceitos da Carta e das resoluções acima mencionadas, a delegação do Brasil chega às seguintes conclusões:

- 1º o Brasil não aceita a interpretação portuguesa segundo a qual os territórios coloniais sob sua administração constituem províncias ultramarinas;
- 2º em consequência, o Brasil não pode aceitar a tese segundo a qual aqueles territórios se encontram fora da competência das Nações Unidas, pois que estão incluídos nos dispositivos do capítulo XI da Carta, não tendo Portugal fundamento para invocar o artigo 2, parágrafo 7, da mesma Carta;
- 3º o Brasil está convencido de que a melhor solução para qualquer questão colonial se encontra na evolução pacífica, sobretudo quando se encara a questão no contexto geral do problema da paz e da segurança internacionais;
- 4º o Brasil, como já tem dito e repetido várias vezes nesta organização, sustenta que a única solução para a questão dos territórios não autônomos sob administração portuguesa é a evolução dos seus povos para a autodeterminação e a independência.

13. Tanto Portugal quanto a África estão presentes nas raízes históricas de nossa nacionalidade. Portugueses e africanos encontram-se em terras brasileiras e ali contribuíram substancialmente para a primeira grande experiência da civilização moderna nos trópicos. Os traços culturais de



Portugal e da África marcam profundamente a fisionomia do Brasil. A Portugal e à África devemos, os brasileiros, talvez o que há de melhor em nós mesmos: o senso agudo de igualdade dos homens, a ausência de preconceitos raciais, o horror a todas as formas de discriminação. Baseado nessa experiência histórica, os votos do Brasil são por que Portugal continue a realização do seu destino de nação criadora de nações. Assim como Portugal sobrevive nos seus valores essenciais de cultura e de civilização na América, pela sua presença no Brasil, assim poderá sobreviver na África, com os mesmos valores de cultura e de civilização.

14. Aos povos que buscam sua independência, o Brasil dirá que a justiça e o sentido da história tornam inapelável a vitória da sua causa. Dirá que não está indiferente à sua sorte e que deseja trabalhar no sentido de sua rápida emancipação. Dirá que esses povos têm para protegê-los – o que não aconteceu com o Brasil e os povos da América – um instrumento político admirável pela sua eficiência, pela sua plasticidade: esta organização, a Carta, os seus princípios, as suas resoluções e a sua filosofia. A aplicação correta da Carta, dos seus princípios, de suas resoluções, acelerará o processo político de descolonização. A aplicação apaixonada, sôfrega ou precipitada dos mesmos poderá prolongar a sobrevivência do regime colonial, que queremos extirpar.

15. No estágio atual do problema, é indispensável a plena e irrestrita colaboração de Portugal e, por isso mesmo, devemos guiar-nos pela preocupação de não comprometermos, mediante a adoção de medidas drásticas, essa possibilidade de cooperação. O que desejamos é autodeterminação desses territórios por meios pacíficos e através dos métodos recomendados no artigo 33 da Carta das Nações Unidas. É neste sentido que o Brasil atuará, não apenas no presente debate no Conselho de Segurança, como também no quadro geral de suas relações com Portugal, dentro do espírito da comunidade luso-brasileira, à qual o Brasil se orgulha de pertencer. Neste problema de autodeterminação dos territórios portugueses na África, o Brasil tem um grande empenho e, até mesmo, como já dissemos, uma boa parcela de responsabilidade, a que não deseja nem poderia fugir. O Brasil não pode deixar de apoiar a independência de Angola, Moçambique e outros territórios, sempre que esse seja o desejo de seus povos, mas não pode,



por dever histórico inelutável, alhear-se à sorte de elementos culturais e espirituais que lhe são caros. Fiel à sua vocação histórica e à sua experiência política e inspirando-se no exemplo de outras antigas potências coloniais, Portugal não pode deixar de aceitar o desafio da história e colocar-se na vanguarda do movimento de autodeterminação. O Brasil não abdica da esperança de uma ação radicalmente nova e altamente construtiva de Portugal nesta matéria e coloca, desde já, sua diplomacia a serviço dessa esperança.

Nova York, 24 de julho de 1963.

★



DOCUMENTO 24

Entrevista concedida pelo embaixador João Augusto de Araújo Castro ao *Correio da Manhã*, sobre o Tratado Parcial de Proscrição das Experiências Nucleares, em 26 de julho de 1963

Circular n. 4.765, de 1º de agosto de 1963.

Brasil mantém luta pelo desarmamento

Lembrando que, na Conferência do Desarmamento, partiu do Brasil a sugestão para a conclusão de um tratado parcial de proscrição das experiências nucleares (chamada em Genebra e pela imprensa européia de “proposta brasileira”) o ministro, interino, das Relações Exteriores, sr. João Augusto de Araújo Castro, em entrevista exclusiva ao *Correio da Manhã*, declarou que, transposta esta primeira etapa, cumpre passar às outras medidas capazes de conferir segurança e estabilidade ao precário equilíbrio de poder internacional.

– O Brasil vê com satisfação que os resultados das conversações de Moscou comprovaram a correção do tratamento que propomos no esforço duro, lento e penoso por um mundo desarmado e desnuclearizado. E o Brasil quer continuar na primeira linha das nações que não têm poupado esforços pelo desarmamento e pela paz – disse o embaixador Araújo Castro.

A Proposta

A pergunta brasileira, formulada em 25 de julho de 1962, encontrou o obstinado silêncio das potências nucleares, o que nos levou a reiterá-la na sessão de 17 de agosto. A 27 de agosto, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha declararam aceitar a idéia, à qual a União Soviética se opunha. Agora, os soviéticos aceitaram a solução parcial, através das declarações do senhor Kruchev em Berlim. A proposta brasileira, é bom ressaltar, foi fortemente apoiada pelo México e pela Suécia.



Dificuldades

O embaixador Araújo Castro acrescenta que as negociações, no seio da Conferência de Dezoito Países Sobre Desarmamento, vinham sendo dificultadas pelas inter-relações entre medidas desarmamentistas em vários meios.

Daí resultava que as dificuldades quanto à identificação de um certo tipo de testes subterrâneos impedia o acordo em matéria de testes atmosféricos, siderais e submarinos. Só um tratamento gradualista poderia solucionar o impasse. Diante da complexidade e da enormidade do problema do desarmamento geral e completo, o governo brasileiro, ao passo que reconhece a necessidade do desarmamento, tem defendido um tratamento gradualista e pragmático do problema, que permita traduzir imediatamente o progresso alcançado em certas áreas em medidas concretas de desarmamento. Evita-se, assim, o perigo inerente em fazer progressos parciais subordinados à obtenção de um eventual tratado de desarmamento geral e completo, ou mesmo de um tratado de proscrição das experiências nucleares que englobe todos os tipos de experiências, inclusive as subterrâneas. A proposta de desnuclearização da América Latina, apresentada pelo Brasil à XVII sessão da Assembléia Geral e apoiada pela Bolívia, Chile e Equador, reflete de maneira fiel o que acreditamos ser o método mais eficaz na solução do problema do desarmamento.

Perspectivas

– O tratamento proposto pelo Brasil – continua o ministro, interino, das Relações Exteriores – para a solução do problema do desarmamento não se limita a sugerir medidas graduais. Pede, também, que certas medidas parciais sejam tratados prioritariamente no seio da conferência de 18 países. No discurso que pronunciei a 16 de julho do ano passado, solicitei que a conferência concentrasse seus esforços no tratamento da proscrição dos testes nucleares, no problema da disseminação de armas nucleares e no estudo dos meios de evitar uma guerra por acidente, erro de cálculo ou falha no sistema de comunicações. Até agora, a conferência só pôde concluir um entendimento entre os Estados Unidos e a União Soviética visando à instalação de uma linha direta de comunicações entre a Casa Branca e o Kremlin.



O senhor Araújo Castro afirma que a assinatura do tratado parcial de proscrição das experiências nucleares representa um ponto vital na história da Guerra Fria [*e que*] participa da opinião segundo a qual a conclusão de um tratado como este abre perspectivas amplas para o encaminhamento da solução de alguns grandes problemas mundiais.





DOCUMENTO 25

Declaração do presidente João Goulart sobre a assinatura, por parte do Brasil, do tratado que proíbe as experiências nucleares
Circular n. 4.785, de 13 de agosto de 1963.

Acabo de dar instruções aos embaixadores do Brasil em Londres, Moscou e Washington, para assinar *ad referendum* do Congresso Nacional, o Tratado de Proscrição das Experiências Nucleares na Atmosfera, no Espaço Cósmico e Sob a Água.¹ O povo brasileiro reafirma, desta maneira, a sua vocação de paz e reitera a sua aspiração de que a sociedade internacional se encaminhe nos rumos de uma comunidade pacífica de nações inteiramente dedicadas ao trabalho criador e à produção de riquezas.

O tratado de proscrição representa um passo inicial – mas de significação profunda – no duro, penoso e difícil caminho ao termo do qual, estou certo, se verá realizado o sonho milenar de paz que anima todos os povos. Ele indica que as potências nucleares já estão plenamente conscientes de que a palavra “vitória” deve ser riscada dos dicionários de um mundo armado de poderes de destruição maciça. E mais: o tratado indica, também, que as potências nucleares já resolveram passar à fase de medidas práticas e concretas, para evitar o desencadeamento de uma catástrofe que esmagaria indistintamente povos desarmados e povos armados, nações pobres e nações ricas, inocentes e culpados.

A satisfação do governo brasileiro é tanto maior porque ele se encontra associado, desde o primeiro momento, ao esforço pelo tratado de proscrição. Em Genebra, no âmbito da Conferência de Dezoito Nações sobre o Desarmamento, tivemos a oportunidade – nas sessões de 15 de março, de 25 de julho e 17 de agosto do ano passado – de propor a assinatura de um tratado de proscrição das experiências nucleares na atmosfera, no espaço cósmico e sob a água, dado o impasse surgido entre as potências

¹ N.E. – Tratado concluído em Moscou, em 5 de agosto de 1963, e assinado pelo Brasil em Londres e Washington, em 8 de agosto de 1963, e em Moscou, a 9 de agosto de 1963.



nucleares em matérias de experiências subterrâneas. Ademais, os representantes brasileiros solicitaram, repetidamente, que fosse dada toda prioridade à discussão de um tratado de proscrição.

Para conclusão do tratado, contribuíram o esforço continuado da diplomacia brasileira e a correção do tratamento que o Brasil propôs para o problema do desarmamento, desde o início das negociações de Genebra. A assinatura do Brasil constitui a consequência lógica dos esforços que fizemos na Conferência do Desarmamento e na Assembléia Geral das Nações Unidas.

Quero manifestar, mais uma vez, a decisão do povo brasileiro de prosseguir na luta por um mundo desarmado e desnuclearizado. Os povos de todo o mundo sabem que está ao seu alcance atingir os níveis de bem estar que se limitam hoje ao terço industrializado e desenvolvido do planeta. Hoje, mais do que nunca, a luta pela paz e pelo desarmamento se confunde com a luta pelo desenvolvimento econômico e social.

Consciente disso, o povo brasileiro, por seus representantes diplomáticos, não se arredará um só momento das mesas de negociações de Genebra e de Nova York, que a aspiração coletiva dos povos soube transformar em trincheiras da paz, para acabar com as guerras.





DOCUMENTO 26

Entrevista concedida pelo secretário-geral do Itamaraty, João Augusto de Araújo Castro, ao *Jornal do Brasil*, em 3 de agosto de 1963
Circular n. 4.782, de 12 de agosto de 1963.

Nosso problema é mais de maturidade

– O problema da política externa do Brasil não é propriamente um problema de independência. É, sobretudo, um problema de maturidade. Se o país revelar essa maturidade, a independência de sua ação nunca será posta em causa – declarou, em entrevista concedida a um programa de televisão, o embaixador Araújo Castro, secretário-geral do Itamaraty.

Nessa ocasião, o senhor Araújo Castro procurou recapitular toda a ação diplomática do Brasil, em Genebra e em Nova York, no tocante às questões do desarmamento e da suspensão de experiências nucleares. Lembrou que partiu do Brasil a idéia da conclusão de um tratado parcial, como medida preliminar para a interdição global dos testes em todos os elementos. A proposta nesse sentido foi apresentada pelo próprio senhor Araújo Castro, então chefe da delegação do Brasil, na sessão de 25 de julho do ano passado.

O secretário-geral do Itamaraty declarou que a assinatura do tratado parcial abria amplas perspectivas de negociação sobre os grandes problemas mundiais. Frisou que, em Genebra, o Brasil não tem uma responsabilidade política, mas uma imensa responsabilidade diplomática, no exercício de um mandato de mediação que lhe foi outorgado por 110 membros das Nações Unidas. Procurou demonstrar que, em Nova York e em Genebra, desde março do ano passado até a presente data, o Brasil tem agido dentro do mais perfeito realismo.

– Muita gente nos pergunta o que temos a ver com desarmamento e suspensão de testes, já que esses são assuntos típicos de grandes potências. A pergunta é ingênua e absurda, porque na realidade se trata de um



problema de sobrevivência da humanidade. E esse problema de sobrevivência não pode ser considerado como um problema a ser resolvido por um diretório de grandes potências.

O embaixador identificou um certo sentimento de timidez, na opinião pública brasileira, em torno dos problemas de política externa.

– Com o Brasil aconteceu coisa curiosa. Nosso período de ufanismo (“A Europa curva-se diante do Brasil”, etc.) se situa no momento em que realmente nada pesávamos na vida internacional. Agora, quando temos uma ação diplomática efetiva, em quase todos os assuntos, vem-nos esse sentimento de timidez. O Brasil não está por conta própria na comissão de desarmamento. Está cumprindo um mandato de 110 membros da ONU. Por isso mesmo, tem de falar e de formular propostas, como essa de 25 de julho, que foi o ponto de partida para o tratado parcial.

Sobre o mesmo tema do desarmamento, o embaixador Araújo Castro proferira, na parte da manhã, uma longa conferência na Escola Superior de Guerra, tendo os debates girado principalmente em torno da proposta brasileira tendente à desnuclearização da América Latina.

★



DOCUMENTO 27

Entrevista concedida pelo chanceler Evandro Lins e Silva à revista *Manchete*, em 10 de agosto de 1963
Circular n. 4.782, de 12 de agosto de 1963.

Cinco rumos da política externa

Evandro Lins e Silva, chanceler, atravessa os atapetados salões do Palácio Itamaraty com a sua já clássica postura elegante. Dois anos atrás, ativo militante dos tribunais, o famoso advogado criminal talvez não cogitasse de ingressar na vida pública. Mas, em apenas 700 dias, ele cumpriu excepcional trajetória: de advogado a procurador-geral da República, a chefe da Casa Civil da Presidência e a ministro das Relações Exteriores. Em todos os postos, o mesmo homem eficiente, de andar ereto, dicção impecável e olhar penetrante. É cordial, mas não enseja divagações fora do programa. Argumenta com seqüência e lógica, dom natural e fruto de sua prática na barra dos tribunais. O chanceler Evandro Lins e Silva define, com exclusividade para *Manchete*, os princípios fundamentais da ação do Brasil no campo internacional:

Ministro Evandro Lins e Silva – Na atual conjuntura, os princípios fundamentais que norteiam a política exterior do Brasil são os seguintes:

- 1) direito de cada povo à independência e ao desenvolvimento;
- 2) direito de cada povo de manter relações com os demais povos da terra, sem discriminação de qualquer natureza;
- 3) autodeterminação dos Estados e não-intervenção;
- 4) reconhecimento das comunidades e das organizações jurídicas internacionais, como imposição de interdependência técnica, econômica e cultural;
- 5) defesa intransigente da paz, desarmamento e proibição das armas atômicas;



Esses princípios estão hoje vitoriosos e configuram uma etapa definitiva e irreversível do processo histórico brasileiro.

E, antes de uma inspiração ou de um modelo de comportamento internacional, representam uma tomada interna de consciência por parte da comunidade brasileira: no tocante à sua própria identidade, a seus interesses e a seus fins, como agrupamento nacional consciente que não abdica de comandar seu próprio destino. A política exterior brasileira se torna, assim, a expressão internacional da luta do povo brasileiro pelo desenvolvimento. Acredito poder resumi-la com estas palavras: nem subordinação, nem isolamento, mas interdependência e cooperação no interesse do país e da paz entre os povos.

O Brasil se situa hoje entre os países do bloco ocidental, os neutros, ou os “não-alinhados” da ONU?

A discussão sobre se o Brasil pertence ou não a blocos me parece um tanto simplista e bizantina. O essencial, para o Brasil, é definir com precisão os seus interesses no campo internacional, agindo em função deles e da sua consecução. Manteremos todos os nossos compromissos, mas não vemos nesses compromissos nenhuma renúncia à nossa soberania. Na realização dos objetivos internacionais do Brasil, os organismos internacionais proporcionam uma esfera de grandes possibilidades, cuja importância aumenta permanentemente, ultrapassado o mundo em que os puros canais bilaterais eram suficientes para atender às necessidades diplomáticas. Aos céticos, que encaram a ONU ou os outros organismos internacionais como clubes de diplomatas ociosos, gostaria de pedir que tentassem imaginar o mundo atual sem a ONU e sem as suas agência especializadas. Esta segunda metade do século em que vivemos não conseguiria manter-se em equilíbrio e em paz sem a complexa teia de organismos internacionais já existentes e que estão por vir. O que se torna indispensável é que o Brasil retire o maior benefício possível de sua participação nesses organismos, mediante um melhor levantamento de suas necessidades. Urge, assim, uma articulação mais permanente do Itamaraty com outros órgãos e setores da administração, com vistas ao levantamento dessas necessidades.



O que norteará a ação do Brasil na próxima Assembléia Geral das Nações Unidas?

Atribuo grande importância à participação do Brasil na próxima Assembléia Geral, a iniciar-se em setembro. Já recebi e transmiti as instruções do presidente João Goulart no sentido de preparar as posições que então adotaremos, com relação ao elenco de problemas internacionais que constará da agenda. Estamos considerando, inclusive, a possibilidade de uma marcante iniciativa brasileira em matéria de desarmamento, sem falar, é claro, da reapresentação do projeto de desnuclearização da América Latina, co-patrocinado pela Bolívia, Chile, Equador e México e cuja inscrição na agenda já solicitamos ao secretário-geral da ONU. O Brasil também terá, na próxima Assembléia Geral, a oportunidade de reiterar os seus pontos de vista sobre a Conferência Internacional do Comércio e Desenvolvimento a realizar-se em 1964, e sobre a necessidade de uma revisão da atual estrutura institucional do comércio internacional, com vistas a transformá-lo em instrumento do desenvolvimento econômico. Cabe, ainda, mencionar outra iniciativa de importância: a criação de uma agência internacional de desenvolvimento industrial, possibilidade estudada em março por um grupo de peritos, cujo relatório deverá ser examinado no decorrer da Assembléia Geral.

Qual a posição do Brasil no tocante ao problema de Angola?

A posição do Brasil com respeito ao problema dos territórios não autônomos sob administração portuguesa é nítida e coerente. Em primeiro lugar, o Brasil não concorda com a opinião do governo português, segundo a qual o artigo 2º, parágrafo 7, da Carta de São Francisco se aplicaria às possessões portuguesas, o que impediria o tratamento do problema no seio da ONU. O Brasil crê, pelo contrário, que o capítulo XI da Carta se aplica às chamadas “províncias ultramarinas” e que, em decorrência, Portugal se acha preso às obrigações estabelecidas no capítulo em tela. Em segundo lugar, o Brasil reconhece o direito dos povos dos territórios sob administração portuguesa à autodeterminação e à independência. Em terceiro lugar, o Brasil entende que a marcha dos territórios portugueses para a autodeterminação se faça de maneira pacífica. Em decorrência, o Brasil se opõe ao



uso de sanções contra Portugal, por pensar que tal uso teria o único resultado de radicalizar as posições e de tornar inevitável a solução pela força.

Como pode ser caracterizada a sua atuação à frente do Ministério das Relações Exteriores?

Tenho dito que a minha preocupação predominante no Itamaraty é o trabalho. Fixados os objetivos internacionais do Brasil, cabe passar ao esforço penoso, paciente e longo de traduzir esses objetivos na ação diplomática e de aplicá-los coerentemente às inúmeras questões que surgem. E farei tudo para levar o Itamaraty bem para o centro da vida nacional. Em matéria de relações bilaterais, há toda uma série de decisões a tomar. Igualmente, se impõe a dinamização da ALALC, de modo a permitir que a integração econômica das suas partes contratantes redunde num impulso adicional ao processo de desenvolvimento econômico dessas partes. Urge encarar com realismo os problemas e dificuldades criados pelo Mercado Comum Europeu para os países subdesenvolvidos, a quem seu sistema de preferências tarifárias e de restrições comerciais fecha as portas. O Brasil, em ação conjugada com outros países do hemisfério, tudo fará no sentido de transformar o pan-americanismo num movimento dinâmico e criador, e num instrumento do bem-estar, do progresso social e do desenvolvimento econômico dos povos latino-americanos.

★





GESTÃO

Araújo Castro





DOCUMENTO 28

Discurso de posse do embaixador João Augusto de Araújo Castro no cargo de ministro das Relações Exteriores

Palácio Itamaraty, 22 de agosto de 1963.

Senhor Ministro,

Neste velho gabinete de trabalho do Barão, juntam-se todos os funcionários do Itamaraty para um ato comum de amizade, de simpatia e de gratidão. Todos somos, a Vossa Excelência, reconhecidos pela bondade e generosidade com que nos acolheu nesta sala. Devo dizer-lhe, contudo, que nosso reconhecimento se prende, ainda mais, ao muito que Vossa Excelência fez, pelo Itamaraty e pelo Brasil, durante os dois meses em que lhe coube a responsabilidade da pasta das Relações Exteriores.

Temos bem presentes os primeiros dias de sua incansável atividade, quando Vossa Excelência procurava dar pessoalmente um balanço do que se havia recentemente feito, do que se estava a fazer e do que se necessitava fazer nos diferentes setores da política externa do Brasil. A orientação então imprimida por Vossa Excelência, em perfeita consonância com o pensamento do senhor presidente da República, permitiu-nos pôr em marcha um esquema de reativação e de dinamização, ora em franco e audacioso processamento. Somos extremamente gratos pelo tratamento prático, direto e objetivo que Vossa Excelência dispensou a todos os nossos assuntos, sem idéias preconcebidas, sem posições rígidas e inamovíveis, e com a clara e lúcida noção das novas responsabilidades do Brasil no campo internacional. Vossa Excelência, que deixa grandes saudades e grandes amigos nesta casa, pode afastar-se hoje com a consciência tranqüila de haver prestado, nesta oportunidade, os mais relevantes serviços ao país.



É, agora, Vossa Excelência chamado a exercer o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal. Não existe no país função mais alta e nobilitante. No Supremo, ao qual me prende pessoalmente uma vinculação afetiva de família, terá Vossa Excelência o coroamento natural de sua carreira de homem voltado para as coisas do direito e para as grandes causas da liberdade humana. São nossos votos. Senhor Ministro, que a sua permanência em Brasília seja tão feliz e brilhante quanto profícua para a nação brasileira. Esses votos – que formulo, tenho a certeza, em nome de toda a casa – se estendem a sua excelentíssima esposa e a todos que lhe são caros.

Senhor Ministro, confiou-me o senhor presidente da República a pasta das Relações Exteriores, num momento em que são tão graves as responsabilidades, mas ao mesmo tempo tão promissoras as perspectivas da diplomacia brasileira. Ainda recentemente, tive a oportunidade de salientar que, sem problemas políticos pendentes no campo externo, sem condições restritivas ou limitativas de sua soberania, sem causas históricas de ressentimento, sem reivindicações territoriais, o Brasil está, hoje, em posição ideal para prestar uma contribuição positiva e original no encaminhamento dos grandes problemas internacionais. Temos pontes naturais para todos os povos e todos os continentes; o que não tínhamos, até há pouco, era o gosto ou a inclinação de utilizá-las. No momento, estamos dispostos a utilizar todas essas pontes, pois um país jovem e vigoroso como o Brasil não pode condenar-se ao isolamento, nem pode querer fechar os portos que foram abertos ainda na era colonial. Não podemos permitir que generalizações apressadas ou falsas opções venham a comprometer esse esforço para ajustar as tendências de nossa ação diplomática à vocação universal do povo brasileiro. O Brasil é, hoje, suficientemente maduro e consciente para que possa negociar e assumir compromissos com quem quer que seja. Aos alarmados e aos descrentes, onde quer que eles se encontrem – no centro, à direita ou à esquerda –, eu peço que tenham um pouco mais de confiança em nosso país e no Itamaraty. Devo frisar, nesta oportunidade, que nunca estivemos tão presentes nem tão atuantes no cenário internacional. O que é indispensável é que o povo brasileiro, em todas as suas camadas sociais, em todos os seus agrupamentos políticos ou partidários, se una, sempre que surja um legítimo interesse brasileiro a defender no



exterior. Esta casa não existe senão para defender os interesses permanentes do Brasil; e, entre esses interesses permanentes de nossa pátria, se inclui o estabelecimento de um clima de paz, concórdia e entendimento entre todos os membros da comunidade das nações, e o trabalho permanente em prol da melhoria de condições de vida da parcela – e trata-se de muito mais do que uma parcela – subdesenvolvida e desprotegida da humanidade.

Em Nova York e em Genebra, em todo e qualquer foro internacional, a diplomacia brasileira não deixará de bater-se pelos grandes temas do desarmamento, do desenvolvimento econômico e da descolonização. Muito embora não se possa enquadrar neste trinômio toda a multiplicidade de interesses políticos e econômicos do Brasil na comunidade das nações, torna-se cada dia mais claro que esses três objetivos informam toda uma ação política, a ser desenvolvida, em plena e estreita cooperação com as nações irmãs do hemisfério e com todas aquelas que a nós se queiram juntar, num esforço diplomático comum. Desarmamento, desenvolvimento e descolonização são temas e objetivos arrolados na Carta das Nações Unidas. Ao reclamarmos uma ação efetiva e continuada nessas três grandes áreas de progresso político e social, não estamos reclamando senão o cumprimento das promessas de São Francisco.

O Brasil continuará a dar todo o seu apoio ao trabalho da Comissão das Dezoito Nações sobre Desarmamento, ora reunida em Genebra. Aí está o Brasil no cumprimento de um mandato de mediação, que lhe foi conferido – assim como a sete outros países amigos – pela totalidade dos membros das Nações Unidas. Teve o Brasil, em Genebra, a responsabilidade da iniciativa da proposta de um tratado parcial sobre proscrição de experiências nucleares na atmosfera, sob a água e no espaço cósmico – tratado, cuja assinatura veio abrir novas e grandes perspectivas para a causa da paz e do desarmamento. Essa proposta brasileira, formulada nas sessões de 16 de março, 25 de julho e 17 de agosto do ano passado, não pôde, naquele momento, encontrar a receptividade de qualquer das potências que integravam o subcomitê de ensaios nucleares da conferência. Fatos posteriores vieram provar que estávamos certos em nossa opinião de que, sem esperar a conclusão de um tratado de desarmamento geral e completo – o qual, infelizmente, ainda estamos muito longe de concluir –, deveria-



mos ir formalizando ajustes graduais e sucessivos, à medida que fossem sendo caracterizadas as áreas de acordo entre as grandes potências. No cumprimento de um mandato das Nações Unidas, o Brasil assumiu a responsabilidade da iniciativa e correu o risco das incompreensões, das interpretações apressadas e, muitas vezes, informadas por interesses táticos momentâneos. Todo problema político se caracteriza por sua extrema complexidade e não podemos razoavelmente esperar que toda e qualquer iniciativa nossa seja imediatamente vitoriosa ou mesmo compreendida. Nisso tudo, novamente se envolve o problema de maturidade política a que acima aludi. O que é indispensável é que, em todos os momentos, tenhamos o pensamento voltado para o Brasil e para o que este país representa, como experiência nova, na história da humanidade. E é indispensável que, ao perseguirmos objetivos tão amplos, não percamos o sentido de objetividade e de realismo político que temos conseguido manter em nossa diplomacia.

No tocante ao segundo ponto, o Brasil terá de realizar grandes esforços, no sentido de obter dos órgãos internacionais um reconhecimento da estreita correlação existente entre a estrutura do comércio internacional e o problema do desenvolvimento econômico. É por isso que nos temos batido e continuaremos a nos bater pelo estabelecimento de uma organização internacional de comércio, que venha a corrigir os efeitos nocivos das vigentes distorções que determinam e condicionam a ruinosa deterioração de preços de matérias primas e produtos básicos no mercado internacional. Visamos a um sistema de segurança coletiva no campo econômico, paralelo àquele que temos ajudado a construir no campo político e de segurança. Por esse mesmo motivo, estamos realizando trabalhos e estudos que informem a posição brasileira na próxima reunião de outubro, em São Paulo, do Conselho Interamericano Econômico e Social, quando seremos chamados a dar um depoimento sobre a aplicação prática dos princípios contidos na Carta de Punta del Este – formulada, precisamente, há dois anos – e, em prosseguimento à posição enunciada conjuntamente pelos presidentes do Chile e do Brasil, deveremos colocar ênfase no problema de revitalização da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, que, em virtude de instruções pessoais e diretas do presidente João Goulart, constitui um dos objetivos imediatos da diplomacia brasileira.



Outro ponto para o qual se volta e com o qual se identifica plenamente a vocação universalista, humanitária e generosa de nossa política externa é a descolonização. Por isso mesmo, por tudo o que essa aspiração irreversível de nossos dias encerra de autenticidade e de justiça, desejamos vê-la realizada num clima de compreensão recíproca, em que os ódios e as intransigências cedam progressivamente o passo à tolerância e ao espírito de fraternidade humana. Desde a primeira hora, não tem sido outro o nosso objetivo, nem outro tem sido o sentido de nossos pronunciamentos no amplo foro das Nações Unidas. Teremos, outrossim, de ser intransigentes na defesa do princípio de autodeterminação e não-intervenção.

O Brasil não *pertence* a blocos. O Brasil *integra* um sistema, ou mais precisamente, o sistema interamericano, o sistema que para nós significa um instrumento de trabalho em prol da paz e do entendimento entre as nações. O que é imperioso é que esse sistema interamericano se transforme num elemento dinâmico de renovação e de justiça social, de luta permanente pela real implementação dos princípios contidos na Carta [*da Organização*] dos Estados Americanos. O pan-americanismo é para nós uma atitude de solidariedade diante de problemas comuns e não uma posição retórica de juridicismo ou academicismo. Os problemas da América Latina são demasiado urgentes e demasiado graves para que nos possamos contentar com a mera reafirmação das fórmulas inexpressivas – e, por isso mesmo, unânimes – que caracterizaram certos pronunciamentos coletivos do passado. Não podemos permitir que um gravíssimo problema político se esconda debaixo das roupagens da linguagem lírica dos clássicos comunicados e proclamações.

Falei até agora em problemas internacionais e interamericanos, mas nenhuma diplomacia digna desse nome pode deixar de estar atenta a problemas nacionais, que só podem ser hoje defendidos mediante uma estrita vigilância no campo internacional. O Itamaraty tudo fará, Senhor Ministro, no sentido de dar aplicação tangível ao preconizado por Vossa Excelência, no que toca à necessidade de expansão de nosso comércio exterior, diversificação de nossa pauta de exportação e defesa intransigente da posição de nossos produtos no mercado internacional. Desejo referir-me especificamente à situação do café, dada a importância fundamental desse produto em nossas receitas cambiais.



Por outro lado, temos de caminhar decisivamente para a solução de algumas questões econômicas pendentes no campo de nossas relações bilaterais com países tradicionalmente amigos. Numa base de respeito mútuo e legítima compreensão dos interesses respectivos, nenhuma dessas questões é insolúvel, se, de um lado e do outro, dela nos aproximarmos com calma e objetividade, sem atitudes preconcebidas, sem suspeitas e sem ressentimentos. Neste, como em outros casos, o Brasil não deseja senão o diálogo, diálogo franco e sincero.

Teremos de preservar o sistema de consultas, que Vossa Excelência procurou estimular, no que toca às relações com as duas casas do Congresso Nacional, dada a necessidade – que cada vez mais sentimos – de auscultar o sentimento popular, através de seus representantes.

Em todas essas palavras, não vai senão um eco de conversas e reuniões processadas durante os últimos meses, nesta casa de Rio Branco que, estou certo, ficará vinculada às suas recordações e na qual buscarei apoio, conselho e assistência para o exercício do pesado encargo que me foi confiado pelo senhor presidente da República. Devo confessar que, em minhas preocupações, conforta-me o pensamento de que o Itamaraty todo partilha desta responsabilidade e de que o Itamaraty, na medida de suas forças, continuará a dar execução a esta política externa independente – de afirmação brasileira, fraternidade continental e vocação universal – que será em toda linha preservada e que situa o Brasil no mundo em que terá de viver.

Nesta casa, onde trabalho há 23 anos, estão os grandes amigos que formei em minha vida. Colegas que sempre lutaram por uma voz mais viva e atuante do Brasil no cenário internacional. Colegas que sempre se rebelaram contra a rotina, contra o conformismo e contra as exterioridades e convencionalismos de uma diplomacia há muito superada. É a eles, a todos eles, em torno de mim nesta sala, que, com humildade, mas com irrestrita confiança, desejo recorrer agora, quando, em nome do Itamaraty, esta geração de funcionários diplomáticos assume uma grave responsabilidade para com o governo e para com o Brasil.

★



DOCUMENTO 29

Trecho do relatório, preparado pelo secretário Eduardo Moreira Hosanah, sobre o Pacto Multilateral de Não-Agressão, no âmbito da Conferência do Comitê das Dezoito Potências sobre Desarmamento Ofício n. 194, de 30 de agosto de 1963.

Pacto multilateral de não-agressão

16. O discurso pronunciado, em 22 de agosto, pelo embaixador Josué de Castro, que ocupava a presidência da sessão, foi um dos fatos importantes do período recém-encerrado da Conferência do Desarmamento. A idéia da elaboração de um tratado multilateral de não-agressão despertou reações oficiosas altamente favoráveis e um interesse extraordinário dentro e fora da sala de trabalhos. Embora o assunto fosse apenas sugerido, as imprensas européia e internacional compreenderam imediatamente o alcance da idéia e comentaram-na em editoriais de seus principais órgãos como, por exemplo, o *Times*, de Londres, o *Figaro*, de Paris, o *Herald Tribune*, de Nova York, etc..

17. A repercussão foi tanto maior quanto, ignorando a sugestão que nosso país faria dentro de alguns momentos, a delegação italiana, porta-voz da ala mais conservadora do bloco ocidental, na mesma sessão, havia criticado as limitações de um pacto de não-agressão OTAN-Varsóvia, tendo seu chefe declarado, textualmente:

Nous voudrions éliminer ces menaces partout, dans tous les hémisphères, dans tous les continents, non seulement en Europe, mais aussi dans les pays qui appartiennent à certaines alliances militaires. C'est là la grande tâche de l'Organisation des Nations Unies, à laquelle s'impose peut-être une responsabilité accrue en ce moment où des perspectives de paix durable commencent à nous apparaître. Tous les pays du monde doivent collaborer et mettre à profit ces perspectives pleines de promesses. (ENDC/PV/154)



18. Dificilmente poderia haver melhor preparação de terreno para nossa sugestão que, vindo a seguir, produziu considerável impacto. Constituiu uma resposta prática e simples às críticas italianas e, ao mesmo tempo, oferecia a solução das dificuldades ideológicas e pragmáticas que, cristalizadas como se encontram atualmente, impedem, ou pelo menos dificultam muito, a assinatura de um pacto Leste-Oeste. A participação, em um tratado geral de não-agressão, de nações menos comprometidas, menos antagonizadas, descaracterizaria evidentemente as posições mais difíceis de conciliar e contornaria aspectos formais (mas importantes) relacionados com a assinatura de tal ato internacional.

19. O mérito maior da idéia apresentada pelo chefe da delegação brasileira é o de – possibilitando resultados práticos equivalentes ao do pacto Leste-Oeste – adaptar-se mais facilmente às realidades políticas do mundo atual, por sua generalização, e permitir a participação, no acordo, de países que, embora possam ser considerados menos importantes, do ponto de vista militar, são essenciais, estrategicamente falando, e que não se poderiam sentir ligados por um tratado de não-agressão limitado ao bloco da OTAN e do Pacto de Varsóvia.

20. Acredito que a idéia brasileira deva ser retomada em Nova York, nos debates sobre o desarmamento que realizará a Assembléia Geral da ONU e que, de posse das informações sobre a receptividade que terá, a delegação do Brasil deverá insistir, em termos mais concretos, na sua sugestão. Estou certo de que constitui uma alternativa aceitável para um possível impasse nas negociações russo-americanas sobre o pacto, limitado, de não-agressão e de que pode facilitar o encaminhamento de diversas outras questões internacionais pendentes.

21. As manifestações oficiais de apoio e simpatia à nossa proposta foram limitadas pelo pouco tempo transcorrido entre sua apresentação e o encerramento dos trabalhos da conferência, mas, mesmo assim, inúmeras referências foram a ela feitas nos discursos pronunciados na última sessão.

.....





DOCUMENTO 30

Entrevista concedida pelo chanceler João Augusto de Araújo Castro ao *Diário de Notícias*, em 2 de setembro de 1963
Circular n. 4.824, de 3 de setembro de 1963.

Araújo Castro antecipa o que Brasil vai defender na ONU

– A Assembléia Geral, marcada para o dia 17 de setembro próximo, situa-se num momento particularmente significativo, não só da evolução da própria ONU, como da conjuntura internacional em geral, pois a assinatura do Tratado de Proscrição das Experiências Nucleares na Atmosfera, no Espaço Cósmico e sob as Águas foi um acontecimento positivo para a humanidade. O relaxamento da tensão internacional, que adveio do acordo, poderá fazer da XVIII Assembléia uma sessão fecunda do ponto de vista da solução dos problemas que, há anos, desafiam as Nações Unidas – declarou, ontem, o ministro Araújo Castro em entrevista exclusiva ao *Diário de Notícias*.

Objetivos fundamentais

Quanto à diretriz política na próxima assembléia, o ministro Araújo Castro declarou que:

– A delegação do Brasil será instruída no sentido de defender os objetivos fundamentais que orientam a nossa ação diplomática nas Nações Unidas: desarmamento, desenvolvimento econômico e descolonização.

Desnuclearização

O chanceler afirmou ainda que “o Brasil reiterará sua preocupação pela continuação dos testes subterrâneos e proporá de novo sua proscrição”, mas dada a dificuldade de uma proibição total dos testes, insistirá na solicitação de Genebra, no sentido de que as potências nucleares “estudem a viabilidade de um tratado que proscreva as experiências subterrâneas acima de determinado nível de kilotons”.



Pacto multilateral

Quanto à proposta brasileira, que estaria sendo elaborada visando à assinatura de um pacto multilateral de não-agressão, o ministro Araújo Castro declarou que é, realmente, o Brasil quem defenderá a proposta. Entretanto, tudo indica que será estudada pela primeira comissão, juntamente com a tese da desnuclearização da América Latina, que foi objeto de uma declaração conjunta liderada pelo Brasil, contando com a co-autoria da Bolívia, Chile, Equador e México.

Prossigue o ministro do Exterior:

– O Brasil defende a necessidade de se desenvolver um sistema de segurança coletiva econômica, paralela ao sistema de segurança coletiva de natureza política que a Carta de São Francisco incorpora, porque, apesar da importância do programa de assistência técnica das Nações Unidas, a ação da organização, em matéria de cooperação econômica internacional, não tem sido satisfatória do ponto de vista das aspirações dos países em desenvolvimento. A solução apresentada pela delegação brasileira para este problema será a de união das nações em desenvolvimento em torno de objetivos comuns, com a argumentação de que, se o bloco anticolonial pôde transformar a ONU num instrumento eficaz da luta anticolonial, por que não poderia todo o imenso bloco de países subdesenvolvidos fazer da ONU o instrumento de uma luta contra o subdesenvolvimento?

Desenvolvimento industrial

O ministro Araújo Castro salientou, ainda, a necessidade urgente de ser criada uma agência de desenvolvimento industrial, pois o setor industrial é, reconhecidamente, o mais dinâmico no processo de desenvolvimento econômico. Apontou, como uma grande falha das Nações Unidas, a inexistência desta agência de desenvolvimento industrial e disse que:

– A convocação, no próximo ano, de uma conferência internacional de comércio e desenvolvimento se deve, em grande parte, aos esforços da diplomacia brasileira, que propõe, inclusive, uma revisão urgente da atual estrutura institucional do comércio internacional, de modo a transformá-lo em instrumento de desenvolvimento industrial.



Colonialismo

Reafirmou, depois, a posição coerente e tradicional da política exterior brasileira no que diz respeito à descolonização, dizendo que esta posição encontra a mais completa receptividade do bloco latino-americano, eis que:

– Os países da América Latina tiveram sempre um papel de destaque no processo de emancipação política e a sua posição na matéria serviu, muitas vezes, para estabelecer um diálogo entre potências coloniais e anticoloniais, que foi de extrema utilidade na implementação pacífica do capítulo XI da Carta das Nações Unidas.

Ano de cooperação

E finalizou:

– Temos dois objetivos principais: o primeiro será o de lutar pela reforma da Carta das Nações Unidas, pois o Brasil deseja uma Organização das Nações Unidas que responda às condições de 1963 e não de 1945; enquanto o segundo consistirá no total apoio à proposta indiana para realização de um ano de cooperação internacional, porque só através desses movimentos é que lograremos transformar a ONU numa instituição mais forte, eficaz e digna das aspirações dos estadistas que a conceberam e realizaram.

★



DOCUMENTO 31

Discurso do chanceler João Augusto de Araújo Castro, na solenidade de posse do secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Aguinaldo Boulitreau Fragoso, em 11 de setembro de 1963 Circular n. 4.847, de 12 de setembro de 1963.

Ao dar posse ao embaixador Aguinaldo Boulitreau Fragoso no cargo de secretário-geral, desejo manifestar a satisfação com que vejo entregue à Sua Excelência a direção do órgão que, na estrutura implantada com a reforma do Itamaraty, está investido de responsabilidade precípua na condução de nossos negócios externos.

Ninguém nesta casa desconhece a magnitude e complexidade dos encargos que incumbem à Secretaria-Geral de Política Exterior, em seu papel de auxiliar do ministro de Estado no planejamento e execução das atividades de natureza política, econômica, cultural e informativa. Pois é através dela que se canalizam as decisões básicas do nosso comportamento internacional, aquelas que refletem os anseios do povo brasileiro e tutelam os seus interesses mais sagrados, relativos à sua segurança, progresso e bem-estar.

Fossem outras as circunstâncias, e a simples alusão a esse quadro de responsabilidades bastaria para dar-nos a medida do vulto da tarefa confiada ao secretário-geral.

O fato é, porém, que vivemos um momento ímpar de nossa história. A nação, amadurecida e fortalecida nos embates da luta pelo desenvolvimento, busca, na ativação de nossa política externa, o desdobramento lógico e necessário aos esforços realizados no plano interno. À expectativa prudente de outras épocas deve substituir-se a afirmação oportuna e corajosa de nossos princípios, a defesa intransigente de nossos direitos, a perseguição incessante de nossos objetivos. O futuro e a felicidade do nosso povo assim o exigem. Não são outras as diretrizes que nos foram traçadas pelo senhor presidente da República, em sua preocupação de orientar a política exterior de maneira vigilante e em perfeita consonância com os supremos interesses do país.



É bem de ver-se que tal conjuntura nos impõe, não raro, vencer preconceitos, remover hábitos, inovar métodos, assim como prever mais e projetar melhor, num esforço diuturno de adaptação, de captação, na multiplicidade de linhas de ação que se cruzam ou de forças que se entrecroçam no cenário interno, daquilo que é autêntico, essencial, como expressão de nossos interesses permanentes.

Redobradas estão, portanto, as responsabilidades com que se defronta o Itamaraty.

Ao submeter o seu nome, Senhor Embaixador, à consideração do senhor presidente da República, fi-lo movido não pelos laços de amizade que de longa data me unem a Vossa Excelência, mas pela convicção de que sua ampla experiência no trato de problemas internacionais, a autoridade que granjeou nesta casa e nos muitos postos em que serviu, ao longo de uma carreira brilhante, trariam valiosa contribuição à efetivação do programa que o governo se impôs em matéria de política exterior.

Acedendo à convocação para as árduas funções de Secretário-Geral, Vossa Excelência fez prova, mais uma vez, de seu acentuado espírito público.

Parece-me desnecessário recapitular aqui, por sobejamente conhecida, sua longa folha de serviços ao Itamaraty e à nação. Basta-me dizer que, regressando à Secretaria de Estado, para desempenhar-se de suas novas obrigações, Vossa Excelência se vê cercado da confiança e da estima gerais. Em todos os escalões da casa, Vossa Excelência conta – e Vossa Excelência bem o sabe – com amigos e admiradores sinceros, que, com lealdade e dedicação, aguardam sua palavra de ordem.

Congratulo-me, pois, com o Itamaraty e com Vossa Excelência pela decisão do senhor presidente da República e, com os meus votos de boas vindas, formulo-lhe, meu caro Embaixador, os melhores augúrios de pleno êxito.





DOCUMENTO 32

Discurso do embaixador João Augusto de Araújo Castro na abertura da XVIII sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 17 de setembro de 1963

Circular n. 4.854, de 19 de setembro de 1963.

Dezoito anos de intensa atividade diplomática parlamentar marcam a existência das Nações Unidas. Hoje, como nos dias de São Francisco, as finalidades programáticas da Carta para a construção de uma comunidade sã, fraternal e pacífica continuam a guiar todos os Estados coletivamente e a cada um de per si. Mas hoje, como no tempo da fundação da organização internacional, os Estados-membros, individualmente ou por grupos, continuam a diferir na concepção dos meios e modos de implementar as finalidades programáticas da Carta.

2. Essa diferença de concepção é um fato da vida, que tem raízes no desenvolvimento histórico-social específico de cada Estado-membro. Entretanto, a Carta – refletindo a realidade desse fato da vida – reconheceu, desde sempre, não apenas essa diferença de concepção, senão que também acolheu a necessidade de as Nações Unidas operarem eficazmente, dentro do clima dessa diferença de concepção. O mundo em que vivemos é rico de idéias, teorias, concepções e sistemas de pensamento, e as Nações Unidas não foram criadas para afirmar a eterna validade ou a proscrição definitiva de nenhuma delas. Nossa unidade de propósito deverá necessariamente assentar sobre a inevitável diversidade de nossas opiniões. Se a ONU vai conservar seu caráter universal, deverá manter-se representativa de todas as idéias e concepções da humanidade.

3. Não há como silenciar, entretanto, que as diferenças e divergências de concepção e prática dos objetivos da Carta foram, desde os primeiros tempos da organização, situadas em termos de luta ideológica, não apenas contraditórios, mas até antagônicos. Os anos aqui vividos – e no grande mundo – sob o signo dessa luta conceitual levada a um extremo maniqueísta não parecem ter sido particularmente fecundos para ninguém. E, o que é mais grave, a política de poder, daí decorrente, levou esse mundo à mais



onerosa corrida armamentista da história e à mais catastrófica perspectiva para a espécie toda – a destruição coletiva termonuclear, ironicamente graduada entre os que deverão perecer nos primeiros minutos e os que deverão sucumbir meses ou anos depois, sob as piores formas degenerativas de vida. Será esse um absurdo preço a pagar pela intolerância e pela intransigência. A verdade absoluta não poderá ser proclamada sobre as cinzas da desolação nuclear. Teremos de ser mais humildes, se queremos salvar nossas vidas. A ortodoxia e o fanatismo representam perigo extremo na era atômica.

Perspectiva política das Nações Unidas

4. O mundo de 1963 não é o mundo pré-atômico de 1945 e não é em vão que se vivem 18 anos de história, em plena era nuclear. A entrada para a organização internacional de um numeroso contingente de novos Estados-membros, sobretudo africanos e asiáticos, foi, sob todos os aspectos, profundamente benéfica para a vida internacional toda. É que, objetivamente colocados – por seus problemas, anseios, necessidades e desígnios – fora dos pólos da Guerra Fria, esses novos Estados-membros, pela força de sua presença, de seu número e de seus argumentos, compeliram todos os Estados-membros a viver e a interpretar a realidade da arena internacional sob uma visão inteiramente nova. É lícito, por esse motivo, afirmar que, no cenário internacional, como no seio da organização internacional que o reflete, se assiste a uma relativa obsolescência da polarização do mundo em duas grandes fatias ideológicas. As idéias são importantes, mas nenhuma idéia sobrevive ao espírito que a anima.

5. Nem tudo é Leste ou Oeste nas Nações Unidas de 1963. O mundo possui outros pontos cardeais. Esses termos, que dominavam toda a política internacional até há pouco tempo, poderão eventualmente ser devolvidos à área da geografia. O esmaecimento do conflito ideológico e a progressiva despolitização dos termos Este e Oeste vieram também trazer algumas conseqüências – tanto políticas, quanto semânticas – nos conceitos de neutralismo ou de não-alinhamento. O neutralismo ou o não-alinhamento vão perdendo sua solidez e sua consistência à medida que se tornam menos rígidos os pólos que os sustentavam. Não podemos perder de vista



que o mundo mudou, do último outubro pra cá, e não podemos deixar de explorar ao máximo as possibilidades de negociação que se abriram com a assinatura do recente tratado parcial sobre experiências nucleares.

6. Olhemos em torno de nós nesta sala e verifiquemos se o mundo aqui representado poderia ser adequadamente descrito por essas generalizações apressadas e por essa rígida catalogação. Três classificações genéricas não poderiam cobrir toda a gama de idéias, concepções e tendências de toda a humanidade. A humanidade é mais rica e mais complexa do que seus catalogadores. Isso talvez complique o problema político e talvez obrigue à revisão de alguns livros e de alguns panfletos de propaganda política, mas temos a esperança de que, com isso, se tornará menos perigoso e menos explosivo o mundo em que vivemos. Os sociólogos e os teóricos políticos terão mais trabalho, mas os estadistas e diplomatas possivelmente trabalharão em clima de maior confiança.

7. Assistimos, no mundo contemporâneo e nas Nações Unidas, à emergência não de blocos neutros ou “não-alinhados”, ou de uma terceira força política ou ideológica, mas de afinidades: afinidades talvez menos estáveis, porém, mais atuantes em termos de objetivos táticos, configurados na base de reivindicações comuns. O que estamos aqui presenciando é a emergência de uma articulação parlamentar no seio das Nações Unidas e uma articulação parlamentar de pequenas e médias potências que se unem, fora ou à margem das ideologias e das polarizações militares, numa luta continuada em torno de três temas fundamentais: *Desarmamento*, *Desenvolvimento econômico* e *Descolonização*. É fácil precisar o sentido de cada um dos termos desse trinômio. A luta pelo *desarmamento* é a própria luta pela paz e pela igualdade jurídica de Estados que desejam colocar-se a salvo do medo e da intimidação. A luta pelo *desenvolvimento* é a própria luta pela emancipação econômica e pela justiça social. A luta pela *descolonização*, em seu conceito mais amplo, é a própria luta pela emancipação política, pela liberdade e pelos direitos humanos. É esse, Senhores Delegados, o grande movimento que aqui se delineia: movimento de médias e pequenas potências, que, considerando superado o velho esquema maniqueísta de apenas há alguns anos, desejam que as Nações Unidas se adaptem ao mundo de 1963, ao mundo em que terão de viver, debaixo de grandes perigos e no



limiar de grandes perspectivas. Esta articulação parlamentar, ainda não perfeitamente caracterizada, transcende os termos da antiga divisão do mundo em Ocidente, Oriente e mundo “não-alinhado”. Esse movimento, iniciado sob o signo dos três “Ds” mencionados – *Desarmamento*, *Desenvolvimento econômico* e *Descolonização* –, não faz senão exigir o cumprimento das promessas já contidas na Carta de São Francisco.

8. Cada nação, grande ou pequena, será sempre o melhor juiz de suas necessidades de segurança e defesa. Meu país, por exemplo, nunca aceitou a designação de *neutralismo* para sua política externa independente. O Brasil não pertence a blocos, mas integra um sistema, o sistema interamericano, que concebemos como um instrumento de paz e de entendimento entre todos os membros da comunidade das nações. O Brasil, como a generalidade das nações latino-americanas e afro-asiáticas, não poderia, entretanto, estar alheio a essa articulação parlamentar, que certamente constitui a ampla maioria dos 111 membros desta organização mundial e impulsiona a sua renovação.

O veto invisível

9. E, contudo, dentro de um espírito de puro realismo político, devemos admitir que esta maioria não consegue, com acentuada frequência, ver implementadas suas recomendações em cada um dos três grandes temas fundamentais. Prossegue a corrida armamentista, a despeito das resoluções, sempre reiteradas, da organização mundial. Uma imensa parte da humanidade ainda vegeta sob condições humilhantes, incompatíveis com a dignidade humana, e milhões de criaturas ainda se encontram privadas da liberdade e de direitos humanos, sob formas degradantes de opressão política ou colonial. Isso se deve – tenhamos a coragem de dizê-lo – ao fato da existência e da sobrevivência de um poder de veto, de um veto invisível, nesta Assembléia Geral. Esse veto invisível, do qual muito pouco se fala e muito pouco se ouve, poderá revelar-se – nas grandes questões de *Desarmamento*, de *Desenvolvimento* e de *Descolonização* – ainda mais funesto e mais perigoso do que o lado negativo do princípio de unanimidade, que tem dificultado o funcionamento e impedido a ação eficiente do Conselho de Segurança. É esse veto invisível que impede a passagem de



algumas resoluções ou – o que é muito mais freqüente – impede a implementação de resoluções porventura adotadas. E é contra esse veto invisível que devem, agora, dirigir-se os esforços de nações que têm anseios e reivindicações comuns – anseios de paz, de desenvolvimento e também de liberdade. Porque, na luta pela paz e pelo desenvolvimento, o homem não pode comprometer sua liberdade.

Desarmamento

10. No cumprimento do mandato de mediação que lhe foi conferido pela Assembléia Geral, o Brasil, no âmbito do Comitê de Dezoito Nações sobre o Desarmamento, se tem conduzido dentro do mais estrito realismo. O desarmamento – dissemos em Genebra – é um tema central e todos os outros problemas políticos se contêm e se refletem nesse problema, por assim dizer, espectral. Comparada com o desarmamento, qualquer outra questão política, por mais difícil que nos pareça – e citemos, como exemplo, a de Berlim – parece relativamente fácil de resolver-se, porque, em qualquer solução eventual, cada lado teria uma idéia aproximada do que estaria a ganhar ou a perder e, também, porque qualquer solução porventura alcançada poderia não ser final ou definitiva, se se conservassem os meios e a possibilidade de alterá-la. O desarmamento é um problema de poder e, tradicionalmente, os problemas de poder se têm resolvido pela operação do próprio mecanismo do poder. O desafio de Genebra consiste precisamente em resolver este problema de poder através de negociações e por meio de persuasão. Não é tarefa fácil; e um senso elementar de realismo nos leva a admitir que ainda estamos muito longe da conclusão de um tratado de desarmamento geral e completo. No que toca ao texto desse tratado, fomos muito pouco além de alguns parágrafos do preâmbulo. Enquanto isso, somas e recursos enormes, que deveriam ser promessas e sementes de vida, se apresentam como fatores de ameaças e destruição. A presente corrida armamentista, que prossegue em um ritmo insensato, é a principal responsável pela carência de recursos para as grandes tarefas do desenvolvimento econômico. Como se pode seriamente falar no progresso cultural de uma humanidade que não faz senão elaborar e aperfeiçoar os elementos de sua própria destruição? Só é respeitável a técnica que conduz à vida e à liberdade.



11. Os oito países mediadores de Genebra – Birmânia, Brasil, Etiópia, Índia, México, Nigéria, República Árabe Unida e Suécia – detêm uma imensa responsabilidade diplomática, nesta questão do desarmamento. Não atuaram esses países como um *bloco político*, mas como um *grupo diplomático*, que, num mandato de mediação, procura tenazmente ampliar as tênues áreas de acordo entre os dois blocos de potências. Agindo invariavelmente em nome da opinião pública mundial, essas nações contribuíram decisivamente para que a Conferência das Dezoito Nações sobre o Desarmamento pudesse assegurar seu primeiro grande passo positivo: o Tratado de Proscrição de Ensaaios Nucleares na Atmosfera, no Espaço Cósmico e Sob as Águas, concertado recentemente em Moscou. O Brasil sempre defendeu a idéia de que, sem esperar a conclusão de um tratado sobre o desarmamento geral e completo, as potências nucleares deveriam ir formalizando os acordos à medida que se verificassem coincidências de pontos de vista. Por isso, sempre advogamos prioridade para a questão das experiências nucleares, não-disseminação de armas nucleares e prevenção da guerra por acidente. Foi neste contexto que, verificando perdurarem as dificuldades sobre a detecção e verificação dos ensaios subterrâneos, o Brasil endereçou, no dia 25 de julho de 1962, a seguinte pergunta às potências nucleares:

Tem-se dito que é difícil alcançar um tratado de proscrição dos testes nucleares, porque as grandes potências não podem ou não desejam chegar a um acordo no que se refere ao complicado problema do controle, um problema que se baseia na confiança. Contudo, é bem sabido que as divergências e discrepâncias principais se situam nos problemas de detecção e identificação dos testes subterrâneos, já que o controle internacional necessário aos testes atmosféricos e espaciais não parece apresentar tantas e tão insuperáveis dificuldades. Por que, então, não concentrar nossos esforços nessa questão dos testes atmosféricos e espaciais, que são os mais perigosos – real e potencialmente – e aqueles que têm o efeito mais perturbador sobre o cérebro, o corpo e o sistema nervoso? Por que não explorar, ao longo das linhas sugeridas pelo *memorandum* dos oito países, a possibilidade de um



acordo sobre a questão do controle dos testes atmosféricos e espaciais e, ao mesmo tempo, iniciar uma discussão sobre os métodos adequados de detecção e identificação dos testes subterrâneos?

12. Essa pergunta, formulada em 25 de julho e reiterada em 17 de agosto de 1962, encontrou então o silêncio de cada uma das três potências que integravam o Subcomitê de Testes Nucleares da Comissão das Dezoito Nações. Somente no dia 27 de agosto, começaram as grandes potências a mover-se, com a apresentação da proposta conjunta anglo-americana sobre a interdição parcial dos testes nucleares. Menciono aqui esse fato não para ressaltar a contribuição de meu país à causa do desarmamento, mas para assinalar que, no cumprimento de seu mandato de mediação, os oito países de Genebra têm o dever de correr o risco das incompreensões e de críticas muitas vezes suscitadas por motivos táticos momentâneos.

13. Meu país saudou com entusiasmo a assinatura do Tratado Parcial de Moscou e o presidente João Goulart, em mensagem dirigida ao presidente Kennedy e aos primeiros-ministros Krushev e MacMillan, exprimiu a alta apreciação do Brasil pelo espírito construtivo com que os Estados Unidos da América, a URSS e o Reino Unido conduziram suas negociações e entendimentos. Meu governo foi dos primeiros a firmar o tratado e já o submeteu à ratificação do Congresso brasileiro. Para o Brasil, o tratado parcial tem não apenas o grande mérito de afastar imediatamente os efeitos nocivos das contaminações radioativas, como também o valor simbólico de demonstrar que sempre é possível e viável um esforço comum das grandes potências para compor suas divergências. Neste sentido, o Brasil acolheu o tratado parcial como um dos fatos mais auspiciosos, desde 1945, e como ponto de partida para entendimentos ainda mais amplos e criadores. As palavras que acrescentarei não podem, assim, ser interpretadas como indicando falta de entusiasmo em relação ao tratado.

14. Sem querer diminuir o impacto e a alta significação deste tratado parcial, cuja idéia defendemos desde os primeiros dias da Conferência de Genebra, não podemos deixar de lamentar haver sido a reunião de Moscou conduzida fora do âmbito da Conferência das Dezoito Nações sobre Desarmamento. Não encontramos razão lógica e plausível para tal fato, já



que não podemos admitir a possibilidade de que as potências nucleares hajam querido afastar os oito países mediadores da solução de uma questão que eles haviam sido os primeiros a suscitar. Se havia em Genebra um subcomitê de testes nucleares, integrado apenas pelas três potências nucleares – subcomitê que, segundo as regras da conferência, poderia reunir-se em qualquer lugar e com qualquer nível de representação –, por que não quiseram as três potências que a reunião de Moscou fosse caracterizada como uma reunião do subcomitê? Isso teria tido o grande mérito de colocar a matéria dentro do contexto de desarmamento geral e completo e de servir de ponto de partida para todo o trabalho que o comitê há de desenvolver no futuro. A paz e a segurança mundiais não podem mais ser objeto de negociações exclusivas de um diretório de grandes potências, por maiores e mais poderosas que sejam. A um perigo comum – de morte e destruição – há de corresponder uma responsabilidade comum, e é essa a responsabilidade que os países não-nucleares desejam assumir.

15. Assim como formulamos nossa pergunta em 25 de julho de 1962, o Brasil formula hoje, desta tribuna, as seguintes perguntas às três potências nucleares:

- Quais as dificuldade que nos separam de uma solução definitiva, em relação aos testes subterrâneos?
- Por que não reconhecer que, sobre a questão, os pontos de vista antagônicos estão tão próximos, que qualquer dos lados poderia aceitar o ponto de vista oposto, sem estar, na realidade, fazendo grandes concessões?
- Por que não explorar, de comum acordo, a possibilidade de ampliar, de imediato, a área de acordo alcançada em Moscou, mediante o acréscimo, à área de proibição, de uma faixa de testes subterrâneos acima de um determinado ponto de detectabilidade?

16. O subcomitê de testes nucleares da Comissão das Dezoito Nações sobre Desarmamento poderia, talvez, explorar imediatamente a possibilidade de um tratamento gradual e sucessivo para a questão da proscrição de ensaios subterrâneos. Poder-se-ia, por exemplo, num primeiro estágio – de



execução imediata –, proscrever aquelas experiências subterrâneas que, acima de certo limite, possam ser assinaladas pelos sistemas de verificação de cada uma das partes; proscrever, num segundo estágio – de execução a ser iniciada no prazo máximo de um ano –, aquelas experiências nucleares subterrâneas acima do limite, digamos, de 4.75 ou daquele mais compatível com últimos progressos científicos; num terceiro estágio – de execução a ser iniciada no prazo máximo de dois anos –, proscrever todas as experiências com armas nucleares e em todos os meios. A matéria envolve evidentemente aspectos técnicos e científicos, sujeitos a revisão e alteração nos entendimentos entre as potências nucleares, que certamente dispõem de melhores elementos técnicos de avaliação, dada a sua notória familiaridade com esse tipo de experiência.

17. É claro que, em todos esses casos, é essencial um acordo de vontades entre as potências nucleares, que, entretanto, não podem continuar a ignorar as reiteradas manifestações desta Assembléia Geral. E é possível que encontremos agora, mais uma vez, algumas das incompreensões que anteriormente encontramos.

18. O Brasil – juntamente com a Bolívia, o Chile, o Equador e o México – continuará seus esforços por ver consagrada, em acordo unânime, a desnuclearização da América Latina, fazendo, ao mesmo tempo, ardentes votos por que acordos semelhantes venham a ser consagrados, a fim de cobrirem, o quanto antes, o máximo de superfície do globo. No tocante à desnuclearização da América Latina, minha delegação, que submeteu um item específico à Assembléia Geral, deseja frisar não estar propondo que a América Latina seja declarada desnuclearizada pela Assembléia Geral. O Brasil está propondo, isso sim, que as nações latino-americanas, como nações soberanas, considerem, através dos meios e canais mais apropriados, a conveniência de concluírem um tratado pelo qual se obriguem a não fabricar, armazenar ou experimentar armas nucleares. É este o sentido da proclamação conjunta de 30 de abril, assinada pelos presidentes da Bolívia, Brasil, Chile, Equador e México. Minha delegação manterá, a esse respeito, o mais estreito contato com todas as delegações latino-americanas.

19. Dentro do mesmo espírito, a delegação do Brasil à Comissão do Desarmamento lançou recentemente, em Genebra, a idéia de um tratado



multilateral de não-agressão, que criaria um mecanismo recíproco entre o máximo número de Estados que aderissem ao pacto de não se engajarem em agressão contra nenhum outro, qualquer que fosse a situação geográfica relativa dos mesmos. A imprensa internacional deu relevo justo à iniciativa, que tem a seu favor tantos fundamentos válidos, que esperamos venha a frutificar generosamente. Esta idéia parece extremamente mais razoável e dinâmica do que a idéia, anteriormente aventada, de um simples pacto de não-agressão entre os membros da OTAN e os integrantes do Pacto de Varsóvia. O espírito da Carta é um espírito universal. A paz deve prevalecer entre todos os membros da comunidade das nações e não apenas entre aqueles que se entrincheiram atrás de alianças militares específicas. A idéia de um pacto limitado vincula-se ao antigo esquema Leste-Oeste, que, como dissemos, tende a esmaecer.

20. O Brasil continua favorável a que se institua, no âmbito da Comissão das Dezoito Nações, um comitê técnico incumbido de estudar os problemas de controle, problema sem cuja solução não se poderá caminhar decisivamente no sentido do desarmamento geral e completo. Continuamos a pensar que as discussões políticas não podem permanentemente mover-se num vácuo técnico. Não concebemos desarmamento sem controle.

Desenvolvimento

21. O segundo feixe de considerações que a delegação do Brasil sente indispensável expender relaciona-se com o desenvolvimento econômico e social. O problema do desenvolvimento econômico, pela conjuntura demográfica e econômica mundial, tende a ser, aos nossos olhos, de igual urgência que o do desarmamento, mas com uma diferença básica: enquanto o desarmamento se escalone como um processo que se arrastará no tempo, mas que diluirá sua própria periculosidade na medida em que os passos pacíficos forem sendo conquistados pela humanidade, o desenvolvimento econômico se tornará pressão dia a dia mais insuportável pela estrutura das sociedades humanas, se medidas urgentes destinadas a desencadeá-lo e acelerá-lo não forem tomadas no mais curto lapso de tempo, em ritmo cumulativo. Se somos, hoje em dia, inevitavelmente levados a associar a segurança coletiva à noção de desarmamento geral e completo sob controle



internacional, somos, de outro lado, levados a associar, iniludivelmente, a noção de segurança coletiva a outra segurança: a segurança econômica coletiva.

22. Nas condições atuais, dois terços da humanidade, atravessando uma conjuntura demográfica explosiva, vivem em níveis de mera subsistência, sofrendo em toda a sua extensão os males sociais e econômicos que caracterizam o estágio de subdesenvolvimento. Ao lado desse imenso contingente humano, uma minoria da população mundial – beneficiada pelo aumento cumulativo da produtividade deflagrada pela industrialização – atinge altos níveis de prosperidade econômica e bem-estar social.

23. O elemento-chave para compreensão do problema com que nos defrontamos – nós, comunidade internacional – não é, contudo, a mera existência de grandes desníveis de riqueza entre as nações desenvolvidas e as subdesenvolvidas: é, isto sim, o fato de que esse desequilíbrio vem crescendo e, caso não sejam prontamente corrigidas as tendências hoje prevalentes, continuará a crescer indefinidamente. É dentro desse quadro de dados e previsões sombrias que devemos procurar compreender os esforços dos países subdesenvolvidos para atender aos reclamos de progresso social e justiça econômica de seus povos. Esses reclamos, que correspondem aos anseios mais legítimos das comunidades humanas, não poderão ser reprimidos e, para seu atendimento no mais curto prazo possível, é que devemos conjugar, aos esforços de cada nação subdesenvolvida, os esforços da comunidade internacional como um todo.

24. Embora a luta pelo desenvolvimento tenha de ser travada em várias frentes, cabe às Nações Unidas – pela universalidade de sua vocação e coerentes com a letra e o espírito da organização internacional – desenvolver um papel de excepcional relevância para obter a redenção econômica e social de grande maioria da população do globo, que hoje em dia vive em condições infra-humanas. As atividades das Nações Unidas no campo do desenvolvimento devem, no entender do meu governo, atender a três áreas prioritárias: a industrialização, a mobilização de capital para o desenvolvimento e o comércio internacional.

25. Existe hoje uma convicção unânime de que, sem prejuízo de importância do desenvolvimento econômico integrado, a indústria representa o



setor mais dinâmico da economia dos países subdesenvolvidos e o mais suscetível de assegurar, num tempo historicamente curto, a diversificação e a emancipação econômica desses países. A doutrina clássica da especialização internacional do trabalho, que condenava os chamados países periféricos à posição imutável de fornecedores de produtos primários, já entrou definitivamente em descrédito e foi substituída por uma teoria econômica mais compatível com as realidades do mundo contemporâneo. Concebida, entretanto, numa época em que essa revolução doutrinária ainda não estava inteiramente cristalizada, a família das Nações Unidas durante muito tempo ocupou-se apenas residualmente do setor industrial, dando ênfase quase exclusiva a setores como a agricultura e a saúde pública. É certo que os recursos destinados à industrialização têm crescido nos últimos anos. O ritmo de crescimento é, todavia, mínimo, em confronto com as necessidades dos países subdesenvolvidos e as possibilidades dos países desenvolvidos, como foi indicado pelo comitê de peritos que examinou recentemente as atividades das Nações Unidas no campo da industrialização. Conforme o relatório dos peritos, a atual estrutura institucional nessa matéria é inadequada, devendo ser urgentemente substituída por uma nova estrutura, mais consentânea com as exigências gerais da humanidade por uma industrialização acelerada. O governo brasileiro considera que o estabelecimento de uma agência especializada de desenvolvimento industrial contribuiria decisivamente para atender a essas exigências.

26. A segunda área prioritária é a mobilização de capitais para os países subdesenvolvidos, provenientes dos países desenvolvidos, em que esses capitais são abundantes. Tal mobilização constitui uma das condições essenciais para que aqueles países possam atingir progressivamente níveis de bem estar comparáveis aos dos países desenvolvidos. É indispensável, entretanto, que o fluxo de recursos financeiros seja realmente articulado com as necessidades dos países subdesenvolvidos, tanto do ponto de vista quantitativo – no sentido de que o volume total disponível deve ser proporcional às necessidades de capital – como do ponto de vista qualitativo, o que significa que as condições dos empréstimos devem levar em conta as dificuldades estruturais do balaço de pagamento que caracterizam as economias dos países subdesenvolvidos. A significação dos empréstimos em



condições concessionárias foi convincentemente posta em relevo pelo antigo presidente do Banco Mundial, o senhor Eugenio Black, que asseverou que, se os empréstimos desse tipo não aumentarem ponderavelmente, “o mecanismo do desenvolvimento econômico poderia ficar de tal modo sobrecarregado de dívidas externas que se paralisaria, em meio a projetos incompletos e montanhas de planos rejeitados”. A insuficiência de recursos financeiros internacionais compatíveis com as características dos países subdesenvolvidos poderia compelir esses países à adoção de soluções de emergência, de natureza quase heterodoxa, a fim de evitar a estagnação ou o retrocesso econômico e a inquietação social generalizada.

27. É questão que não padece dúvida que a assistência financeira deve ser liberta de quaisquer possíveis conotações políticas condicionantes, idéia que, aliás, vem sendo alimentada tanto pelos países exportadores quanto pelos países importadores de capitais. É que isso visa a sanear, a um tempo, grande parte da atmosfera política internacional e as arenas políticas nacionais de matéria passível de controvérsia. Devemos reconhecer que rumar nessa direção é tomar o caminho que atende aos anseios de todas as soberanias. Dentre os esforços atualmente em curso para a multilateralização da assistência financeira cumpre realçar os de tipo regional, cujo alcance deveria ser, nessa mesma linha de evolução, multiplicado tanto quanto possível. Sem prejuízo de quaisquer canais ora existentes, seria, por conseqüente, da maior importância que as Nações Unidas dispusessem de um organismo próprio de financiamento, capaz de permitir à organização internacional ingressar no campo da assistência financeira aos países subdesenvolvidos. Foi dentro deste espírito que a delegação do Brasil propugnou e continua a propugnar pelo estabelecimento de um fundo de capital das Nações Unidas, integrado por todos os países membros da ONU e das agências especializadas, equipado para conceder empréstimos suaves e doações diretas, e que fosse administrado de forma a atribuir a todos os países membros igual poder decisório, independentemente de sua capacidade de contribuição. Seria igualmente desejável que uma parcela substancial, senão a totalidade dos recursos liberados com o desarmamento geral e completo, fosse desviado para esse fundo e que, enquanto não se concretiza essa medida, desejada ardentemente pela humanidade inteira,



uma determinada percentagem das despesas militares atualmente em curso fosse posta à disposição do novo organismo. O simples desvio de um por cento das atuais despesas armamentistas representaria uma soma de nada menos de um bilhão e 200 milhões de dólares, o que daria ao fundo de capital das Nações Unidas condições iniciais de viabilidade acima de qualquer expectativa. A nossa única esperança é de que os 120 bilhões de dólares anualmente invertidos em despesas militares nunca venham a ter aplicação bélica. A nossa melhor esperança é que os homens do futuro possam dizer que se tratava de gastos inúteis para fins insensatos. Por que, então, pareceria hoje ousado pedir o sacrifício – ou a salvação – de um por cento dessa loucura para uma obra de redenção social e de desenvolvimento de toda a humanidade?

28. Finalmente, para marcar a presença das Nações Unidas no campo do financiamento internacional e para permitir aos governos dos Estados-membros manter sob revista contínua e sistemática o fluxo total de capitais para os países subdesenvolvidos, a Assembléia Geral poderia considerar a possibilidade de criar um comitê permanente do Conselho Econômico e Social, à semelhança do comitê para o desenvolvimento industrial e outros órgãos subsidiários.

29. A terceira área de prioridade – certamente, nessa altura, a mais importante – é a do comércio internacional, que deve, conseqüentemente, receber atenção especial no contexto das atividades econômico-sociais das Nações Unidas. É um lamentável fato da vida que o comércio internacional tenha, apesar de suas imensas potencialidades, contribuído tão pouco para o desenvolvimento econômico dos países de baixa renda *per capita*, sobretudo nos últimos tempos da história humana. Em certos casos, através de mecanismos de deterioração das relações de troca, o comércio internacional tem atuado até mesmo como fator de empobrecimento relativo dos países subdesenvolvidos e como veículo de agravamento dos desníveis de rendas entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. A Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento, convocada pela Assembléia Geral, vai reunir-se precisamente porque a atual estrutura do comércio internacional não favorece os países subdesenvolvidos e está baseada num conjunto de princípios e regras operacionais que, não raro,



atendem preferentemente aos interesses e peculiaridades dos países industrializados. Essa conferência significa a presença viva das Nações Unidas, com sua ética universalista e sua preocupação com os problemas de desenvolvimento econômico, no campo do comércio internacional, até então quase inteiramente fora de sua alçada. Significa, também, o desejo de modificar as tendências do comércio internacional, que operam num sentido desfavorável aos interesses dos países subdesenvolvidos. Significa, por fim, a decisão política de rever o que precisa ser revisto, de reformular princípios obsoletos, de estabelecer novas regras de comportamento, de criar condições para uma nova divisão internacional do trabalho, baseada na correlação entre comércio e desenvolvimento, e de estabelecer os mecanismos institucionais indispensáveis para implementar as decisões da conferência. Essas expectativas, se frustradas, representarão um dos mais dolorosos malogros da família das Nações Unidas. É essencial que a conferência justifique as legítimas esperanças que nela depositam todos os países subdesenvolvidos, esperanças que não podem deixar de contar com a compreensão daqueles que maior responsabilidade têm no processo de racionalização da vida econômica e social da humanidade: os países desenvolvidos.

30. Ao cabo dessa conferência e como cristalização de um longo processo de debates políticos e de intercâmbio de idéias fecundantes, cre o governo brasileiro que deveria ser proclamada uma declaração para a consecução e manutenção da segurança econômica coletiva. Tal declaração – já pronunciada, em suas grandes linhas, na Declaração Conjunta dos Países em Desenvolvimento, em Genebra – seria um ato político de enorme transcendência, certamente dos mais importantes já realizados sob os auspícios das Nações Unidas, e que poderia ocupar um lugar de relevo ao lado das duas outras declarações de que tanto podemos orgulhar-nos: a Declaração dos Direitos Humanos e a Declaração de Outorga de Independência aos Países e Povos Coloniais. Não se trataria de documento que viesse a dar, pela rigidez ou fluidez de suas fórmulas, soluções ideais para a segurança econômica coletiva. Tratar-se-ia, ao contrário, de propor, em bases claras e objetivas, uma soma de princípios que, a longo prazo, possam servir de metas a serem atingidas pelas Nações Unidas nesse campo.



Tratar-se-ia, por conseguinte, de se achar um terreno de encontro para certas noções fundamentais sobre a vida econômica internacional, noções de que derivem possibilidades de empreendimentos mais fáceis, quando se venham a discutir problemas práticos relacionados com a organização econômica da comunidade internacional. A analogia que melhor se presta para definir esse desiderato é a Declaração dos Direitos Humanos: num corpo sintético de enunciações básicas, atinentes ao mais complexo tema dos temas – o homem – reduzimos, de forma luminosa e perdurável, toda uma programação futura para a construção do homem de amanhã pelo homem de hoje. Não seria possível, destarte, chegarmos a essa declaração outra, que trataria do segundo mais controverso tema do mundo social presente – o das relações econômicas entre as nações?

31. A delegação brasileira, ao advogar essa declaração, não ignora as dificuldades que se antepõem à elaboração desse documento. Tanto mais que não temos em mira uma formulação meramente retórica, em que a concórdância geral em torno de enunciados fluidos viesse a substituir o registro de uma disposição sincera de cooperação internacional, em prol do atendimento das necessidades dos países subdesenvolvidos. De nada nos serviria – e, pelo contrário, só poderia prejudicar-nos – um texto grandiloquente, que não encontrasse eco no cotidiano das relações econômicas internacionais. Para a elaboração desse documento, a conferência contará com acervo valiosíssimo, de natureza doutrinária e intelectual, que a família das Nações Unidas vem acumulando ao longo dos anos, inclusive o anteprojeto de declaração sobre cooperação econômica internacional, ora em exame por um comitê *ad hoc* do Conselho Econômico e Social. Desse complexo acervo de estudos, pesquisas e meditações, surge, naturalmente, em todo o seu alcance e inteireza, o conceito de segurança econômica coletiva. Cumpre-nos codificá-lo em uma declaração que, como afirmação coletiva de fé na racionalidade do processo econômico global, possa nortear efetivamente as ações internacionais em prol da superação do subdesenvolvimento. O voto mais sincero que a delegação do Brasil formula, neste respeito, é o de que possamos, nas festas do Ano Jubilar de 1965 das Nações Unidas, ter já consagrada a declaração para a consecução e manutenção da segurança econômica coletiva.



32. Nesta digressão sobre as tarefas com que se defrontam as Nações Unidas na promoção do desenvolvimento econômico, um ponto creio que emerge com absoluta clareza: o alto estágio do desenvolvimento atingido por um pequeno número de países do mundo não deve, necessariamente, implicar a persistência do subdesenvolvimento dos outros países. É óbvio, pelo contrário, que a segurança econômica e social atingida por alguns está em risco, se essa segurança econômica e social não for atingida por todos. Estamos, com efeito, no limiar da construção de uma nova comunidade internacional, em que a sobrevivência de formas econômicas e socialmente subdesenvolvidas será um risco coletivo. Vivemos um sistema de causas e efeitos recíprocos. Assim como a paz é indivisível – pois a paz implica um nexo de interdependência cuja consolidação requer a cooperação das soberanias –, assim também é indivisível o desenvolvimento econômico e social, condição e expressão dessa paz. Senhor Presidente, não estamos no domínio do sonho, da fantasia ou da abstração; estamos lidando com duras realidades, que exigem pronta e decisiva ação desta assembléia.

Descolonização

33. É possível, sem nenhum exagero, asseverar que a humanidade atingiu a fase final do processo colonial com as cores que o caracterizaram nos cinco últimos séculos. É possível, assim, reconhecer que o processo colonial é um arcaísmo histórico e sociológico, cujos resíduos perdurantes são focos de tensões e atritos políticos no mundo contemporâneo, que podem e devem ser, finalmente, erradicados e liquidados.

34. O que mais sobressai, entretanto, nesse processo global, é que, enquanto não liquidado totalmente, constitui ele, em grande parte, o principal obstáculo ao desenvolvimento das antigas colônias tornadas Estados soberanos: salvo pouquíssimas exceções, tais Estados soberanos tiveram obstáculos enormes ao seu desenvolvimento, em consequência de relações de troca de variada natureza, que viciaram os meios econômicos de que podiam dispor as antigas colônias – seu estatuto econômico perdurou como semicolonial.

35. A liquidação e erradicação do arcaísmo histórico e sociológico do colonialismo é, por conseguinte, processo que representa medida de alto



interesse defensivo das economias de todas as antigas colônias, quaisquer que sejam as fases de sua libertação política e quaisquer que sejam os continentes em que se localizem.

36. Pode-se dizer que, hoje, é ponto pacífico que a descolonização total é, essencialmente, a finalidade por atingir, no mundo inteiro, em matéria de territórios e povos a quaisquer títulos dependentes. Isso, no contexto das Nações Unidas, deriva não só de um elemento quantitativo – a predominância eleitoral dos novos Estados –, mas também de um fator qualitativo, a saber: as teses anticoloniais têm todos os fundamentos – éticos, econômicos, demográficos, sociais, políticos – a seu favor. Somente razões de relações de potência e de poder podem coonestar diferimentos e postergações, pois que as chamadas alegações “técnicas” – desenvolvimento cultural, capacidade de autogoverno, viabilidade “nacional”, despreparo de quadros dirigentes e afins – militam, de fato, contra as teses colonialistas: o que não foi feito ao longo dos decênios passados dificilmente o seria em poucos anos por vir, pois o que não foi feito deriva da vocação de não fazer, no que respeita intrinsecamente ao problema colonial.

Desde, pelo menos, a VIII sessão (1953) da Assembléia Geral e em movimento cumulativo crescente, cuja preparação teórica em grande parte se deveu à ação das delegações latino-americanas, até a XV sessão (1960) da Assembléia Geral – ano da África nas Nações Unidas –, a descolonização teve passos ponderáveis a cada ano, em consonância com movimento que vinha já do fragor da última grande guerra – em que as populações dos territórios dependentes, na África e na Ásia, desempenharam papel relevantíssimo, ainda hoje insuficientemente ressaltado –, adquirindo, destarte, uma vocação de independência nacional que, a ser sofreada, poria em risco muito cedo a precária paz do mundo. No quadro das Nações Unidas, no ano de 1960, quando foi aprovada a Resolução 1.514 (XV), com a Declaração de Outorga da Independência aos Países e Povos Coloniais, a organização entrou a declinar na sua consagração de autodeterminações e independências, pois a liquidação do colonialismo, enquanto verbalmente estipulada como imediata na declaração em causa, esbarrava com dificuldades já antes pressentidas por certos observadores, mas ainda não “oficialmente” denunciadas nos debates da organização.



37. O Brasil reconhece que os elementos residuais de colonialismo oferecem resistência e exigirão, por algum tempo ainda, esforços e sabedoria coletivos concentrados. A ação descolonizadora poderá, entretanto, no quadro da Carta das Nações Unidas e das resoluções aprovadas pela Assembléia Geral, consumir-se pacificamente. O Comitê dos 24 para a Descolonização tem atuado de maneira que merece o apoio da grande maioria das Nações Unidas. As potências que detiveram, no passado, um império colonial compreenderam todas, quase sem exceção, as vozes dos novos tempos. Os pontos de estrangulamento desse processo, que subsistem, exigem, por isso mesmo, cuidados multiplicados da organização internacional, para que possamos conseguir seu desenlace racional e pacífico. É, por conseguinte, momento oportuno para que o Comitê dos 24, ao reencetar seus trabalhos, passe em revista sistemática cada continente de per si, não omitindo o continente americano e os seus territórios dependentes de potências extracontinentais. Enquanto subsistir um território dependente, aí haverá um foco de desentendimentos internacionais, num tipo de relação internacional superado e anacrônico. Essa é a lição dos tempos.

38. Para o Brasil, a luta pela descolonização abrange todos os aspectos da luta secular pela liberdade e pelos direitos humanos. O Brasil é contra toda forma de colonialismo: político, econômico ou policial. Por esse motivo, o Brasil vê com extremo cuidado a emergência de formas sucedâneas do colonialismo político, formas já consagradas sob a expressão de neocolonialismo. Será, assim, de desejar que os mesmos órgãos das Nações Unidas que ora cuidam da descolonização dentro das Nações Unidas principiemos a voltar as suas vistas para esse novo fenômeno do mundo moderno – cuja periculosidade me dispense de ressaltar.

Fortalecimento das Nações Unidas

39. As Nações Unidas seriam um malogro a mais e o mais doloroso, na longa história de esperança da raça humana, e trairiam sua razão de ser e sua destinação, se não enfrentassem, com a determinação e a urgência que os tempos presentes requerem, esses três feixes de problemas internacionais: o *Desarmamento*, o *Desenvolvimento* e a *Descolonização*.



40. Entretanto, na medida em que vamos avançando na realização desses objetivos, reconhecemos a necessidade inadiável de fortalecermos, paralelamente, a organização internacional, para que esta se adapte aos desafios propostos por suas próprias obrigações e deveres. A essa tarefa de renovação, não tem faltado a compreensão, a assistência, o impulso criador de nosso secretário-geral. É da mais elementar justiça assinalar o quanto esta organização deve a U Thant e quão felizes somos de ter, na direção do secretariado, um homem eminente, cujas qualidades de pensamento e ação são complementadas por uma compreensão exata do que devem ser as Nações Unidas neste mundo de perigo nuclear e subdesenvolvimento, de grandes desafios e grandes perspectivas.

41. O saldo positivo da organização internacional é incontestável – qualquer que seja a dose de ceticismo usada na sua avaliação. A verificação dessa realidade, entretanto, não basta por si só. É que o processo e o tempo da história se aceleram e, com eles, a urgência das necessidades coletivas. Representativa das pressões dessas necessidades coletivas, é mister que a organização internacional, como instrumento próprio para aferi-las, não as deixe atingir o ponto crítico explosivo.

42. É, assim, urgente vitalizar cada dia mais a organização internacional: primeiro, indagando sobre o que deveria ter sido feito e não o foi; depois, indagando sobre o que parece dever ser feito.

43. Daí o cabimento de certas questões, à luz do próprio texto da Carta. Por que tantos artigos da Carta jamais receberam aplicação? Por que, por exemplo, não floresceu a implementação do seu artigo 66? Por que não se institucionalizou o artigo 43, em conexão com os artigos 45, 46 e 47? Por que não se avançou na linha preconizada pelos artigos 57 e 63, e não se reconheceu que, malgrado as despesas que implicasse, teria havido vantagens consideráveis na estrutura orgânica das agências especializadas existentes com as que cumpre serem criadas, na razão dos altos interesses coletivos? Por que, de outro lado, não nos esforçamos pela final caducidade dos capítulos XI, XII e XIII da Carta, realizando-lhes *in toto* os objetivos explícitos?

44. Não há por que silenciar as razões por trás desses impedimentos. A Carta – apesar dos enormes méritos que lhe deram a forma do mais alto



instrumento diplomático até hoje lavrado pela humanidade –, guarda os estigmas do impacto sob que nasceu, a saber, a herança da II Grande Guerra. E, por isso, ficou marcada pela conjuntura, como instrumento de paz entre os grandes, como saldo das lutas terminadas em 1945. De modo que a sua verdadeira finalidade – que é a da instauração de um mundo de paz desarmada, na base da justiça universal –, a sua verdadeira finalidade ficou comprometida por certos vícios de origem, vícios talvez inevitáveis no seu tempo, mas que já hoje merecem ser sanados ou superados. Que dizer, por exemplo, do artigo 107 da Carta, nesta altura dos tempos?

45. A implementação efetiva da Carta esbarra no diretório efetivo exercido pelos grandes. A ação destes, entretanto, seria positiva, se se circunscrevesse aos limites reais e literais da própria Carta. Hoje sentimos, todos, a urgência da atualização e adaptação da Carta às condições do mundo presente – na linha, aliás, preconizada pelos próprios artigos 108 e 109 da Carta. Entretanto, reivindicações absolutamente justas, como o aumento imediato do número de membros do Conselho de Segurança e do Conselho Econômico e Social; a criação eventual de novos conselhos e fortalecimento do Conselho de Segurança; a instrumentação da capacidade de operações efetivas de manutenção da paz, objetivos desejados pela larguíssima maioria dos Estados-membros, esbarram no diretório das grandes potências, que insistem em condicionar a ação das Nações Unidas a um jogo maniqueísta de política de poder ou a soluções políticas específicas em uma questão determinada.

46. Criou-se, assim, o círculo vicioso em que se debate a revisão da Carta e, mesmo, a possibilidade de exercer-se a presença efetiva das Nações Unidas nos mais importantes atos diplomáticos contemporâneos. Pois, não é verdade que o Acordo de Proscrição, recém-concertado em Moscou, o foi fora do quadro das Nações Unidas?

Senhor Presidente, Senhores Delegados,

47. Não há dúvida de que, se o círculo vicioso não for superado e o veto invisível não for vencido, com a boa-vontade inclusive das grandes potências, a Carta, de vocação dinâmica, tenderá a imobilizar-se. É necessário que todas as potências, todos os Estados-membros, todos os Estados não-membros – mas aspirantes ao ingresso nas Nações Unidas – que todos, em



suma, se compenetrem daquilo que alegam sempre ter: realismo político. É necessário que possamos derrubar todas as barreiras que se opõem ao progresso e à liberdade humana. Porque, em nosso caminho para o progresso, não pretendemos abdicar da liberdade.

48. As coordenadas fundamentais, a nosso ver, para essa tarefa importante de vitalizar a Carta, podem ser esboçadas nos seguintes fatos:

- 1) O conceito de segurança está hoje indissolúvelmente ligado ao conceito de paz: sem paz, não haverá segurança para nação alguma, por maior que seja o número de armas nucleares que haja estocado e por maior número de experiências que haja realizado. Por isso, o conceito de segurança é realmente coletivo e condicionado ao da paz desarmada coletiva. A Carta, que se baseou numa concepção de segurança absoluta de cada país de per si, tem de refletir a nova realidade termonuclear.
- 2) Os conceitos econômicos – que quase não apareciam no Pacto da Liga das Nações, pois este tinha só uma alínea (a alínea e do artigo 23), que se referia à “liberdade de comunicação e trânsito e tratamento eqüitativo para o comércio internacional” – aparecem na Carta num nível, ainda assim, de extrema generalidade, mas já representam um passo à frente no sentido do reconhecimento de responsabilidade internacional na promoção do desenvolvimento econômico. O mundo de hoje, com suas urgências, necessita, porém, muito mais do que essas generalizações extremas. Os esforços nos últimos anos, feitos para objetivar a responsabilidade internacional têm de ser concretizados nesta organização internacional, que necessita de uma Carta e de suas nações unidas, que expressem decididamente as exigências de um mundo que, para sobreviver, tem de dinamizar-se.
- 3) O conceito de libertação colonial e autodeterminação dos povos, inscrito na Carta, é uma realidade hoje de tal modo indisputável, que sua implementação prática tem de ser precipitada. O processo de implementação criou a realidade da organização internacional de hoje em dia, cuja Carta, aceita pelos 51 Estados-membros fundadores, é a que se impõe a 60 novos membros, os quais ainda não puderam dar-lhe os novos lineamentos exigidos pelas realidades do mundo presente.



Não é possível protelar por mais tempo o pronunciamento dos 60 Estados, admitidos desde 1945, sobre a natureza e o objetivo da organização que hoje integram com grande força criadora. Esta é a consideração que torna imperativa a revisão da Carta, de maneira a adaptá-la às realidades da era nuclear.

49. Na Conferência de São Francisco, quando se estruturou esta organização, foi o Brasil um dos primeiros e mais ardentes defensores do princípio da flexibilidade da Carta, sustentando a tese de que suas provisões deviam ser permanentemente sujeitas a um processo orgânico de revisão. Nesse sentido, a delegação do Brasil apresentou emenda, segundo a qual a Assembléia Geral devia necessariamente examinar o estatuto básico da organização, cada cinco anos, para introduzir-lhe as modificações que a experiência aconselhasse. Depois de citar uma opinião, segundo a qual a revisão, em direito constitucional, é antes questão de experiência que de lógica, minha delegação dizia, então: “As instituições legais, uma vez criadas, adquirem vida própria. Com o tempo, a organização revelará as virtudes e os defeitos de sua estrutura, e indicará os ajustamentos necessários à sua sobrevivência e à consecução da paz e da justiça”. Como se vê, nada existe de novo ou de revolucionário na idéia da revisão da Carta das Nações Unidas. O conceito da necessidade da revisão, como o seu processo, estão previstos na própria Carta. Em última análise, o que exigimos é a aplicação dos dispositivos da Carta.

50. Minha delegação, Senhor Presidente, na forma das idéias ora expendidas sobre várias questões de nossa vida orgânica coletiva, procurará, no correr dos trabalhos que ora encetamos, estar em estreito diálogo com todas as outras delegações dos Estados-membros. Na base dessas consultas e diálogos, a delegação do Brasil reserva-se o direito de, conjunta ou individualmente, apresentar alguns projetos de resolução que possam dar corpo a essas idéias, ligadas a uma nova conceituação das Nações Unidas – as Nações Unidas de 1963. Não é em vão, repito, que se vivem 18 anos de história. E de história na era nuclear. *Desarmamento, Desenvolvimento e Descolonização* são as únicas alternativas à morte, à fome e à escravidão. Porque, em tudo e acima de tudo, o essencial é assegurar a liberdade humana. O homem nada terá obtido de definitivo, se tiver perdi-



do sua liberdade: liberdade de viver, de pensar e de agir. Pelo progresso e pelo desenvolvimento econômico, meu país fará todos os sacrifícios, mas não fará sacrifícios de liberdade. Nenhuma idéia será aceitável para nós, se trazer consigo a supressão da liberdade humana. Como a segurança está hoje vinculada à paz, o conceito de liberdade passa a estar vinculado ao conceito de progresso social e desenvolvimento econômico. O que queremos é dar alguns passos à frente no caminho da liberdade. E devemos caminhar rápido. Porque o tempo se está tornando curto, tanto para as Nações Unidas quanto para a humanidade.





DOCUMENTO 33

Entrevista concedida pelo secretário-geral Boulitreau Fragoso ao *Jornal do Brasil*, em 20 de outubro 1963

Circular n. 4.905, de 29 de outubro de 1963.

EUA devem aproveitar CIES para mudar aliança

Preconizando a necessidade de uma revisão, de parte dos Estados Unidos, em sua política de cooperação econômico-financeira com a América Latina, o embaixador Aguinaldo Boulitreau Fragoso, secretário-geral de Política Exterior do Itamaraty, declarou ao *JB* que a próxima reunião do Conselho Interamericano Econômico e Social da OEA, que terá início no dia 29, em São Paulo, será uma oportunidade para livrar a Aliança para o Progresso da morosidade burocrática de que padece.

Em análise sobre a ação brasileira no campo internacional, exclusiva para o *JB*, o embaixador Boulitreau Fragoso destacou, a propósito da reunião do CIES, que não há dúvida de que os países que irão à conferência, inclusive o Brasil, não desejam sair dela sem haver obtido um mínimo de medidas concretas, no quadro de suas reivindicações dentro da Aliança para o Progresso.

Fora com as delongas

Os relatórios dos ex-presidentes Kubitschek e Lleras Camargo, que constituem, aliás, um dos itens do projeto de agenda a ser submetido à conferência – disse o embaixador –, contêm observações que deverão ser examinadas de imediato, com vistas a modificar alguns mecanismos existentes. Hoje em dia, os processos por demais burocráticos da Aliança retardam a decisão sobre projetos, cuja prioridade muitas vezes não admite delongas.

Como consequência do exame destas críticas e dos outros itens da agenda, tanto se poderá chegar a um novo órgão catalisador – o CID, agência destinada a receber os projetos, processá-los e dar uma solução rápida, dentro de uma dinâmica mais consentânea com as realidades atuais da



América Latina – ou, alternadamente, sem se criarem novos órgãos, mas dando aos que já existem suficiente elasticidade, retirando-lhes as limitações de toda a ordem e permitindo-lhes, em decorrência, chegar aos mesmos objetivos. Uma outra solução poderá vir a ser adotada, mas sempre com base na modificação da estrutura vigente. Isto porque, indubitavelmente, padece de morosidade burocrática a Aliança para o Progresso. Claro está que a próxima reunião do CIES não se limitará à discussão dos citados relatórios. Cada item da agenda, porém, deverá ter em mira a necessidade premente da dinamização de processos e readaptação de estruturas, a fim de se chegar a algo mais do que se tem agora.

Posição dos EUA

Da mesma forma, a posição dos Estados Unidos merece, como também indicam aqueles relatórios, certa revisão. Revisão, aqui, com o sentido de um reexame à luz da experiência adquirida e dos resultados alcançados. De fato, as falhas reveladas e apontadas deverão dar lugar a uma nova atitude, tendente a colocar o mecanismo da aliança realmente a serviço das necessidades mínimas dos países em desenvolvimento da América Latina.

Frisou o diplomata que “se a aliança até agora não correspondeu integralmente à expectativa, há que modificá-la e enquadrá-la em moldes efetivos e realistas, a partir dos quais se poderá, então, chegar a melhores resultados”.

Como vê a política

Definindo a política externa do presidente João Goulart, executada pelo Itamaraty, disse o embaixador Boulitreau Fragozo que busca a mesma ser autêntica e corresponder ao que somos verdadeiramente como povo, como cultura e como expressão econômica e social. Tem como pressuposto básico o interesse nacional.

– No trinômio *Desenvolvimento, Desarmamento e Descolonização*, encontramos sua síntese conceitual. Esses princípios constituem, aliás, variantes das normas fundamentais de nossa tradicional política externa de soberania, liberdade, paz e democracia. Devido aos imperativos da atual



conjuntura mundial, produto de deslocamentos históricos, precipitados pelas duas guerras mundiais e devido a certos fatores operantes no mundo de hoje, que uniram continentes e aproximaram as regiões mais opostas do globo, o Brasil procurou enquadrar sua posição internacional na chave do realismo político. Assim, o imperativo do desenvolvimento varreu qualquer veleidade autárquica e eliminou qualquer tendência à política de blocos, sem discriminações.

Não estamos tolhidos

A solidariedade à tradição ocidental não esgota o conteúdo de nossa política exterior, nem implica hipoteca política ou compromissos que nos tolham a capacidade de escolher. Essa posição realista não significa, de modo algum, abandono de nossa tradicional conduta, mas apenas sua inserção adequada dentro do atual quadro mundial.

Inteiramente devotado à consecução de um objetivo vital – o desenvolvimento –, o governo do presidente Goulart, para não falsear esse escopo, procura assentar nossa posição internacional em bases e linhas de ação cambiantes e flexíveis, que lhe permitam atender às exigências dos diversos fatores de poder, dosando de maneira equilibrada os ingredientes ideológicos, pragmáticos e realistas. Procura, para esse efeito, aproveitar de todas as forças divergentes a contribuição que comunica com a vontade nacional.

Sobrevivência

A versatilidade e a mobilidade constituem formalmente a nota dominante dessa posição e são os instrumentos táticos que melhor se compaginam com uma filosofia política que vê o desenvolvimento como alternativa única para a sobrevivência e a realização de nosso projeto nacional. Sentimo-nos histórica e politicamente maduros para construir nosso destino. Equilibramos a não-intervenção com a solidariedade coletiva, a soberania do Estado com o respeito às decisões emanadas dos organismos internacionais, a solidariedade ao mundo ocidental – a que nos integramos por uma raiz cultural comum – com uma solidariedade instintiva e irrenunciável aos países subdesenvolvidos.



O desejo de desenvolvimento traduz o nosso direito de existir; a descolonização é a reafirmação de nosso anti-racismo e do princípio de autodeterminação, enfim, do direito à liberdade. Esta palavra perdeu seu sentido lírico, matizada que está de tons acentuadamente sociais e coletivos. O desarmamento responde à nossa tradição pacifista, contida, aliás, na Constituição Federal em um admirável artigo que proíbe guerras de conquista ou de agressão.

Interlocutor válido

Que contribuição pode dar o Brasil para um melhor equacionamento dos problemas mundiais mais palpitantes?

– O Brasil desfruta de condições únicas para dar uma contribuição original e positiva, autenticamente sua, no equacionamento dos problemas mundiais. Temos avenidas naturais e comunicação com todos os povos e continentes. Não temos reivindicações territoriais. Temos um passado isento de conotações imperialistas ou colonialistas. Não recolhemos, por outro lado, nenhum legado colonial traumático. Não temos ressentimento. Culturalmente europeus, somos racialmente mestiços.

– O Brasil encontra-se em situação especial para servir de elo, traço de união, ou desempenhar o papel de interlocutor válido entre as grandes potências ocidentais e aqueles povos que desabrocham para a vida internacional. País anticolonialista, anti-racista, convicto da necessidade do desenvolvimento com base na democracia, apoiamos todas as iniciativas tendentes ao progresso das áreas pobres. Isso significa, entretanto, que, se nossos interesses coincidem com os dos países subdesenvolvidos e se nossos objetivos de soerguimento econômico são idênticos, a forma de encará-los e de resolvê-los pode variar exatamente em função dos respectivos graus de amadurecimento democrático.

Nós e a América Latina

Explicando como vê a ação brasileira no quadro latino-americano, disse o sr. Boulitreau Fragoso:



– A América Latina é o nosso âmbito natural. Aqui se desenvolve nossa história e se gera nosso destino. Ela é nossa circunstância, o nosso contorno, o cenário de nossos triunfos e de nossos fracassos. Ela é nossa comunidade histórica, nossa aliança natural, nossa fraternidade. Integrar-nos no mundo através e com a América Latina deve constituir um dos postulados básicos da nossa política.

– Procuramos consolidar relações com os Estados americanos e fortalecer o pan-americanismo progressivamente, escoimando-o da roupagem retórica e convencional e orientando-o ao longo de linhas que respondam às exigências de soerguimento econômico dos países do hemisfério. Procuramos conjugar esforços e canalizá-los através de uma ação diplomática comum nos organismos internacionais.

– Cuidamos de dar à ALALC um impulso vigoroso com vistas à formação de um mercado comum capaz de promover o desenvolvimento de todos os países do hemisfério, através da intensificação do comércio intrazonal.

Illía e o Brasil

O embaixador Boulitreau Fragoso, que assumiu a Secretaria-Geral de Política Exterior há cerca de um mês, era o embaixador brasileiro em Buenos Aires. Com base em sua experiência na chefia da embaixada do Brasil na Argentina, ele diz das perspectivas para as relações Brasil-Argentina, empossado o governo Arturo Illía.

– Todo governo surgido da vontade popular, livremente sufragado nas urnas, é naturalmente acolhido sob uma expectativa de beneplácito geral. Pela vivência que tenho da Argentina, de seus círculos oficiais e das camadas mais representativas de sua opinião pública, altamente politizada e consciente dos problemas nacionais, em particular, e latino-americanos em geral, creio que o governo Illía pode significar a ampliação das zonas de franco entendimento que unem a grande nação vizinha ao Brasil.

– Nota-se, no povo argentino, dos seus grupos mais humildes aos seus estratos dirigentes, uma sincera admiração pelo Brasil, por seus esforços de desenvolvimento, por suas magníficas realizações e pelo alto padrão de



produtividade de seu povo, obtidos sem sacrifício das liberdades republicanas. Dado esse clima psicológico estimulante, que penetra o mais íntimo sentimento popular e que encontra sua reciprocidade na maneira como o brasileiro se sente irmanado ao povo argentino, em face de problemas comuns, entendo que o governo Arturo Illía poderá dar uma grande contribuição para o encaminhamento desses problemas comuns.

Primeiro passo

O primeiro passo da unidade latino-americana reside na cooperação estreita entre os dois países, baseada numa tomada crítica de consciência de sua verdadeira posição no contexto internacional e na consonância de diretrizes para uma ação comum. Sem pretensões hegemônicas, a posição relativa e absoluta, entretanto, dos países do concerto interamericano é de tal ordem e importância, que a simples descoordenação entre suas políticas constitui fator de desarticulação de todo o sistema.

No terreno econômico, é de interesse recíproco aumentar o fluxo das exportações para mercados que constituem mutuamente escoadouros naturais, verdadeiras zonas de reserva para suas jovens indústrias. Importa, assim, vincular estreitamente as duas economias, removendo óbices que têm entorpecido o desenvolvimento das relações comerciais entre os dois países, mantidas em níveis inferiores ao seu grau de evolução e às suas possibilidades potenciais; aumentar e diversificar o volume global do comércio bilateral, com vistas ao fortalecimento das duas economias; concertar uma posição comum, com vistas à próxima Conferência de Comércio e Desenvolvimento da ONU.

Nada de rivalidade

No país platino, como aqui, corporifica-se a consciência de que a rivalidade de rotineira entre o Brasil e a Argentina, compreensível na fase colonial e semicolonial dos dois países, tornou-se um contra-senso oneroso, a partir do momento em que ambos enveredaram pelo desenvolvimento.

O novo governo Illía aumenta as esperanças e a confiança daqueles que vêem, na aproximação entre os dois países, um pressuposto do desenvolvimento de toda a área e, na simples descoordenação de suas políticas,



um fator de desarticulação de todo o sistema latino-americano. Todos temos a lucrar com o desenvolvimento. Todos temos a perder com o subdesenvolvimento.

Por dentro

Que pode fazer o secretário-geral de Política Exterior para dinamizar, no momento, a ação do Itamaraty?

– O secretário-geral tem por função auxiliar o ministro de Estado no planejamento e execução das atividades de natureza política, econômica, cultural e informativa do Ministério das Relações Exteriores.

– O Itamaraty passou por profunda reforma estrutural, visando a colocá-lo em condições de dar pronta resposta às exigências crescentes da nova política exterior e a torná-lo um dispositivo orgânico e flexível, permeável e vigilante, capaz de traduzir em ação diplomática os princípios que informam nossa política. Essa evolução de um conjunto de ilhas burocráticas para um sistema progressivamente integrado, implica, necessariamente, uma fase de reajuste e readaptação em que os defeitos operacionais da máquina antiga não desapareceram de todo e em que as novas condições corretivas não têm ainda plena vigência. É, portanto, uma fase de transição e, por isso mesmo, de certa dificuldade.

Linha de frente

Além de suas atribuições específicas e de direção das áreas que lhe estão direta e verticalmente subordinadas, o secretário-geral entrará em contato com a casa através da Comissão de Coordenação, de que é presidente, sendo através desse organismo que pode fazer sentir sua ação de chefia, com vistas a dar unidade de comando à tarefa dinamizadora do Itamaraty.

Concluindo, aponta o embaixador Aguinaldo Boulitreau Fragoso alguns dos assuntos que estão na linha de frente do seu campo de trabalho, obedecendo ao esquema de prioridade ditado pelo chanceler Araújo Castro: formalização das normas regimentais complementares à lei de 14 de julho de 1961, que reorganizou o Ministério das Relações Exteriores, com especial atenção para a delimitação da competência que deva ser



estabelecida para as divisões geográficas e para as divisões funcionais da Secretaria-Geral de Política Exterior; análise dos recursos orçamentários do ministério, visando à eliminação dos coeficientes de desperdício, a fim de que possam ser tomadas medidas de economia sem prejuízo das atividades essenciais do Itamaraty; visão dos programas do Instituto Rio Branco, tendo em vista a necessidade de profissionalizar a carreira, de modo a que os objetivos e critérios de formação, aperfeiçoamento e especialização dos diplomatas e dos funcionários administrativos melhor correspondam às técnicas da ação diplomática que se impõem hoje; a ativação dos planos de construção do edifício-sede do Ministério do Exterior em Brasília e de transferência harmônica da Secretaria de Estado para o Distrito Federal.

★



DOCUMENTO 34

Discurso do chanceler João Augusto de Araújo Castro na inauguração das sessões de nível técnico da II Reunião Anual Ordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social, em 30 de outubro de 1963
Circular n. 4.908, de 31 de outubro de 1963.

Ao inaugurar os trabalhos em nível técnico da Segunda Reunião do Conselho Interamericano Econômico e Social, desejo expressar, em nome de meu governo, os sinceros votos de boas vindas ao Brasil a todas as delegações aqui presentes, pelo muito que nos honra a oportunidade de ter a cidade de São Paulo como sede deste conclave. Nesta oportunidade, desejo manifestar nosso agradecimento ao governo de São Paulo pela inestimável cooperação e assistência que nos foram proporcionadas.

Não temeria incorrer em exagero ao reafirmar a alta significação dos debates que ora se iniciam. No temário de nossas reuniões – sob as rubricas de planejamento, reformas, comércio exterior, integração regional – estaremos de fato encontrando, em sua real magnitude, a complexidade, a problemática de todo um continente. E não nos move um impulso transitório ou uma preocupação efêmera. Pelo contrário, a medida de nossas responsabilidades é dada por um compromisso histórico – pela certeza de que nos identifica um passado de lutas comuns – e, acima de tudo, pela convicção de que o futuro de nossos povos também constitui uma empreitada comum.

Hoje, já não nos falta a consciência de que, da determinação política que imprimimos agora a cada uma de nossas ações, dependerá substancialmente a forma de evolução futura de nossos povos. O que devemos ter presente, em todos os instantes, é que as legítimas aspirações de bem-estar econômico e justiça social de nossas comunidades já não poderão ser mais postergadas. O processo autêntico de reivindicação de nossas populações, seu desejo de alcançar níveis de vida compatíveis com a dignidade da pessoa humana constituem hoje forças irreprimíveis, atuando no sentido de uma transformação radical de nosso panorama econômico e social. Atender a esses justos reclamos – assegurando às nações da América Latina a



viabilidade de uma revolução pacífica, consentânea com sua arraigada índole democrática – essa, a tarefa histórica que recai sobre a presente geração de dirigentes americanos.

No passado, não desconhecíamos as deficiências sociais e econômicas de nossos países. O pauperismo, a subnutrição, o analfabetismo, a improdutividade, a mortalidade infantil – enfim, todo o cortejo de males que impediam o pleno aproveitamento do potencial humano de nossas comunidades se impuseram sempre como realidade iniludível de nossa história. O que nos faltava, isto sim, era a compreensão unificada de nossa condição, a perspectiva histórica que nos permite hoje visualizar o subdesenvolvimento como processo, como produto da interpenetração de causas e efeitos racionalmente identificáveis.

Ao evoluirmos da concepção estática de pobreza – para cuja explicação éramos erroneamente levados a procurar justificativas fatalistas – atingimos um estágio de consciência de nossos problemas, dentro de uma visão essencialmente dinâmica, em que já sabemos por que agir, onde agir e para que agir.

Daí decorre a verdadeira responsabilidade que nos incumbe na época atual. Já não poderemos justificar nossos erros pela mera ignorância da totalidade do problema. A menos que queiramos renegar a própria racionalidade de nossos instrumentos de análise, teremos de arcar com o ônus de agir pronta e efetivamente para a solução dos problemas que comprometem o futuro mesmo de nossas pátrias. A nosso favor, já possuímos um acervo magnífico de conhecimento técnico das questões específicas que compõem o quadro geral de nossas dificuldades. E é, de fato, uma razão para grande alento o sabermos que, como resultado precípuo da ação de diversos organismos internacionais motivados por essa consciência, contamos atualmente com toda a fundamentação necessária para o equacionamento de nossas decisões.

E, se é preciso agir, deve ser motivo de orgulho e tranqüilidade sabermos que não o faremos de maneira inconseqüente. Definindo os rumos de nosso comportamento futuro, temos hoje a motivação política de uma consciência historicamente amadurecida e o instrumental analítico e técnico para traduzir esta consciência em medidas concretas e eficazes.



Somente neste contexto podemos apreender a real significação das reuniões que ora se iniciam. De fato, como reflexo direto do desconhecimento anterior de nossa verdadeira condição, o sistema interamericano revela uma sensível discrepância entre sua evolução jurídico-política e seu desempenho no campo econômico.

Não que a Carta da Organização dos Estados Americanos tivesse omitido inteiramente o elemento econômico, e prova em contrário é o artigo 26, no qual se consubstancia a necessidade de cooperação mútua na matéria; é a própria existência do Conselho Interamericano Econômico e Social. Mas, é inegável que, particularmente em confronto com o elevado grau de elaboração interamericana das questões de segurança do hemisfério e da coordenação político-jurídica, a cooperação no terreno econômico e social estava praticamente relegada à insignificância.

Nesses 15 anos que nos separam da assinatura da Carta de Bogotá, os problemas de subdesenvolvimento da América Latina se agravaram continuamente. Não que hoje estejamos em pior situação do que em 1948. Todavia, como consequência mesmo dos esforços de desenvolvimento efetuados por todos os nossos países, mais patentes se tornaram as fraquezas da estrutura econômica subjacente e mais urgente se fez a necessidade de corrigi-las.

Em cada nação latino-americana, nesse curto prazo de 15 anos, operou-se uma profunda transformação de vontades e objetivos, a revolução das expectativas crescentes. E mais, formou-se a convicção de que, na esteira desse despertar de expectativas, teria de vir, necessariamente, outra revolução: a revolução de atitude e comportamentos que assegurassem ao homem latino-americano a plena expressão de seu valor.

É evidente que um movimento dessa ordem não poderia ficar confinado aos limites territoriais de cada país e, de fato, transbordou essas fronteiras para se espalhar na esfera continental. A Operação Pan-Americana, iniciativa brasileira, constituiu sem dúvida a primeira manifestação articulada da necessidade de um entrosamento hemisférico na superação do subdesenvolvimento econômico da América Latina. Tal como concebido, este movimento já se fundava sobre a imprescindibilidade de uma ação coordenada de todos os países do continente, em que as responsabilidades indi-



viduais de todas as nações afastassem o espectro do assistencialismo de cunho unilateral.

Como hoje podemos compreender, esta iniciativa serviu como elemento catalisador das preocupações generalizadas que, em etapa seguinte, encontraram expressão em Punta del Este. A Carta então elaborada representou, provocada pela nobre inspiração do presidente Kennedy, indubitavelmente, um significativo progresso conceitual, ao equacionar o papel da cooperação interamericana na consecução do desenvolvimento econômico e social da América Latina, como elemento supletivo dos esforços internos de cada país.

Em seus dois anos de operação, contudo, a Aliança para o Progresso ficou muito aquém de satisfazer as expectativas legitimamente criadas em Punta del Este, a ponto de exigir – por parte de todos aqueles que reconhecem a importância dos propósitos de colaboração econômica continental – esforços sinceros no sentido de reexaminar a totalidade do programa, a fim de corrigir suas deficiências. Com esse espírito, encaramos favoravelmente a decisão – tomada nas reuniões do passado – de encarregar os presidentes Juscelino Kubitschek e Lleras Camargo de estudar a Aliança para o Progresso e sugerir medidas para sua maior efetividade.

É justo, portanto, que os relatórios dos dois grandes estadistas, oferecidos agora à consideração dos países americanos, constituam tarefa de grande relevância no curso de nossos debates, devido mesmo ao valor das análises neles contidas e à transcendência das sugestões aí feitas. Espera o governo brasileiro que, como resultado de nossas discussões, seja possível imprimir ao programa da Aliança para o Progresso o caráter positivo de inovação e eficácia prometida na Declaração aos Povos da América.

Apesar da relevância deste tema, não devemos todavia prejudicar o amplo tratamento das demais matérias que compõem nossa agenda. Assim, é imprescindível que nos debruçemos sobre as tendências recentes do desenvolvimento econômico e social dos países latino-americanos. Na análise que nos compete empreender, estou certo de que não encontraremos qualquer motivo para complacência, pois os raros e auspiciosos elementos positivos da conjuntura do ano que passou são insuficientes para iluminar o quadro sombrio em que se desenrola o desenvolvimento latino-americano.



Dessa análise, em última instância, deverão resultar meditações, providências e diretrizes com respeito ao planejamento e às reformas de base, para só citar nesse momento duas matérias perfeitamente representativas da nova consciência latino-americana. E nunca é demais lembrar que essas duas expressões – planejamento e reformas – hoje inteiramente assimiladas pelo vocabulário político de nossos governos e de nossas massas populares, eram até bem pouco consideradas esdrúxulas no contexto da cooperação econômica interamericana.

Por outro lado, o governo brasileiro empresta grande significação à oportunidade que teremos, já aqui em São Paulo, de discutir os problemas de comércio exterior da América Latina em sua projeção na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. Já não podemos, hoje, pôr em dúvida a íntima correlação entre o comércio internacional – fonte de recursos externos e suplemento das poupanças internas – e o desenvolvimento econômico dos países não-industrializados, particularmente no momento em que empreendem a expansão de sua infra-estrutura e atingem a fase de industrialização. Por outro lado, como o comprovam de maneira inequívoca as estatísticas nacionais e internacionais, é inegável que os problemas de comércio exterior dos países produtores de matérias-primas se vêm agravando de forma persistente nos últimos anos, a ponto de constituírem pontos de estrangulamento em seu processo de emancipação econômica e social. Nesse particular, poderíamos mesmo aliciar a cooperação esclarecida dos Estados Unidos da América, os quais, na sua dupla qualidade de grande produtor e exportador de produtos de base, encontram, muito embora em grau mais atenuado, as mesmas dificuldades de mercado que nós outros, países em processo de desenvolvimento.

Falando recentemente perante o Congresso do Chile, o presidente João Goulart teve a ocasião de referir-se ao processo implacável de deterioração das relações de troca e aos efeitos negativos dos tratamentos discriminatórios aplicados aos produtos latino-americanos, terminando por afirmar:

Os efeitos de todas estas distorções, os reflexos de todos estes desajustamentos são matéria de inquietação para os países latino-americanos. Aí estão, como males crônicos das economias subdesenvolvidas, os



déficits de balanço de pagamentos; aí está a necessidade de recorrer-mos seguidamente às instituições internacionais de crédito e a governos de países desenvolvidos a fim de cobrir estes déficits; aí está a ameaça sempre presente de termos de sacrificar nossos esforços de desenvolvimento pela maior redução das importações.

A identidade de nossos problemas de comércio exterior está, portanto, a exigir uma coordenação maior das políticas comerciais da América Latina, a fim de que possamos apresentar, em todos os foros internacionais, uma posição coesa e efetiva na defesa de nossos interesses. E é exatamente por isso que – quando as Nações Unidas patrocinam o debate internacional sobre toda a problemática das trocas mundiais em função do desenvolvimento econômico – torna-se essencial que a América Latina se una na apresentação coordenada de suas necessidades e reivindicações. Esperamos, por isso, que os debates propiciados pelo tema II de nossa agenda representem um progresso na identificação dos problemas a serem tratados pela futura conferência, capacitando-nos, assim, a contribuir eficazmente para o êxito desse significativo evento internacional.

Finalmente, como capítulo de grande relevância em nossos trabalhos, poderemos mais uma vez aprofundar nossos esforços em prol da integração regional, convictos de que o desenvolvimento econômico da América Latina, conquanto fundamentado no esforço nacional de cada país, só poderá de fato frutificar através da integração de nossas economias. O firme apoio que, desde a primeira hora, demos ao Tratado de Montevideu e à Associação Latino-Americana de Livre Comércio é a maior prova de nossa determinação de atingir a meta consubstanciada no tema III de nossa agenda.

A transcendência das matérias que haveremos de cuidar – e que me limitei simplesmente a enunciar – é demonstração suficientemente clara da tarefa que nos compete no curso destas reuniões. O governo brasileiro contribuirá, com o máximo empenho, no sentido de que este encontro – que temos a felicidade de ver realizado em território brasileiro – possa inserir-se, como marco positivo, na resposta dos povos americanos ao desafio histórico com que nos defrontamos todos.

★



DOCUMENTO 35

Discurso do presidente João Goulart na inauguração das sessões em nível ministerial da II Reunião do Conselho Interamericano Econômico e Social Circular n. 4.941, de 3 de dezembro de 1963.

É para mim motivo de grande satisfação inaugurar esta reunião,¹ em nível ministerial, do Conselho Interamericano Econômico e Social. Com os meus agradecimentos, desejo dar boas vindas aos senhores ministros de Estado do continente americano, aqui reunidos, e aos demais dignos membros das delegações que nos honram com sua presença.

No curso das duas últimas semanas, os técnicos de nossos países examinaram, com dedicação e com eficiência, cada um dos importantes temas que compõem a agenda destas reuniões. Ao cumprimentá-los pelo trabalho que realizaram, faço votos por que seja possível aos senhores ministros de Estado, ao fim dos debates que ora se iniciam, alcançar aquelas decisões realmente compatíveis com a gravidade do momento presente e com a grandeza de nossos objetivos históricos.

Ao dirigir-me a esta assembléia, de onde falo ao Brasil e às Américas, não poderia deixar de assinalar o significado de nos reunirmos na cidade de São Paulo. Na verdade, para o dirigente de um país que luta pela emancipação social de seu povo e pela superação do atraso econômico, São Paulo constitui o testemunho vivo da capacidade latino-americana para assegurar um futuro digno a suas populações, arrancando-as do pauperismo que, até bem pouco, poderia parecer-nos um destino irremediável. A pujança deste centro industrial, contudo, é a afirmação do que desejamos para o Brasil e para a América Latina. Mais ainda: São Paulo é a certeza do que podemos e vamos obter para nossos povos.

São Paulo, todavia, não é uma exceção no panorama de esforços e realizações que marcam o despertar da América Latina. Em cada um de nossos países podemos encontrar expressões igualmente autênticas e re-

¹ N.E. – O discurso anexo à circular não tem data. As reuniões em nível ministerial aconteceram em São Paulo, de 11 a 16 de novembro de 1963, o que permite situá-lo na primeira data.



presentativas de uma mesma vontade nacional dirigida à redenção do homem latino-americano. Esta vontade irreprimível, assentada que está no próprio sentimento do povo, é a maior garantia de que não nos deterá nenhum obstáculo na marcha para o progresso e para a emancipação. E este vigor, nascido do povo, a ele reverterá na forma de condições de vida verdadeiramente compatíveis com os ideais de bem-estar econômico e justiça social, que tantas e tantas vezes reafirmamos, mas que não chegamos ainda a concretizar.

Para essa arrancada, para atender aos reclamos legítimos de nossos homens do campo e da cidade, as palavras não poderão servir para esconder a inação e a imprevidência. Cada frase nossa deve corresponder a uma ação e cada declaração a um feito, se é que desejamos realmente que nossos povos continuem a nos ouvir.

Neste momento de nossa história, é absolutamente essencial que a América Latina tenha a mais objetiva, a mais apurada consciência da identidade de suas fraquezas e insuficiências, de seus males sociais e econômicos. Se nos compenetrarmos desta identidade fundamental, saberemos identificar, em toda a sua amplitude, a comunhão de nossos interesses.

Enfraquecidos, imobilizados e divididos, éramos de fato incapazes de nos unir em torno de reivindicações comuns. Mas hoje, já não podemos tolerar que a América Latina permaneça um arquipélago de nações, implacavelmente separadas pelo mar de frustrações de nossas próprias dificuldades.

Debilitados, recorriamos à introspecção, aos projetos solitários de um progresso romântico. Buscávamos refúgio nas manifestações isoladas de rebeldia contra a realidade implacável que nos sufocava.

Hoje, já possuímos a certeza de nossas possibilidades. Já definimos claramente nossos propósitos, quando aceitamos o desafio de nosso tempo. Hoje, já não podemos pagar o preço do desconhecimento mútuo e da falta de coordenação de nossos esforços. Hoje, e cada vez mais, a América Latina deve apresentar ao mundo uma face unificada, uma frente sólida e coesa, na defesa coletiva de interesses comuns.

As energias que cada uma de nossas nações possa retirar desta comunhão vão refletir-se certamente em nossas atitudes externas, mas se farão sentir, com igual intensidade, em nosso próprio comportamento nacional.



De fato, nosso problema básico é o mesmo: como realizar as reformas estruturais exigidas pelo desenvolvimento social e econômico de nossos países, sem fraudarmos o patrimônio de conquistas democráticas dos direitos humanos.

Em cada um de nossos países, neste exato instante, vivemos o mesmo problema de romper uma estrutura agrária manifestamente arcaica, em que as barreiras do feudalismo e dos privilégios insuportáveis sufocam nossos esforços pelo desenvolvimento, pela industrialização e a diversificação econômica. A nós cabe superar a contradição dessa realidade, exposta na coexistência de um centro industrial das dimensões de São Paulo com um regime de terras comprometido pelo latifúndio improdutivo e desumano.

O governo do Brasil não se preocupa em ocultar este fato, porque assume a inteira responsabilidade de transformar as atuais estruturas, levando ao trabalhador rural – até agora à margem do progresso nacional – a certeza de que encontrará, no esforço honesto, sua própria redenção. Se assumimos um compromisso indeclinável em prol das reformas de base, é porque estamos plenamente conscientes do papel que nos cabe na emancipação de nossas populações.

Estou certo de que a América Latina saberá encontrar as soluções definitivas para todos os seus complexos problemas estruturais, sem violentar a sua verdadeira vocação democrática. Percorreremos, todos, áspetros caminhos, cada país atendendo às suas particularidades nacionais, cada qual guardando sua própria configuração histórica. Mas, também nesses esforços internos – e aí retomo minha afirmação anterior –, a América Latina se beneficiará da consciência de sua identificação regional. A experiência de cada um de nós servirá aos outros: os êxitos de cada um de nossos países serão incentivos para os demais. E nesse processo mútuo, iremos concretizar o ideal de uma América Latina forte e una.

Diante de nós se abre a grande estrada da integração continental, capaz de ampliar nossos horizontes econômicos, libertando-os das limitações de nossas fronteiras geográficas. Na perspectiva de um mercado de duzentos milhões de latino-americanos, já temos condições de antever o pleno aproveitamento do potencial humano e físico de nossas pátrias. Aqui também não disporemos de soluções fáceis, de atalhos ou de fórmulas miraculosas.



A Associação Latino-Americana de Livre Comércio e a Sociedade de Integração Econômica Centro-Americana apontam o caminho mais efetivo para a concretização final dos propósitos de integração regional. Apesar de sua breve existência, esses dois organismos já encerram um inestimável acervo de experiências e realizações, agindo efetivamente em prol da superação dos inevitáveis e complexos óbices que se antepõem ao entendimento mais íntimo de nossas economias. O Brasil, que desde a primeira hora deu seu total apoio ao Tratado de Montevideu, prosseguirá contribuindo para a consolidação da ALALC, cômico de que o objetivo último de integração da América Latina será o marco decisivo do desenvolvimento de nossos países.

Mas, nem mesmo a integração latino-americana pode ser considerada como solução definitiva para nossos problemas. Do mesmo modo que não buscamos internamente o desenvolvimento autárquico, não poderíamos desejar que a América Latina se voltasse para dentro de si mesma, desprezando suas imensas potencialidades de comércio. Pelo contrário, estamos convencidos de que o comércio exterior é elemento essencial para a continuidade e a aceleração de nosso processo de desenvolvimento.

Todavia – e aí se coloca um dos problemas mais agudos da América Latina – não é tolerável que o comércio exterior, ao invés de desempenhar seu papel legítimo de instrumento para o desenvolvimento, continue a representar uma sangria constante para nossas economias. Não buscamos no comércio exterior novas cargas para perpetuar nossa miséria, mas sim recursos para conquistarmos novas etapas de progresso.

As estatísticas aí estão, contudo, a demonstrar que, no curso de todo o decênio anterior, os países produtores de bens primários foram sendo implacavelmente forçados a uma participação cada vez menor no comércio internacional. Volumes maiores de exportação nos traziam rendimentos cada vez menores, à medida que os preços internacionais se aviltavam. E nos mercados de países altamente industrializados, encontrávamos barreiras intransponíveis a reprimir a demanda desses produtos, a impedir a plena expansão do seu comércio e de seu consumo.

E tudo isso ocorreu e ocorre dentro de um sistema em que, dia a dia, maiores e mais prementes se tornam nossas necessidades de importação,



quando a nossa capacidade de importar equipamentos e matérias-primas industriais condiciona o próprio ritmo de nosso desenvolvimento.

A resultante final poderia parecer uma triste fatalidade latino-americana: necessidades incompressíveis de importação, combinadas com receitas decrescentes de exportação, tornam-se responsáveis, em grande parte, pelo processo inflacionário destruidor dos valores do trabalho nacional, o agravamento de nosso déficit no balanço de pagamentos, ameaçando a própria liquidez internacional do país, levando-nos a negociar empréstimos ou recomposições de dívidas em condições que não atendem aos interesses do nosso povo.

Ao longo de todo este processo – não precisaria acrescentar – a maior ameaça é aquela que paira sobre nossos próprios esforços de emancipação nacional, de libertação econômica e de justiça social.

Esta situação não pode continuar, pois que está destruindo nossos países na voragem desse círculo vicioso. Nem nos podem interessar soluções paliativas ou falsas concessões superficiais: nosso objetivo final deve ser a total reversão das tendências que nos vêm prejudicando por anos a fio; nosso objetivo deve ser a implantação de uma nova divisão internacional do trabalho, com novos padrões de produção e comércio; nosso objetivo deve ser a obtenção de preços justos e remuneradores para nossas exportações de bens primários e a eliminação dos obstáculos e práticas discriminatórias que dificultam seu acesso aos mercados de países industrializados; nosso objetivo deve ser a expansão de nossas exportações de manufaturas e semimanufaturas, de modo a que ingressemos no setor verdadeiramente dinâmico do comércio internacional.

Em março vindouro, as Nações Unidas farão realizar a Conferência Internacional de Comércio e Desenvolvimento. O Brasil comparecerá a Genebra com o propósito de debater, a fundo, todos esses problemas com que nos defrontamos no campo das trocas mundiais. No momento em que as Nações Unidas voltam a ingressar no terreno capital das trocas mundiais, é absolutamente imprescindível que a América Latina esteja preparada para apresentar conjuntamente seus pontos de vista, lutando lado a lado por seus interesses mais altos e duradouros. E não nos devemos iludir: a próxima conferência nada mais é que um primeiro passo, conquanto impor-



tante, de um esforço que deveremos estar prontos a manter no futuro, em todos os foros que nos são abertos, em todas as oportunidades que nós mesmos devemos procurar. A grandeza da tarefa que temos diante de nós e seu significado para a consecução de nossos objetivos comuns de desenvolvimento justificam o empenho com que nos devemos lançar à revisão das bases atuais do comércio internacional.

Senhor Presidente, ninguém duvida que estamos hoje atravessando uma fase difícil da história de nossos povos. A América Latina, ao ter plena consciência de suas necessidades, luta por assumir a posição que lhe cabe no quadro das relações mundiais, em lugar compatível com sua potencialidade econômica e sua elevada tradição cultural. Sabemos todos que, para tanto, teremos de transformar em realidade os ideais de bem-estar econômico e justiça social que inspiram nosso pensamento político.

Que desta reunião possa sair uma expressão da “Aliança para o Progresso” realmente consentânea com os nobres ideais que inspiram a “Carta de Punta del Este”.

Auguro, pois, Senhor Presidente, o maior êxito aos trabalhos da Segunda Reunião Anual, em nível ministerial, do Conselho Interamericano Econômico e Social.





DOCUMENTO 36

Projetos de explicação de voto brasileiro sobre a questão dos territórios portugueses

Telegrama, expedido de Nova York, em 21 de novembro de 1963.

Da missão do Brasil junto às Nações Unidas – Nova York

Em /21/21/XI/63

XVIII Assembléia Geral. Territórios portugueses.

CONFIDENCIAL URGENTE

676 – QUINTA-FEIRA – 14H00 – Agradeceria comunicar, imediatamente, ao senhor ministro de Estado. De acordo com as instruções telefônicas, remeto dois projetos de explicação de voto sobre a questão dos territórios portugueses: 1) “A delegação do Brasil nota que a questão continua sob a consideração do Conselho de Segurança, que ainda não se pronunciou sobre o relatório do secretário-geral. Como membro do Conselho de Segurança, o Brasil acha de seu dever não antecipar-se às decisões que, eventualmente, venham a ser tomadas naquele órgão. De outro lado, tendo em vista disposto artigo 12 da Carta das Nações Unidas, que pede à Assembléia Geral não atuar quanto a questão que já esteja na agenda do Conselho de Segurança, o Brasil crê que, com sua abstenção, exprimiu de forma clara seu desejo de não prejudicar e sua conformidade com o artigo 12 referido”. 2) “O projeto de resolução, que acaba de ser votado, mereceu o voto do Brasil, por ter caráter eminentemente processual, não prejudgando os desdobramentos da questão no Conselho de Segurança, órgão que, de outro lado, já está tratando da questão. Como as resoluções em que se funda o projeto, quer da Assembléia Geral, quer do conselho, mereceram voto favorável do Brasil, ainda que sujeitas em certos casos a reservas que, na devida oportunidade, foram fundamentadas em explicação de voto hábil, o presente voto é consequência dessas posições anteriores”. Agradeceria que Vossa Excelência me mandasse suas instruções, tão pronto quanto possível.



Tenho razões para crer, ademais, que a versão do projeto de resolução, tal como foi remetida pelo meu telegrama 668, será despojada de quaisquer elementos não processuais. Assim, logo que o projeto for oficialmente apresentado, comunicarei as alterações para pedir-lhe novas instruções, se necessárias. CARLOS ALFREDO BERNARDES²



² N.E. – Abaixo da assinatura: “Comunicado ao ministro Calero. Às 18h00 – Em /21/XI/63”.



DOCUMENTO 37

Instruções sobre a posição brasileira na XVIII Assembléia Geral da ONU,
a respeito dos territórios portugueses
Telegrama, de 21 de novembro de 1963.

Para a missão do Brasil junto às Nações Unidas – Nova York
Em/21/XI/63
XVIII Assembléia Geral. Territórios portugueses.

CONDIFENCIAL – URGENTÍSSIMO

491 – QUINTA-FEIRA – 18H45 – Confirmando minha conversação telefônica,
rogo a Vossa Excelência abster-se em relação ao projeto sobre territórios
portugueses. Embora o texto não seja mais forte que o já aprovado no
Conselho de Segurança, uma abstenção do Brasil no momento é recomen-
dável, tendo em vista a possibilidade de nossa futura ação diplomática junto
a Lisboa. Vossa Excelência poderá explicar o voto nos termos de seu tele-
grama n. 676. EXTERIORES

★



DOCUMENTO 38

Esclarecimentos sobre a posição do Brasil na II Reunião do Conselho Interamericano Econômico e Social

Circular n. 4.947, de 9 de dezembro de 1963.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Rio de Janeiro

Segunda Reunião Anual Ordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social. Atuação da delegação do Brasil.

RESERVADO

Às missões diplomáticas na América

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as missões diplomáticas do Brasil na América e, a fim de habilitá-las a desfazer eventuais versões contraditórias ou tendenciosas, porventura veiculadas na imprensa local, sobre a atitude da delegação do Brasil à II Reunião Anual Ordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social, realizada em São Paulo, de 29 de outubro último a 16 de novembro último, tem a honra de prestar-lhes os esclarecimentos que se seguem.

2. Graças à iniciativa da delegação do Brasil em ambas as etapas da reunião, a de nível técnico e a de nível ministerial, foi possível lograr a aprovação de vários projetos de resolução, dentre os quais se destacam o relativo à criação de uma comissão especial de coordenação latino-americana e o referente ao estabelecimento de um fundo interamericano de desenvolvimento da Aliança para o Progresso.

3. É inegável a importância do papel que a Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana (anexo 1) (CECLA) desempenhará no sentido de, proporcionando aos países latino-americanos a possibilidade de adotarem uma posição comum em face dos problemas que serão debatidos durante a próxima Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, lograr reformas essenciais na estrutura do comércio mun-



dial e contribuir para a solução dos graves problemas que vêm retardando seu desenvolvimento econômico e social, dentre os quais se destaca a queda de suas receitas de exportação, conseqüente à deterioração dos termos de seu intercâmbio com os países industrializados.

4. A delegação do Brasil desenvolveu, igualmente, intensa atividade no seio da comissão encarregada do exame dos progressos alcançados e das dificuldades encontradas na realização dos objetivos previstos na Carta de Punta del Este (Aliança para o Progresso).

5. A atuação da representação brasileira mereceu, entretanto, por parte de alguns setores da imprensa nacional e estrangeira, reparos que estão longe de refletir fielmente as verdadeiras preocupações de que se sentiu possuída logo ao início dos trabalhos da comissão, quando, antes mesmo de proceder-se ao exame minucioso da marcha da Aliança para o Progresso, começou a circular um projeto de resolução que prescrevia para o audacioso programa do falecido presidente Kennedy remédio muito menos eficaz do que as medidas sugeridas nos relatórios apresentados sobre o assunto pelos ex-presidentes Alberto Lleras Camargo e Juscelino Kubitschek de Oliveira.

6. A verdade, e dela se compenetrou desde o início a delegação do Brasil, é que nenhuma das delegações ali presentes – inclusive, e sobretudo, a dos Estados Unidos da América – parecia disposta a empreender uma análise aprofundada dos documentos apresentados pelos dois eminentes estadistas. Assim é que nem sequer foi considerado o aspecto mais importante da proposta do senador Kubitschek, qual seja o que dizia respeito à necessidade de aprovação parlamentar do protocolo constitutivo do Comitê Interamericano de Desenvolvimento (anexo 2).

7. O Comitê Interamericano de Desenvolvimento (CID), tal como proposto pelo ex-presidente Kubitschek, seria um órgão não apenas representativo, coordenador e promotor da Aliança para o Progresso, senão, também – e sobretudo –, o verdadeiro executor do programa do presidente Kennedy, com poderes para regulamentar, em cada exercício, a distribuição dos fundos disponíveis e fixar critérios para sua aplicação imparcial no financiamento de planos de desenvolvimento econômico e social, dentro do espírito da Carta de Punta del Este.



8. O principal mérito do projeto do senador Kubitschek, secundado pelo ex-presidente Lleras Camargo, residia, precisamente, na sugestão de que o protocolo constitutivo do CID, uma vez assinado, fosse submetido à sanção parlamentar de cada um dos países signatários. A apreciação pelos congressos latino-americanos, e também pelo norte-americano, do protocolo constitutivo do CID seria, na opinião do governo brasileiro, o meio mais seguro de auscultar-se, através de seus representantes parlamentares, a receptividade da opinião pública continental ao grandioso programa do presidente Kennedy. Por outro lado, a eventual aprovação do protocolo pelos parlamentos latino-americanos e estadunidense viria, implicitamente, dar força obrigatória aos compromissos assumidos em Punta del Este, transformando a “Declaração aos Povos da América” e a Carta de Punta del Este em instrumento jurídico de força contratual para todos os Estados ratificantes.

9. Este era o pensamento do Brasil e neste sentido foram baixadas instruções à delegação que o representou nas reuniões de São Paulo. Confrontada, porém, com a súbita apresentação de um projeto de resolução que, em suas linhas gerais, já parecia contar com o apoio da delegação dos Estados Unidos da América e de maioria significativa dos países latino-americanos, a delegação do Brasil, devidamente autorizada, absteve-se, durante a fase técnica da reunião, de participar dos debates, reservando-se para prestar sua contribuição durante a fase política da conferência, quando os ministros da Economia encetassem o exame do trabalho dos técnicos.

10. A delegação do Brasil foi levada a adotar esta posição estratégica porque estava convencida, desde o início da primeira fase da reunião, de que só mesmo à chegada dos representantes ministeriais se poderia pensar em discutir seriamente a possibilidade de adotar a conferência qualquer medida eficaz, verdadeiramente capaz de dinamizar a aliança.

11. Assim, embora tenha dado sua aprovação ao projeto de resolução que criou o Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso (CIAP) – órgão que (v. anexo 3), além de não possuir qualquer mandato executivo, irá desempenhar várias funções já exercidas por outras entidades existentes no sistema interamericano, como o Comitê dos Nove e o próprio Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES) –, empenhou-se a delegação



do Brasil em ampliar as atribuições do CIAP à luz das recomendações feitas pelos dois ex-presidentes da Colômbia e do Brasil. Assim é que logrou a delegação brasileira incluir, entre as funções e atribuições do CIAP, a de “promover um crescente aperfeiçoamento do processo de multilateralização da Aliança para o Progresso” e, com base nesse dispositivo, fazer passar, por unanimidade, não sem antes ter de vencer tenaz resistência por parte da delegação dos Estados Unidos da América, a Resolução 23-M-23 (anexo 4), que, em sua parte resolutiva, reza:

que o Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso (CIAP), dentro de seis meses de sua constituição, deverá apresentar aos governos dos Estados-membros um estudo sobre um fundo interamericano de desenvolvimento da Aliança para o Progresso e, de acordo com suas conclusões, um projeto para a criação do mesmo.

12. Considera o governo brasileiro que esta foi realmente uma contribuição positiva e construtiva à concretização dos edificantes ideais proclamados em Punta del Este. Sem contar com fundos regulares e permanentes de financiamento e na ausência de uma responsabilidade conjunta multilateral – tanto no que respeita à obtenção, quanto à aplicação de recursos financeiros –, a Aliança para o Progresso não passará de mero rótulo para designar fontes rotineiras de auxílio externo – mananciais caprichosos e aleatórios, que jorram ao sabor de transitórias contingências políticas, tão em dissonância com a grandeza dos ideais formulados em Punta del Este.

Rio de Janeiro, em 9 de dezembro de 1963.

★



DOCUMENTO 39

Declaração de voto do representante do Brasil, embaixador Ilmar Penna Marinho, no Conselho da OEA, sobre a queixa da Venezuela contra Cuba, em 3 de dezembro de 1963

Circular n. 4.953, de 17 de dezembro de 1963.

O Brasil, tanto no sistema interamericano quanto no sistema das Nações Unidas, jamais negou seu voto a um Estado que pede uma investigação, porquanto entende que só mediante amplo conhecimento dos problemas será possível encontrar uma solução adequada e justa para solvê-los. Dentro do sistema interamericano, sempre reconhecemos a qualquer Estado que se sinta atingido por atos de agressão, armada ou não, o direito de invocar o Tratado de Assistência Recíproca, com base em seus artigos correlatos, e pleitear a nomeação de uma comissão de investigação destinada a proporcionar aos órgãos do sistema todos os elementos de julgamento. Assim sendo, a delegação do Brasil votará favoravelmente à convocação do órgão de consulta e à constituição de uma comissão de investigação, solicitadas pelo governo da Venezuela. Releva, porém, a delegação brasileira que o seu voto não se refere ao fundo do problema, nem constitui um préjulgamento das conclusões a que chegará, sobre a matéria, a comissão investigadora. Uma vez conhecido o relatório da comissão de investigação, examinados os fatos alegados, estudados os resultados obtidos e apreciadas as conclusões finais, o Brasil emitirá, então, o seu voto sobre o mérito mesmo do problema. Nosso voto de hoje, portanto, é única e exclusivamente a favor da convocação do órgão de consulta e da constituição de uma comissão investigadora. Por isso, considera a delegação do Brasil que a investigação a ser feita deverá ser a mais ampla possível, abrangendo averiguações, tanto na Venezuela quanto em Cuba, e facilitando-se a este último Estado todas as oportunidades de defesa, para o que a comissão poderá, a nosso ver, pedir licença para ir a Cuba e ouvir, também, a respeito, o governo cubano.

★



DOCUMENTO 40

Entrevista concedida pelo chanceler João Augusto de Araújo Castro ao *Jornal do Brasil*, em 29 de dezembro de 1963
Circular n. 4.965, de 2 de janeiro de 1964.

Para o chanceler, tônica diplomática foi a maturidade

Política externa

O chanceler João Augusto de Araújo Castro, dando um balanço, com exclusividade para o *Jornal do Brasil*, dos resultados e tendências da ação brasileira no campo internacional em 1963, disse que “o habitual inventário de fim de ano encontra o Ministério das Relações Exteriores empenhado em realizar uma política externa que tem a sua tônica na maturidade”.

O Itamaraty está sintonizado com o momento histórico brasileiro. Procurou, no ano que finda, que o seu pensamento traduzisse – e refletisse a sua voz – os anseios de uma nação jovem e vigorosa, despertada para o progresso, segura dos seus objetivos e fortalecida nos embates da luta pelo desenvolvimento.

Identificação

A atuação do Itamaraty – prossegue o chanceler – só se legitima na medida em que é identificada com os interesses da nação. E sua autoridade nos parlamentos mundiais será tanto maior quanto mais consonante com os interesses do país sob a sua orientação. Não existe o Itamaraty senão para defender os interesses permanentes do Brasil, interesses que já conseguimos definir de forma bem clara e que são os da paz, da concórdia, do entendimento entre todos os membros da comunidade das nações e os do progresso para a parcela subdesenvolvida e desprotegida da humanidade.

Inspiram a nossa ação internacional três considerações gerais: afirmação brasileira, vocação universal e fraternidade continental. O Brasil é hoje suficientemente maduro para poder afirmar-se no exterior com posição própria e independente, reconhecendo apenas como limitação os compromissos livremente contraídos. Com essa restrição, o Brasil mantém a posi-



ção mais independente, concebida no sentido de que deve o país conservar sua faculdade de querer e de agir na esfera internacional. A nossa vocação universal nos leva a manter laços diplomáticos e comerciais com todos os povos. Estamos suficientemente amadurecidos para negociar com todos, sem ilusões e sem complacência, mas sem receios ou desconfianças em nós mesmos. Não é possível que, nos dias de hoje, o Brasil se intimide, com medo do que chamaríamos de “más companhias” da vida internacional. Devemos estar sempre abertos ao diálogo, com qualquer interlocutor. Não esquecemos, entretanto, que a América Latina é o nosso espaço diplomático imediato, o nosso âmbito político natural, e, dentro dessa realidade, procuramos incrementar as nossas relações culturais e comerciais com os países do continente e, juntos, encaminhar a solução de problemas comuns.

Tenho tido oportunidade de afirmar que, desde a vigília nuclear de outubro de 1962, a situação mundial modificou-se. A polarização internacional não se apresenta com a nitidez anterior. Embora permaneça o conflito Leste-Oeste e subsistam os problemas que separam o Ocidente do Oriente, a verdade é que se relaxaram as tensões e o panorama internacional se apresenta menos rígido. Os problemas permanecem, mas são menos críticos do que antes do mês de outubro de 1962. Como símbolo do abrandamento das tensões, temos o teletipo vermelho, contato direto entre Washington e Moscou que representa uma nova forma de entendimento entre as duas maiores potências nucleares. Desse modo – o fato pôde ser observado com bastante clareza na Assembléia Geral das Nações Unidas –, tornaram-se menos rígidos os pólos Leste-Oeste e a divisão que presidia as análises anteriores vai esmaecendo consideravelmente. Por consequência, a haste intermediária do neutralismo tornou-se menos sólida e mais inviável. Não existe nenhum país que esteja mediando entre a URSS e os EUA nas grandes questões internacionais.

Assembléia da ONU

Nesse novo contexto, abriu-se a XVIII Assembléia Geral das Nações Unidas, na qual temos atuado intensamente, orientando os nossos esforços para os objetivos consignados no “trinômio D” – *Desarmamento, Desenvolvimento e Descolonização* –, síntese do que nos parece reivindicação



comum de considerável parcela da humanidade, cada vez mais informada com as disparidades do grau de desenvolvimento entre os diferentes países. Esta tese não é mero jogo de palavras. O que procuramos dizer no parlamento mundial é que a luta pelo desarmamento e pelo relaxamento gradual das tensões internacionais identifica-se, hoje, com a própria luta pela sobrevivência da humanidade. A luta pelo desenvolvimento é a luta pela emancipação econômica e pela justiça social. E a luta pela descolonização é a própria luta pela emancipação política, pela liberdade e pelos direitos humanos.

O desarmamento gradual e progressivo, questão que o Brasil sempre encarou com grande realismo, está, inegavelmente, ligado ao problema do desenvolvimento econômico. A liberação progressiva de recursos, ora dirigidos para o esforço armamentista, poderia, evidentemente, proporcionar um fluxo maior de capitais para as ingentes tarefas do desenvolvimento. Nesse sentido, a delegação do Brasil sugeriu, na Assembléia Geral, que como passo inicial, se dedicasse 1% dos cento e vinte bilhões de dólares que anualmente se despendem em armamentos, ou seja, um bilhão e duzentos milhões de dólares, aos programas de desenvolvimento. Pedimos, então, que 1% da loucura humana fosse dirigido para tarefas construtivas e que, progressivamente, se pudesse aumentar essa proporção de modo a que, ao chegar ao total de 10% ou 15%, estivessem praticamente atendidas, embora não definitivamente resolvidas, as necessidades financeiras dos países em desenvolvimento. Saudamos, com entusiasmo, a assinatura do Tratado Parcial de Moscou, que também firmamos e que agora está submetido à apreciação do Congresso Nacional.

Consideramos esse tratado como um dos fatos mais auspiciosos desde 1945 e um ponto de partida para entendimentos mais amplos. Lamentamos, entretanto, que esse acordo tenha sido obtido fora do âmbito da Conferência das Dezoito Nações sobre Desarmamento, pois consideramos que a paz e a segurança mundiais devem deixar de ser objeto de negociações exclusivas das grandes potências, por mais poderosas que sejam. O perigo é comum e a ele corresponde uma responsabilidade comum, responsabilidade que os países não nucleares desejam assumir.

Outro problema de igual urgência é o do desenvolvimento econômico e social. Não podemos ignorar a pressão – dia a dia mais insuportável –



dos países que desejam para seus habitantes níveis de vida mais altos. Se, hoje em dia, associamos a segurança coletiva à noção do desarmamento geral e completo sob controle internacional, somos levados, iniludivelmente, a uma segunda noção de segurança coletiva: à segurança econômica coletiva. Esta é a idéia que o Brasil apresentou na Assembléia Geral das Nações Unidas. O problema não se limita à mera observação do grande desnível de riqueza entre as nações desenvolvidas e subdesenvolvidas. O crescimento contínuo desse desequilíbrio é que nos faz chegar a previsões sombrias, se não forem corrigidas as tendências ora prevalecentes. Entendemos que a luta pelo desenvolvimento deve ser travada em várias frentes; mas que cabe às Nações Unidas um papel excepcional para obter a redenção econômica e social. O Brasil considera decisivo, para atender às exigências de uma industrialização acelerada, o estabelecimento de uma agência especializada das Nações Unidas para o desenvolvimento industrial. Considera, igualmente, da maior relevância que as Nações Unidas disponham de organismos próprios de financiamento – sem prejuízo dos canais ora existentes –, que lhes permitam ingressar no campo da assistência financeira aos países subdesenvolvidos. Com esse espírito, a delegação do Brasil na ONU propugna pelo estabelecimento de um fundo de capitais integrado por todos os países membros e agências especializadas, que seria concebido de modo a oferecer empréstimos suaves e dotações diretas e que seria administrado de forma a atribuir a todos os países membros igual parte decisória, independente da capacidade de contribuição.

Reunião de Genebra

Consideramos da maior importância a Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento que vai rever, em março de 1964, em Genebra, a atual estrutura do comércio internacional e procurar transformá-la, de modo a que não mais dificulte e passe a favorecer o desenvolvimento econômico. Essa conferência representa a presença viva das Nações Unidas e a sua convocação, uma decisão política de rever o que precisa ser revisto, de reformular princípios obsoletos, de estabelecer novas regras de comportamento para atender às reivindicações dos países em desenvolvimento.



O terceiro tema, o da descolonização, procura o Brasil caracterizá-lo de maneira muito ampla, de maneira a que não signifique apenas o fim da opressão colonial, mas de todo tipo de opressão política, econômica ou policial – em última análise, a defesa da liberdade e dos direitos humanos. No processo da descolonização, o Brasil guia-se por um espírito construtivo de gradualismo. Compreendemos que o nosso papel não é estimular revoluções, mas reconhecer os autênticos movimentos anticoloniais e procurar o encaminhamento pacífico e progressivo da autodeterminação. No caso específico dos territórios portugueses na África – Angola, Moçambique, Guiné e Cabo Verde – pronunciamo-nos pela autodeterminação e independência. Deixamos bem claro, contudo, que desejamos uma solução pacífica para esse problema, a ser encontrada com a colaboração de Portugal. Esperamos de Portugal uma ação nova e construtiva e, como já disse em outra oportunidade, colocamos toda a nossa diplomacia a serviço dessa esperança, a serviço de um entendimento entre angolanos, moçambicanos e portugueses, ou entre Portugal e os países africanos.

Podemos assinalar, com satisfação, que algumas iniciativas do Brasil na Assembléia Geral da ONU mereceram o apoio e a aprovação dos demais Estados-membros: assim o projeto de resolução sobre a desnuclearização da América Latina, cuja aprovação representa uma tomada de posição da América Latina no encaminhamento das grandes questões de paz e desarmamento.

Por unanimidade, foi aprovado o projeto de resolução apresentado pela delegação do Brasil pedindo que a questão do sistema internacional das patentes seja examinada pela própria Conferência de Comércio e Desenvolvimento, na base do estudo preparado pelo secretário-geral das Nações Unidas. O nosso objetivo é afastar os obstáculos ao progresso da tecnologia nos países subdesenvolvidos, sugerindo medidas que dêem maior flexibilidade a esse sistema, de modo a evitar o excessivo encargo dos *royalties*. Propusemos, ainda, as seguintes iniciativas, já aprovadas: projeto de resolução que indica como base, para as deliberações da próxima Conferência sobre o Comércio e Desenvolvimento, a declaração conjunta dos países subdesenvolvidos, proposta pelo Brasil e 17 outros países na segunda reunião do comitê preparatório da conferência, realizada em ju-



lho último, em Genebra; criação de uma comissão, junto ao ECOSOC, para tratar do incremento dos investimentos internacionais e supervisionar o fluxo de capitais para os países subdesenvolvidos; continuação dos estudos que o comitê científico da ONU realiza sobre as consequências, atuais e futuras, da radioatividade resultante, sobretudo, dos testes nucleares; criação de novo órgão internacional para promover e acelerar a industrialização dos países subdesenvolvidos; expansão das atividades do fundo especial das Nações Unidas a projetos de investimento direto sobretudo no setor do desenvolvimento industrial e da educação técnica; recomendação à comissão de direitos humanos para que elabore um projeto de convenção internacional contra todas as formas de discriminação racial.

Fora de blocos

Tenho afirmado que o Brasil não *pertence* a blocos, mas *integra* um sistema – o sistema interamericano –, que compreendemos ser instrumento de trabalho em prol da paz e do entendimento entre as nações. Negamos uma concepção do pan-americanismo que se reduz a mera posição retórico-juridicista. Cremos que o pan-americanismo significa muito mais, significa uma atitude de solidariedade diante de problemas comuns e deve transformar-se em elemento dinâmico de renovação. No discurso que pronunciei na reunião em nível técnico do Conselho Interamericano Econômico e Social, procurei ressaltar a responsabilidade que recai sobre a presente geração de dirigentes das Américas no atendimento das aspirações de bem-estar econômico e justiça social dos nossos povos e o despreparo do sistema interamericano para lidar com esses problemas. Considero de grande significado o encontro de São Paulo, no que ofereceu de oportunidade para a meditação e o debate dos problemas da América Latina e o encaminhamento de soluções novas e criadoras para as nossas dificuldades. Os resultados, considero-os amplamente satisfatórios para o Brasil. Se divergências houve nessas reuniões, só as podemos considerar naturais quando se encontram nações maduras, conscientes de seus interesses e resolvidas a defendê-los dentro de um clima de compreensão.

Maturidade e disposição para o diálogo caracterizaram também as nossas relações bilaterais, neste ano. Procuramos manter e incrementar as



nossas relações com os demais países, preocupados unicamente com o interesse nacional, sem nos deixar perturbar por preconceitos de rotulagem política ou desmaios de timidez. Não esperávamos encontrar apenas manifestações cordiais de protocolo. Esperávamos encontrar problemas.

E não será isso de espantar, pois que os problemas constituem o dia-a-dia da vida internacional. Não se pode admitir que uma comunidade de nações livres e soberanas marche uníssona como um pelotão em exercício de ordem unida. As chancelarias existem justamente para, no diálogo, na negociação, encontrar as soluções desses problemas, a composição de interesses. A chancelaria brasileira não se recusa a conversar e discutir sobre quaisquer problemas, com qualquer outra chancelaria. Realizamos um esforço cotidiano, orientado no sentido de aproximação crescente e de melhor entendimento com todos os povos. Nesse esforço, só nos restringem os óbices de natureza orçamentária. Faremos tudo que estiver ao nosso alcance para vitalizar e ampliar as nossas relações políticas, comerciais e culturais com todos os países que se dispuserem ao franco diálogo conosco.

Maturidade

A maturidade com que o Brasil define os seus objetivos e o Itamaraty executa a política externa é de esperar-se que seja correspondida nas análises com que os observadores interpretam, para a opinião pública, a atuação da diplomacia brasileira. Não se pode admitir que radicalizações absurdas comprometam o julgamento de um voto do Brasil, de uma gestão, de uma negociação, da assinatura de um acordo, levando a conclusões fantasiosas de subordinação da nossa diplomacia a interesses distintos daqueles que ela representa: os do Brasil. Na área da política externa, mais do que em qualquer outra, não podemos ficar permanentemente dominados por juízes de branco ou preto, de oito ou oitenta, com oscilações do infravermelho ao ultravioleta. O importante é determinar se, numa questão internacional, o Brasil está exprimindo opinião autêntica, de acordo com os seus interesses.

O essencial é mantermos uma posição de autenticidade, representativa dos interesses brasileiros na presente conjuntura. E que não nos assustemos com possíveis divergências, como as que se manifestaram na recente



reunião do CIES. É óbvio que não podemos ver os problemas da América Latina da mesma maneira por que os vêem os Estados Unidos. Estamos numa fase, ou estágio, de reivindicações. Daqui a 20 ou 30 anos, quando estivermos em franca industrialização, é possível que tenhamos posições e sustentemos pontos de vista semelhantes aos hoje sustentados pelos Estados Unidos da América.

Otimismo

Vejo com grande otimismo a curiosidade crescente que despertam na opinião pública os assuntos da política externa. É salutar para todos nós, que temos esses assuntos como preocupação cotidiana, observar as reações da opinião pública diante do panorama internacional. É o outro diálogo que abrimos e desejamos incentivar e para o qual contamos com a ajuda de toda a imprensa. Os jornais, as estações de rádio e televisão representam papel altamente dinâmico, como meios de levar ao povo informação e esclarecimento sobre a realidade da atuação da diplomacia brasileira, desfazendo eventuais equívocos ou incompreensões, e de trazer para o Itamaraty as certezas, os anseios e as perplexidades desse povo, elementos que nos orientarão e nos auxiliarão ao procurarmos definir os interesses diplomáticos do Brasil. Realizamos no Itamaraty um trabalho de equipe, uma análise profissional dos nossos problemas, com extremo realismo e, também, com certa dose de humildade, mas humildade que não exclui o orgulho de representar um país como o Brasil, que já conta, decisivamente, no encaminhamento dos grandes problemas internacionais – embora esse fato ainda surpreenda bom número de brasileiros.

Manteremos a política externa a serviço dos objetivos e interesses gerais da nação brasileira, fazendo do Itamaraty um instrumento da luta pelo progresso econômico e pelo bem-estar social, dentro dos propósitos de paz e entendimento entre todos os povos. Se a maturidade e diálogo definem a atuação da diplomacia brasileira em 1963, maturidade e diálogo orientarão os nossos esforços no ano que se inicia dentro de alguns dias.





DOCUMENTO 41

Discurso pronunciado pelo chanceler João Augusto de Araújo Castro, em 31 de dezembro de 1963

Circular n. 4.966, de 3 de janeiro de 1964.

Ao agradecer ao senhor secretário-geral as suas palavras, desejo também manifestar a todos os bons amigos e colegas aqui presentes o meu mais sincero reconhecimento por esta reunião, que me sensibilizou profundamente. Vejo nesta iniciativa, antes e acima de tudo, uma expressão do generoso e integral espírito de cooperação com que a casa – desde os seus chefes até os mais jovens funcionários – tem emprestado à minha gestão.

Não desejaria, entretanto, deixar passar esta oportunidade de fim de ano, tão propícia às tomadas e prestação de contas, sem tecer algumas considerações e externar alguns conceitos sobre os problemas que se antepõem à ação, à iniciativa e à imaginação da diplomacia brasileira no futuro imediato.

Podemos olhar com confiança, embora sem complacência, para o trabalho realizado em 1963. Na Assembléia Geral das Nações Unidas, de acordo com as diretrizes traçadas pelo senhor presidente da República, definimos uma posição autêntica e original diante dos problemas da comunidade das nações. Reivindicamos para as pequenas e médias potências o direito de opinar sobre a paz e sobre o desarmamento. Vimos coroadas de êxito algumas iniciativas nossas na questão da supressão de experiências nucleares e no estabelecimento, gradual e progressivo, de zonas desnuclearizadas no planeta. Lutamos contra a incompreensão de muitos, principalmente das grandes potências nucleares, mas tínhamos, nesse processo, a consciência de retomar uma tradição brasileira, de luta pela igualdade jurídica das nações. Em tudo isso, o Itamaraty se conservou fiel às memórias de seu passado, mas não hesitarei em dizer que nos conservamos fiéis, sobretudo, às promessas de nosso futuro como país e como nacionalidade.

O Itamaraty não pode ter senão uma ideologia: a ideologia dos interesses, dos compromissos e das tradições do Brasil. O Itamaraty não é uma academia de direito internacional ou uma sociedade de debates sobre



bizantinismos ideológicos. Não se formula ou se conduz uma política externa de independência e maturidade sem calma, sem reflexão e sem objetividade. E não podemos permitir que problemas externos – sobre os quais nos pronunciaremos, com independência e autoridade, quando formos chamados a fazê-lo, em foros ou conferências internacionais – se transformem em elementos perturbadores de nossa paz ou tranquilidade interna. Novamente, aí se coloca um problema de maturidade.

O Brasil não pode, nem deseja isolar-se do mundo que o circunda, mas insiste em conduzir seu próprio destino de acordo com suas idéias e concepções, seus princípios e seus interesses. E, neste esforço de independência e de maturidade, o Itamaraty, como instituição, não pode omitir-se sob impacto de críticas ou incompreensões momentâneas.

Temos de separar o transitório do permanente, o contingente do necessário. E permanentes para nós são os interesses deste país, que, com todas as suas dificuldades, com todos os seus problemas, é um grande exemplo de trabalho e de energia criadora e uma das grandes esperanças da humanidade.

É com esse espírito e com essa determinação que o Itamaraty, obedecendo à orientação do senhor presidente da República, espera enfrentar os problemas de 1964, que eu peço a Deus seja feliz e próspero para todos os bons amigos e colegas que me rodeiam nesta sala. São todos convocados a continuar a colaborar num trabalho paciente e diuturno pela grandeza e prosperidade do Brasil.





DOCUMENTO 42

Entrevista concedida pelo chanceler João Augusto de Araújo Castro ao *Diário de Notícias*, em 5 de janeiro de 1964
Circular n. 4.968, de 6 de janeiro de 1964.

Brasil verá caso de Cuba com base nas Cartas da OEA e ONU

Falando com exclusividade ao *Diário de Notícias*, sobre a posição do Brasil no caso de Cuba, o chanceler Araújo Castro afirmou que:

– Não há razão para que nos cobrem, desde já, um voto que somente daremos na ocasião própria, quando teremos examinado a situação e definido nossa posição, com reflexão e objetividade, à luz dos compromissos assumidos não apenas na Carta da OEA, mas também na Carta das Nações Unidas.

Após declarar que “o Brasil sempre se declarou contrário a toda política de sanções, expulsão, exclusão ou corte de relações diplomáticas ou comerciais”, lembrou que somos contra a política de “ficar de mal” e, “enquanto os nossos homens se digladiam, URSS e Estados Unidos continuam a negociar”, fazendo ver que “o Itamaraty se recusa a debater a questão em termos ideológicos, ao sabor das anacrônicas radicalizações e polarizações que infelizmente dividem o país”.

Estudo em sigilo

Mais adiante, disse que “o Brasil não pode definir sua posição *in abstracto*, antes de conhecer os termos do Relatório da Comissão de Investigação e antes de conhecer as medidas recomendadas e pleiteadas”. E lembrou que, “desde já, estamos mantendo contatos de chancelaria sobre o problema e apenas, no momento atual, temos de nos ater ao sigilo diplomático, numa questão que interessa à comunidade latino-americana”.



Sem prejuogar

Por outro lado, asseverou o ministro das Relações Exteriores:

– Não desejo prejuogar nem antecipar nossa posição. Não esconderei, entretanto, que na ONU, o Brasil sempre se declarou contrário a toda política de sanções, expulsão, exclusão ou corte de relações diplomáticas ou comerciais. Nossa política externa pressupõe a idéia do diálogo franco e aberto com todos os povos do mundo, quaisquer que sejam seus regimes e suas ideologias. Somos também contra qualquer política sistemática de não-reconhecimento. Lembrarei que, recentemente, reconhecemos os governos de Honduras e República Dominicana. O Brasil lutará sempre para que as questões se resolvam por meios pacíficos e insiste na manutenção do diálogo, porque só o diálogo é capaz de evitar a guerra. E, acima de tudo, é claro que o Brasil não abandonará a defesa dos princípios de não-intervenção e de autodeterminação, sobre os quais se baseia sua política externa. À luz desses princípios e desses antecedentes, será definida a posição brasileira. Resumindo: o Brasil não acredita em isolamento. O Brasil não se afastará de nenhum foro internacional em que possa fazer ouvir sua voz e defender seus pontos de vista. E em sua diplomacia de diálogo e maturidade, o Brasil é contra a política de *ficar de mal*.

Voto na OEA

Continuou o chanceler:

– O Brasil contribuiu com seu voto para a decisão unânime da OEA, favorável à criação de uma comissão de investigação para apurar a queixa da Venezuela contra Cuba. Dei instruções ao embaixador Penna Marinho para votar dessa maneira e assumo integral responsabilidade nesse particular. Nosso voto foi coerente com a posição que sempre adotamos, na ONU e na OEA, em face de quaisquer pedidos de averiguação. Foi essa a posição brasileira quando da apresentação ao Conselho de Segurança da queixa do Senegal, que alegava violação de sua integridade territorial por parte de Portugal. Em nenhum dos casos, prejudgamos – e não o estamos fazendo agora – a procedência da queixa e sempre fomos fiéis ao princípio de que



o ônus da prova pertence a quem alega e não a quem nega. Por isso mesmo, reservamos totalmente nossa posição quanto ao mérito da questão e insistimos por que se desse a Cuba o direito de defesa. Mas, sem quebra de nossos princípios – e foi por amor a nossos princípios que, acertadamente, em Punta del Este, procuramos impedir a exclusão de Cuba da OEA –, não podíamos negar a um Estado-membro o direito de expor seus pontos de vista à OEA. É precisamente a independência de nossa política externa – independência que o Itamaraty preservará em todos os momentos – que exige de nós a maior objetividade no trato de questões internacionais.

Imaturidade

Depois de asseverar que “o Itamaraty se recusa a debater esta questão em termos ideológicos, ao sabor das anacrônicas radicalizações e polarizações que infelizmente ainda dividem o país”, afirmou:

– Vivemos o momento ideológico que outros países viveram há décadas. Como tenho dito, a extrema direita no Brasil está quilômetros à direita do Pentágono e a extrema esquerda está quilômetros à esquerda do Kremlin. Se alguns dos nossos mais extremados ideólogos da esquerda e da direita influenciassem a ação diplomática da URSS ou dos Estados Unidos –, o que, felizmente, não acontece – o mundo há tempos já se teria transformado em um montão de ruínas. E o entendimento Kennedy-Khrushchev, de outubro de 1962, sobre esta mesma questão cubana, teria sido impossível, na vigília da guerra nuclear. Enquanto os nossos homens se digladiam, URSS e Estados Unidos continuam a negociar. A imaturidade e o radicalismo no terreno diplomático conduziriam à poeira nuclear. Alguns de nossos revolucionários ainda estão brandindo um documento de 1848, como se tratasse de um *vient de paraître*, e certos homens de direita *descobriram*, com um século de atraso, as inflexíveis lições de um desgastado liberalismo econômico. Não podemos continuar neste subdesenvolvimento ideológico e, como disse há dias, não podemos permitir que problemas externos – sobre os quais nos pronunciaremos, com independência e autoridade, quando formos chamados a fazê-lo – perturbem a nossa paz e tranquilidade interna.



E concluiu:

– Uma política externa – para ser verdadeiramente independente – tem de ser independente das pressões da imaturidade e do radicalismo”.

★



DOCUMENTO 43

Nota sobre proposta brasileira no Conselho de Segurança da ONU, a respeito de incidentes ocorridos na zona do canal do Panamá, distribuída à imprensa em 11 de janeiro de 1964

Circular n. 4.978, de 13 de janeiro de 1964, às missões diplomáticas na América.

O ministro Araújo Castro transmitiu ontem, às 20h00, ao embaixador Carlos Alfredo Bernardes, instruções para:

- 1) votar a favor da inclusão da queixa do Panamá na agenda do Conselho de Segurança das Nações Unidas;
- 2) manifestar a profunda preocupação do governo brasileiro pelos incidentes ocorridos na Zona do Canal e exprimir condolências às famílias das vítimas;
- 3) propor ao Conselho de Segurança que incumbisse seu presidente de dirigir um apelo aos governos dos Estados Unidos e do Panamá, no sentido de que cessassem quaisquer hostilidades e impusessem a maior moderação à suas forças militares e à população civil.

A proposta brasileira, acolhida tanto pelos EE.UU., como pelo Panamá, foi secundada pelos representantes da Grã-Bretanha, Marrocos, Costa do Marfim e China. Tendo sido aprovada por unanimidade, o Conselho de Segurança autorizou o seu presidente a realizar as gestões solicitadas pelo Brasil.

O governo brasileiro acompanha o assunto com a maior atenção e interesse, com o firme propósito de continuar a colaborar no sentido de um entendimento pacífico entre as duas repúblicas irmãs, à base do respeito mútuo e do acatamento ao princípio da igualdade jurídica dos Estados.

Em todas as fases da questão, o ministro Araújo Castro se tem mantido em estreito contato com o senhor presidente da República, que determinou a imediata partida para o Panamá do novo embaixador daquele país, senhor Colmar Daltro.

Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1964.

★



DOCUMENTO 44

Discurso do presidente João Goulart sobre a regulamentação da Lei de Remessa de Lucros, em 20 de janeiro de 1964
Circular n. 5.003, de 24 de janeiro de 1964.

Ao assinar, no Palácio Rio Negro, em Petrópolis, o decreto que regulamenta a remessa de lucros, o presidente da República proferiu o seguinte discurso:

Aqui estamos para dar mais um passo no sentido de dotar o país dos elementos legais que libertem as forças potenciais necessárias ao seu desenvolvimento.

A política até hoje adotada pelo Brasil, em relação ao capital privado estrangeiro, sempre se caracterizou pela completa liberdade de movimento, chegando mesmo a se constituir em verdadeira subversão, paga pelo povo brasileiro e realizada em prejuízo dos interesses nacionais. Dava-se ao investimento estrangeiro o duplo benefício de aglutinar lucros gerados no país e de se valer de um mercado cambial favorecido para as remessas de suas vendas.

Os erros e a indiferença do passado mereceram constantes denúncias da vigilância patriótica do presidente Getúlio Vargas, definidas, principalmente, no candente discurso pronunciado na noite de 31 de dezembro de 1951 e na sua carta-testamento, legado de fidelidade aos mais legítimos anseios de emancipação nacional do povo brasileiro. O nosso dever, agora, é impedir que esses erros se repitam, para sermos fiéis aos ideais do grande presidente e à consciência nacionalista do país.

A regulamentação que hoje assinamos, tendo em vista o problema do capital estrangeiro, está essencialmente vinculado à supressão das barreiras que retardam ou mesmo impedem o nosso progresso. Ela se baseia em critério de justiça econômica, evitando as imposições de caráter sectário e as explorações do espírito colonialista.

A história da participação dos capitais estrangeiros na economia dos países subdesenvolvidos reflete a evolução por que têm passado os concei-



tos fundamentais da conveniência internacional. Ao longo de algumas décadas, o caminho percorrido marca o esforço das nações pobres em afirmar, contra a mentalidade de um imperialismo hoje ultrapassado e decadente, o seu direito ao desenvolvimento e às conquistas da civilização. Assistimos, assim, ao despertar das nações subdesenvolvidas, ansiosas de alcançar a melhoria de suas condições de vida e de proporcionar a todas as camadas da população um nível de bem-estar compatível com a dignidade humana.

Infelizmente, dois terços da população mundial vivem, ainda hoje, à margem do progresso de nossa época. Importa, porém, ressaltar que a consciência universal sabe que esse estado de coisas não pode permanecer, sem graves ofensas aos princípios da justiça social e sem sérios riscos para a própria estabilidade de um mundo em que convivem nações ricas e nações pobres. Já ninguém ousaria sustentar, em nosso tempo, a acomodação com a injustiça, ou a indiferença diante da miséria.

É natural, pois, que essa mudança de mentalidade, que representou neste século uma autêntica revolução, tenha repercutido, direta e decisivamente, sobre a missão reservada aos capitais estrangeiros, hoje divididos em dois tipos distintos: um, colonizador e imperialista; e outro, colaborador e desenvolvimentista. Aquele é um remanescente do século passado, que insiste em sobreviver em um mundo que passou por profundas e radicais transformações; este, o capital que se dispõe a empregar-se na recuperação econômica dos países onde é investido, tem a seu cargo uma das mais importantes tarefas na presente conjuntura mundial. Cabe-lhe a nobilitante missão de associar-se ao esforço que estão desenvolvendo as nações pobres para superar e vencer, de uma vez por todas, as barreiras do subdesenvolvimento.

A solenidade de hoje adquire, assim, uma elevada importância. A regulamentação da lei sobre remessa de lucros significa adotar e pôr em prática um estatuto jurídico há muito reclamado pela consciência nacional e pelos próprios capitais estrangeiros interessados na sua ordenação, dentro dos quadros de nosso processo de desenvolvimento.

Um criterioso estudo do Secretariado Econômico das Nações Unidas demonstrou que, até a Segunda Guerra, os capitais estrangeiros preferiram



operar na área dos serviços públicos, sob o regime de concessão, assim como na produção de matérias-primas, para transformação nos países de sua origem. Essa circunstância lhes permitia manipulação nos preços dos mercados internacionais. Segundo o mesmo relatório, é esta uma das determinantes principais da deterioração dos produtos primários, cuja exportação constitui a fonte quase exclusiva dos recursos de que dispõem as nações subdesenvolvidas.

No que diz respeito à realidade brasileira, essa etapa de nossa economia está sendo superada. O financiamento de Volta Redonda, negociado durante a guerra, significou o primeiro sintoma de uma mudança de mentalidade, que iria ter amplas e profundas consequências.

Dado o primeiro passo, com a implantação dessa indústria de base, impunha-se uma nova perspectiva quanto à colaboração do capital estrangeiro em nosso processo de desenvolvimento. Segundo essa nova mentalidade, contra a qual se rebelam, ainda hoje, os espíritos afeitos à visão dos proveitos colonialistas, os serviços públicos de energia e transporte, considerados como infra-estrutura da economia nacional, tradicionalmente preferidos pelos investimentos estrangeiros, teriam de caminhar para indispensável tutela do poder público. Não se tratava de ampliar, sem nenhum critério, a área da intercessão do Estado no domínio econômico. Cumpria apenas que o poder público detivesse em suas mãos, sob seu direto controle, os instrumentos essenciais ao estímulo, à ordenação e ao comando do desenvolvimento nacional, de forma a resguardar os interesses de nossa própria soberania.

Passamos a dispor de uma produção industrial que transforma, dentro de nossas fronteiras, as matérias-primas de que éramos simples e pródigos fornecedores, para uso e benefício de países estrangeiros. Nessa nova configuração da economia nacional, numerosas firmas estrangeiras responderam ao apelo que lhes foi dirigido e vieram colaborar no desenvolvimento do Brasil, sob a égide de nossas tradicionais garantias jurídicas. Forçoso é reconhecer que esta participação do capital estrangeiro tem sido estimuladamente positiva.

Esse é o capital que nos cumpre proteger, uma vez que deixou raízes em nossa realidade e aqui se confundiu com os nossos próprios interesses.



É sabido, contudo, que, a par desse, há outro tipo de capital, que persiste tenazmente em se infiltrar pelas brechas e fraquezas do nosso organismo econômico, com o único intuito de ampliar os seus lucros, à custa do atraso e da estagnação do país. Esse capital colonizador, que embaraça o progresso nacional, não merece qualquer contemplação. Só lhe resta a alternativa de adaptar-se aos novos tempos, ou de cessar as suas investidas – cada vez mais inoperantes, diante das estruturas que se desenham para um futuro próximo – e queiram, inarredavelmente, corresponder às exigências de uma nação consciente de sua força e de sua independência.

Quanto ao capital que coopera conosco, vindo a integrar-se no processo de desenvolvimento do país, cumpre-nos dar-lhe condições tranquilas de expansão, dentro do prisma de nossos interesses comuns.

Este é o imperativo da hora que atravessamos. Ao abordá-lo, neste ato de tanta significação para os nossos destinos, limito-me à análise objetiva e rigorosa do procedimento que têm tido, dentro de nossas fronteiras, os dois tipos de capitais estrangeiros, para os quais importa convocar as atenções gerais nesta hora. Já ultrapassamos, felizmente, o campo da polêmica e a melhor prova disto é a lei votada pelo Congresso Nacional e que agora passa à execução.

A ninguém será lícito negar a realidade de que, há muito, eram reclamadas medidas de disciplina dos investimentos estrangeiros. Importa limitar a remessa dos rendimentos para o exterior, tanto sob a forma de *royalties*, como sob a forma de lucros. A fixação de um teto para o envio de rendimentos não obedeceu, nem obedecerá a critérios arbitrários, geradores de intranquilidade e desestímulo para o trabalho comum. O que importa, com a fixação desse teto, é apenas barrar o caminho à espoliação, dentro de um quadro legal que assegura condições normais e contínuas de cooperação. Medidas como a que agora estamos anunciando, e que iremos executar à risca, visam a coibir abusos intoleráveis.

Tais distinções, com relação ao capital estrangeiro, não são estranhas às cogitações jurídicas e econômicas de países nos mais variados estágios de desenvolvimento. Na Austrália, as remessas de lucros para o exterior estão sob controle do governo, não se garantindo o retorno de capital, salvo em casos justificados.



Na Espanha, a remessa de rendimentos não pode ultrapassar a taxa de 8% e o pagamento de *royalties* só é permitido com aprovação especial, dentro de um limite máximo de 5% do lucro líquido.

Somente a partir de 1959, quando se consolidou a sua recuperação econômica, a França liberou as remessas para o exterior, mas mantém o princípio da autorização prévia para os *royalties*.

Nos Estados Unidos, a lei faz incidir um imposto específico de 30% sobre acionistas residentes no exterior.

A Índia limitou a 5% a remessa do rendimento para o exterior; enquanto na Itália, salvo casos especiais, o teto está legalmente fixado em 8%.

Na Inglaterra, pesam restrições sobre o retorno de capital e todos os contratos de *royalties*, firmados após a guerra, estão sujeitos ao regime de controle oficial.

Conclui-se, daí, que o Brasil vai, agora, pôr em prática uma legislação que outras nações já adotaram e executaram, segundo os interesses correspondentes às fases de desenvolvimento em que se encontram.

Estamos atendendo aos reclamos da emancipação econômica do país, no estrito respeito às normas legais.

Não há, pois, no esforço que estamos empreendendo para ordenar devidamente uma realidade de nossa atual paisagem econômica, a mais leve sombra de violência à ordem jurídica e democrática. Neste sentido, é oportuno mencionar, para repudiá-las com energia, as acusações, francas ou disfarçadas, com que nos têm procurado atingir. Tais acusações partem precisamente daqueles setores comprometidos com as frustradas tentativas de golpes contra as instituições.

Os meus acusadores são os mesmos que já tramavam o golpe contra a posse do saudoso e grande presidente Vargas. A nação ainda não esqueceu a conjura que se formou, mais recentemente, para impedir a minha posse na presidência da República. É desses grupos, infatigáveis em seus desígnios antinacionais e antipopulares, que partem as acusações contra o meu governo.

Minha vida pública fez-se, toda ela, com o apoio do povo, cujos anseios tenho procurado interpretar com fidelidade e sem desfalecimento, em meio a tantas e tão grandes vicissitudes. Golpe é manobra de cúpula,



gerado na inconformação com a vontade popular. É recurso ditado pela frustração e por insopitáveis, espúrias e insatisfeitas ambições.

Tenho dito e repetido, em numerosas oportunidades, que só entendendo o exercício do poder dentro de princípios sadiamente democráticos, entre os quais [se] inclui, como um reclame da consciência nacional, a disposição de abrir os quadros de direção do país à extensão ampla da vontade popular. Até os meus adversários mais acirrados reconhecem que sou um homem das praças públicas e não das manobras de gabinete. Esta, a principal razão de tantos ataques que tenho procurado suportar ao longo de todos estes anos em que permaneço fiel à vontade soberana das mais vastas camadas de nosso povo.

Ninguém pode, porém, iludir-se a respeito de tais acusações e manobras, partidas que são de grupos interessados em prejudicar a execução das reformas de base. As reformas precisam ser feitas e, ninguém se iluda, vão ser feitas. A pregação reformista ganhou a consciência popular e nela está definitivamente enraizada. Só as reformas serão capazes de aliviar a pressão social, que agrava a crise que estamos vivendo, e só elas, por isso mesmo, poderão afastar de nosso povo a solução pela violência, que nenhum sincero patriota pode desejar.

Dentro dessa convicção, nada e ninguém nos afastará da linha de serenidade e de prudência na manutenção do equilíbrio político e social indispensável à paz interna, mas de firmeza, coragem e decisão, quando em jogo estiverem os interesses desta nação, cuja soberania todos nós juramos defender.

O dilema não é reforma ou golpe, como pretendem fazer crer, afoitamente, os eternos insatisfeitos, ambiciosos de atingir o poder, para dirigi-lo contra o povo, interrompendo o processo de nosso desenvolvimento e, sobretudo, de nossa total emancipação econômica. Reforma ou golpe é falso dilema. Sabemos que a nação enfrenta um único e verdadeiro dilema, já definido pelo jovem e grande estadista John Kennedy: “O dilema é: reforma ou revolução”.

O Brasil já não se conforma com o atraso, a miséria, a doença e a ignorância. O povo sabe que não estamos condenados a ser o país dos contrastes, com um pequeno número de privilegiados afrontando a grande



maioria marginalizada. De nada adianta tranquilizar apenas parte da nação, satisfazendo, por um momento, com atos de habilidade e concessão, os que não querem abrir mão dos privilégios insustentáveis e superados. Se não fossem feitas as reformas que a realidade exige – e ninguém duvida que serão feitas –, então, só nos restaria o agravamento catastrófico da crise, precipitada por estruturas arcaicas, que não demorariam a desabar.

Repelindo, portanto, os rumores do golpe e atuando firmemente no sentido de obter as reformas, de evidente sentimento cristão e democrático, o governo está consciente de suas responsabilidades e vem dando provas, a cada dia, de sua disposição de lutar pelos ideais populares. Lutamos pela verdadeira independência da nossa pátria, pela sua completa e efetiva emancipação econômica. É dentro desta perspectiva que se há de analisar o regulamento que ora promulgamos.

Ninguém de boa-fé tem o que temer, nem razão para dar ouvido às aves de mau agouro, ansiosas de impedir o surgimento do Brasil novo, forte e soberano, fundado no regime representativo e no atendimento das reivindicações de todo o povo.

Não me afastarei do objetivo principal do meu governo, que é o de promover o bem-estar das massas urbanas e rurais, que até aqui têm sido mantidas à margem da vida nacional. Sem a participação delas no processo de nosso desenvolvimento, não haverá democracia, nem ordem social, nem ordenação jurídica que resista. O que nos cumpre é atender aos reclamos dos milhões de brasileiros como nós, desejosos de ter as mesmas razões para estimular e defender as instituições. Para tanto, o que importa é ampliar e consolidar essas instituições.

Este ato, em que se regulamenta a Lei de Remessa de Lucros, se insere, portanto, entre aqueles que, desde há muitos anos, desafiam o patriotismo, a coragem e a capacidade administrativa dos que governam.

Figura no mesmo grupo das providências que têm, como linha de ação, a defesa e a segurança dos interesses da economia nacional e sob cuja inspiração outros empreendimentos foram implantados: a Petrobrás, uma realidade perfeitamente integrada no processo econômico do país, e a Eletrobrás, como realização efetiva no campo da produção energética, básica àquele desenvolvimento.



Entre as mais recentemente adotadas, aponto o decreto n. 53.337, de dezembro último, que estabeleceu o monopólio das importações de petróleo, permitindo diminuir o dispêndio de divisas, com aquisições a preços mais baixos, e ampliar as perspectivas de colocação de nossos produtos no exterior. Entre essas medidas, está a criação da Empresa Brasileira de Telecomunicações, destinada a explorar com exclusividade os troncos integrantes, as ligações interestaduais e a operar os serviços desapropriados ou adquiridos pela União.

No conjunto de medidas tomadas pelo governo, com o objetivo de proteger a economia nacional e eliminar a transferência de capital para o exterior, por meios fraudulentos, destaco ainda a contida no decreto n. 52.471, baixado em novembro do ano passado, que instituiu o Grupo Executivo da Indústria Químico-Farmacêutica e determinou à CACEX o controle prévio dos preços de importação de matérias-primas.

Confiando nos frutos da lei n. 4.131, destinada a tantas e tão fecundas repercussões em nossa vida econômica, o governo reafirma, neste momento, a convicção de que a melhor defesa que se pode fazer do sistema democrático é não adiar as reformas de base, que irão inaugurar uma nova fase de nossa história: de maior progresso nacional e de bem-estar para todos.





DOCUMENTO 45

Discurso do ministro João Augusto de Araújo Castro, por ocasião da homenagem que lhe foi prestada pelo Instituto Brasileiro-Judaico de Cultura e Divulgação, em 24 de janeiro de 1964

Circular n. 5.008, de 27 de janeiro de 1964.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Rio de Janeiro

Chanceler Araújo Castro homenageado pelo Instituto Brasileiro-Judaico de Cultura.

[COMUNICADO]

N.77

Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1964.

Em reconhecimento ao trabalho que vem realizando a favor do desarmamento mundial, o ministro Araújo Castro foi homenageado pelo Instituto Brasileiro-Judaico de Cultura e Divulgação, em um almoço hoje realizado no Copacabana Palace.

Na ocasião falaram o dr. Jaime Rotstein, primeiro-secretário do instituto, e o chanceler Araújo Castro, cujo discurso está sendo distribuído em anexo a este noticiário.

Entre outras personalidades, compareceram ao almoço, que foi presidido pelo dr. Joseph Eskomazi-Parnidji, presidente do Instituto Brasileiro-Judaico, o ministro Barros Barreto, o deputado Emanuel Waissman, o professor Austregésilo de Athayde, o professor Hélio de Almeida, o dr. Josué Montello, o embaixador Boulitreau Fragoso e os srs. Adolpho Bloch, Paulo Filho e Guilherme de Figueiredo.

[Anexo]



Desejo demonstrar meu reconhecimento ao Instituto Brasileiro-Judaico de Cultura e Divulgação, na pessoa do seu presidente, e a todos os amigos aqui reunidos, por este ato de generosidade que recebo com grande honra e satisfação. Interpreto-o como homenagem dirigida a todos aqueles que têm contribuído, no Itamaraty e fora dele, para assegurar ao Brasil uma posição relevante no encaminhamento da questão do desarmamento.

É com prazer que assinalo a circunstância de realizar-se este almoço por iniciativa de um instituto de cultura, cujos esforços pela aproximação de dois grandes povos muito se tem de louvar. Acredito que, para construirmos o mundo por todos nós desejado – aquele livre do terror da destruição súbita e total, e limpo das perseguições e opressões de toda espécie, no qual a convivência harmônica seja a regra suprema –, para construirmos esse mundo, é imprescindível incentivar, antes de tudo, o conhecimento recíproco dos povos, primeiro alicerce da confiança mútua. É nesse capítulo que julgo inexcedível a contribuição de organizações como esta, na qual se reúnem homens de boa vontade para a dupla tarefa de divulgar e conhecer a experiência histórica e a realidade presente de brasileiros e judeus. De nossa parte, olhamos com respeito e admiração a longa caminhada do povo judaico, marcada de sofrido heroísmo e profunda sabedoria, e reconhecemos, desvanecidos, a presença ao nosso lado de numerosos representantes seus, os quais, pela técnica e pelo trabalho, nos trazem fecundo aporte à gigantesca obra, em que estamos empenhados, do desenvolvimento econômico do país.

A questão do desarmamento tem – para o Brasil, como para os demais países subdesenvolvidos – importância prioritária, pois somente um clima de paz pode assegurar-lhes as condições necessárias para acelerar o seu processo de desenvolvimento e atingir os seus objetivos de justiça social.

O Brasil tem participado ativamente dos debates e das negociações sobre o desarmamento no foro das Nações Unidas, tanto na Assembléia Geral quanto na Conferência de Genebra, onde cumpre mandato de mediação juntamente com sete outros países que representam o mundo não armado e não nuclear. Entendemos que a destruição nuclear é um risco coletivo, de que participam todas as nações e que, portanto, não se podem limitar as negociações sobre a paz e a segurança mundial a um diretório de



que participassem apenas algumas superpotências, qualificadas pelo seu poder destrutivo. Essa responsabilidade, como o perigo a que corresponde, é comum e as potências médias e pequenas desejam assumi-la na sua plenitude.

Comparecemos, assim, a Genebra, na qualidade de representantes de grande parcela da humanidade, com objetivos definidos de procurar impedir que o egoísmo ou a intransigência de uns poucos signifique a destruição de todos e de fazer com que o interesse geral da humanidade prevaleça contra os desígnios particulares de alguns países, por mais fortes que sejam.

Encaramos a questão do desarmamento com realismo, conscientes das sérias dificuldades técnicas e políticas existentes e atentos a quaisquer possibilidades de entendimento que se abram no curso das conversações. Anima-nos o propósito construtivo de aproximar posições – e não o de evidenciar polêmicas; de superar oposições de sistemas – e não o de exacerbar antagonismos; de somar conquistas graduais – e não o de adiar soluções; de alcançar resultados concretos, embora parciais – e não o de impressionar a opinião pública mundial com propostas grandiosas e utópicas.

Essa posição atuante e fecunda já nos oferece, em dois anos de conferência, resultados apreciáveis. O próprio Tratado de Proscrição de Ensaios Nucleares da Atmosfera, no Espaço Cósmico e sob as Águas, assinado recentemente em Moscou – cuja conclusão fora de órbita da Comissão das Dezoito Nações lamentamos, mas cuja alta significação não deixamos de ressaltar – registra, em sua gênese de primeiro grande passo para o desarmamento, uma proposta brasileira, surgida em Genebra, em 1962, e amadurecida no decorrer da conferência.

O Brasil defende a idéia de que, sem esperar a conclusão de um tratado sobre desarmamento geral e completo, sejam alcançados acordos parciais, à medida que se identifiquem pontos de vista comuns. Em vez de esforços fatalmente estéreis para obter de imediato o desarmamento geral, propugnamos o alargamento gradual das áreas de entendimento, por mais tênues que sejam, com prioridade para a questão das experiências nucleares, da não-disseminação de armas nucleares e da prevenção da guerra por acidente.



No discurso que tive ocasião de pronunciar na abertura do debate geral da XVIII Assembléia Geral das Nações Unidas, expus a idéia de explorar-se a possibilidade de um tratamento gradual e sucessivo para a questão da proscrição de ensaios subterrâneos. Sugerir, então, que o subcomitê de testes nucleares da Comissão das Dezoito Nações examinasse um processo de três estágios: num primeiro estágio, de execução imediata, seriam proscritas aquelas experiências subterrâneas que, acima de certo limite, pudessem ser assinaladas pelos sistemas de verificação de cada uma das partes; num segundo estágio, de execução no prazo máximo de um ano, as experiências nucleares subterrâneas acima do limite de 4.75, ou de outro mais compatível com os progressos científicos; e num terceiro estágio, de execução no prazo máximo de dois anos, todas as experiências com armas nucleares, e em todos os meios, seriam proscritas. A idéia recebeu, há poucos dias, a aprovação da Confederação Internacional de Desarmamento, reunida em Copenhague, que resolveu recomendá-la como critério a ser adotado pelas entidades que lhe são filiadas. Parecem-me os três estágios sugeridos uma seqüência natural do Tratado Parcial de Moscou e a melhor forma de alcançar-se a eliminação completa das experiências nucleares. Pretendemos reviver a idéia no atual período de sessões da Conferência de Genebra.

De outro lado, propusemos, em Genebra, a assinatura de um tratado multilateral de não-agressão, que vinculasse o maior número de Estados, independente da posição geográfica relativa de cada um – proposta que visava a ampliar a idéia de um acordo limitado aos membros da OTAN e aos integrantes do Pacto de Varsóvia. Continuamos insistindo na criação, no âmbito da Comissão das Dezoito Nações, de um comitê técnico, incumbido de estudar os problemas de controle e facilitar, desse modo, as decisões políticas.

Acreditamos sinceramente que a presença em Genebra das oito potências mediadoras tenha contribuído, de forma positiva, para moderar a tensão internacional e para o progresso já alcançado no campo do desarmamento. Esses oito países, com sua grande responsabilidade diplomática, trazem novos caminhos, identificam pontos de convergência, abrandam a rudeza das posições conflitantes e, sobretudo, agem como a consciência do mundo desarmado, cujo sereno julgamento incide sobre a sinceridade e a boa-fé das potências nucleares.



Com espírito realista e sem propostas de puro radicalismo demagógico, conseguimos provar aos céticos e aos descrentes que a diplomacia brasileira está capacitada a desempenhar um papel importante no encaminhamento dos grandes problemas mundiais. A posição brasileira, demarcada com perfeita segurança pelo professor San Tiago Dantas, em discurso de 16 de março de 1962, foi invariavelmente reconhecida como esforço sincero de aproximação entre posições antagônicas e aparentemente inconciliáveis. A atuação do Brasil no desarmamento é o melhor exemplo do sentido de maturidade que tentamos imprimir à nossa política externa.

Ao ensejo da reabertura dos trabalhos da Conferência de Desarmamento, o governo brasileiro reiterou a sua crença na necessidade da ação diplomática em Genebra e a sua esperança de que ali se encontrem os caminhos da paz desarmada por que tanto anseia a humanidade. É esta esperança que desejo, agora, reforçar, renovando o nosso firme propósito de manter a diplomacia brasileira a serviço da construção de um mundo racional e pacífico, que esteja para sempre liberto das angústias do terror nuclear. Esperança fortalecida com a revisão do caminho percorrido nestes dois anos e que, afinal, se fundamenta na decisão humana de sobreviver.





DOCUMENTO 46

Entrevista concedida pelo chanceler João Augusto de Araújo Castro à revista *Manchete*

Circular n. 4.983, de 15 de janeiro de 1964.

Nova política externa

A revista *Manchete*, em seu número de 25 de janeiro de 1964, publica a seguinte entrevista, concedida pelo embaixador João Augusto de Araújo Castro, ministro das Relações Exteriores, ao jornalista Artur de Sousa.

Existe uma nova política externa no Brasil? Quais são os seus rumos? A Operação Pan-Americana, no governo de JK, foi a primeira tentativa para fixá-los. Em 1961, no de Jânio Quadros, deu-se o reatamento com a URSS. E um observador do Itamaraty foi à Conferência dos Países Não-Alinhados, no Cairo. Era o atual chanceler, embaixador Araújo Castro, que desde a OPA vem colaborando na reformulação da nossa política exterior. Membro da missão econômica João Goulart à China e chefe da nossa delegação à Conferência do Desarmamento, o ministro das Relações Exteriores é um exemplo de coerência na ação diplomática. E hoje ele fala à *Manchete* sobre a verdadeira revolução que se vem operando no Itamaraty:

– Houve avanços enormes. E, em março, na Conferência de Comércio e Desenvolvimento, em Genebra, a posição brasileira se definirá com clareza ainda maior. Muitos se obstinam em identificá-la em relação a apenas um problema particular, sem enquadrá-la no contexto geral da política externa. O fato é que o mundo está mudando dia a dia. Cada manhã é radicalmente diferente do mundo da véspera. A posição brasileira de 1964 não poderia ser a mesma de 1961. Se a nossa política externa não se adaptasse ao momento histórico, se converteria em mero exercício acadêmico. O Itamaraty não pode ser mera academia de direito internacional, ou uma sociedade de debates em terreno puramente ideológico. Em meu recente discurso na ONU procurei definir a nova posição do Brasil, mostrando que



nem tudo era Oriente ou Ocidente nas Nações Unidas de 1963. Esses termos dominavam a política internacional até há pouco, mas o mundo possui hoje outros pontos cardeais. O esmaecimento do conflito ideológico e a progressiva despolitização dos termos Oriente e Ocidente vieram influir nos conceitos de neutralismo e de não-alinhamento. Estes conceitos vão perdendo a sua consistência à medida que se tornam menos rígidos os pólos que os sustentavam. Quem leu atentamente esse discurso viu que atribuí maior significação à articulação parlamentar, dentro da ONU, das pequenas e médias potências que se unem, fora ou à margem das ideologias e das polarizações militares, numa luta continuada em torno de três temas fundamentais: *Desarmamento*, *Desenvolvimento econômico* e *Descolonização*. A luta pelo *desarmamento* é a própria luta pela paz e pela igualdade jurídica de Estados que desejam colocar-se a salvo do medo e da intimidação. A luta pelo *desenvolvimento* é a própria luta pela emancipação econômica e pela justiça social. A luta pela *descolonização*, em seu conceito mais amplo, é a própria luta pela emancipação política, pela liberdade e pelos direitos humanos. Essa articulação parlamentar, ainda não perfeitamente caracterizada, transcende os termos da antiga divisão do mundo em Ocidente, Oriente e mundo “não-alinhado” e não faz senão exigir o cumprimento das promessas já contidas na Carta de São Francisco.

Sem jamais aceitar a designação de neutralismo para sua política externa independente e sem pertencer a blocos, o Brasil integra um sistema, o sistema interamericano, que concebemos como um instrumento de paz e de entendimento entre todos os membros da comunidade das nações. Mas, como a generalidade das nações latino-americanas e afro-asiáticas, não poderia estar alheio a essa articulação parlamentar, que certamente constitui a ampla maioria dos 111 membros da organização mundial e impulsiona a sua renovação. Situou-se, assim, não num terreno de neutralismo ou de não-alinhamento, equidistante de dois blocos ideológicos, mas dentro daquela articulação parlamentar de *Desarmamento*, *Desenvolvimento econômico* e *Descolonização*. Essa colocação do problema significa que, num momento de maturidade, o Brasil procurava uma posição autêntica, condizente com seus problemas e com suas reivindicações, e se recusava a colocar a sua política externa em posições inviáveis de oito



ou oitenta. O Brasil despojou-se, então, de todo e qualquer amadorismo ou imaturidade na conduta de sua política externa.

Para ser verdadeiramente independente, ela tem de ser independente também das pressões que derivam de subdesenvolvimento ideológico.

O que definimos na ONU não foi uma política de centro. Foi uma política revolucionária, de maturidade e de objetividade. Protestamos contra a tendência das grandes potências nucleares de constituírem-se em diretório para solução dos problemas mundiais e protestamos fortemente por ter sido o Tratado Parcial de Moscou concluído fora do âmbito da Conferência de Genebra. Definimos um conceito de segurança coletiva no terreno econômico, paralelo ao que já vigora no campo político, e reclamamos medidas rápidas para apressar o processo de descolonização. Nunca o Brasil foi tão maduro e tão independente quanto a partir de 19 de setembro de 1963.

Digo tudo isso porque aqui existe uma tendência estéril e infeliz para reduzir um problema político – como é todo problema diplomático – aos termos puros e simples de um problema semântico. Vivemos num país e num momento em que as palavras passaram a valer mais do que as idéias. Daí a confusão reinante.

Embora alguns não se tenham dado conta, a polarização da vida internacional perdeu muito em nitidez. Houve inegável relaxamento de tensões. E tornaram-se inviáveis os esforços de mediação entre a União Soviética e os Estados Unidos, que certas potências se tinham habituado a desenvolver. Hoje em dia, o contato é direto, simbolizado pela existência do teletipo vermelho entre Washington e Moscou. Isso não significa que as divergências Oriente-Occidente estejam superadas: o que se pode afirmar é que elas não se apresentam com o caráter crítico que antes as qualificava. As chancelarias norte-americana e soviética continuam a negociar e esse clima de negociação tende a manter-se e expandir-se.

O jogo da Guerra Fria continua, mas as regras mudaram. É preciso que nos acostumemos a esse novo esquema da realidade política internacional e superemos, em favor de fórmulas mais realistas e criadoras, as análises anteriores, condicionadas por divisões de rígida polarização. É nesse contexto que se deve situar e compreender a política do Brasil, não só nos



seus objetivos de paz e de diálogo com todos os povos, mas nos de desenvolvimento econômico para a enorme parcela da humanidade que se encontra à margem do progresso e das conquistas tecnológicas.

Nossa política exterior configura-se de acordo com duas realidades: a consciência que já temos dos objetivos de progresso econômico e de justiça social, e a responsabilidade aceita de uma participação afirmativa e crescente nas relações internacionais. A ação da diplomacia brasileira integra-se no esforço geral do país pela emancipação econômica. Podemos afirmar que, em nenhum momento de nossa história, esteve a atitude internacional do Brasil tão afinada com os anseios do seu povo. Não mais se define, nem se executa a política externa à sombra de gabinetes ou em arroubos literários. Hoje em dia, ela encontra a sua autenticidade na fiel interpretação dos objetivos nacionais e é o reflexo das nossas certezas e das nossas perplexidades. Repele qualquer subordinação a outras injunções que não as dos legítimos interesses do Brasil. E é essa segurança de representatividade que lhe autoriza a palavra e lhe permite a mais ampla liberdade de análise e ação.

Sem problemas políticos pendentes no campo externo, sem condições restritivas ou limitativas de sua soberania, sem causas históricas de ressentimento, sem reivindicações territoriais, o Brasil está hoje em condições de prestar uma contribuição positiva e original no encaminhamento dos grandes problemas internacionais. Temos pontes naturais para todos os povos e todos os continentes; o que não tínhamos até há pouco era o gosto ou a inclinação de utilizá-las.

Na consecução dos seus objetivos nacionais, o Brasil sustenta posição própria e independente, com a condicionante dos compromissos livremente assumidos. Assim se caracteriza um país amadurecido, consciente da sua presença na comunidade internacional e decidido a nela conservar a faculdade de querer e de agir. Temos uma vocação universal e, fiéis a ela, estamos abertos ao diálogo com todos os povos, quer nas Nações Unidas, quer nos contatos bilaterais. E porque identificamos com clareza os nossos objetivos, não devem assaltar-nos temores de rótulos políticos nem nos angustia a desconfiança de nós mesmos. Seria inadmissível que, nos dias de hoje, vivesse o Brasil sobressaltado com o que se poderia classificar de “más companhias” internacionais ou que se deixasse intimidar por um injustificável “complexo-de-chapeuzinho-vermelho-diante-do-lobo-mau”.



A chancelaria brasileira está pronta a negociar, a dialogar, a entender-se com qualquer outra chancelaria, num esforço constante pela aproximação e pelo entendimento com todos os povos.

Uma política externa de independência, maturidade e diálogo – a única correspondente ao momento histórico e afirmação que vive o povo brasileiro – não se pode condicionar a irrealismos ideológicos, sob pena de minar-lhe as bases e frustrar-lhe os fins. Justamente no momento em que a União Soviética e os Estados Unidos dialogam sem mediadores e intensificam negociações, não é plausível que à diplomacia brasileira se deseje impor uma camisa-de-força. Ou que, no momento em que se rasgam perspectivas para o atendimento de nossas reivindicações através de uma atuação consistente na comunidade internacional, em que se abrem esperanças para o processo do nosso desenvolvimento em que é tão intensa a expectativa favorável dos demais países em relação ao Brasil – que nesse justo momento, sejamos levados por pressões de grupos extremados à posição de absoluta impossibilidade de negociação, quer com o Oriente quer com o Ocidente, à posição de termos praticamente de fechar os portos que abrimos ainda em 1808.

Em relação aos problemas internacionais, o importante não é saber se o Brasil está votando com o Oriente, com Ocidente, ou com os neutralistas. O importante é determinar se o Brasil está agindo em defesa de seus legítimos interesses, que, aliás, coincidem, em muitos pontos, com os da grande maioria dos povos. Devemos colocar o rótulo após o remédio e não inventar o remédio para ajustar-se a um rótulo predeterminado.

A questão do desarmamento

A assinatura, em agosto passado, do Tratado de Proscrição das Experiências Nucleares na Atmosfera, no Espaço Cósmico e sob as Águas, abriu perspectivas novas para a questão do desarmamento. A última Assembleia Geral da ONU retomou, à sombra das esperanças que o Tratado de Moscou fez renascer em todo mundo, os debates e negociações sobre o assunto. O Brasil teve uma atuação destacada, de acordo com os seus interesses fundamentais e com a posição realista e corajosa que assumiu na Conferência de Genebra sobre o Desarmamento.



A última Assembléia Geral aprovou várias resoluções de importância sobre a questão do desarmamento. Ressalta, entre elas, a Resolução 1.884, que constitui uma medida concreta de desarmamento. Aprovada por aclamação e apresentada por um grupo de países entre os quais se achava o Brasil, concita os Estados-membros a se absterem de pôr em órbita ou de instalar no espaço cósmico armas nucleares e outras de destruição maciça. Essa resolução, juntamente com o Tratado de Moscou, forma um conjunto de medidas que importam na desnuclearização do espaço cósmico. Desde abril de 1963 o Brasil se batia, especialmente no Comitê do Espaço Cósmico da ONU, a favor de um acordo desta natureza. Contudo, acreditamos que o trabalho não deve ser deixado pela metade e que o espaço cósmico deve constituir uma área não só desnuclearizada como também desmilitarizada, a exemplo do que foi feito com a Antártida.

Escusado salientar a significação da Resolução 1.884 para todos nós. Ela impede que a carreira armamentista nuclear se estenda ao espaço cósmico, com conseqüências imprevisíveis para a segurança de todos os países – e não apenas das potências nucleares. Gostaria de lembrar que o assentimento norte-americano ao texto da Resolução 1.884 foi dado pelo próprio presidente Kennedy ao chanceler Gromiko, algumas semanas antes da tragédia de Dallas, e representa a última das grandes contribuições que o estadista norte-americano prestou à causa da paz e do entendimento entre as nações.

Outra importante decisão tomada pela última Assembléia Geral sobre desarmamento diz respeito à desnuclearização da América Latina, coroando de sucesso uma sugestão de iniciativa do Brasil, que apresentamos nos dias da crise nuclear de outubro de 1962. A Resolução 1.911 recomenda aos países latino-americanos o início de estudos visando à desnuclearização do continente e solicita a cooperação das potências nucleares para o acordo eventualmente atingido. Foi aprovada por 91 votos contra zero e exprime com fidelidade o apoio que a comunidade internacional dispensou à iniciativa brasileira.

A Assembléia Geral aprovou ainda duas outras resoluções, versando a questão do desarmamento geral e completo, e o problema da suspensão dos testes nucleares subterrâneos. Ambas constituem os termos de referência que deverão orientar os trabalhos da Conferência do Desarmamento no seu próximo período de sessões.



O Brasil interveio de maneira incisiva nas negociações sobre o desarmamento. Quando abri o debate na Assembléia Geral, tive a oportunidade de propor às potências nucleares a conclusão de um acordo de proibição dos testes nucleares subterrâneos, que já são passíveis de controle pelos sistemas nacionais de detecção. Creio que essa importante proposta merecerá a melhor atenção da Conferência do Desarmamento a reiniciar-se ainda este mês.

Conferência de Comércio e Desenvolvimento

No campo econômico, teremos, em 1964, um acontecimento internacional de grande significação – a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. A finalidade básica desse conclave, que se iniciará em Genebra no mês de março próximo, consiste em rever toda a problemática do comércio internacional sob o prisma das necessidades de desenvolvimento dos países de baixas rendas *per capita*. O que vai ocorrer, de fato, é a cristalização, em termos de uma reunião que contará com a presença de mais de 115 países, de um longo processo de amadurecimento da consciência internacional do problema do subdesenvolvimento e, em especial, de sua projeção no campo das trocas internacionais.

Em todo o após-guerra, as condições de comércio dos países essencialmente exportadores de bens primários – como o Brasil – vieram se deteriorando constantemente, não só pela queda de suas relações de troca com os países industrializados, mas também pelos efeitos altamente prejudiciais de instabilidade dos preços internacionais das matérias-primas e produtos agrícolas. Paralelamente, à medida que grande parte dos países subdesenvolvidos se lançava em programas de industrialização e transformação estrutural, foi ficando também cada vez mais nítido que a situação prevalente no campo do comércio representava sério obstáculo à concretização dos anseios de progresso econômico e bem-estar social nas nações subdesenvolvidas. O Brasil, de maneira particular, tem vivido muito intensamente este problema e não é de surpreender a repercussão que já vêm tendo nossas dificuldades de comércio em todas as camadas da população.

Todas essas preocupações afluíram para as Nações Unidas, em sua qualidade de mais alto foro internacional. Há dois anos, ficou decidida a



realização de uma conferência que examinasse todo o horizonte das trocas mundiais à luz das necessidades de desenvolvimento dos países não-industrializados. Partia-se da premissa de que o comércio deveria ser entendido não como um fim em si, mas como um instrumento, dos mais poderosos, para a aceleração do desenvolvimento econômico.

O caminho percorrido até a convocação da conferência – e mesmo durante as duas reuniões preparatórias já realizadas – foi marcado por dificuldades, mas considero ainda mais importantes os progressos igualmente assinalados. Depois de uma resistência inicial, as nações industrializadas, beneficiárias do sistema vigente, já demonstram maior compreensão dos objetivos dos países em desenvolvimento. Convenceram-se gradativamente da justeza de suas reivindicações e da necessidade de uma ação internacional coordenada, em que é logicamente essencial a concordância das nações mais fortes, a fim de que sejam oferecidas, aos países em desenvolvimento, condições de comércio compatíveis com a tarefa histórica de elevar o padrão de vida de dois terços da humanidade. Para tanto, também veio contribuir o relaxamento das tensões internacionais – avanço importante que vem desanuviar as ameaças nefastas de uma politização desta matéria de interesse vital para nossos países.

O Brasil, desde os primeiros dias da conferência, desempenha papel muito ativo na condução do assunto, combinando sua atuação política com o melhor de seus esforços técnicos. Assim o fizemos nas duas primeiras sessões do comitê preparatório da conferência e nas recentes reuniões do CIES, em São Paulo. Restam-nos, ainda, no caminho para Genebra, a terceira sessão do comitê preparatório e duas significativas oportunidades para o estabelecimento de uma frente comum e coesa dos países latino-americanos: a realização do Seminário de Peritos Governamentais da CEPAL, em Brasília, a partir de 20 de janeiro, e da segunda reunião da Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana (CECLA), em Buenos Aires, de 24 de fevereiro a 14 de março. A chancelaria brasileira empresta importância decisiva a esses dois encontros, convencida de que, para fazer valer seus legítimos interesses, é essencial que os países sub-desenvolvidos em geral, e os latino-americanos em especial, reconheçam a profunda identidade de seus problemas e se preparem para agir coordenadamente nos foros internacionais, em prol de objetivos comuns.



Pan-americanismo e OEA

No meu entender, o pan-americanismo tem de significar uma atitude de solidariedade diante de problemas comuns – e despregar-se de seu sentido retórico ou meramente jurídico. Cabe à comunidade latino-americana promover a revisão dinâmica do pan-americanismo. Nessa ordem de idéias, atribuo grande significado à II Reunião Anual do Conselho Interamericano Econômico e Social, recentemente realizada em São Paulo, pela oportunidade de debate dos problemas latino-americanos e de consideração de novas soluções. Já tive oportunidade de declarar que acho satisfatórios para o Brasil os resultados desse encontro. Se houve divergências durante os debates, terão sido naturais e previsíveis em conferência que reúne nações maduras e conscientes dos seus interesses. Não esconderei, entretanto, que não estamos satisfeitos com muito do que se passa na OEA. Nossa posição, em relação à OEA, é francamente revisionista. Mas, é claro que nunca abandonaremos foro algum em que possamos fazer ouvir nossa voz e defender nossos pontos de vista.

E temos, evidentemente, de seguir uma linha coerente, quaisquer que sejam as partes interessadas e as tendências políticas dos governos respectivos. Assim como não negamos à Venezuela o direito de apresentar sua queixa contra Cuba, não poderíamos deixar de votar a favor da inclusão da queixa do Panamá contra os Estados Unidos na agenda do Conselho de Segurança. Em ambos os casos, a posição do Brasil será definida com objetividade, em função das averiguações a serem realizadas.

Como se verifica, não estamos lidando com problemas abstratos, ou posições juridicistas. Estamos lidando com problemas tangíveis e concretos, problemas internos brasileiros, que já não podem ser resolvidos fora do campo da cooperação internacional. A política externa do Brasil não é apenas uma posição do Brasil perante o mundo. É, hoje, sobretudo, uma reflexão do país sobre si mesmo, sobre seus problemas e suas reivindicações.





DOCUMENTO 47

Entrevista concedida pelo embaixador Jayme Azevedo Rodrigues, secretário-geral adjunto para Assuntos Econômicos do Itamaraty, ao *Jornal do Brasil*

Circular n. 5.011, de 27 de janeiro 1964.

Subdesenvolvidos farão, em Brasília, planos para Genebra

Para estudar as reivindicações que o bloco latino-americano levará à Conferência de Comércio e Desenvolvimento que a ONU realizará em Genebra, em março, peritos em política comercial do continente estarão reunidos amanhã, em Brasília, constituindo o encontro mais uma etapa da formação da grande frente de países subdesenvolvidos que vêm na mudança urgente das regras do comércio mundial o caminho exato para encurtar a distância que os separa dos povos industrializados.

O Seminário de Peritos Governamentais em Política e Comércio da América Latina – que se desenvolverá no Hotel Nacional de Brasília até o dia 28 – resultará na apresentação de um documento a ser submetido, logo em seguida, à reunião da comissão coordenadora latino-americana criada na última reunião do CIES e que terá por objetivo unificar o ponto de vista latino-americano e traçar a estratégia para Genebra.

Não é panacéia

Em entrevista ao *Jornal do Brasil* sobre preparativos e as perspectivas em torno da Conferência de Genebra, o embaixador Jayme de Azevedo Rodrigues, secretário-geral adjunto para Assuntos Econômicos do Itamaraty – e que integrará o alto comando da delegação brasileira à reunião de Brasília – declarou que:

– É conveniente fixarmos, de modo preciso, a nossa compreensão sobre a Conferência de Comércio e Desenvolvimento: não encaramos este conclave como uma panacéia para todos os males que afligem os países subdesenvolvidos no campo das trocas internacionais. Não seria possível,



e disto temos perfeita consciência, alterar – em três meses de negociação, que é o tempo de duração previsto para a conferência – todo um quadro de relações econômicas cujas raízes históricas não encontraríamos neste século. Sua real significação e a real importância que a ela empresta o governo brasileiro advêm do fato de que esta conferência constitui a primeira resposta internacional, no foro da ONU, ao problema do comércio em suas correlações com o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos.

Para o embaixador Jayme Rodrigues,

– Qualquer esforço empreendido em prol da conferência e toda a mobilização de recursos técnicos por ela ensejada, no âmbito interno ou externo, não se esgotam com sua realização; mas, pelo contrário, irão contribuir para o amadurecimento de uma consciência universal do problema básico de nosso tempo e, por via de consequência, para o aperfeiçoamento dos instrumentos de cooperação internacional, orientada para a elevação dos níveis de renda de dois terços da humanidade.

Entra o GATT

Após frisar que uma ativa participação brasileira na Conferência de Comércio e Desenvolvimento da ONU não implica o abandono de nossas linhas tradicionais de ação econômica exterior, pois não cuidaremos de modo algum das vias bilaterais ou qualquer outro foro internacional, disse o diplomata que, entretanto, o exame integrado de nossos problemas de comércio exige uma reavaliação – e o eventual reajustamento – de procedimentos e normas cuja aplicação não foi suficiente para tornar dispensável a realização da conferência. “Nesse sentido, vale elucidar a confrontação que tem sido feita entre a conferência e o GATT capaz de conduzir à errônea noção que se trata de foros conflitantes ou caminhos contraditórios”.

O GATT é um organismo de composição limitada, ao qual não pertence a maioria dos países subdesenvolvidos e socialistas, destinado precipuamente a promover a expansão do comércio internacional mediante o abaixamento recíproco das tarifas aduaneiras de suas partes contratantes. Somente nos últimos anos, diante do agravamento continuado dos proble-



mas de comércio dos países subdesenvolvidos, registrou-se no seio daquele organismo um impulso renovador que, extravasando os quadros originais do acordo, buscavam encontrar soluções paralelas para os problemas de países subdesenvolvidos, especialmente no campo dos produtos de base.

Reformas

Esse movimento vem-se aprofundando e já agora assistimos ao exame crítico da própria adequação das normas e princípios do GATT às necessidades peculiares das economias não industrializadas – pelo qual se comprovam, entre outras, a impropriedade de exigir, dos países menos desenvolvidos, concessões tarifárias equivalentes àquelas outorgadas por países altamente industrializados e as distorções causadas pela aplicação indiscriminada da cláusula da nação mais favorecida.

O Brasil, reconhecendo há muito a inadequação da própria filosofia comercial que preside ao GATT, foi sempre um dos maiores batalhadores em prol das tendências reformistas, mas não nos pode escapar a constatação de que os resultados até hoje obtidos – e as perspectivas futuras – estão muito aquém do mínimo desejável, como bem demonstraram recentes reuniões do GATT.

Segurança econômica

Todavia, mesmo que a situação dos países em desenvolvimento, no GATT, fosse extremamente vantajosa, o que está longe de ser, nem por isso perderia a conferência sua razão de ser e sua significação para o Brasil. E isto porque, não bastasse a presença, na conferência da ONU, dos ministros do comércio de mais de 110 países, a mera enumeração dos tópicos de sua agenda demonstra que lá iremos tratar não só do comércio de produtos de base e manufaturas, mas ainda do problema dos invisíveis (fretes, seguros, *royalties* e demais serviços), das questões múltiplas do financiamento (compensatório e outros), dos efeitos dos agrupamentos econômicos regionais (seja de países desenvolvidos como a CEE e o COMECON, seja de países subdesenvolvidos) e, finalmente, do mecanismo institucional vigente, com vistas a corrigir inúmeras justaposições e duplos empregos que hoje prevalecem a efetuar os aperfeiçoamentos e inovações que se façam



necessários para assegurar o atendimento mais racional e eficiente dos requisitos de comércio dos países subdesenvolvidos. Dentro deste último item certamente será estudado o GATT, como um dos organismos desse complexo mecanismo institucional que compreende mais de 40 órgãos, como também se estudará a viabilidade de criação de um organismo, nos quadros da ONU, capaz de abranger em sua totalidade os problemas relacionados na agenda da Conferência de Comércio e Desenvolvimento.

Compreendida esta, em sua inteireza, verifica-se que se trata, portanto, de uma etapa essencial para o advento da segurança econômica coletiva, imprescindível à consecução dos princípios da ONU.

Governo ditará

Após classificar de “boa” a receptividade encontrada até agora de parte dos demais países do continente, quanto aos preparativos para a Conferência de Genebra, ressaltou o embaixador Jayme Rodrigues que, no que toca ao Brasil, nossa ação tem sido discreta e rotineira, mas sumamente intensa. Explicou que cinco grandes grupos de trabalho estão aprontando estudos que vão servir para a formulação de política a ser sugerida pelo nosso país em Genebra. Esses estudos passarão pelo crivo de uma comissão interministerial de alto nível – cujo decreto de criação foi submetido ao presidente da República, nas últimas horas – e que será integrada pelos ministros do Exterior, da Fazenda, da Agricultura, das Minas e Energia, da Indústria e Comércio e pelo coordenador do Planejamento Nacional.

Todas as missões diplomáticas brasileiras no exterior foram mobilizadas no estudo de aspectos diversos dos assuntos que serão abordados em Genebra e observadores pessoais foram mandados, nas últimas semanas, para os Estados Unidos (a fim de estudar questões ligadas ao funcionamento dos organismos financeiros internacionais, principalmente) e à Europa (para preparar um relatório sobre o Mercado Comum Europeu e o COMECON, notadamente).

Na linha certa

O embaixador Jayme de Azevedo Rodrigues, procurando mostrar que já é sentido – como prova recente editorial do jornal norte-americano *New*



York Times – o acerto da posição brasileira no que toca à discussão do problema de comércio internacional e à tese de que deve ter papel meramente supletivo a assistência externa no financiamento do desenvolvimento econômico dos países de baixas rendas *per capita*, assinala alguns trechos desse comentário. Reconhece o jornal, a certa altura, que “as quedas nos preços dos produtos primários têm, de fato, retirado mais recursos dos países em desenvolvimento do que estas nações receberam através da crescente assistência”.

Lembra, então, o embaixador, que, apesar disso, quando o governo defende seus pontos de vista sobre o assunto, não faltam vozes para acusar uma distorção dos fatos. Acrescentou, contudo, o secretário-geral de Assuntos Econômicos do Itamaraty, que o Brasil está agora, mais do que nunca, preocupado em participar, à altura de suas responsabilidades, da grande ofensiva que os países subdesenvolvidos começaram a empreender até a Conferência de Genebra, onde esperam discutir soluções através das quais, exclusivamente, poderão acelerar seu processo de desenvolvimento econômico e social.

★



DOCUMENTO 48

Discurso do chanceler João Augusto de Araújo Castro na sessão de instalação da Comissão Interministerial Preparatória da Conferência Internacional de Comércio e Desenvolvimento, em 19 de fevereiro de 1964
Circular n. 5.051, de 20 de fevereiro de 1964.

É para mim motivo de grande satisfação inaugurar os trabalhos da comissão interministerial encarregada de preparar a posição do Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento.

Já temos hoje, no Brasil, a perfeita consciência do papel que deve desempenhar o comércio exterior na aceleração e sustentação de nosso desenvolvimento econômico. Nesse sentido, é inteiramente justificável a importância que o governo brasileiro vem atribuindo ao futuro conclave, como prova de nossa determinação em pugnar internacionalmente pela reversão das tendências de comércio que tanto vêm prejudicando os países em desenvolvimento.

A verdadeira extensão do problema com que nos defrontamos fica evidenciada pelos seguintes fatos:

- a) o volume das exportações totais dos países em desenvolvimento cresceu a uma taxa muito baixa entre 1950 e 1960 (3,6%), equivalente a aproximadamente a metade do crescimento das exportações dos países desenvolvidos e a um terço da taxa dos países de economia centralmente planificada;
- b) o preço médio das exportações do conjunto dos países em desenvolvimento pouco cresceu em relação ao nível registrado em 1950; no mesmo período, os preços de suas importações elevaram-se de maneira significativa, daí resultando uma deterioração global de 9% nos termos de intercâmbio dos países em desenvolvimento;
- c) como resultado da interação dos dois fatores acima apontados, a participação dos países subdesenvolvidos no comércio internacional caiu de 30% para 20% entre 1950 e 1960, enquanto, no mesmo período, crescia a participação dos países industrializados



- de 60% para 67% e dos países de economia centralmente planificada de 8% para 12%;
- d) como conseqüência final, reduziu-se violentamente o poder de compra dos países subdesenvolvidos, com o resultante estrangulamento da capacidade para importar, justamente quando o desenvolvimento faz crescerem suas necessidades essenciais de importação.

É dentro desse quadro de graves condicionantes, objetivamente verificadas e quantificadas, que se insere a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento e, em particular, a atuação cada vez mais consciente dos países subdesenvolvidos, com o fim de alterar o quadro do intercâmbio mundial. Esses esforços, contudo, nada têm de accidental e, para sua plena compreensão, torna-se imprescindível que tenhamos bem vivos os antecedentes do futuro conclave.

A necessidade de uma perspectiva histórica mínima nos leva a examinar esquematicamente a evolução do pensamento econômico internacional em matéria de comércio no após-guerra, embora saibamos perfeitamente que as verdadeiras raízes da situação presente estejam em um passado bastante remoto. Em 1948, como fruto de longa preparação, as Nações Unidas fizeram realizar a Conferência de Comércio e Pleno Emprego, da qual resultou a Carta de Havana; seu objetivo fundamental era a normalização das relações comerciais, desorganizadas profundamente pelo conflito mundial, e, mais ainda, a tentativa de restabelecer as condições de intercâmbio vigentes antes da grande depressão mundial da década de 30. Esta Carta ainda refletia uma consciência pouco madura das dificuldades hoje encontradas pelos países em desenvolvimento e se ocupava largamente com as questões de reconstrução e do pleno emprego. São bem conhecidos os elementos políticos que impediram a ratificação da Carta de Havana por parte de grandes potências comerciais. Sobre as ruínas da Organização Internacional de Comércio, criada pela Carta, levantou-se, então, um arcabouço parcial, hoje conhecido como Acordo Geral de Tarifas e Comércio – o GATT. Desde o início, se revelou a orientação do acordo geral lesiva aos interesses dos países subdesenvolvidos, pela razão



mesma de que os requisitos e necessidades desses países eram conflitantes com os ideais do acordo extirpado da Carta de Havana. Esses ideais eram, substancialmente, a eliminação geral de tarifas e outros obstáculos ao comércio, e a não-discriminação das relações tarifárias e comerciais entre cada país e todos os demais países.

Dado que, ao lado desses princípios, não se introduziu o reconhecimento da correlação peculiar entre o desenvolvimento econômico e o comércio internacional, bem como da disparidade econômica entre países industrializados e subdesenvolvidos, o GATT terminou sendo um ajuste adequado apenas aos países desenvolvidos. Não caberia aqui levar a cabo uma análise conceitual do GATT, nem mesmo um estudo de seu funcionamento. Todavia, é necessário fixar, ainda que em termos esquemáticos, as maiores deficiências do acordo geral, no que concerne aos países em desenvolvimento, e que são as seguintes:

- a) o acordo geral adotou o princípio da plena reciprocidade nas negociações tarifárias, evidentemente prejudicial aos países não-industrializados; somente no ano passado, no foro do GATT, as nações industrializadas concordaram em reconhecer o princípio da reciprocidade relativa;
- b) a condescendência do GATT com respeito ao emprego de restrições quantitativas por parte dos países desenvolvidos, como instrumento protecionista, prejudicou e prejudica as exportações agrícolas e minerais dos países em desenvolvimento, sendo ainda de assinalar o florescimento da doutrina de “desorganização de mercados”, criada pelos países industrializados, que atinge aos bens manufaturados exportados pelos subdesenvolvidos;
- c) o princípio da não-discriminação, corporificado no GATT pela cláusula da nação mais favorecida, não cancelou as preferências existentes quando de sua criação e, o que é mais importante, permitiu a extensão de preferências após a formação da Comunidade Econômica Européia;
- d) o desinteresse de grande número de países subdesenvolvidos e de países de economia centralmente planificada em ingressar no



GATT faz com que parcela significativa das trocas mundiais se realize virtualmente em um vácuo institucional.

Esta descrição superficial das deficiências fundamentais do GATT é muito elucidativa do tipo de mecanismo institucional que regeu e, logicamente, influenciou a evolução mais recente dos problemas de intercâmbio dos países menos desenvolvidos. Não foi por mero acaso ou coincidência que, durante o período de vigência do GATT como principal foro das questões de comércio internacional, a participação dos países subdesenvolvidos veio caindo, gradativa, mas implacavelmente, até nos confrontarmos com a situação atual.

Dos dias de Havana até hoje e em consequência mesmo da perda de substância econômica a que estão submetidos os países subdesenvolvidos através do comércio, veio se consolidando, a pouco e pouco, a consciência da necessidade de uma profunda modificação no mecanismo das trocas mundiais. Muitos fatores contribuíram para o despertar desta consciência, sendo de justiça assinalar o papel relevante exercido nesta matéria pelas Nações Unidas, seja através dos estudos técnicos conduzidos por aquela organização, seja pelas oportunidades de confrontação internacional por ela oferecidas. Também no GATT se fizeram sentir as influências renovadoras, como demonstram as reformas – conquanto tímidas e periféricas – de 1955 e, alguns anos depois, o relatório Harbeler, que cristalizou uma análise profunda das dificuldades de comércio dos países em desenvolvimento. Ainda na década de 50, os amplos debates internacionais que precederam a formação da Comunidade Econômica Européia e se seguiram à assinatura do Tratado de Roma colocaram, com grande intensidade, a questão do comércio internacional – e, particularmente, os problemas dos países subdesenvolvidos – sob os refletores da opinião mundial e dos círculos econômicos nacionais.

Ao longo de todo este processo, o traço mais característico é a crescente compreensão dos próprios países em desenvolvimento da identidade básica de seus problemas e da necessidade de uma ação comum, dotada de inevitável carga política, no sentido de alertar as grandes potências industriais para a necessidade de reversão das tendências do comércio mundial.



Foi, assim, amadurecendo a iniciativa de convocação de uma grande conferência internacional de comércio, em que a revisão do mecanismo existente já se pudesse fazer à luz dos requisitos de desenvolvimento dos países de baixas rendas *per capita*. Na Assembléia Geral de 1961, foi aprovada uma resolução requisitando ao secretário-geral das Nações Unidas que auscultasse a opinião dos Estados-membros sobre a convocação de tal conferência. No mesmo ano, uma reunião ministerial do GATT acentuou a imprescindibilidade de medidas urgentes em prol dos países em desenvolvimento, sem, contudo, oferecer qualquer continuidade prática às grandiloquentes afirmações de boas intenções então formuladas. No ano seguinte, grande número de países subdesenvolvidos se reuniu no Cairo, a fim de trocar impressões sobre as dificuldades, internas e externas, que vinham comprometendo seus esforços em prol do progresso econômico e os incapacitando de atender aos legítimos reclamos sociais de seus povos, concluindo pela necessidade de convocação de ampla conferência que reexaminasse, a fundo, o mecanismo das trocas mundiais.

Na XVII Assembléia Geral das Nações Unidas, em fins de 1962, afinal se cristalizaram as inquietações dos países em desenvolvimento, nascidas da realidade implacável de um comércio empobrecedor. Mas, nem então encontraram facilidades para a concretização preliminar de seus justos objetivos. É preciso lembrar aqui, para que tenhamos a noção exata do caminho já percorrido e das dificuldades que a matéria oferece, que, no seio da segunda comissão da Assembléia Geral, votaram contra a convocação da conferência dez países, dentre os quais se incluíam as grandes nações comerciais do mundo, responsáveis por bem mais da metade do comércio mundial. Caracterizava-se, assim, a relutância dos países beneficiários do sistema vigente em comparecer a um conclave no qual os países em desenvolvimento levariam a necessidade de revisão das próprias bases do intercâmbio mundial. Dentre os argumentos opostos à realização da conferência, um dos principais dizia respeito à ameaça de que os países de economia centralmente planejada transformassem o conclave em um foro de debate político.

O governo brasileiro, desde a primeira hora, manifestou sua repulsa à tentativa de transformar a questão da conferência – seja por ação, seja por



omissão – em plataforma para o embate de posições políticas de grandes blocos de países desenvolvidos. Desse modo, não aceitando a validade daquele argumento, não poderíamos concordar com a politização da matéria por quaisquer países, pois o problema das nações subdesenvolvidas é tão premente e tão sério, que não pode ficar sujeito ao jogo de interesses dessa natureza. Por outro lado, não havia por que temermos a manifestação de apoio dos países de economia centralmente planificada à conferência, dado que, como é do conhecimento geral, esses países chegaram a um estágio de desenvolvimento em que dificilmente poderão manter as taxas atuais de crescimento sem uma expansão acentuada de suas trocas com o resto do mundo, o que tem sido sobejamente evidenciado pela significativa evolução recente de seu intercâmbio com os países desenvolvidos de livre empresa.

É um fato positivo, todavia, que a resolução convocatória da conferência, ao ser apresentada ao plenário da Assembléia Geral, fosse, enfim, aprovada por unanimidade, numa expressiva evolução da atitude inicialmente assumida pelas grandes potências comerciais e, ao mesmo tempo, numa eloqüente demonstração da firmeza de propósitos dos países subdesenvolvidos ao reivindicar o exame internacional de seus problemas de comércio.

Os debates conducentes à convocação da conferência tiveram profundo significado, ao fixar, de modo definitivo, a correlação entre o comércio internacional e o desenvolvimento econômico. O Brasil, nessa ocasião, reputou o conceito anacrônico do comércio como um fim em si mesmo, pugnando pela conceituação do intercâmbio como meio, como instrumento para o desenvolvimento econômico. Ainda nessa oportunidade, a delegação brasileira demonstrou que, mesmo na hipótese em que tanto os países industrializados quanto os países subdesenvolvidos crescessem a uma mesma taxa de 5% ao ano, a renda média *per capita* dos países em desenvolvimento passaria, em uma geração, de 120 para 250 dólares. Isto significa que os desníveis mundiais de renda cresceriam de 12 para 15 vezes, com conseqüências econômicas e políticas imprevisíveis. Partindo dessa verificação – e da premissa de que o único fim legítimo da cooperação internacional deva ser a superação das discrepâncias entre nações ricas e nações pobres –, o Brasil e os demais países subdesenvolvidos pugnaram pelo reconhecimento do comércio internacional como única alavanca para a concretização desta imensa tarefa.



Convocada a conferência, foi criado um comitê preparatório integrado por 32 países – dentre os quais, o Brasil – que realizou ao todo três sessões.

A primeira sessão do comitê preparatório – reunida em Nova York de 22 de janeiro a 4 de fevereiro de 1963 – se destinou à elaboração da agenda provisória da conferência, ocasião em que se observaram duas grandes tendências: de um lado, os países desenvolvidos favoreciam um temário tão genérico e vago quanto possível e procuraram limitar o escopo do conclave principalmente ao campo dos produtos de base. Em situação oposta se encontravam o Brasil e diversos outros países em desenvolvimento, advogando a necessidade de que a agenda da conferência fosse o mais analítica e técnica possível, bem como suficientemente ampla para cobrir todos os problemas de comércio dos países não industrializados, o que a faria abranger, além dos produtos de base, as questões referentes a manufaturas, invisíveis, financiamento, agrupamentos econômicos, regionais e mecanismo institucional. Como resultado do entrelcho destas duas tendências, formulou-se uma agenda provisória bastante larga, capaz de compreender todos os temas acima mencionados. Embora estivesse longe de ser tão minucioso quanto o projeto apresentado pelo Brasil, o texto resultante só se afastava substancialmente do nosso ao deixar de mencionar especificamente a questão do estabelecimento de uma nova organização internacional de comércio, ponto em que era mais intensa a oposição dos países desenvolvidos.

O comitê preparatório realizou sua segunda sessão em Genebra, de 21 de maio a 29 de junho de 1963. Nessa ocasião, procedeu-se à identificação dos problemas de comércio internacional dos países em desenvolvimento e a uma primeira formulação das linhas possíveis de solução.

A delegação do Brasil contribuiu ativamente para estender e aprofundar esta análise, não só através de intervenções orais, mas também pela apresentação de vários documentos ao comitê. O relatório da sessão constitui peça realmente importante, ao relacionar exaustivamente os múltiplos aspectos da problemática das trocas mundiais. Mas o verdadeiro significado desta segunda sessão foi demonstrar a exequibilidade do confronto de teses entre países subdesenvolvidos e desenvolvidos, sem que esta necessária confrontação se traduzisse em termos de antagonismo.



Ao fim desta sessão e como fruto do trabalho construtivo que fora realizado, os países subdesenvolvidos integrantes do comitê preparatório formularam uma declaração conjunta, que resume suas reivindicações fundamentais no campo do comércio. Nesse documento, em cuja redação o Brasil contribuiu ativamente, releva notar o reconhecimento da necessidade de ser estabelecida nova divisão internacional do trabalho, com novos padrões de produção e comércio, a qual somente poderá resultar da alteração profunda do atual mecanismo de trocas. Vale ainda assinalar que, no transcorrer da XVIII sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, esta declaração foi subscrita por todos os demais países subdesenvolvidos, perfazendo um total de 75.

Esta declaração, além do significado intrínseco dos conceitos nela incorporados, reflete de maneira nítida a crescente solidariedade dos países em desenvolvimento, a consciência de problemas e interesses comuns e o fortalecimento da vontade política de agirem conjuntamente em prol do atendimento de suas legítimas reivindicações comerciais. Tem sido uma constante do comportamento brasileiro nos trabalhos preparatórios da conferência o conferir a mais alta prioridade a todas as iniciativas conducentes a um maior entrosamento dos países subdesenvolvidos.

Em particular, o Brasil envidou seus melhores esforços a fim de assegurar a coordenação dos países latino-americanos, capaz de permitir-lhes uma atuação coerente e coesa na futura conferência. Movido por tais propósitos, o Brasil incentivou o debate dos problemas de comércio da América Latina dentro das perspectivas abertas pela Conferência sobre Comércio e Desenvolvimento, durante a II Reunião Anual do Conselho Interamericano Econômico e Social, realizada em São Paulo, em outubro-novembro de 1963. Ao inaugurar os trabalhos em nível ministerial dessa reunião, o presidente João Goulart reiterou o papel relevante do comércio na continuidade e aceleração do processo de desenvolvimento e, referindo-se especificamente ao próximo conclave, afirmou que:

no momento em que as Nações Unidas voltam a ingressar no terreno capital das trocas mundiais, é absolutamente imprescindível que a América Latina esteja preparada para apresentar conjuntamente seus



pontos de vista, lutando lado a lado por seus interesses mais altos e duradouros.

Ao fim dos importantes debates travados em São Paulo, foi unanimemente aprovada uma resolução criando a Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana (CECLA), que se reunirá em Alta Gracia, Argentina. Compõem esta comissão todos os países latino-americanos membros do CIES, dela participando, na qualidade de observadores, os Estados Unidos da América e os países subdesenvolvidos da África e da Ásia integrantes do comitê preparatório da conferência. À tal comissão, cabe o elevado encargo de promover a coordenação política dos países latino-americanos, formulando recomendações sobre as posições que, em geral, deverão ser por eles sustentadas na futura conferência.

Os esforços de aproximação dos critérios políticos latino-americanos precisavam obviamente fundar-se sobre bases técnicas. Tendo em mira a necessidade de assegurar tais fundamentos, o Brasil foi co-autor, juntamente com o Chile, de uma resolução apresentada durante o X período de sessões da CEPAL, em março de 1963, a qual determinava a realização de um encontro de especialistas em matéria de comércio, que se destinaria a coordenar as posições técnicas dos países latino-americanos na próxima conferência. Como testemunho da importância que atribuía a este conclave, o Brasil propôs a cidade de Brasília como sua sede, onde afinal se realizou, de 20 a 26 de janeiro do corrente ano, a Reunião de Peritos Governamentais da América Latina em política comercial.

Com base no excelente relatório submetido pela CEPAL à reunião de Brasília, puderam os peritos latino-americanos efetuar o equacionamento dos múltiplos e complexos problemas de comércio exterior enfrentados por seus países, do qual resultou o reconhecimento de uma ampla identidade de situações, interesses e objetivos. O sentido dos debates então travados está fielmente expresso no importante corpo de conclusões aprovadas, as quais cobrem as questões referentes aos princípios que devem governar a nova estruturação do comércio internacional e as recomendações específicas no campo dos produtos de base, das manufaturas, dos invisíveis, do financiamento, da diversificação geográfica do intercâmbio latino-



americano e do mecanismo institucional. O verdadeiro significado destas conclusões transparece no fato de que, em nenhuma instância anterior, representantes de países subdesenvolvidos haviam articulado de maneira tão completa e minuciosa seus requisitos comerciais e as linhas de ação internacional necessárias à satisfação desses requisitos.

Muito recentemente, de 3 a 14 do corrente mês, realizou-se em Nova York a terceira sessão do comitê preparatório, ao longo da qual se fixaram algumas das mais importantes questões administrativas pendentes e se aprovou a agenda provisória da conferência, tendo sido mantido o texto formulado na primeira sessão daquele comitê. Paralelamente aos trabalhos formais do comitê, tiveram lugar valiosos contatos informais entre os países da América Latina e demais subdesenvolvidos, da África e da Ásia, com base inclusive nas conclusões da reunião de Brasília. Tais contatos, ainda que por natureza preliminares, são suficientes para demonstrar que, a despeito de algumas naturais divergências quanto a questões concretas de efeito imediato, existe entre os países subdesenvolvidos de todos os continentes uma efetiva comunhão de interesses, capaz de sustentá-los em posições bastante próximas na futura conferência.

No caminho para Genebra, resta-nos agora somente a reunião da CECLA, que se iniciará em Alta Gracia, a 24 do corrente mês. Como se disse anteriormente, será este o momento para cuidar da coordenação política das posições dos países da América Latina na conferência, capaz de habilitá-los a multiplicar seu poder de barganha na defesa de interesses comuns. Nessa oportunidade, deverão também ser examinados os critérios dos países subdesenvolvidos de África e Ásia, seja mediante a presença dos observadores que integram o comitê preparatório, seja através das impressões recolhidas na recém-finda sessão deste comitê.

Este é, portanto, o quadro de compromissos internacionais dentro do qual se desenrolam os trabalhos preparatórios da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. Pela própria natureza destas tarefas, coube, principalmente, ao Ministério das Relações Exteriores a condução das atividades brasileiras nesta fase, conquanto tenham participado das delegações do Brasil a estas diversas reuniões representantes de outros órgãos da administração e de entidades de classe, tal como consta do



documento hoje distribuído à comissão interministerial. Neste documento, se expõe, igualmente, o esquema seguido na preparação preliminar da posição brasileira no futuro conclave, para a qual contribuíram e estão contribuindo inúmeros órgãos e elementos do serviço público e de entidades privadas.

Dos intensos trabalhos, internos e externos, que compõem até o momento a preparação da conferência de comércio e desenvolvimento, podemos extrair um ensinamento fundamental: o futuro conclave não é um acaso na evolução das relações econômicas internacionais. Sua realização não obedece a impulsos aleatórios ou a motivações passageiras. Pelo contrário, a conferência traduz a cristalização de inquietações crescentes e de problemas inadiáveis, que põem em jogo a própria viabilidade do desenvolvimento dos países não industrializados, sem quebra das instituições democráticas e sem a aceitação de pesados custos sociais. Assistiremos ao retorno das Nações Unidas a um terreno realmente vital das relações internacionais – pouco mais de 15 anos após o fracasso da Carta de Havana – e não somente encontraremos uma nova configuração de forças nas Nações Unidas, mas igualmente modificada a compreensão mundial dos problemas com que nos vamos defrontar.

Dentro desse contexto, a atuação do Brasil com respeito à conferência de comércio e desenvolvimento tem seguido, até aqui, três grandes diretrizes: a da responsabilidade dos países subdesenvolvidos na colocação de seus problemas de comércio, a da necessidade de que esta colocação se faça de maneira incisiva e, finalmente, a de que os países subdesenvolvidos defendam com vigor o atendimento satisfatório de suas justas reivindicações.

Quanto à primeira dessas diretrizes, significa ela que não podemos esperar que partam dos países desenvolvidos, beneficiários do sistema vigente, as iniciativas conducentes ao equacionamento e à análise de nossos problemas de intercâmbio. É esta uma responsabilidade que recai sobre os países prejudicados pelo atual mecanismo de trocas, sobre os que vêem seus esforços de desenvolvimento sacrificados pela implacável perda de substância econômica através do comércio. E é exatamente a perfeita compreensão deste encargo, fortalecida pela consciência de uma natural comunhão de objetivos e aspirações, que deve conduzir os países subde-



envolvidos a uma atuação cada vez mais dinâmica e solidária na defesa de seus interesses em todos os foros internacionais.

A partir da noção desta responsabilidade, chegamos à segunda premissa: a de que os países subdesenvolvidos devem colocar de maneira incisiva, clara e inequívoca suas necessidades de comércio e, conseqüentemente, suas reivindicações. Existe uma diferença real entre as condições comerciais dos países em desenvolvimento e dos países industrializados, da qual decorrem interesses diferentes e até mesmo divergentes. Enquanto esta confrontação não for inteiramente explicitada, enquanto não forem demarcadas com precisão as áreas de interesses comuns e as áreas de interesses antagônicos, enquanto perdurarem as indeterminações e as incertezas – os países subdesenvolvidos, econômica e comercialmente mais débeis, serão sempre prejudicados. É fundamental, portanto, que nós mesmos saibamos formular nossas reivindicações e que as levemos aos países desenvolvidos com pleno conhecimento do que significará sua aceitação ou sua recusa.

Assim o fazendo, restará apenas aos países subdesenvolvidos defender com vigor e combatividade – em todos os foros internacionais – o atendimento de suas reivindicações comerciais. A reversão das atuais tendências do intercâmbio mundial depende essencialmente, como se declara com freqüência, da manifestação de uma vontade política dos países industrializados, em virtude mesmo de sua potencialidade comercial. Mas não há dúvida de que esta vontade política só surgirá, verdadeiramente, se encontrar a contrapartida da vontade política dos países subdesenvolvidos, dirigida à satisfação internacional de seus justos e inadiáveis reclamos. Se não estamos a pleitear concessões indevidas, seria injustificável e contraproducente transigir na aceitação de vantagens superficiais ou manifestações vazias e ineficazes de boas intenções.

Acima de tudo, é importante ter em mente que o processo de reivindicação dos países subdesenvolvidos, no campo do comércio, apenas se inicia. Três meses de negociações, por mais frutíferas que sejam, não chegarão obviamente a alterar o quadro – para nós tão adverso – em que se desenrolam as trocas mundiais. A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento é, sem dúvida, um grande acontecimento na



vida das relações econômicas internacionais. Mas, o mais importante é guardarmos a perspectiva de que a conferência é um marco, e apenas um marco, no esforço que devemos estar prontos para manter por muitos anos no futuro.





DOCUMENTO 49

Resumo noticioso, distribuído à imprensa, acerca dos objetivos e resultados da reunião da Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana, realizada em Alta Gracia, de 24 de fevereiro a 6 de março de 1964
Circular n. 5.078, de 11 de março de 1964.

Significado da reunião de Alta Gracia

A Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana (CECLA), que se reuniu em Alta Gracia, Argentina, foi criada pela II Reunião Anual do CIES em nível ministerial, realizada em São Paulo no mês de outubro de 1963. Como órgão político, competia à CECLA estabelecer as bases definitivas de coordenação dos países da América Latina, com vistas a uma atuação conjunta na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, a se iniciar em Genebra a 23 de março.

A reunião de Alta Gracia representou, assim, o ponto final de um longo processo de unificação dos critérios de política comercial da América Latina, que foi sendo consolidado através das três sessões efetuadas pelo comitê preparatório da conferência e, em particular, nos seguintes conclave de âmbito regional: a X sessão da CEPAL, em Mar del Plata; a II Reunião Anual do CIES, em São Paulo; as reuniões de peritos independentes da América Latina, realizadas pela CEPAL em Santiago; e, ultimamente, a Reunião de Peritos Governamentais da América Latina, que teve lugar em Brasília, sob os auspícios da CEPAL, em janeiro do corrente ano.

Resultados da reunião de Alta Gracia

Ao fim de duas semanas de deliberações – de que participaram, na qualidade de observadores, representantes dos Estados Unidos, Índia, Iugoslávia, Senegal, Nigéria, Paquistão, Tunísia e República Árabe Unida – os países latino-americanos formularam a Carta de Alta Gracia. Esta Carta se compõe de três partes:

- I Declaração de Alta Gracia: em que são expostas a situação dos países em desenvolvimento no quadro do intercâmbio mundial, a



necessidade de reestruturação do comércio internacional e os princípios a serem defendidos pelos países da América Latina, a fim de que esta reestruturação transforme o comércio em instrumento eficaz para o desenvolvimento. Esta declaração contém igualmente a manifestação do desejo latino-americano de coordenar suas posições com as dos países em desenvolvimento de outros continentes.

- II Princípios gerais: onde estão explicitadas as diretrizes que, a juízo dos países latino-americanos, devem reger a nova estruturação do comércio internacional a fim de adequá-lo às necessidades de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos e, conseqüentemente, contribuir para diminuir a diferença hoje crescente entre os níveis de renda, que os separa dos países industrializados.
- III Conclusões gerais: em que se definem as normas e medidas correspondentes aos produtos primários, manufaturados, invisíveis, financiamento, diversificação geográfica do comércio, agrupamentos econômicos de países em desenvolvimento e estrutura institucional.

Essas conclusões são as de Brasília que receberam agora confirmação política por parte dos governos latino-americanos.

Propósitos do Brasil em Alta Gracia

Os propósitos do Brasil em Alta Gracia eram os mesmos que moveram todas as demais nações latino-americanas que se uniram na CECLA: consolidar, em nível político, a base de entendimento necessária a uma atuação coerente e conjunta na futura conferência. O Brasil, ao longo de toda a fase de preparação da conferência, contribuiu com seus melhores esforços em prol da coordenação latino-americana, considerando-a como estágio imprescindível para a harmonização posterior dos critérios e interesses de todos os países em desenvolvimento do mundo.

O governo brasileiro julgava satisfatório, em seu todo, o corpo de conclusões técnicas a que se chegara em Brasília, embora estimasse possível reforçar tais conclusões em diversos pontos. Daí sua firme intenção de



levar, em Alta Gracia, nosso endosso político aos princípios e medidas constantes do documento final de Brasília. É com satisfação, portanto, que a chancelaria brasileira viu todo o trabalho de Brasília reforçado e endossado politicamente, incorporando-se à Carta de Alta Gracia. Desse modo, possuímos hoje a ampla base de elementos concretos capaz de sustentar a desejada ação concertada da América Latina na futura conferência.

O simples fato de as deliberações da CECLA terem sido reunidas em uma carta – a Carta de Alta Gracia – é representativo da importância política que lhe atribuíram os países latino-americanos. Por sua natureza, contudo, a Carta de Alta Gracia se destina a ter efeitos que ultrapassem os três meses da próxima negociação em Genebra, constituindo uma plataforma duradoura para a atuação futura da América Latina em todos os foros internacionais.

A Declaração de Alta Gracia reflete, ainda, com toda a fidelidade, as preocupações do Brasil no que toca à situação adversa de comércio com que se confrontam os países em desenvolvimento, o que tem contribuído para aumentar as discrepâncias mundiais de riqueza. Por outro lado, ao advogar a reestruturação do atual mecanismo de trocas, esta declaração acolhe o ponto de vista, sempre defendido pelo Brasil, no sentido de que é necessário transformar o comércio em instrumento para o desenvolvimento. Assim ocorre igualmente com o reconhecimento de que cabe aos países desenvolvidos, beneficiários do sistema vigente, a responsabilidade principal nesta reformulação, responsabilidade que é necessariamente proporcional à participação majoritária desses países no intercâmbio mundial e à sua maior potencialidade econômica.

Enfim, devemos destacar a inteira concordância do Brasil com as manifestações da Declaração de Alta Gracia relativas à aproximação com os países subdesenvolvidos de outros continentes, assim afirmadas: “A América Latina professa a convicção de que um elemento essencial para o êxito desta conferência se encontra nos denominadores comuns que possam proporcionar a base de uma ação concertada com os países em desenvolvimento de outras áreas do mundo”.





DOCUMENTO 50

Instruções para a delegação do Brasil à Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (CNUCD)

SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Rio de Janeiro

CONFIDENCIAL

Introdução

1. As presentes instruções³ constituem o sumário das instruções em que, através de toda a fase de preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, o governo brasileiro fixou o comportamento de suas delegações. Particularmente, tais instruções complementam o disposto nas instruções às delegações às três sessões do comitê preparatório da conferência, bem como naquelas que foram formuladas para a II Reunião Anual do CIES, em São Paulo; para a Reunião de Peritos Governamentais, realizada pela CEPAL, em Brasília; e para a reunião da Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana (CECLA), que teve lugar em Alta Gracia, Argentina. Na sua parte específica, concernente aos diversos itens que compõem a agenda provisória da conferência, as presentes instruções visam precipuamente a demarcar os pontos fundamentais que devem ser defendidos com relação a cada matéria, apresentando ainda alternativas de ação e indicações de prioridade, dentro do quadro geral de formulação doutrinária constituído pelo corpo de instruções acima referido.

2. Os casos omissos deverão, portanto, ser resolvidos pela delegação, em conformidade com a orientação geral traçada nos documentos acima indi-

³ N.E. – Minuta sem data, com a única rubrica do ministro Jayme Azevedo Rodrigues, ao que tudo indica, seu autor. Não dispomos do texto das instruções efetivamente expedidas. O documento retrata o pensamento de uma figura expressiva do período na formulação da política externa do Itamaraty no plano econômico.



cados, que fazem parte integrante das presentes instruções. Por outro lado, constituirão subsídio para a atuação da delegação brasileira todos os relatórios das delegações do Brasil às mencionadas reuniões, bem como o vasto acervo de estudos e pesquisas realizados com o objetivo específico de fundamentar as posições brasileiras na conferência. A relação desses documentos está anexada ao final das presentes instruções.

3. A atuação do Brasil com respeito à Conferência de Comércio e Desenvolvimento tem-se pautado por três grandes diretrizes: a da responsabilidade dos países subdesenvolvidos na colocação de seus problemas de comércio, a da necessidade de que esta colocação se faça de maneira incisiva e, finalmente, a de que os países subdesenvolvidos defendam com vigor o atendimento satisfatório de suas justas reivindicações.

4. Quanto à primeira dessas diretrizes, significa ela que não podemos esperar que partam dos países desenvolvidos, beneficiários do sistema vigente, as iniciativas conducentes ao equacionamento e à análise de nossos problemas de intercâmbio. É esta uma responsabilidade que recai sobre os países prejudicados pelo atual mecanismo de trocas, sobre os que vêem seus esforços de desenvolvimento sacrificados pela implacável perda de substância econômica através do comércio. E é exatamente a perfeita compreensão deste encargo, fortalecida pela consciência de uma natural comunhão de objetivos e aspirações, que deve conduzir os países subdesenvolvidos a uma atuação cada vez mais dinâmica e solidária na defesa de seus interesses em todos os foros internacionais.

5. A partir da noção desta responsabilidade, chegamos à segunda premissa: a de que os países subdesenvolvidos devem colocar de maneira incisiva, clara e inequívoca suas necessidades de comércio e, conseqüentemente, suas reivindicações. Existe uma diferença real entre as condições comerciais dos países em desenvolvimento e dos países industrializados, da qual decorre interesses diversos e até mesmo divergentes. Enquanto esta confrontação não for inteiramente explicitada, enquanto não forem demarcadas com precisão as áreas de interesses comuns e as áreas de interesses antagônicos, enquanto perdurarem as indeterminações e as incertezas, os países subdesenvolvidos, econômica e comercialmente mais débeis, serão sempre prejudicados. É fundamental, portanto, que nós mes-



mos saibamos formular nossas reivindicações e que as levemos aos países desenvolvidos com pleno conhecimento do que significará sua aceitação ou sua recusa.

6. Assim fazendo, restará apenas aos países subdesenvolvidos defender com vigor e combatividade – em todos os foros internacionais – o atendimento de suas reivindicações comerciais. A reversão das atuais tendências do intercâmbio mundial depende essencialmente da manifestação de uma vontade política dos países industrializados, em virtude mesmo de seu maior poderio econômico e comercial. Mas não há dúvida de que esta vontade política só surgirá, verdadeiramente, se encontrar a contrapartida da vontade política dos países subdesenvolvidos, dirigida à satisfação internacional de seus justos e inadiáveis reclamos. Se não estamos a pleitear concessões indevidas, seria injustificável e contraproducente transigir na aceitação de vantagens superficiais ou manifestações vazias e ineficazes de boas intenções.

7. Acima de tudo, é importante ter em mente que o processo de reivindicação dos países subdesenvolvidos, no campo do comércio, apenas se inicia. Três meses de negociações, por mais frutíferas que sejam, não chegarão obviamente a alterar o quadro – para nós tão adverso – em que se desenrolam as trocas mundiais. A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento é, sem dúvida, um grande acontecimento na vida das relações econômicas internacionais. Mas, o mais importante é guardarmos a perspectiva de que a conferência é um marco, e apenas um marco, no esforço que os países em desenvolvimento devem estar prontos a manter por muitos anos no futuro.

8. Com vistas à efetivação dessas diretrizes políticas, o Brasil se empenhou no esforço de coordenação das posições dos países da América Latina, estágio básico para a consecução dos propósitos de coordenação geral dos países subdesenvolvidos. Este processo de unificação de critérios culminou, na reunião da CECLA, com a elaboração da Carta de Alta Gracia, que constitui a plataforma de reivindicações latino-americanas em matéria de comércio internacional.

9. Por seu significado e escopo, a Carta de Alta Gracia deverá ser o documento básico orientador da atuação da delegação brasileira. Na sua po-



sição de repositório de posições comuns a um grande número de países em desenvolvimento – primeiro documento desse tipo a ser levado a um foro mundial de comércio – a Carta de Alta Gracia tem inegável poder político. A delegação do Brasil deverá procurar, em um primeiro momento, evitar que tal poder se perca através da tomada de posições isoladas pelos países latino-americanos que a formularam, o que implica, também de nossa parte, um alto grau de coerência com suas disposições. Em um segundo momento, deverá a delegação buscar reforço da Carta, atraindo para ela os países em desenvolvimento de outros continentes, se não em termos de endosso formal, pelo menos na forma de aceitação implícita de seus postulados.

10. Nesse sentido, será certamente necessário ajustar os critérios latino-americanos aos pontos de vista e interesses de outras regiões em desenvolvimento, tomada a Carta como quadro de referência geral. Essa acomodação, todavia, não deverá implicar sacrifício à integridade da Carta de Alta Gracia, cuja validade transcende o âmbito e a validade temporal da Conferência de Comércio e Desenvolvimento. Esta tarefa de coordenação com os países em desenvolvimento deverá basear-se, ainda, complementarmente à Carta de Alta Gracia, sobre o relatório do secretário-geral da conferência, senhor Raul Prebisch, o qual servirá inevitavelmente como importante elemento balizador dos debates na conferência.

11. Desse modo, para que se garanta a coerência com as atitudes anteriores do Brasil e com os princípios que vem defendendo, a delegação deverá levar sempre suas iniciativas à consideração prévia do Grupo Informal Latino-Americano e, subseqüentemente, do Grupo de Países em Desenvolvimento. Através desse duplo processo de decantação e confronto, estará a delegação melhor capacitada para apresentar recomendações e propostas consentâneas com a linha geral de pensamento dos países subdesenvolvidos, sem cujo apoio ou assentimento não teriam qualquer condição de êxito. Isto não impede que, após efetuar tais entendimentos, a delegação brasileira assuma posições mais avançadas do que aquelas espostas pelos subdesenvolvidos como todo, sempre que não contraditarem o disposto na Carta de Alta Gracia e, pelo contrário, facilitarem uma solução de compromisso mais favorável aos interesses dos países em desenvolvimento.



12. Finalmente, a delegação do Brasil deverá ter em mente que a conferência é apenas um marco inicial no processo de reivindicação comercial dos países em desenvolvimento. Desse modo – e em virtude mesmo da magnitude de nossos problemas –, não pode o Brasil encarar a conferência sob um prisma imediatista, conquanto devamos perseguir a adoção de medidas que, no curto e médio prazos, possam representar aumentos significativos em nossa receita de exportação. Todavia, reconhecido o caráter de longo prazo da tarefa de reformulação da estrutura de comércio vigente, deve o Brasil pugnar, acima de tudo, pela aceitação universal dos princípios que devem reger as trocas internacionais, a fim de transformá-las em instrumento eficaz para o desenvolvimento.

13. Nesse sentido, uma absoluta coerência em matéria de princípios e um esforço prioritário em prol da coordenação dos países em desenvolvimento, apesar das dificuldades imediatas que encerram, podem significar ganhos maiores e mais sólidos no futuro. Cabe, por isso, à delegação brasileira atentar para que não se esgotem, em Genebra, as potencialidades políticas já geradas pela conferência, assegurando a continuidade de tratamento universal do problema através dos mecanismos institucionais adequados.

Item 1

A expansão do comércio internacional e sua importância para o desenvolvimento econômico

14. No tratamento deste item, que engloba toda a problemática geral do comércio internacional e sua correlação com o processo de desenvolvimento, a delegação do Brasil deverá sustentar e reforçar a tese que vem defendendo desde a XVII Assembléia Geral das Nações Unidas, de que o comércio não constitui um fim em si mesmo, mas um dos meios para se atingir a meta da aceleração do processo de desenvolvimento econômico das nações subdesenvolvidas.

1.1 – Exame das tendências do comércio mundial e suas perspectivas

15. Os trabalhos da delegação do Brasil no tocante a esse subitem e aos



de número dois e quatro, deverão fundamentar-se no recente trabalho “Avaliação das necessidades de investimentos dos países em desenvolvimento”, que faz parte da documentação. As conclusões que se podem extrair desse trabalho confirmam, com pequenas modificações quanto a magnitudes, as tendências apontadas pelo estudo *Long Term Trends along the Main Flows of Trade*, submetido pelo Brasil ao comitê preparatório, em sua segunda sessão. Assim, as novas projeções realizadas indicam que, se se mantiverem as tendências atuais, o quadro das relações do comércio internacional espelhará com nitidez progressivamente maior as distorções existentes.

16. Será necessário, portanto, deixar bem caracterizadas na conferência, desde o início, todas as implicações decorrentes da eventual concretização dessas tendências, com o fim de manter e mesmo acentuar o impacto produzido pela exposição crua dos dados representativos do comércio internacional dos países subdesenvolvidos.

1.2 – Necessidades de comércio dos países em desenvolvimento para seu crescimento econômico acelerado

17. A esse respeito, é importante avaliar-se corretamente os recursos necessários aos países em desenvolvimento. As avaliações feitas até hoje têm seguido, invariavelmente, uma orientação inadequada e utilizando critérios irrealistas. Por essa razão, as diversas estimativas das necessidades dos países em desenvolvimento têm apresentado uma margem de variação extremamente ampla, conduzindo em todos os casos à subavaliação das necessidades reais. A fim de que se sanem estas incorreções, a delegação deverá valer-se ainda do estudo referido no subitem anterior.

1.3 – Comércio internacional e suas conexões com o planejamento, políticas e instituições nacionais relacionadas com o desenvolvimento

18. Este item, embora de grande importância na solução dos problemas de comércio dos países em desenvolvimento, foi incluído na agenda provisória por insistência dos países desenvolvidos, desejosos de contrapor aos



debates sobre intercâmbio mundial a responsabilidade interna dos primeiros. Dessa maneira, procuram condicionar a correção das tendências do comércio a modificações estruturais que os países em desenvolvimento devem efetuar, as quais, contudo, não constituem matéria própria para debate internacional. Nesse sentido, conquanto não se deva esquivar de discutir a substância do item, a delegação do Brasil deverá impedir sua utilização pelos países desenvolvidos para justificar a postergação das medidas internacionais que se impõem no campo do comércio.

1.4 – Problemas de comércio internacional entre países

- com níveis semelhantes de desenvolvimento;
- em diferentes estágios de desenvolvimento;
- com sistemas econômicos e sociais diferentes.

19. A posição brasileira a esse respeito tem sido sempre a de pugnar pela integração do comércio mundial, advogando um tratamento que atenda aos interesses dos diversos fluxos de comércio, inclusive através de mecanismos e normas adequadas a cada fluxo, como consta dos princípios gerais da Carta de Alta Gracia. Dentro desse tratamento, a delegação se ocupará principalmente dos fluxos de comércio dos países em desenvolvimento entre si, e dos países em desenvolvimento com os países desenvolvidos e com os países socialistas. O comércio Leste-Oeste deve merecer também a atenção do Brasil, na medida em que seu incremento favorece indiretamente o intercâmbio dos países em desenvolvimento, principalmente com a área socialista.

1.5 – Princípios que regem as relações de comércio mundial e políticas de comércio conducentes ao desenvolvimento

20. Sob esse item se coloca, de fato, toda a filosofia da conferência. A delegação do Brasil dispõe de vasto material de base para o debate da matéria, devendo a ele recorrer para expor a necessidade de reformulação geral dos princípios, normas e políticas vigentes, com vistas a transformar o comércio em instrumento para o desenvolvimento. No que concerne es-



pecificamente aos princípios, deverá o Brasil pugnar pelo reconhecimento da inadequação do princípio da reciprocidade e da cláusula da nação mais favorecida aos interesses dos países em desenvolvimento, defendendo, em contrapartida, os princípios incorporados à Carta de Alta Gracia.

Item 2

Produtos de base

21. Com relação ao comércio internacional de produtos de base, a delegação do Brasil deverá pugnar pela adoção de um programa orgânico, baseando sua atuação nas seguintes diretrizes e princípios:

- coerência com a posição doutrinária do Brasil no passado;
- utilização das conclusões gerais da Carta de Alta Gracia, na parte referente aos produtos de base, para compor uma frente ampla dos países em desenvolvimento;
- equacionamento dos interesses do Brasil em obter, a longo prazo, a total reformulação das normas e condições em que opera o comércio de produtos de base, ajustando tal objetivo à necessidade de adoção de medidas práticas, no campo internacional, que tenham impacto significativo sobre nossas receitas de exportação, no curto e médios prazos;
- defesa da necessidade de obter tanto a remoção dos obstáculos ao comércio e consumo, quanto o ordenamento do mercado, mediante a fixação de preços e regulamentação da oferta em convênios internacionais abertos a produtores e consumidores;
- prioridade, no tocante à remoção de obstáculos, para a redução das taxas internas e eliminação das restrições quantitativas existentes, que afetam produtos tropicais;
- ampliação do número de convênios e fortalecimento dos vigentes, mediante a incorporação de disposições sobre preços e mecanismos financeiros complementares;
- aceitação da tese da reserva de mercados (metas de importação) para produtos temperados e minerais importados, de países subdesenvolvidos, por países industrializados;



- endosso ao princípio de multilateralização do sistema de colocação de excedentes agropecuários e condenação de vendas de excedentes, em modalidades não comerciais, a países desenvolvidos; e
- apoio a todas as iniciativas que levem ao desenvolvimento do comércio de produtos de base entre países subdesenvolvidos.

Item 3

Comércio de manufaturas e semimanufaturados

22. Uma das condições para a consecução e manutenção de uma taxa de crescimento que conduza ao desenvolvimento acelerado e sustentado da economia dos países em desenvolvimento é o aumento de sua capacidade de importar, sobretudo equipamentos e bens de uso intermediário. A fim de disporem de recursos para atender a essas importações, tornar-se-á indispensável recorrer a:

- ampliação dos mercados externos de produtos primários;
- intensificação da assistência financeira internacional; e
- aumento das exportações de produtos manufaturados.

No longo prazo, este último constitui, pelas ilimitadas possibilidades de diversificação da pauta de exportação, a solução principal para a obtenção de recursos de origem externa em montante compatível com as necessidades do desenvolvimento econômico.

23. Todavia, dadas as características que cercam o processo de industrialização nos países em desenvolvimento, é imperativo que a política de substituição de importações seja combinada com medidas adequadas de promoção de exportações de produtos manufaturados, sem o que as distorções por ela introduzidas se agravarão e continuarão impedindo, por falta de vantagens comparativas, a expansão das exportações de produtos manufaturados.

24. As possibilidades de incrementar as exportações de manufaturas dos países em desenvolvimento esbarram, entretanto, em restrições de vários tipos, adotadas pelos países industrializados. As principais – mais diretamente relacionadas com a formulação e execução de políticas comerciais –



são aquelas referentes ao sistema tarifário, regime de quotas, acordos que criam áreas preferenciais, acordos de reserva de mercado e contratos para a utilização de patentes industriais.

25. Com vistas à eliminação dos entraves daí resultantes, a delegação do Brasil deverá defender, sempre mediante entendimento com os demais países em desenvolvimento, a plena realização das recomendações de Alta Gracia com respeito ao comércio de manufaturas. No que se refere às recomendações do Relatório Prebisch, a delegação deverá combater a tese das preferências exclusivas para os países de menor desenvolvimento relativo e defender a posição, sustentada pelo Brasil em Alta Gracia, a favor das preferências gerais. Ainda com relação ao sistema de preferências, a delegação deverá combater em todas as oportunidades o critério seletivo, tal como incorporado no Plano Brasseur. Dado que o tratamento do problema da exportação de manufaturas pelos países em desenvolvimento é relativamente recente, recorrer-se-á sempre às premissas de posição brasileira, para a análise de novas propostas eventualmente apresentadas.

Item 4

Invisíveis

26. Em matéria de invisíveis, a delegação do Brasil deverá pautar-se pelos princípios consubstanciados nas conclusões pertinentes da Carta de Alta Gracia. Em resumo, deverão ser sustentadas as seguintes posições:

4.1 – Fretes

- Liberdade de contratação de transporte marítimo dos países em desenvolvimento.
- Estímulo à expansão e manutenção de marinhas mercantes dos países em desenvolvimento.
- Preferências sem reciprocidade em tudo o que se refere a transporte de fretes, inclusive com reserva de carga.
- Fiscalização efetiva, pelos governos dos países em desenvolvimento, das decisões que afetam as condições e preços do transporte marítimo, inclusive quando tomadas por conferências de fretes.



- Estabelecimento de linhas regulares de navegação entre países subdesenvolvidos e entre estes e mercados não-tradicionais.
- Uniformização da coleta de dados e análise estatística, sobretudo dos manifestos de carga.
- Transformação do sistema de compras e vendas no exterior, passando as importações a serem realizadas em base FOB e as exportações em base CIF.

4.2 – Seguros

- Maior retenção nos países subdesenvolvidos das transações de seguro e resseguros.
- Maior colocação, pelo mercado internacional, de seguros de bons riscos nos países subdesenvolvidos.
- Criação de instituições regionais de resseguros dos países subdesenvolvidos.
- Uniformização de cláusulas e unificação de estatísticas de seguros e resseguros.

4.3 – Turismo

- Intensificação da publicidade para atrair turistas para os países subdesenvolvidos, sobretudo em bases regionais.
- Financiamento à infra-estrutura do turismo.
- Diminuição de barreiras burocráticas.
- Incentivo à realização, nos países subdesenvolvidos, de reuniões e congressos de organizações internacionais oficiais e particulares.

4.4 – Royalties

- Necessidade de comprovação da utilidade das patentes.
- Vinculação das remessas de *royalties* à rentabilidade efetiva das patentes.
- Controle da vigência das patentes.



- Fiscalização de remessas pela liderança de marcas de comércio e proibição de limitações de exportação para evitar concorrência com as matrizes.
- Coibição de vinculações abusivas de concessões de patentes ou venda de equipamento com fornecimento de assistência técnica, muitas vezes desnecessária, e controle da remessa de lucros efetuada sob o manto de assistência técnica.

4.5 – Juros, dividendos e outras formas de remessa de lucros

27. Como no item anterior, a delegação brasileira se pautará pela orientação ditada na Lei de Remessa de Lucros. Atenção especial será dada ao ônus do serviço dos financiamentos e investimentos externos, que não deverá ultrapassar parcela razoável da capacidade de pagamento dos países subdesenvolvidos.

Item 5

Implicação dos agrupamentos econômicos regionais

28. A posição do Brasil com relação aos agrupamentos econômicos regionais caracteriza-se por:

- reconhecer o direito à associação econômica e as vantagens que dela podem decorrer;
- repudiar práticas protecionistas e discriminatórias ao comércio de países em desenvolvimento, que possam advir ao estabelecimento destes agrupamentos.

29. Quanto à Comunidade Econômica Européia, os principais problemas que suscita para o Brasil são os seguintes:

- com relação aos produtos primários, sobretudo os produtos agrícolas tropicais, o alto nível das taxas internas, a tarifa exterior comum, as restrições quantitativas e outros entraves a seu livre acesso;



- as barreiras à expansão do comércio de produtos manufaturados e semimanufaturados;
- o tratamento preferencial e discriminatório concedido aos países associados, em detrimento dos demais países em desenvolvimento.

30. No que se refere ao tratamento preferencial, a delegação do Brasil deverá defender o princípio da não-discriminação entre subdesenvolvidos; mas, dada a situação peculiar dos países beneficiados, advogará uma substituição gradual das preferências por outras vantagens que não impliquem discriminação comercial.

31. Com respeito ao Conselho de Assistência Econômica Mútua, o Brasil reconhece as possibilidades positivas que oferece para a expansão do comércio dos países em desenvolvimento. A delegação deverá reivindicar a fixação de metas quantitativas, por parte dos países socialistas, para as importações de produtos primários e manufaturas provenientes de países em desenvolvimento, as quais deverão integrar seus planos de longo prazo. A delegação deverá ainda insistir na necessidade de que os países socialistas permitam a transferibilidade, dentro da área, dos saldos decorrentes de transações comerciais com países em desenvolvimento. Por outro lado, deverá a delegação atentar para a aparente retração dos países socialistas com respeito à conferência, fato que nos retiraria importante elemento de pressão sobre os países desenvolvidos.

32. No que concerne aos agrupamentos de países em desenvolvimento, a delegação brasileira deverá pugnar pelo reconhecimento de que os mesmos constituem instrumento eficaz para assegurar um crescimento sustentado para os países que os integram. Nesse sentido, deverá a delegação principalmente:

- procurar a cooperação internacional para o fortalecimento técnico e financeiro das instituições regionais de países em desenvolvimento;
- pugnar pelo estabelecimento de normas mais flexíveis para a implantação desses agrupamentos;
- promover instrumentos que facilitem e ampliem o financiamento do intercâmbio e aperfeiçoem os sistemas de pagamentos dentro



dos mecanismos de integração, evitando a oposição dos países que comerciam dentro do regime de livre conversibilidade.

Item 6

Financiamento

6.1 – Princípios gerais

33. A correção das distorções do comércio internacional é indispensável, mas não constitui condição suficiente para assegurar aos países subdesenvolvidos um ritmo de crescimento satisfatório, especialmente durante o período em que se irá operar tal correção. Desse modo, impõe-se também a intensificação do fluxo de transferência de poupanças de países desenvolvidos para os países subdesenvolvidos.

6.2 – Cooperação financeira a longo prazo

34. Os seguintes temas deverão ser sustentados pela delegação:

- Internacionalização da cooperação financeira e sua despolitização.
- Quantificação das necessidades e das disponibilidades de financiamento. O estudo das necessidades de investimentos levará em conta as estimativas realizadas pelo STAP. O estudo das disponibilidades deverá servir de base a uma revisão da proporção de 1% do PNB a ser fornecido pelos países desenvolvidos, revisão esta que leve em conta uma espécie de taxa progressiva da renda real dos países desenvolvidos. Por outro lado, deverá ser discutida a canalização imediata de parte dos recursos liberados pelo processo de desarmamento para a tarefa de desenvolvimento.
- Maior participação dos países subdesenvolvidos nas decisões referentes à cooperação financeira, inclusive através da reestruturação dos órgãos financeiros internacionais existentes.
- Endosso do financiamento externo de custos locais, sobretudo para a compra de equipamentos produzidos localmente.
- Condenação dos *tied loans*.



- Redução do ônus do serviço do endividamento externo a níveis compatíveis com a capacidade de pagamento, objetivo a ser atingido mediante o reescalonamento da dívida externa anteriormente acumulada.

6.3 – Compensação financeira pela queda de receitas

35. Neste item, a delegação brasileira deverá seguir as linhas traçadas pelas conclusões pertinentes de Alta Gracia, pautando-se pela longa tradição brasileira no trato do assunto.

6.4 – Liquidez internacional

36. O assunto está em estudo no plano internacional e ainda não permite a tomada de posições definidas. A delegação brasileira deverá acompanhar a discussão do assunto, ressaltando sempre os requisitos específicos dos países subdesenvolvidos e a necessidade de que participem dos estudos e das decisões relativas ao sistema monetário internacional.

6.5 – Financiamento à exportação

37. A delegação endossará a necessidade de uma expansão dos recursos destinados ao financiamento das exportações de países subdesenvolvidos. Ao mesmo tempo, apoiará o sistema incipiente do BID, advogando a sua aplicação em outras regiões.

6.6 – Assistência técnica

38. Deverá ser defendida a multilateralização da assistência técnica externa e sua despolitização, bem como a intensificação de seu fluxo. É necessário, também, insistir sobre a conveniência de adaptação dessa assistência às condições reais do país recipiente, assim como a imperiosidade de abrir novas perspectivas para o acesso dos países subdesenvolvidos ao acervo tecnológico e científico, hoje altamente concentrado nos países desenvolvidos.



Item 7

Problemas institucionais

39. Com respeito às questões institucionais, cabe ressaltar que o próprio enunciado do item correspondente da agenda – “Instituições, métodos e mecanismos para executar medidas relativas à expansão do comércio internacional” – consubstancia algumas das idéias fundamentais que foram sempre defendidas e desenvolvidas pelo Brasil, dentro da conceituação do comércio como meio para o desenvolvimento econômico e social, e não como um fim em si. Esta filosofia básica deverá continuar a constituir, na conferência, o quadro doutrinário da atuação da delegação brasileira.

40. Com efeito, o sucesso dos esforços realizados pelos países em desenvolvimento dependerá de sua capacidade de encaminhar uma solução satisfatória do problema institucional, qual seja, a substituição do mecanismo presente, ineficiente e inadequado, por um sistema orgânico e integrado de tratamento das questões de comércio internacional. O mecanismo atual, desenvolvido quase todo sob a inspiração das Nações Unidas, nasceu da não-ratificação da Carta de Havana, que previa a criação da Organização Internacional de Comércio.

41. Na inexistência de um organismo do gênero, improvisou-se, ao longo dos anos de após-guerra, um mecanismo institucional cujos traços característicos consistem num extremo fracionamento de órgãos de natureza e poderes os mais diversos e na ausência de uma divisão precisa de funções entre as várias peças do mecanismo. Procurou-se, assim, atender – por meio de órgãos isolados, criados de maneira caótica – às exigências de natureza institucional que o fracasso de Havana deixara irrespondidas.

42. Como resultado dessa situação, existem hoje, no campo do comércio, mais de quarenta órgãos. Além da Organização das Nações Unidas propriamente, ocupam-se de questões de comércio quatro das suas agências especializadas: a FAO, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial de Reconstrução e Desenvolvimento, e a Organização Internacional do Trabalho. A essas agências somam-se o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), os grupos de estudos dos produtos de base e os conselhos que



administram os vários acordos sobre o comércio destes produtos, como o do trigo, o do açúcar, o do estanho, o do café, etc., cuja coordenação com a ONU é feita – de maneira insatisfatória – por intermédio do Comitê Provisório de Coordenação para Acordos Internacionais de Produtos de Base (ICCICA). Embora o GATT não seja formalmente uma agência especializada da ONU, a ela está ligado por meio do Comitê Administrativo de Coordenação, onde têm assento, sob a presidência do secretário-geral, os diretores-executivos das várias agências que compõem a família das Nações Unidas.

43. Dentro da própria ONU, dedicam-se ao exame das questões de comércio internacional: a Assembléia Geral por intermédio da sua segunda comissão (econômica e financeira), o Conselho Econômico e Social e as quatro comissões econômicas regionais, além do já mencionado ICCICA. Uma das comissões funcionais do ECOSOC estuda os problemas das flutuações dos preços dos produtos de base e recomenda medidas de natureza compensatória com vistas a atenuar tais flutuações. Por sua vez, a FAO também dispõe de uma comissão de produtos de base e de uma série de comitês e de grupos de trabalho encarregados da análise do comércio de vários produtos.

44. Num tal sistema, as duplicações e lacunas são inevitáveis. A elas se somam as dificuldades de coordenação. Contudo, o mecanismo presente representa o que era possível realizar em função das circunstâncias existentes. Historicamente, as suas deficiências resultam do próprio processo que o configurou. O fracasso da Organização Internacional do Comércio relegou inevitavelmente as questões de comércio internacional a um tratamento setorial e compartimentado, não global e integrado. Como teve ocasião de salientar o relatório do grupo de peritos designado pela Resolução 919 (XXXIV) do ECOSOC,

é concebível que o número de organismos pudesse ter sido menor se a tentativa feita em 1948 de estabelecer uma organização internacional do comércio, como contemplada na Carta de Havana, não tivesse fracassado (...). O vácuo deixado pelo fracasso do estabelecimento da organização tendeu a ser preenchido em menor ou maior grau por um número maior de organismos.



Por outro lado, não existia uma consciência nítida das interrelações entre o comércio internacional e o processo de desenvolvimento. Ademais, mesmo se essa consciência existisse, é de duvidar que os países subdesenvolvidos tivessem o poder de impor a criação de um mecanismo que permitisse o tratamento global e integrado das questões de comércio. Mesmo o mecanismo atual, com todas as suas deficiências e inadequações, não foi criado sem dificuldades. Por fim, como assinala o relatório do grupo de peritos,

novos organismos eram algumas vezes criados não ali onde mais se faziam necessários, mas ali onde a pressão política era mais forte. Países que não estavam satisfeitos com a orientação e as funções dos organismos existentes pressionavam pela criação de novos.

45. A Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento enfrentará a tarefa de criar um novo e adequado mecanismo institucional. Sob certos aspectos, a conferência já antecipa, no seu próprio funcionamento, esse novo mecanismo. Ela substituirá a fase do tratamento fracionado pela fase do tratamento global dos problemas de comércio, iniciando assim um processo de importância vital para os países subdesenvolvidos. A conferência não se limitará a uma discussão das questões de produtos de base, mas alcançará todo o campo das trocas internacionais, inclusive o comércio de invisíveis e de produtos manufaturados e semimanufaturados oriundos dos países subdesenvolvidos. A exclusividade preocupação com o comércio daqueles, paralelamente ao desinteresse pelo comércio destes, constitui uma das limitações mais sérias do presente mecanismo. Por outro lado, a conferência submeterá a discussão de toda a problemática do comércio internacional à perspectiva global do desenvolvimento econômico, tarefa igualmente impossível de ser realizada por meio do mecanismo atual, que revela as árvores mas esconde a floresta.

46. Contudo, para que o trabalho da conferência corresponda às expectativas dos que lutaram por ela, faz-se mister dar-lhe continuidade no tempo. Só uma organização internacional do comércio poderá proceder com sucesso à obra de reformulação de todo o sistema de trocas internacionais e de criação de uma nova divisão internacional do trabalho, que constitui



a reivindicação fundamental dos países subdesenvolvidos em matéria de cooperação internacional. A essa organização, se atribuiria a missão de formular e recomendar medidas, visando à expansão do comércio internacional, à ordenação racional dos fluxos de comércio e à criação de novos fluxos, ao estabelecimento de uma correlação justa de preços entre os produtos primários e os produtos manufaturados. Caber-lhe-ia, também, a fixação de princípios legais orientadores das relações comerciais entre países. Cumpriria, por fim, dotá-la da capacidade executiva indispensável à efetivação das medidas acordadas.

47. Em nenhum momento o Brasil advogou a eliminação do GATT, mas sim sua integração dentro da nova estrutura, preferentemente como órgão destinado a reger as trocas entre países industrializados. Este objetivo de longo prazo não implica, contudo, a recomendação de seu imediato aproveitamento na estrutura provisória que possa ser erigida na conferência e assim, tal como consta das conclusões pertinentes da Carta da Alta Gracia, o GATT teria vida própria enquanto não se chegasse a constituir a nova organização. Procura-se evitar, desse modo, que o GATT aglutine as novas medidas e competências a serem fixadas na conferência, sem que previamente se opere uma transformação radical de seus princípios e normas operacionais.

48. Esta linha geral de comportamento deverá ser seguida pela delegação brasileira, com vistas, inclusive, à obtenção de resoluções destinadas a modificar os estatutos e as práticas dos organismos internacionais vigentes, cujos objetivos ou métodos de ação não se conformem à filosofia que motivou a convocação da conferência. Simples alterações tópicas, contudo, não solucionarão o problema fundamental, que é o de transformar o comércio em instrumento para o desenvolvimento. Por essa razão, deverá a delegação brasileira defender a criação de uma organização internacional de comércio e desenvolvimento, que deveria ter o caráter de uma agência especializada das Nações Unidas, estruturando-se em torno de uma conferência anual, um secretariado permanente, um conselho de comércio e desenvolvimento, um conselho financeiro e uma junta executiva, com as necessárias comissões.

49. Em vista mesmo das razões políticas que tornam praticamente impos-



sível, no momento, a criação de uma organização deste molde, a delegação do Brasil poderá aceitar uma solução transitória, tal como consubstanciada nas conclusões da Carta de Alta Gracia. Nesta hipótese, procurará adotar o mecanismo provisório, ainda que em estado embrionário, dos órgãos componentes da organização ideal, atentando especialmente para a necessidade de criação dos comitês especiais propostos em Alta Gracia.

ANEXO ÚNICO

Lista de documentos subsidiários das instruções

1) *Produtos de base*

1.1 Trabalhos apresentados pelo grupo encarregado de realizar estudos sobre o assunto:

- GT 1/1 “Alguns aspectos da política comercial de países industrializados que afetam o comércio de produtos de base”.
- GT 1/2 “Instituições e mecanismos internacionais de estudo e estabilização dos mercados dos produtos de base”.
- GT 1/3 “Análise crítica das alternativas abertas à ação do Brasil em matéria de produtos de base”.
- GT 1/4 “Quadros estatísticos que englobam dados sobre produção, exportação, importação, preços e fluxos de comércio dos principais produtos de base brasileiros e mundiais”.
- GT 1/5 “A Comunidade Econômica Européia e o comércio de produtos tropicais”.
- GT 1/6 “O programa de ação do GATT”.
- GT 1/7 “Quadros estatísticos sobre concentração de exportações e sobre preços de produtos de base”.
- GT 1/8 “Catalogação das medidas já sugeridas para a remoção de entraves ao comércio de produtos de base, com indicação de foro em que as ações foram propostas”.



- GT 1/9 “Observações sobre a tese francesa de organização de mercados”.
- GT 1/10 “Produtos de base e a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento”.
- GT 1/11 “A colocação de excedentes agrícolas” (programas norte-americanos de disposição de excedentes agrícolas).
- GT 1/12 “Problemas do comércio internacional de produtos de base” (O. A. Dias Carneiro).
- GT 5/1 “Avaliação das necessidades de investimento dos países subdesenvolvidos”.

1.2 Outros documentos:

- 1.2.1 “Instruções para delegação do Brasil à 36ª sessão da CPB da FAO”.
- 1.2.2 “Instruções para a delegação do Brasil à XVIII Assembléia Geral das Nações Unidas. Parte econômica”.
- 1.2.3 “Instruções para a delegação do Brasil à reunião da CEPB da OEA, 1963”.
- 1.2.4 “Relatório da delegação brasileira às conferências internacionais do café”.
- 1.2.5 “Relatório da delegação do Brasil à Conferência Internacional do Cacau”.
- 1.2.6 “Segunda sessão do comitê preparatório. Projeto de proposta brasileira sobre princípios reguladores do comércio internacional”.

2) Manufaturas

2.1 Trabalhos apresentados pelo grupo encarregado de realizar estudos sobre o assunto:

- GT 2/1 “Grupo de trabalho sobre manufaturas. Informação”.
- GT 2/2 “Medidas e iniciativas para diversificação e expansão da exportação de produtos manufaturados”.



- GT 2/3 “Medidas e iniciativas para promover o comércio de produtos manufaturados e semimanufaturados entre os países em desenvolvimento. Medidas cambiais. Sistema de pagamentos”.
- GT 2/4 “Normas técnicas e seu reflexo no comércio”.
- GT 2/5 “Importação e exportação. Burocracia e encargos”.
- GT 2/6 “Comércio exterior. Exportação de produtos manufaturados e semimanufaturados de países em desenvolvimento”.
- GT 2/7 “Exportação de produtos manufaturados brasileiros”.
- GT 2/8 “Como exportar para os Estados Unidos”.
- GT 2/9 “Problemas e possibilidades de exportação de produtos manufaturados para países em desenvolvimento”.
- GT 2/10 “Medidas para a expansão da exportação de manufaturas dos países em desenvolvimento”.
- GT 2/11 “Confronto entre as conclusões de Brasília e o Relatório Prebisch”.

2.2 Outros documentos:

- 2.2.1 “Ofício n. 50, de 9/IV/1962, da delegação em Genebra” (comitê de têxteis de algodão, GATT).
- 2.2.2 “Comitê III” (trabalho do secretário Mauro Mendes de Azeredo).
- 2.2.3 “Comentário analítico do embaixador O. A. Dias Carneiro sobre o comércio de produtos manufaturados e semimanufaturados”.
- 2.2.4 “*Long term trends along the main flows of trade*”.
- 2.2.5 “GATT. Grupo de peritos sobre informação comercial. SEPRO. Relatório da delegação do Brasil. Genebra, fevereiro de 1964”.

3) Financiamento e invisíveis

3.1 Trabalhos apresentados pelo grupo encarregado de realizar estudos sobre o assunto:



- GT 3/1 “Problemas do comércio internacional de produtos de base”.
- GT 3/2 “Invisíveis: turismo”.
- GT 3/3 “Invisíveis: transportes marítimos”.
- GT 3/4 “Invisíveis: seguro”.
- GT 3/5 “Sistema financeiro internacional. Organismos financeiros internacionais multilaterais”.
- GT 3/6 “Invisíveis” (trabalho de Alberto Hahn).
- GT 3/7 “Financiamento de exportações”.
- GT 3/8 “Princípios que regem o comércio internacional”.
- GT 3/9a “Financiamento compensatório – médio e curto prazo”.
- GT 3/9b “Financiamento compensatório – longo prazo”.
- GT 3/9c “A assistência internacional como fonte de recursos externos para o desenvolvimento”.
- GT 3/10 “Ajuda econômica britânica ao exterior”.
- GT 3/11 “Auxílio francês ao exterior”.
- GT 3/12 “Assistência técnica”.

3.2 Outros documentos:

- 3.2.1 “Relatório da delegação do Brasil à reunião do grupo de técnicos sobre a estabilização de receitas de exportação. Washington, 1962”.
- 3.2.2 “A compensação financeira das perdas na receita de exportação”.

4) *Arranjos institucionais*

4.1 Trabalhos apresentados pelo grupo encarregado de realizar estudos sobre o assunto:

- GT 4/1 “A estrutura institucional no campo do comércio internacional. Análise geral e classificação”.
- GT 4/2 “O comportamento do Brasil no GATT. Exame crítico do acordo geral”.



- GT 4/3 “O comportamento do Brasil no GATT. A posição do Brasil a partir da reforma do acordo geral”.
- GT 4/4 “Mecanismos institucionais no campo do comércio internacional. Situação atual e perspectivas”.
- GT 4/5 “O GATT – comércio exterior e desenvolvimento”.
- GT 4/5a Apreciação sobre a monografia “O GATT – comércio exterior e desenvolvimento”.
- GT 4/5b Trabalho crítico sobre a apreciação da monografia “O GATT – comércio exterior e desenvolvimento”.
- GT 4/6 “Validade da ação multilateral no campo do comércio e desenvolvimento – GATT”.
- GT 4/7 “Princípios no campo do comércio internacional e desenvolvimento”.
- GT 4/8 “*Etude analytique des organismes internationaux ayant trait du mandat du groupe d'experts*”.
- GT 4/9 “Estudo sobre a FAO”.
- GT 4/10 “Comentário analítico do temário provisório”.
- GT 4/11 “Esquema da OICD”.
- GT 4/12 “Comentário sobre as conclusões a que chegou a reunião de técnicos governamentais da América Latina em política comercial”.
- GT 4/13 “Sistema financeiro internacional”.

5) Agrupamentos regionais

5.1 “Implicações dos agrupamentos regionais de países desenvolvidos para o comércio dos países em desenvolvimento” (José Luiz Silveira Miranda).





DOCUMENTO 51

Artigo do ministro João Augusto de Araújo Castro, publicado no *Jornal do Brasil*, em 15 de março

Circular n. 5.083, de 18 de março de 1964.

O Brasil e a Conferência de Comércio da ONU

O Itamaraty considera a Conferência de Comércio e Desenvolvimento, a inaugurar-se em Genebra a 23 do corrente, um dos marcos da história das relações internacionais e das Nações Unidas. A imprensa brasileira vem ampla e objetivamente informando a opinião pública do país a respeito da importância e da significação da conferência. O Brasil comparecerá a Genebra após mais de um ano de intensos estudos visando à formulação de uma posição que corresponda realmente aos interesses e às necessidades nacionais no tocante à contribuição do comércio internacional ao processo de desenvolvimento econômico. Mas, a ação da chancelaria brasileira não se limitou à fixação de sua posição. Ela conduziu toda uma série de negociações com vistas à formação de uma frente coesa de países subdesenvolvidos, cimentada num conjunto de reivindicações comuns. Esses trabalhos deram lugar a um debate fecundo, que nos proporcionou uma idéia precisa das necessidades de expansão do comércio dos países em desenvolvimento, dos obstáculos de natureza estrutural que impedem essa expansão e das medidas de cooperação internacional que urge tomar para afastá-los, de maneira definitiva.

O trabalho da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento não se reduzirá ao debate dos problemas de caráter puramente econômico. Ele deverá também, como se vê do item VII da agenda do encontro, ocupar-se das instituições, métodos e mecanismos de execução das medidas relativas à expansão do comércio internacional, procedendo a um “reexame da atividade dos organismos internacionais de comércio dos países em desenvolvimento” e considerando “a viabilidade de eliminar, coordenar e consolidar as atividades de tais organismos, de criar condições para aumentar-lhes a composição e de tomar tantas outras ini-



ciativas quanto forem necessárias para maximizar os resultados favoráveis do comércio para o desenvolvimento econômico”.

O problema da formulação de um sistema institucional adequado ao atendimento dos imperativos de expansão comercial dos países subdesenvolvidos representará um dos grandes desafios de Genebra. Em última análise, o sucesso dos esforços realizados por estes países dependerá da sua capacidade de encaminhar uma solução satisfatória do problema institucional. Não resta dúvida sobre qual é a solução satisfatória: ela constitui na substituição do mecanismo presente, ineficiente e inadequado, por um sistema orgânico integrado de tratamento das questões de comércio internacional.

O mecanismo atual, desenvolvido quase todo sob a inspiração das Nações Unidas, nasceu de uma frustração. Refiro-me à não-ratificação da Carta de Havana e à morte da Organização Internacional de Comércio que ela previa. Na inexistência de um organismo do gênero, improvisou-se, ao longo dos anos de após-guerra, um mecanismo institucional cujos traços característicos consistem num extremo fracionamento de órgãos de natureza e poderes os mais diversos e na ausência de uma divisão prévia de funções entre várias peças do mecanismo. Procurou-se, assim, atender – por meio de órgãos isolados, criados de maneira caótica – às exigências de natureza institucional que o fracasso de Havana deixara irrespondidas.

Para que o leitor tenha uma idéia do conglomerado de órgãos, agências, comissões, subcomissões, etc., que, sob a égide das Nações Unidas, atua no campo do comércio internacional, é suficiente lembrar os seguintes fatos. Além da Organização das Nações Unidas propriamente, ocupam-se de questões de comércio quatro das suas agências especializadas: a FAO, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial de Reconstrução e Desenvolvimento e a Organização Internacional do Trabalho. A essas agências, somam-se o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), os grupos de estudo dos produtos de base e os conselhos que administram os vários acordos sobre o comércio destes produtos, como o do trigo, o do açúcar, o do café, etc., cuja coordenação com a ONU é feita por intermédio do Comitê Provisório de Coordenação para Acordos Internacionais de Produtos de Base, mais conhecido pela sua sigla em inglês ICCICA. Embora o



GATT não seja formalmente uma agência especializada da ONU, a ela está ligado por meio do Comitê Administrativo de Coordenação, onde têm assento, sob a presidência do secretário-geral, os diretores-executivos das várias agências que compõem a família das Nações Unidas.

Dentro da própria ONU, dedicam-se ao exame das questões de comércio internacional: a Assembléia Geral por intermédio da sua segunda comissão (Econômica e Financeira), o Conselho Econômico e Social e as quatro comissões econômicas regionais, além do já mencionado ICCICA. Uma das comissões funcionais do ECOSOC estuda os problemas das flutuações dos preços dos produtos de base e recomenda medidas de natureza compensatória com vistas a atenuar tais flutuações. Por sua vez, a FAO também dispõe de uma comissão de produtos de base e de uma série de comitês e de grupos de trabalho encarregados da análise do comércio de vários produtos.

Num tal sistema, as duplicações e lacunas são inevitáveis. A elas se somam as dificuldades de coordenação. Contudo, o mecanismo presente representa o que era possível realizar, em função das circunstâncias existentes. Historicamente, as suas deficiências resultam do próprio processo que a configurou. O fracasso da Organização Internacional do Comércio relegou inevitavelmente as questões de comércio internacional a um tratamento setorial e compartimentado, não global e integrado. Como teve a ocasião de salientar o relatório do grupo de peritos designado pela Resolução 919 (XXXIV) do ECOSOC,

é concebível que o número de organismos pudesse ter sido menor se a tentativa feita em 1948 de estabelecer uma organização internacional do comércio, como contemplada na Carta de Havana, não tivesse fracassado(...). O vácuo deixado pelo fracasso do estabelecimento da organização tendeu a ser preenchido em menor ou maior grau por um número de organismos. (p. 44)

Por outro lado, não existia uma consciência nítida das interrelações entre o comércio internacional e o processo de desenvolvimento. Ademais, mesmo se essa consciência existisse, é de duvidar que os países subdesen-



volvidos tivessem o poder de impor a criação de um mecanismo que permitisse o tratamento global e integrado das questões de comércio. Mesmo o mecanismo atual, com todas as suas deficiências e inadequações, não foi criado sem dificuldades. Por fim, como assinala o relatório do grupo de peritos,

novos organismos eram algumas vezes criados não ali onde mais se faziam necessários, mas ali onde a pressão política era mais forte. Países que não estavam satisfeitos com a orientação e as funções dos organismos existentes pressionavam pela criação de novos. (p. 44)

A Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento enfrentará a tarefa de criar um novo e adequado mecanismo institucional. Sob certos aspectos, a conferência já antecipa, no seu próprio funcionamento, esse novo mecanismo. Ela substituirá a fase do tratamento fracionado pela fase do tratamento global dos problemas de comércio, iniciando, assim, um processo de importância vital para os países subdesenvolvidos. A conferência não se limitará a uma discussão das questões de produtos de base, mas alcançará todo o campo das trocas internacionais, inclusive o comércio de invisíveis e dos produtos manufaturados e semimanufaturados oriundos dos países subdesenvolvidos. A exclusiva preocupação com o comércio daqueles, paralelamente ao desinteresse pelo comércio destes, constitui uma das limitações mais sérias do presente mecanismo. Por outro lado, a conferência submeterá a discussão de toda a problemática do comércio internacional à perspectiva global do desenvolvimento econômico, tarefa igualmente impossível de ser realizada por meio do mecanismo atual, que revela as árvores mas esconde a floresta.

Contudo, para que o trabalho da conferência corresponda às expectativas dos que lutaram por ela, faz-se mister dar-lhe continuidade no tempo. Só uma organização internacional de comércio poderá proceder com sucesso à obra de reformulação de todo o sistema de trocas internacionais e de criação de uma nova divisão internacional do trabalho, que constitui a reivindicação fundamental dos países subdesenvolvidos em matéria de cooperação internacional. A essa organização, se atribuiria a missão de



formular e recomendar medidas, visando à expansão do comércio internacional, à ordenação racional dos fluxos de comércio e à criação de novos fluxos, ao estabelecimento de uma correlação justa de preços entre os produtos primários e os produtos manufaturados. Caber-lhe-ia, também, a fixação de princípios legais orientadores das relações comerciais entre países. Cumpriria, por fim, dotá-la da capacidade executiva indispensável à efetivação das medidas acordadas.

O processo de reformular todo o funcionamento do comércio internacional, à luz das necessidades dos países subdesenvolvidos, apenas se inicia. Os resultados da conferência não serão espetaculares, nem seus efeitos se farão sentir de maneira imediata. Não se transforma, no espaço de algumas semanas, um sistema de divisão internacional do trabalho que é o produto de séculos. Mas um provérbio imemorial nos ensina que uma caminhada de muitas léguas começa por um passo. É num espírito de sóbrio otimismo que o Brasil comparecerá a Genebra.

Estamos em pleno processo de aceleração da história. Contemplem-se, por exemplo, os resultados alcançados, em curto prazo, no setor da descolonização. Com suas resoluções, que em certo momento pareceram platônicas e inconclusivas, a ONU criou o mundo de 1964, o mundo da autodeterminação e da libertação dos povos.

A atual política do Itamaraty, caracterizada pelo trinômio *Desarmamento, Desenvolvimento e Descolonização*, baseia-se num agudo senso de realismo. Mas o realismo não abrange apenas a consideração das dificuldades e dos fatores. O realismo brasileiro não pode abdicar da esperança, esperança de um mundo melhor, que se renove dia a dia, numa ânsia de liberdade e de justiça. Com suas teses apresentadas no campo da descolonização, do desarmamento e do desenvolvimento, a política externa do Brasil atinge um momento de maturidade e de autenticidade. O Itamaraty tem de ser representativo do Brasil, com todos os seus anseios e reivindicações.





DOCUMENTO 52

Trecho da mensagem do presidente da República ao Congresso Nacional, na abertura da sessão legislativa de 1964, em 15 de março
Circular n. 5.088, de 23 de março de 1964.

Parte V

Política externa

1 – Considerações gerais

A política externa do Brasil, inspirada nos preceitos cristãos que moldaram a nossa vida nacional e orientada pelas normas de respeito mútuo e diálogo pacífico que sempre guiaram a nossa conduta nos assuntos internacionais, participa do esforço geral do país pelo progresso econômico e pelo bem-estar social.

Assim, a ação da diplomacia brasileira não se subordina a qualquer consideração alheia do processo de desenvolvimento nacional e nele se integra como um dos seus instrumentos indispensáveis, encontrando-se a sua autenticidade na fiel interpretação dos objetivos nacionais e fundando-se a sua autoridade na perfeita identificação com os legítimos anseios populares.

Os propósitos gerais da política externa do Brasil são os de paz e entendimento com todos os povos. A posição que o país hoje em dia ocupa no concerto das nações impõe-lhe responsabilidades de participação nos grandes problemas do mundo, às quais vem correspondendo numa atitude afirmativa em todos os foros mundiais de que tem participado.

No seu incessante esforço pela paz, a diplomacia brasileira reitera certos princípios fundamentais que mantêm a coerência da nossa política externa, reforçando-lhe a hierarquia, e cuja sustentação considera dever capital: não-intervenção no processo político dos demais Estados, autodeterminação dos povos, igualdade jurídica dos Estados, solução pacífica das controvérsias, respeito aos direitos humanos e fidelidade aos compromissos internacionais.



Nesse contexto, o Brasil tem procurado contribuir para uma solução satisfatória da questão do desarmamento, propondo medidas que signifiquem avanço gradual mas concreto no sentido de afastar a humanidade da tragédia nuclear. Tem, por igual, revelado sua preocupação com o grande desafio do após-guerra: o desenvolvimento de dois terços da humanidade ainda não beneficiados pelos progressos científicos e tecnológicos da nossa era. Para que se rompa o círculo vicioso da pobreza, considera necessária a cooperação das nações capitalistas e socialistas, bem como a da ONU e demais organismos internacionais, mediante o financiamento, assistência técnica e a reestruturação do comércio internacional. De outro lado, reconhece o nosso país que não há mais lugar no mundo moderno para o colonialismo e apóia a execução acelerada do processo de descolonização.

Admitindo como única restrição os compromissos livremente assumidos, o Brasil reserva-se completa independência de ação no campo internacional e propõe-se ao diálogo com todos os povos do mundo, fiel à sua vocação de universalidade e consciente de ser esta a melhor maneira de aliviar as tensões mundiais.

O governo está profundamente convencido da legitimidade da linha de independência que adotou na sua política externa e que considera a única em harmonia com as aspirações nacionais e com as exigências de afirmação apresentadas ao país pela comunidade internacional.

2 – Política externa para o desenvolvimento

A mensagem que enviei ao Congresso Nacional no ano passado contém a afirmação de que “atingimos o momento de fixar uma política externa para o desenvolvimento, atribuindo-lhe a prioridade imprescindível no quadro de nosso comportamento internacional”.

Na verdade, mais do que em qualquer outra fase de nossa evolução, a vinculação instrumental da política exterior aos projetos nacionais internos é, hoje, particularmente relevante. O processo de desenvolvimento, em especial no período que atravessamos de implantação e consolidação, exige alterações estruturais que, em seu reflexo externo, implicam uma tomada de posição internacional necessariamente mais dinâmica do que em



estágios anteriores de nossa evolução. A intensa mobilização de forças, essencial ao desenvolvimento, requer, portanto, uma contribuição ativa de nossa política externa para a consecução dos objetivos nacionais de emancipação econômica e justiça social.

A primeira condição de uma política externa para o desenvolvimento está no fato de que o progresso do país não pode ser medido simplesmente em termos absolutos. Pelo contrário, a taxa de crescimento do produto nacional brasileiro ou a melhoria das condições de vida da nossa população têm de ser contrastadas com o ritmo de crescimento econômico dos demais países, tomado por base o estágio de desenvolvimento já por eles atingido.

Não nos pode satisfazer, como alvo dos nossos esforços, um ritmo de crescimento que redunde em nosso gradual empobrecimento relativo, deixando-nos cada vez mais distantes dos padrões de bem-estar que vão sendo atingidos por outros povos.

O grande problema do nosso tempo não está apenas na acentuada discrepância dos graus de riqueza entre os povos, mas também, e sobretudo, no fato de que esse desnível continua a ampliar-se. Existe, assim, ao lado de um já verificado hiato de rendas, um hiato dinâmico, que se traduz no fato de precisamente os países mais ricos apresentarem taxas mais altas de crescimento. A resultante final é a relativa pauperização crescente das áreas subdesenvolvidas do mundo.

Esse fenômeno tem raízes seculares. Só recentemente, contudo, graças ao despertar das aspirações de desenvolvimento nas nações mais atrasadas e às oportunidades de confrontação internacional proporcionadas pelo foro amplo das Nações Unidas, começou a cristalizar-se, na consciência dessas nações, a compreensão de seu alcance histórico e de suas implicações últimas. O Brasil, muito especialmente, tem contribuído para a elucidação do que hoje pode ser identificado como um conflito latente entre o Hemisfério Norte e o Hemisfério Sul. Essa clara identificação dos problemas na ordem internacional vigente tem sido e continuará a ser uma das tarefas fundamentais da política externa do governo, tão certos estamos de que somente a aferição inequívoca das dificuldades próprias da convivência internacional deparará razoáveis expectativas de soluções satisfatórias.



É bem verdade que o desenvolvimento econômico depende, sobretudo, de um esforço interno, racional e continuado. Somos, em última análise, os únicos responsáveis por nosso progresso e constitui mesmo premissa da formação brasileira o não transferir a outrem o traçado de nosso destino e a direção de nosso desenvolvimento.

Não obstante, vivemos em um mundo de interdependências e, em razão mesmo de sermos um país em desenvolvimento, a marcha de nossa evolução reflete um complexo de forças mundial, cuja determinação escapa ao nosso controle isolado. Em outras palavras – e isto se aplica a todos os países subdesenvolvidos –, o sentido e a velocidade do nosso crescimento podem ser influenciados pela existência de um ambiente internacional favorável ou desfavorável a esses esforços internos.

Cabe-nos, assim, a responsabilidade de orientar uma política externa que aproveite ao máximo as nossas potencialidades diplomáticas, no sentido de inverter as tendências que tornam possível a permanência dos obstáculos ao progresso mais rápido das áreas subdesenvolvidas do globo. E é o que faremos, com plena consciência de que buscamos tão-somente a concretização dos ideais e princípios consagrados na Carta das Nações Unidas.

Dentre os campos em que, no contexto mesmo das Nações Unidas, é mais premente a necessidade de uma ação vigorosa e coordenada, avulta o do comércio internacional. A extensão dessa necessidade revela-se no confronto entre o papel do setor externo na promoção do desenvolvimento econômico e a situação adversa de intercâmbio que vêm encontrando os países não industrializados.

Não caberia aqui analisar com minúcias a função estratégica que, no caso do Brasil, desempenha o comércio exterior na manutenção de uma taxa elevada de crescimento econômico. Após um período de rápida substituição de produtos importados, chegamos a um ponto em que nossa pauta de importações se tornou muito rígida, pois se compõe quase inteiramente de bens de capital, matérias-primas de primeira necessidade e combustíveis. Esses produtos apresentam alto grau de importância, pois influem diretamente sobre o nível de atividade econômica geral, bem como sobre o emprego e a formação da capacidade produtiva requerida para aumentar a renda nacional no futuro imediato. Dado que a capacidade de importar do



país depende, em última análise, das receitas de exportação, chega-se à conclusão irrecusável de que, não apenas a estagnação ou a queda, mas o próprio crescimento das receitas de exportação a uma taxa não satisfatória poderão sacrificar de maneira ponderável o nosso desenvolvimento.

Para esse grave problema, as transferências de capital – seja mediante investimentos diretos, seja mediante assistência financeira – não constituem solução permanente e única. De fato, os capitais investidos no país têm a necessária contrapartida da remessa de lucros e do seu possível repatriamento, enquanto os empréstimos financeiros exigem amortização e pagamentos de juros, o que, em ambos os casos, implica disponibilidades de divisas que só podemos obter por intermédio da exportação.

É evidente, portanto, que a assistência financeira e os ingressos de capital têm limitações intrínsecas, não constituindo alternativa para o aumento da nossa receita de exportações. Nem poderia ser diferente, quando se sabe que, nos últimos dez anos, os recursos líquidos de assistência financeira recebidos, sob qualquer título, pelo Brasil, ficaram aquém de nossas perdas de receita cambial decorrentes da deterioração das relações de troca de nossos produtos. As crises de balanço de pagamentos do país têm resultado da queda do valor das nossas exportações, em contraste com uma pauta de importações crescentemente incompressível e com o acúmulo de compromissos externos, a obrigação de cujo pagamento reduz o nosso já limitado poder de compra. Nessas circunstâncias, estabelece-se um verdadeiro círculo vicioso, em que a assistência financeira serve principalmente para evitar um colapso total e imediato da nossa capacidade de pagar as importações e satisfazer os compromissos externos, sem, todavia, impedir o caráter quase crônico dessa deficiência de meios de pagamento. E mais: a obrigatoriedade de repagamento dos empréstimos exige, ainda que diferida, uma expansão das receitas de exportação, pois, em caso contrário, o serviço da dívida externa só poderia ser atendido mediante nova contratação da capacidade de importar, já em si insuficiente para satisfazer os requisitos de um rápido desenvolvimento.

Essa experiência brasileira é, sob muitos pontos de vista, representativa da situação em que se encontra a maior parte dos países subdesenvolvidos. Graças, entre outros meios, ao acervo de conhecimentos técnicos



acumulados pelas Nações Unidas e seus órgãos, são hoje abundantemente conhecidos os problemas de intercâmbio enfrentados pelos países exportadores de bens primários. Para diversos desses problemas a solução depende sobretudo de medidas de política comercial, que devem ser tomadas pelos próprios países em desenvolvimento – tais como o estímulo à substituição de importações e à diversificação de exportações – e decisões conducentes à abertura de novos mercados. Tais, precisamente, as diretrizes que têm orientado e continuarão a orientar a ação de meu governo.

Os países em desenvolvimento não têm, todavia, a capacidade de transformar, por si sós, o sistema vigente, na medida imposta por suas necessidades de progresso. O que é preciso, portanto, é a determinação política da comunidade de nações de enfrentar as dificuldades de solução desses problemas, mediante adoção de medidas concretas e coordenadas. Nesse sentido, grande responsabilidade recai sobre as potências comerciais, que detêm quase 70% das trocas internacionais e sem cuja colaboração será impossível alterar o quadro atual.

O Brasil, bem como os demais países em desenvolvimento, tem plena consciência das medidas que precisam ser adotadas. Delas, a principal é a aceitação de novos princípios e normas para reger o intercâmbio mundial, baseados na correlação entre comércio e desenvolvimento e capazes de proporcionar melhores condições competitivas aos países subdesenvolvidos. Concretamente, tais princípios e normas deverão traduzir-se em medidas que promovam o travamento do processo de deterioração das relações de troca, mediante a recuperação dos preços dos produtos primários e de sua estabilização em níveis justos e remunerativos; remoção das barreiras artificiais que impedem ou dificultam o acesso de produtos primários dos países menos desenvolvidos aos mercados das nações industrializadas; abertura de possibilidades concretas para que os países subdesenvolvidos expandam suas exportações de manufaturas, ingressando, assim, na corrente das trocas internacionais; modificação da política financeira mundial, a fim de torná-la mais compatível com as necessidades dos países em desenvolvimento, inclusive para permitir a consideração, em conjunto, dos problemas de comércio e financiamento; melhoria do comércio de invisíveis dos países não-industrializados, de forma que se alivie o peso da rubrica referente a



serviços em seus balanços de pagamentos. A adoção sistemática das soluções acima indicadas conduzirá necessariamente à reformulação dos princípios que regulam o comércio internacional, a fim de propiciar a maior integração desse comércio e assegurar a adoção das medidas imprescindíveis à reversão das atuais tendências desfavoráveis aos países subdesenvolvidos.

Todas essas proposições devem ser traduzidas em providências concretas, que, em verdade, corroborando a validade da posição brasileira, são parte da agenda de um conclave internacional, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, que se iniciará em Genebra a 23 de março. Para o êxito dessa reunião, desenvolveram-se, durante todo o ano de 1963, intensos trabalhos técnicos e diplomáticos, para os quais o Brasil, um dos 32 membros do comitê preparatório da conferência, contribuiu ativamente, pondo em evidência a sua alta significação desde as primeiras manifestações conducentes à convocação.

Chegamos, assim, à conferência sem improvisações, após cuidadoso trabalho de elucidação de problemas e identificação de linhas ao longo das quais pode a comunidade internacional dar-lhes solução. Não esperamos, evidentemente, que três meses de negociações transformem radicalmente toda a estrutura do intercâmbio mundial, tarefa que envolve remover arraigados preconceitos e poderosos interesses. Estamos, pois, cômicos de que a próxima conferência é apenas o primeiro estágio de um trabalho de longo prazo, em que venham a concretizar-se, no campo vital do comércio, os propósitos de cooperação internacional incorporados na Carta das Nações Unidas.

Mas os problemas comerciais, do Brasil e demais países em desenvolvimento, são prementes e há muito que pode ser feito, desde já, para resolvê-los. Aqui, então, coloca-se a verdadeira responsabilidade dos países altamente industrializados, pois não há obstáculo técnico que possa impedir a plena manifestação de uma vontade política sincera e racionalmente dirigida para a solução de tais problemas.

Na mensagem que enviei ao Congresso, no ano passado, já assinava esse fato, ao dizer que os resultados da conferência “serão o melhor critério para se aferir o espírito de cooperação dos países desenvolvidos na



superação do atraso econômico dos povos subdesenvolvidos”. A nós, interessa que esse espírito de cooperação esteja presente com a máxima intensidade.

3 – Nações Unidas

Em 1963, o Brasil continuou a marcar sua presença nas Nações Unidas por uma política ativa e coerente, mantendo a posição de prestígio que ali conseguiu alcançar. Intensificando seus esforços por uma atuação cada vez mais eficiente da ONU em favor da solução dos grandes problemas internacionais, o Brasil concentrou sua ação no trinômio básico: Desarmamento, Desenvolvimento e Descolonização.

3.1 Desarmamento:

Considerando ser o desarmamento, na atual conjuntura, o objetivo mais imediato na luta pela paz e pelo progresso, o Brasil continuou a desenvolver persistentes esforços no sentido de aproximar pontos de vista e encontrar fórmulas que permitam chegar às metas desejadas. A ação do Brasil se fez sentir, seja na Assembléia Geral da ONU, seja na Conferência dos Dezoito Países sobre o Desarmamento, em Genebra.

Teve o nosso país a satisfação de ver concretizada, com o tratado sobre proscrição parcial das experiências nucleares, assinado em Moscou, em 5 de agosto de 1963, sugestão apresentada pela delegação do Brasil à Conferência do Desarmamento, em julho e agosto de 1962. Nessa ocasião, o Brasil havia proposto a conclusão imediata de um tratado que proibisse as experiências com armas nucleares na atmosfera, no espaço cósmico e sob as águas. Argumentava a delegação brasileira que as dificuldades encontradas para chegar-se a acordo sobre um sistema internacional de controle indicavam a conveniência de proibir, desde logo, aquelas experiências que já pudessem ser evidenciadas pelos sistemas nacionais de verificação, uma vez que, em relação a elas, não existia o problema de comprovar possíveis violações das obrigações assumidas.

Na mesma ordem de idéias, o Brasil sugeriu – em 1963, na Assem-



bléia Geral – um tratamento gradual e sucessivo para a questão das experiências nucleares subterrâneas, propondo que se proibissem, desde logo, as experiências que, situando-se acima de certo limite, já podem ser assinaladas pelos sistemas nacionais de verificação.

No que diz respeito às chamadas medidas colaterais, isto é, àquelas que, pela redução da tensão internacional, podem facilitar o progresso do desarmamento, o Brasil sugeriu, na Conferência de Genebra, um tratado multilateral de não-agressão, capaz de criar um mecanismo recíproco entre o maior número possível de Estados, que se comprometeriam a não cometer agressão contra qualquer dos demais. Por sua generalidade e universalidade, essa idéia parece mais útil e mais eficaz do que a de simples pacto parcial de não-agressão entre os países integrantes de blocos militares.

Na Assembléia Geral, o Brasil viu aprovados quatro projetos sobre desarmamento, apresentados com sua assinatura: o primeiro, concita todos os Estados a absterem-se de usar o espaço cósmico para atividades militares com armas nucleares; o segundo, dá instruções à Conferência do Desarmamento para que retome com energia e determinação seus trabalhos; o terceiro, recomenda à mesma comissão que, com caráter de urgência, busque tornar geral a proibição parcial de experiências nucleares consignada no Tratado de Moscou; o quarto, finalmente, nota com satisfação a iniciativa de procurar chegar à desnuclearização da América Latina e exprime a esperança de que os países dessa área iniciem os estudos capazes de levar a esse objetivo. Essa resolução é consequência natural de projeto apresentado sobre o mesmo assunto na Assembléia Geral anterior e da declaração conjunta dos presidentes, de 29 de abril de 1963. Na referida declaração, os presidentes do Brasil, do México, do Chile, da Bolívia e do Equador anunciaram a intenção dos respectivos governos de procurar alcançar um acordo que estabelecesse a América Latina como área desnuclearizada.

Essa linha de ação inscreve-se na política geral de evitar disseminação ainda mais extensa das armas nucleares, com riscos cada vez maiores para a humanidade, e coincide com o interesse comum do Brasil e daquelas repúblicas irmãs de não desviar para uma ruínosa corrida de armas nucleares os recursos tão necessários ao desenvolvimento econômico e social.



A tradução desse nobre ideal em um texto positivo é tarefa complexa, que exigirá estudos cuidadosos. O governo brasileiro disso tem plena consciência e não assumirá nenhum compromisso na matéria, sem que fique perfeitamente assegurado que não haverá nenhuma interferência no desenvolvimento do uso pacífico da energia nuclear e nem de longe será comprometida, em ponto algum, a segurança nacional.

3.2 Desenvolvimento:

O Brasil defendeu nas Nações Unidas a tese de que é indivisível da idéia de paz, a da segurança econômica e de que não é possível permitir, sem grave risco para todos, que se mantenham as condições presentes, nas quais dois terços da humanidade vivem em níveis de mera subsistência, sofrendo, em toda a sua extensão, os males econômicos e sociais característicos do estágio do subdesenvolvimento. Para corrigir tal situação, o Brasil preconiza um esforço coletivo, consciente e firme, de que devem participar conjuntamente todos os membros da comunidade internacional.

O Brasil apontou três setores em que lhe parece indispensável uma ação urgente, sob a égide das Nações Unidas: industrialização, movimento internacional de capitais para o desenvolvimento e comércio internacional. Quanto ao último ponto, já se salientou acima o que foi feito na preparação do terreno para a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, convocada pela Assembléia Geral para março próximo [sic], em Genebra, e o que se espera dessa conferência.

No relativo à questão das medidas que a ONU possa tomar em favor da industrialização, o Brasil continuou a sustentar a tese de que é necessária a criação de um órgão especializado, que se ocupe dos problemas da industrialização, como a FAO se ocupa dos da agricultura e a UNESCO dos da educação. Sem lograr ainda a vitória completa de sua tese, pôde o Brasil obter que a Assembléia Geral reconhecesse que a atual estrutura da ONU para lidar com os problemas do desenvolvimento industrial é insuficiente e deve ser modificada.

Sobre o problema do fluxo internacional de capitais, o Brasil conseguiu a aprovação, por unanimidade, de projeto que visa a obter um estudo sis-



temático do assunto, a fim de serem definidos os mecanismos que possam conduzir à aceleração do desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos.

3.3 Descolonização:

No capítulo descolonização, continuam as Nações Unidas empenhadas em obter plena efetivação da Declaração de Outorga da Independência aos Países e Povos Coloniais, aprovada pela Assembléia Geral em 1960. O Brasil vem-se mantendo fiel à linha anticolonialista que tem caracterizado sua política, emprestando pleno apoio a todas as medidas em consonância com ela. A delegação do Brasil à XVIII Assembléia Geral reafirmou a tese brasileira de que, enquanto subsistir um território dependente, aí haverá um foco de desentendimentos internacionais, num tipo de relação anacrônico e ultrapassado.

A Assembléia Geral acompanha o processo de descolonização por intermédio de um comitê especial e os debates da XVIII sessão concentram-se sobre algumas situações que parecem justificar interesse particular: Rodésia do Sul, sudoeste Africano, territórios sob administração portuguesa e Omã.

Em todos esses casos, a delegação do Brasil participou dos debates e emitiu voto coerente com o interesse de fazer prevalecer os princípios consagrados na Carta das Nações Unidas.

3.4 Conselho de Segurança:

No desempenho de mandato que lhe foi conferido durante a XVII sessão da Assembléia Geral, o Brasil participou, em 1963, do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Entre os diferentes assuntos examinados pelo conselho no decorrer do ano, merecem menção, à vista da posição assumida pelo Brasil, duas questões: a da política racial da África do Sul e a dos territórios sob administração portuguesa.



No que diz respeito à África do Sul, a delegação do Brasil manifestou o integral apoio de seu governo à causa de 32 países africanos, que levaram a questão, uma vez mais, à consideração do conselho. O Brasil votou a favor de resolução, aprovada em 7 de julho, pela qual o conselho pediu a todos os Estados que cessassem o fornecimento de armas, munições e veículos militares à África do Sul. Absteve-se, entretanto, quando foi votado um artigo que recomendaria a cessação de todo o comércio com aquele país: esse artigo não foi aceito pelo conselho.

Os territórios portugueses foram objeto de dois debates no Conselho de Segurança: o primeiro em julho, o segundo em dezembro.

Durante o primeiro, a delegação do Brasil emitiu seu ponto de vista sobre o assunto, dizendo que reconhecia tanto a competência do conselho quanto o direito de autodeterminação dos territórios. Opunha-se, no entanto, a qualquer medida coercitiva, uma vez que a questão não parecia configurar-se como incidente, no capítulo VII da Carta da ONU, sendo, antes, daquelas que o conselho deveria procurar resolver pela aplicação dos métodos de solução pacífica, previstos no capítulo VI da mesma Carta. A delegação do Brasil votou a favor da resolução então aprovada pelo conselho.

No segundo debate, em dezembro, a delegação do Brasil procurou lançar em evidência os aspectos construtivos dos contatos havidos entre Portugal e os Estados africanos, afirmando sua certeza de que uma solução acabará por ser encontrada, graças a negociações e outros meios pacíficos. Nessa ocasião, votou igualmente a favor da resolução aprovada pelo Conselho de Segurança.

A posição do Brasil em relação a esse problema dos territórios portugueses é guiada, de um lado, pela nossa tradicional amizade com Portugal e pelo desejo de manter e estreitar as boas relações que temos com esse país; de outro, pelo dever de sustentar o princípio básico de autodeterminação dos povos, afirmado na Carta das Nações Unidas e uma das pedras angulares de nossa política exterior. O Brasil tem boas razões para esperar que se chegue a uma solução negociada e pacífica, capaz de satisfazer a todos os interessados e, como o afirmou no Conselho de Segurança, coloca permanentemente sua diplomacia a serviço dessa esperança.



4 – Política continental

As relações do Brasil com os países do hemisfério sempre se pautaram por absoluta fidelidade aos compromissos que naturalmente decorrem de sua participação no sistema interamericano. O governo brasileiro entende o pan-americanismo como uma atitude de solidariedade diante de problemas comuns e como um instrumento dinâmico de renovação, capaz de propiciar aos povos deste continente o bem-estar econômico e a justiça social, dentro dos quadros da democracia representativa e à luz dos princípios que informam a Carta de Bogotá.

Atendo-se sempre ao mais estrito cumprimento dos dois princípios em que se funda o sistema – o de autodeterminação e o de não-intervenção – teve o governo brasileiro, em 1963, várias oportunidades de reafirmar sua adesão àquelas normas, buscando sempre evitar que a OEA se transformasse num organismo supra-estatal, com poderes para intervir nos assuntos internos de qualquer dos países membros. Assim procedeu quando se tratou de redigir o Estatuto da Comissão Especial Consultiva de Segurança, criada pela VII Reunião de Consulta, para assistir os governos, por solicitação destes, no combate à infiltração comunista. Viu-se, nessa ocasião, a delegação do Brasil obrigada a votar contra o estatuto aprovado pela maioria, porquanto uma de suas cláusulas, infringindo flagrantemente o mandato atribuído à Comissão de Segurança, pela Resolução n. 2, de Punta del Este, que a criara, conferiu ao Conselho da OEA a faculdade de, por sua própria iniciativa, solicitar a assistência da comissão.

Posteriormente, também, a propósito da idéia de convocar-se uma reunião de consulta para considerar a possibilidade da adoção de uma atitude comum dos países membros em face dos governos oriundos de golpe de Estado, a chancelaria brasileira sentiu-se no dever de manifestar suas dúvidas sobre a oportunidade e mesmo utilidade daquela reunião, tendo em vista que tal assunto não poderia evidentemente ser debatido sem prejuízo para o princípio de não-intervenção. Graças à sua atuação, a idéia foi abandonada e, em vez de convocar-se a reunião de consulta para discussão daquele tema, decidiu-se convocar, em data ainda não marcada, o órgão de consulta para considerar o problema da preservação e do fortalecimento da democracia representativa no continente.



Ao encerrar-se o ano de 1963, novamente teve o governo brasileiro ocasião de evidenciar o seu respeito às normas que regulam a convivência pacífica interamericana, ao votar favoravelmente à convocação do órgão de consulta para examinar a queixa apresentada pelo governo da Venezuela contra o de Cuba, pela descoberta, segundo alegação do primeiro, de três toneladas de material bélico de procedência cubana, na costa venezuelana. Ao acolher o pedido da Venezuela para convocação da consulta, o nosso país exprimiu o seu voto nestes termos:

O Brasil, tanto no sistema interamericano quando no sistema das Nações Unidas, jamais negou seu voto a um Estado que pede uma investigação, porquanto entende que só mediante amplo conhecimento dos problemas será possível encontrar uma solução adequada e justa para resolvê-los. Dentro do sistema interamericano, sempre reconhecemos a qualquer Estado que se sinta atingido por atos de agressão, armada ou não, o direito de invocar o Tratado de Assistência Recíproca, com base em seus artigos correlatos, e pleitear a nomeação de uma comissão de investigação destinada a proporcionar aos órgãos do sistema todos os elementos de julgamento. Assim sendo, a delegação do Brasil votou favoravelmente à convocação do órgão de consulta e à constituição de uma comissão de investigação, solicitadas pelo governo da Venezuela. Relewa, porém, a delegação brasileira que o seu voto não se refere ao fundo do problema, nem constitui um prejulgamento das conclusões a que chegará, sobre a matéria, a comissão investigadora. Uma vez conhecido o relatório da comissão de investigação, examinados os fatos alegados, estudados os resultados obtidos e apreciadas as conclusões finais, o Brasil emitirá, então, o seu voto sobre o mérito mesmo do problema. Nosso voto de hoje, portanto, é única e exclusivamente a favor da convocação do órgão de consulta e da constituição de uma comissão investigadora. Por isso, considera a delegação do Brasil que a investigação a ser feita deverá ser a mais ampla possível, abrangendo investigações, tanto na Venezuela quanto em Cuba, e facilitando-se a este último Estado todas as oportunidades de defesa, para o que a comissão poderá, a nosso ver, pedir licença para ir a Cuba e ouvir, também, a respeito, o governo cubano.



Uma das preocupações mais constantes do governo brasileiro vem sendo a necessidade de combater, mediante um esforço comum de cooperação, o subdesenvolvimento dos povos latino-americanos. Foi animado de amplo espírito de colaboração que o Brasil compareceu à II Reunião do Conselho Interamericano Econômico e Social, realizada em São Paulo, de outubro a novembro de 1963. Graças à iniciativa do governo brasileiro em ambas as fases dessa conferência, a de nível técnico e a de nível ministerial, foi possível a aprovação de duas importantes resoluções: uma relativa à criação de uma Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana; outra sobre o estabelecimento de um Fundo Interamericano de Desenvolvimento da Aliança para o Progresso (FIDAP). É possível exagerar a importância do papel que a Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana – órgão de cuja falta há muito se ressentia o sistema – desempenhará no sentido de, proporcionando aos países latino-americanos a possibilidade de adotarem uma posição comum em face dos problemas que serão debatidos durante a próxima Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, lograr reformas essenciais na estrutura do comércio mundial e contribuir para a solução dos graves problemas que vêm retardando seu desenvolvimento econômico e social, dentre os quais é preeminente a queda de suas receitas de exportação, conseqüente à deterioração dos termos de seu intercâmbio com os países industrializados.

Ao Brasil deve-se, igualmente, a idéia da criação de um Fundo Interamericano da Aliança para o Progresso. Não satisfeito com o mandato atribuído ao novo órgão – criado para promover a consecução dos objetivos da Carta de Punta del Este – o Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso (CIAP) propôs a inclusão, entre as atribuições do CIAP, de uma destinada a “promover um crescente aperfeiçoamento do processo de multilateralização da Aliança para o Progresso” e, com base nesse dispositivo, logrou, com apoio unânime, fazer passar a Resolução 23-M/63 que, em sua parte resolutiva reza:

que o Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso, dentro de seis meses de sua constituição, deverá apresentar aos governos dos Estados-membros um estudo sobre um fundo interamericano de de-



envolvimento da Aliança para o Progresso e, de acordo com suas conclusões, elaborar um projeto para a criação do mesmo.

Considera o governo brasileiro que esta foi realmente uma contribuição positiva à concretização dos ideais proclamados em Punta del Este. Com efeito, sem dispor de fundos regulares e permanentes de financiamento e na ausência de uma responsabilidade conjunta, multilateral, tanto no que diz respeito à obtenção quanto à aplicação de recursos financeiros, o programa da Aliança para o Progresso não compreenderá senão fontes rotineiras de auxílio externo.

No âmbito das relações bilaterais com os países do continente, desejo, especialmente, recordar o significado e as realizações positivas resultantes de minhas visitas à República do Chile e à República Oriental do Uruguai, no mês de abril. Guardo ainda com emoção as calorosas manifestações de simpatia que recebi do governo e do povo desses dois países irmãos, naquela oportunidade.

Com o presidente Jorge Alessandri, após examinarmos assuntos de interesse comum, no plano regional e no plano mundial, tive a honra de expressar, em declaração conjunta, o reconhecimento da coincidência dos objetivos do Brasil e do Chile – traduzida em identidade de posições nas organizações internacionais de que participam – e, bem assim, subscrever uma reafirmação de nosso irrestrito respeito aos princípios de autodeterminação e de não-intervenção.

Tivemos, igualmente, ocasião de reiterar a nossa convicção de que a integração econômica dos países latino-americanos é um dos fundamentos essenciais de qualquer política destinada a promover o desenvolvimento econômico e social da América Latina em bases sólidas e permanentes.

Meu encontro com o presidente do Conselho de Governo do Uruguai, senhor Daniel Crespo, deu ensejo, por outro lado, à assinatura dos acordos de criação das comissões mistas que se encarregarão da construção da ponte Quaraí-Artigas e dos estudos para o aproveitamento da bacia da Lagoa Mirim. Com grande honra e satisfação, dirigi-me, então, ao Congresso Nacional do Uruguai e pude recordar os meus vivos sentimentos de gratidão ao governo e povo uruguaios pela generosa acolhida que me dis-



pensaram por ocasião do meu desembarque em Montevidéu, em meio à grave crise que o Brasil atravessou em 1961.

Mais recentemente, aceitei o honroso convite que me formulou o presidente Paz Estensoro para visitar a Bolívia, nação a que nos unem laços fraternais, e, com satisfação, recebi a resposta afirmativa do presidente Arturo Illía ao convite que lhe dirigi para, no corrente ano, visitar o Brasil. Tenho a certeza de que esses encontros se constituirão em outras tantas oportunidades para aproximações conducentes a uma ação harmônica em favor dos reais interesses de nossos povos.

É com igual prazer que ponho em relevo a particular atenção dada por meu governo à posse do presidente Illía, em outubro do ano findo, quando enviei a Buenos Aires missão especial chefiada pelo embaixador João Augusto de Araújo Castro, ministro de Estado das Relações Exteriores; à posse, em agosto, do presidente da República do Paraguai, general Alfredo Stroessner, quando me fiz representar pelo deputado Abelardo Jurema, ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores; bem como à posse do senhor Fernando Belaúnde Terry na presidência da República do Peru, a que assistiu, em julho, o então chanceler Evandro Lins e Silva.

Tive ocasião de receber, em cordial encontro, o presidente do Paraguai, general Alfredo Stroessner, e com ele conversar, na maior cordialidade e compreensão, sobre o projeto de aproveitamento do potencial energético de Sete Quedas, cuja realização poderá proporcionar à economia da região uma oferta de energia da ordem de dez milhões de kW. Das conversações resultou um completo entendimento entre nossos dois países, dentro do respeito aos interesses mútuos. Estou convicto de que o empreendimento de Sete Quedas não só permitirá a valorização econômica da vasta área adjacente, mas também contribuirá poderosamente para a causa da fraternidade americana.

Cabe ainda relembrar a viagem do então ministro da Fazenda, Carlos Alberto A. de Carvalho Pinto, a Santiago para a inauguração de uma agência do Banco do Brasil, ali instalada, como precedentemente em Buenos Aires, Assunção, Montevidéu e La Paz, para servir de efetivo instrumento de nossas relações comerciais.



O ano de 1963 constituiu, também, etapa decisiva para o incremento do intercâmbio comercial com o México, tendo chegado a bom termo os entendimentos entre a PETROBRÁS e a PEMEX (Petróleos Mexicanos S.A.), pelo protocolo de 31 de janeiro, no qual se prevê, além da assistência técnica recíproca, todo um plano de atividades de interesse para as duas empresas estatais. De outro lado, abriu-se o mercado mexicano à borracha sintética brasileira, havendo sido exportadas, nos últimos quatro meses do ano, 2.400 toneladas desse produto. Incentivos ainda maiores ao intercâmbio são esperados para 1964, mercê das conclusões a que possa chegar o Grupo Misto de Cooperação Industrial, criado em 1962, notadamente no que concerne à indústria automobilística, à indústria de construção naval e às indústrias químicas e eletrônicas.

Merece particular registro, ainda, a criação, em dezembro, da embaixada do Brasil junto ao governo da Jamaica, representação que, a princípio, ficará a cargo do chefe da missão diplomática do Brasil em Bogotá.

Nossas relações com os Estados Unidos da América, inspiradas por sincera cordialidade mútua, mantiveram em 1963, particularmente, o caráter de diálogo franco e realista, capaz de permitir a compreensão dos problemas que o Brasil defronta nesta fase de seu desenvolvimento econômico e social. A missão San Tiago Dantas, em março do ano findo, visou à adoção das bases para a cooperação financeira entre os dois países: nessa ocasião, o governo brasileiro apresentou um programa objetivo, voltado não apenas para a correção das crises de balanço de pagamentos, mas, também, e de acordo com os princípios da Carta de Punta del Este, para a obtenção de recursos básicos para efetivo desenvolvimento econômico e social a longo prazo.

A carta que me dirigiu o presidente Lyndon Johnson, em dezembro último, é indicativa dos propósitos de colaboração e entendimento do governo dos Estados Unidos da América em relação aos problemas brasileiros e reafirma a atmosfera de amizade em que se desenvolvem as relações entre os nossos dois países.

No que diz respeito, finalmente, às atividades da Associação Latino-Americana de Livre Comércio durante o ano de 1963, procurou o governo brasileiro, em apoio decidido aos objetivos de integração econômica do



Tratado de Montevideu, contribuir substancialmente para a aprovação, no III Período de Sessões da Conferência das Partes Contratantes, de programa destinado a obter a coordenação das políticas econômicas e a harmonização dos instrumentos de política comercial dos países associados, resolução que reflete o intuito de preservar – e, se possível, ampliar – o programa de liberação comercial, passo importante para que aqueles objetivos finais do tratado possam vir a ser alcançados em prazo razoável.

5 – Europa Ocidental

Laços de natureza política, econômica e cultural, entre o Brasil e os países da Europa ocidental, fizeram sempre dessa região uma área de acentuado interesse para a política exterior brasileira. Tal interesse se vê ainda aumentado, não só porque a Europa desempenha papel saliente no jogo internacional, mas também porque nossa ação diplomática, fundada nos altos objetivos ditados pelo interesse nacional, se concentra na utilização de todas as possibilidades de mobilização de recursos para o desenvolvimento econômico do país. Para esse efeito, procuramos assegurar a cooperação econômico-financeira de países de grande liquidez internacional com os quais mantemos ponderáveis correntes de comércio. Ao mesmo tempo, lutamos contra os obstáculos que, em matéria de política comercial, alguns países da Europa ocidental vêm oferecendo à expansão das exportações brasileiras e, conseqüentemente, a uma acumulação maior de recursos para nosso desenvolvimento.

A mais avançada forma de integração européia, que é a Comunidade Econômica Européia, embora trazendo reflexos positivos de natureza política e econômica para todo o mundo ocidental, não deixou de se fazer com sérias implicações para a economia brasileira. À vista disso, o Brasil, ao aprovar aqueles aspectos positivos de natureza política e econômica do Mercado Comum Europeu, apressou-se em chamar a atenção dos criadores da “Europa dos Seis” para a correção dos pontos que julgava prejudiciais ao Brasil, em especial, e aos países latino-americanos, em geral. Entre esses pontos, figuravam:



- a) uma tarifa externa comum acentuadamente elevada;
- b) uma política agrícola comum de tendência auto-suficiente que atingiria fatalmente correntes de exportações tradicionais; e
- c) a associação com os Estados africanos e malgaxe em moldes incompatíveis com as regras de comércio internacional, consubstanciadas no Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT).

Assim, desde 1957, o governo brasileiro não deixou de manifestar-se fortemente contra esses aspectos desfavoráveis da Comunidade Econômica Européia e o fez, seja no âmbito do GATT, seja em diálogo direto com a Comissão da Comunidade, seja, ainda, em gestões junto a cada um dos governos dos seis países membros, numa vigilância que persiste na ação diplomática, tanto nos setores já indicados quanto em organismos e conferências internacionais. É firme intenção do governo brasileiro persistir em todos esses modos de ação para o efeito de lograr a eliminação de obstáculos ao comércio e do *status quo* nas relações econômicas internacionais, inaceitável para os países em desenvolvimento.

Nossa atividade se exercerá nos trabalhos da próxima Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, nos organismos econômicos internacionais como o GATT, num diálogo firme e positivo com agrupamentos regionais, tais como o Mercado Comum Europeu e nas relações bilaterais com determinados países.

Tal a filosofia que inspira nossa ação diplomática em face dos países europeus ocidentais. Enquanto zela por seus interesses de natureza econômica e comercial, o Brasil não descuida de aprofundar suas relações econômico-financeiras com aquela região.

Em fins de 1963, o governo brasileiro enviou à República Federal da Alemanha uma delegação, sob a chefia do ministro da Indústria e Comércio, senhor Egydio Michaelsen, com o objetivo de levar adiante os entendimentos, iniciados durante 1962, com a vinda, ao Brasil, de missão alemã chefiada pelo embaixador Hans Granow. As negociações de Bonn foram cercadas de completo êxito, terminando pela assinatura de diversos atos, dentre os quais o Protocolo sobre Cooperação Financeira, que reabriu ao Brasil as correntes européias de financiamento. Outro ato de grande importância negociado em Bonn foi o Acordo Básico de Cooperação Técnica



ca, pelo qual a República Federal da Alemanha passará a ser a segunda fonte de assistência técnica ao Brasil, superada apenas pelos Estados Unidos da América.

Com relação à França, é forçoso reconhecer que existem alguns problemas que, de certo modo, têm perturbado o diálogo, tradicionalmente fácil e construtivo. Dentre esses problemas, pelo impacto que então teve seu desenvolvimento, em princípios de 1963, salienta-se o ligado à pesca da lagosta na plataforma continental brasileira. Não aludo, porém, a esses problemas senão para manifestar nossa segurança em considerá-los como questões passageiras e que poderão ser satisfatoriamente resolvidas. Nesse sentido, atribuo especial significado à normalização do nosso diálogo, alcançado por meio das cartas que tive a oportunidade de trocar com o general Charles de Gaulle e que testemunharam os sentimentos recíprocos de amizade entre os nossos dois povos e o desejo mútuo de aproximação para a realização de tarefas comuns – objetivos que superam e tornam sem expressão quaisquer atritos anteriormente verificados. Preparamo-nos, governo e povo, para receber, no decorrer deste ano, com as homenagens que lhe correspondem, o presidente da República Francesa.

As relações políticas e econômicas com os demais países da área transcorreram de maneira satisfatória e cordial, havendo que notar as renovações do Acordo Provisório de Comércio e Pagamentos, de 1960, com a Grécia, e do Acordo de Comércio Brasil-Portugal, de 1954.

Cabe finalmente assinalar, como fato auspicioso, pelo que significa de compreensão das necessidades de expansão de comércio internacional dos países menos desenvolvidos, a decisão do parlamento sueco de eliminar, a partir de 1º de janeiro de 1964, algumas das taxas internas sobre o café consumido na Suécia. Essa medida, recomendada pelo GATT e defendida com insistência pelos países em desenvolvimento, o Brasil espera ver adotada também pelos demais países europeus.

6 – Países socialistas

Durante o ano de 1963, as relações entre o Brasil e os países socialistas, em todos os campos, continuaram a desenvolver-se em ambiente de completa normalidade.



Fiel às diretrizes e aos objetivos de sua política externa, o Brasil manteve com os países socialistas, em todos os foros e oportunidades, diálogo positivo e franco em torno dos grandes problemas do mundo e em busca dos caminhos definitivos da paz e do desenvolvimento.

A esse propósito, é importante consignar a vinda, ao Brasil, do presidente Josip Broz Tito, da Iugoslávia, primeiro chefe de Estado socialista a visitar-nos. Durante sua visita, não só foram examinados os assuntos de interesse bilateral, mas também passadas em revista a conjuntura internacional e as perspectivas de consolidação da paz mundial. Dentre os importantes atos então assinados, merece menção especial, por suas benéficas repercussões em nossa economia, o contrato para a utilização do porto iugoslavo de Rijeka, como entreposto de recebimento e distribuição de minério de ferro brasileiro.

As relações econômicas do Brasil com os países socialistas continuaram em expansão e consolidação. Enquanto o nível total do intercâmbio apresentava incremento da ordem de 50%, relativamente ao ano anterior, novos atos foram acrescentados ao instrumental jurídico do comércio, tornando-se mais amplo e atual. Esses atos foram:

- a) Acordo de Comércio e Pagamentos entre o Brasil e a URSS;
- b) Protocolo Brasil-URSS sobre Representações Comerciais;
- c) Acordo de Cooperação Técnica e Científica Brasil-Polônia;
- d) Protocolo Adicional ao Acordo de Comércio e Pagamentos Brasil-Bulgária.

O Brasil foi visitado por numerosas missões econômicas de países socialistas, dentre as quais se distinguem, pelo nível de seus chefes e importância das conversações, a missão búlgara, chefiada pelo senhor Stanko Todorov, vice-presidente do Conselho de Ministros da Bulgária, e a missão polonesa, chefiada pelo senhor Franciszek Modrzewski, vice-ministro do Comércio Exterior. Também estiveram no Brasil missões da Hungria, da Tchecoslováquia e da República Democrática Alemã.

Todas essas missões manifestaram, uma vez mais, interesse em aumentar seu comércio com o Brasil e reiteraram as ofertas de vultosos crédi-



tos ao nosso país, em condições vantajosas, para fornecimento de máquinas e equipamentos ainda não produzidos pela indústria nacional.

O Ministério das Relações Exteriores, pelos seus órgãos especializados, empenhou-se, durante o ano, no estudo profundo e intensivo das possibilidades de expansão do nosso intercâmbio com os países socialistas, bem como das modalidades de utilização daqueles créditos, que já se elevavam a mais de 400 milhões de dólares.

Graças a esses estudos e à apreciação realista das tendências do nosso comércio com esses países, estima-se que, no ano de 1964, tal intercâmbio experimentará elevação ainda mais significativa. E, o que é mais importante, deverão ser adotadas medidas concretas para o início da cooperação técnico-econômica do Brasil com a União Soviética e outros países socialistas, numa reafirmação da nossa política de entendimento e colaboração com todos os países e da preocupação do governo brasileiro de expandir e diversificar as fontes de ajuda externa ao nosso desenvolvimento.

7 – *Ásia*

Conforme estava previsto na Mensagem Presidencial lida perante o Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1963, o governo brasileiro enviou ao sul e sudeste da Ásia um grupo técnico encarregado de examinar as perspectivas para a intensificação das correntes de comércio do Brasil com os países daquela área. Com esse objetivo, foram discutidos os termos de acordos de comércio com a Tailândia, a Índia, o Ceilão e a República do Vietnã. Com o governo da Indonésia foi estudado, nessa ocasião, o texto de um acordo de comércio e pagamentos, cuja discussão final e cuja assinatura deverão realizar-se no Brasil, no decorrer de 1964, durante a visita que uma delegação econômico-comercial indonésia fará ao nosso país.

O grupo técnico brasileiro levou também a incumbência de trocar idéias, com as autoridades governamentais dos países visitados e filiados ao GATT, acerca de uma posição comum aos países menos desenvolvidos em face da próxima Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento.



Prosseguindo na política de dinamização do seu comércio exterior, o Brasil deverá enviar à Austrália e à Nova Zelândia, no decorrer de 1964, nova missão econômica de caráter exploratório, a fim de complementar o trabalho iniciado pelo grupo técnico brasileiro que visitou o sul e o sudeste da Ásia, em setembro do ano passado.

Está prevista, para o corrente ano, a realização, em Tóquio, de uma reunião de representantes governamentais brasileiros e japoneses das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. (USIMINAS) com o objetivo de tratar do aumento de capital da empresa, capaz de permitir a expansão de sua capacidade produtiva.

Dentro do programa de intensificação de suas relações com os países da Ásia e Oceania, o governo brasileiro preocupa-se em expandir a rede de missões diplomáticas e repartições consulares naqueles continentes e, com a finalidade de ampliar o comércio com a República da Coreia, a embaixada em Seul, que era cumulativa com a de Tóquio, passou a ser autônoma. Assim também, foram iniciadas gestões para a criação de uma embaixada em Wellington, Nova Zelândia, cumulativa com a de Camberra. Cuidasse, igualmente, do estabelecimento de relações com outros países da região, onde há grande interesse comercial para o Brasil. Caso as condições orçamentárias e de pessoal o permitam, dever-se-á, igualmente, ampliar o número dos Serviços de Propaganda e Expansão Comercial (SEPRO) na Ásia.

No propósito de facilitar as relações comerciais com os países da área, o governo apoiou a iniciativa de estabelecer-se uma linha regular de navegação marítima entre o Brasil e o Japão, com escalas no sul e sudeste asiático. Esse serviço, em franco desenvolvimento, está sendo realizado pela companhia Navegação Riograndense S.A..

8 – África

O governo brasileiro vem seguindo, com a maior atenção, a evolução dos acontecimentos no continente africano, tendo em mira a dinamização de nossa política exterior numa área do mundo cuja importância se tem tornado crescente, não só em razão do grande número de países que a compõem, mas, sobretudo, em virtude das grandes questões internacionais que



nela surgiram, os problemas da descolonização e do subdesenvolvimento. O bloco africano, recentemente unificado pela criação da “Organização da Unidade Africana” exerce influência cada vez maior na política internacional e nas decisões das Nações Unidas.

A atitude brasileira funda-se tanto na necessidade de uma aproximação política e diplomática sempre maior com os povos africanos, em função dos vínculos históricos e culturais e da identidade de interesses que nos unem à África, quanto na de encontrar-se uma solução humana e justa, por meios pacíficos e de acordo com os princípios das Nações Unidas, para o difícil problema colonial. Esperamos, por outro lado, em união de vistas com a grande maioria dos países africanos, obter resultados positivos e concretos para o encaminhamento da questão vital da erradicação do subdesenvolvimento, no curso da próxima Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. Cuidamos, finalmente, da intensificação progressiva de nosso intercâmbio comercial com os novos países africanos, ainda incipiente, mas de resultados promissores, apesar dos obstáculos naturais que defrontamos.

Segundo tais diretrizes, o governo brasileiro, além do trabalho normalmente desempenhado por nossas missões diplomáticas, acompanhou, por intermédio de um observador, os trabalhos da quinta sessão da Comissão Econômica para a África, em Léopoldville, em fevereiro do ano findo. A convite do governo brasileiro, visitaram-nos diversas personalidades africanas, entre as quais o senhor Waziri Ibrahim, ministro do Desenvolvimento Econômico da Nigéria, que veio estudar o desenvolvimento industrial do Brasil e as possibilidades de exportação de máquinas agrícolas para o seu país. O Brasil espera receber, no correr deste ano, a visita de outras personalidades africanas.

Sempre no plano do estreitamento de nossas relações com os países africanos, está o Itamaraty estudando a criação e instalação de missões diplomáticas, além das que temos nos países da África do norte e em quatro países da África subsaariana, Senegal, Gana, Nigéria e África do Sul.

Em relação ao incremento do intercâmbio comercial com a África do norte, cabe mencionar a venda feita pelo IBC à Argélia, em 1963, de 150.000 sacas de café, que faz surgir o Brasil como fornecedor num mer-



cado até então suprido exclusivamente por produtores africanos. No que diz respeito ainda à Argélia, a PETROBRÁS adquiriu, também, em 1963, 200.000 toneladas de petróleo bruto de Hassi Messaud.

Não foram ainda removidos todos os obstáculos – pelo que numerosos contatos estão sendo tomados, com o devido apoio diplomático – entre firmas brasileiras e africanas, para o estabelecimento de novas linhas de exportação, sobretudo com o Senegal e a Nigéria, na África ao sul do Saara.

No plano cultural, o governo continua mantendo, no Brasil, vários bolsistas africanos em cursos de nível universitário; e professores, nas universidades de Dacar, Lagos e Ibadã, encarregam-se de despertar o interesse dos africanos pela cultura brasileira.









CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA

Coordenação Editorial e Revisão
Maria do Carmo Strozzi Coutinho

Projeto Gráfico, Editoração e Revisão
Natalia Costa

Impressão e Acabamento
Gráfica e Editora Brasil Ltda.

Tiragem
1.000 exemplares

*Esta publicação foi elaborada com as fontes
Lapidary333 BT, ACaslon Regular e Vrinda.*

